

Pesquisa e seleção de JOÃO JUSTINIANO DA FONSECA



LUIZ VIANA FILHO | O JORNALISTA



LUIZ VIANA FILHO | O JORNALISTA

Tenhamos o olhar fito e firme nos exemplos dos que nos antecedem na guarda do patrimônio moral e material do Brasil. Assim como nós, hoje, admiramos e nos orgulhamos daqueles que nos entregaram uma Pátria digna, façamos porque, amanhã, não se envergonhem de nós aqueles que tiverem de nos julgar.

Luiz Viana Filho,
"Olhemos o Passado", 22 de agosto de 1942

SENADO FEDERAL

Mesa Diretora

Biênio 2007/2008

Senador **Garibaldi Alves Filho**
PRESIDENTE

Senador **Tião Viana**
1º VICE-PRESIDENTE

Senador **Alvaro Dias**
2º VICE-PRESIDENTE

Senador **Efraim Morais**
1º SECRETÁRIO

Senador **Gerson Camata**
2º SECRETÁRIO

Senador **César Borges**
3º SECRETÁRIO

Senador **Magno Malta**
4º SECRETÁRIO

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

Senador **Papaléo Paes**
Senador **Antonio Carlos Valadares**
Senador **João Vicente Claudino**
Senador **Flexa Ribeiro**

Agaciel da Silva Maia
DIRETOR-GERAL

Cláudia Lyra Nascimento
SECRETÁRIA-GERAL DA MESA

182 años





SUMÁRIO

1934

Humberto de Campos e Rui Barbosa 10 de janeiro	89
De um diário – a ti Sócrates 7 de março	91
De Tibério a Getúlio 22 de março	94

1935

A lição de um abraço 4 de julho	96
Inteligência e democracia 3 de setembro	99
A aliança macabra 3 de outubro	101
O dever da força pública 23 de novembro	104

1936

A receita não basta 23 de abril	106
-----------------------------------	-----

1937

Primeiro o Brasil 7 de junho	108
Vocação 14 de junho	110
Duas viagens fantásticas 25 de junho	113
Volume 100 1º de dezembro	115

1938

Zola 29 de abril	118
A lição de uma vida 2 de maio	120
A Bahia e os jesuítas 13 de setembro	123
Gomez, tirano dos Andes 12 de outubro	126
O diário de Rebouças 18 de outubro	128
Obstáculos a vencer 1º de novembro	131
O grande exilado 5 de novembro	134
Democracia e seleção 11 de novembro	138
A conquista do poder 24 de novembro	141
Livros do Brasil 1º de dezembro	144
Uma vitória democrática 8 de dezembro	146
Seiva 14 de dezembro	149
Laguna 21 de dezembro	152

1939

Tiradentes 21 de abril	155
A Bahia e a restauração 26 de abril	158
A luta heróica de Machado de Assis 21 de junho	160
O parceiro do Bom Jesus 5 de agosto	163
Um grande educador 13 de setembro	166

Mauá 21 de outubro	169
Um biógrafo de D. Pedro II – parte I 4 de novembro	172
Um biógrafo de D. Pedro II – parte II 6 de novembro	177
Um panorama da República 12 de dezembro	180
Instituições culturais nos Estados Unidos 18 de dezembro	185

1940

Memórias... 24 de janeiro	188
Perspectivas de um livro 4 de maio	191
Terras malditas 17 de junho	194

1941

David Campista 17 de março	197
Uma grande vida 19 de junho	199
O Marechal Hermes 9 de setembro	202

1942

O julgamento de Riom 21 de fevereiro	205
Depoimento sobre Zweig 24 de fevereiro	207
As duas caras da guerra 5 de março	209
A liberdade não faz mal 10 de março	211
A voz que nos falta 12 de março	213
O poeta e o poema 17 de março	215
Glória e morte da caricatura 19 de março	217
Guerra sem heróis 24 de março	219
A princesa Isabel 1º de abril	221
Unidade 4 de abril	223
Um cronista da Bahia 11 de abril	225
O Brasil e o pan-americanismo 14 de abril	228
Isto é democracia 16 de abril	230
Comédia internacional 21 de abril	232
A pressa dos moços 30 de abril	234
Do fundo da noite 9 de maio	236
O 13 de maio 12 de maio	238
O túmulo de Castro Alves 14 de maio	240
O álcool motor 19 de maio	242
Asas do Brasil 30 de maio	244
Médicos e educadores 23 de junho	246
Dia dos Estados Unidos 4 de julho	249
Concórdia nacional 11 de julho	251
Estrela da liberdade 14 de julho	253

Quem dará a mão? 25 de julho	255
Olhemos o passado 22 de agosto	257
Por que lutamos 24 de agosto	259
Um homem fiel 24 de setembro	262
Posição militar da Bahia 10 de outubro	264
Professor emérito 20 de outubro	266
Xavier Marques 3 de novembro	268
Dunquerque 11 de novembro	270
Amigos da América 14 de novembro	272
Câmbio, bicho e boato 24 de novembro	274
O velho Seabra 8 de dezembro	276
O clarim continua 12 de dezembro	278
O caso Darlan 21 de dezembro	280

1943

Um equívoco 4 de janeiro	282
Feijó 7 de janeiro	284
Obras completas de Rui Barbosa 1º de fevereiro	286
Salões do império 10 de março	289
Podemos nos encontrar? 12 de março	291
Dois conceitos 19 de março	293
A escola agrícola 4 de maio	295
Mensagem às mães 7 de maio	296
A biblioteca 13 de maio	298
Bandeiras 24 de maio	300
Jornal de Crítica 15 de julho	302
Democracia e ditadura 12 de agosto	304
A tese Levi Carneiro 20 de agosto	306
Idealismo e realismo 4 de outubro	308
Por que lutamos 12 de outubro	310
Edmundo Bittencourt 22 de outubro	312
O manifesto republicano 3 de dezembro	314
Alegria por decreto 16 de dezembro	316
Baianos 23 de dezembro	318

1944

Um grande panfleto 19 de fevereiro	320
O idealismo de Wilson 20 de março	324
A política e os intelectuais 4 de abril	326
Liberdade para Mota Lima 22 de abril	328
Exemplo inglês 1º de junho	330

A Bahia e o mar 14 de junho	332
Luiz Tarquínio 26 de julho	334
Churchill e os italianos 20 de setembro	339
Proposta do Brasil 28 de setembro	341
Um mundo melhor 24 de outubro	343
1945	
Os homens bons e o bem comum 16 de fevereiro	346
Breviário da Bahia 22 de fevereiro	349
Triste balanço 24 de fevereiro	352
Novo timoneiro 27 de fevereiro	355
O aquário nacional 3 de março	357
Eis o plebiscito 6 de março	359
Um desertor da liberdade 9 de março	361
À maneira do DIP 10 de março	363
Naufrágio da ditadura 13 de março	365
Propagandas e candidatos 16 de março	368
Câmbio negro 20 de março	370
O leilão das prefeituras 24 de março	372
Cego das escrituras 27 de março	374
1946	
Sonho que passou 30 de abril	377
Vida nova para os municípios 24 de agosto	379
1958	
O jornalista Simões Filho 1º de abril	381
1965	
Adriano Gordilho 20 de abril	385
1984	
As mil faces do poeta 26 de abril	390
1989	
Rui e a construção da República 14 de novembro	392
1990	
A educação no Brasil 13 de maio	399
Índice de assuntos	403



A DEFESA DA LIBERDADE | Senador Garibaldi Alves

A DEFESA DA LIBERDADE

O centenário de nascimento de Luiz Viana Filho é um momento de relembrar o brilhantismo do ex-senador e ex-presidente do Senado Federal. E, assim, é possível constatar que suas idéias permanecem atuais e vigorosas, mesmo 18 anos depois de seu desaparecimento.

Viveu em uma época de extremos, como definiria o historiador Eric Hobsbawn, e, antes mesmo de os ânimos conflagrarem-se como na Segunda Grande Guerra ou na Guerra Fria, Luiz Viana Filho já havia decidido com que bandeira marcharia. Foi um defensor da Liberdade e da Democracia desde a origem.

Não abandonou seus ideais e convicções mesmo quando o terror nazista parecia irrefreável ou, mais tarde, quando o país se dividiu entre esquerda e direita. Quando a Revolução de 30 levou à ditadura do Estado Novo, apesar da censura, foi um crítico ferrenho de Getúlio Vargas.

No início do regime militar, colaborou de perto com o marechal Castello Branco quando o movimento teria como objetivo devolver aos civis uma nova situação de estabilidade e normalidade institucional e democrática. Foi assim, como chefe da Casa Civil, conciliador, que atuou em momentos delicados daquela encruzilhada histórica, como a duração do mandato de Castello Branco, a cassação de Juscelino, a rebelião da linha dura das Forças Armadas durante as eleições para governadores em 1965 e o esforço para reconstitucionalizar o país.

Acabou assistindo ao recrudescimento do regime de força. Afinal, como confidenciaria mais tarde, "começar uma revolução é fácil. Difícil é sair dela".

Já como governador da Bahia, em 1968, lançou a tese da pacificação nacional, como alternativa à Frente Ampla promovida, entre outros, por Carlos Lacerda. Insistiu na tese já como senador, em 1975. E pôde, como presidente do Senado, saudar a revogação do Ato Institucional nº 5, em 1978.

A BIBLIOTECA E SEU PATRONO

A Biblioteca do Senado se destaca hoje como fonte de informações confiáveis e atualizadas, com um corpo técnico de alto nível, essencial para o melhor desempenho dos trabalhos no Legislativo brasileiro.

Nos seus 182 anos de história, há que se registrar a colaboração fundamental do senador Luiz Viana Filho, bibliófilo e membro da Academia Brasileira de Letras. Admirador dos livros, em sua passagem pela Presidência do Senado Federal, deu impulso significativo à Biblioteca de nossa instituição. Não sem motivo, os Senadores reconheceram a iniciativa, dando para o acadêmico Luiz Viana Filho mais um assento “imortal”, como patrono da Biblioteca do Senado.

Político de destaque, reuniu em si, assim como os homens que escolheu para biografar, tanto o homem público como o homem de letras. “Nada interessa tanto o homem quanto o próprio homem, que continua a ser medida e razão de tudo.” Essa perspectiva por ele manifestada se traduzia tanto no dia-a-dia na política quanto na pesquisa histórica que empreendia para revelar as personalidades pelas quais se interessou, entre elas, Rui Barbosa, Joaquim Nabuco, Machado de Assis, Eça de Queiroz, Anísio Teixeira, Rio Branco, entre outros.

Foi deputado federal em seis legislaturas, senador em duas, chefe da Casa Civil da Presidência da República, governador da Bahia, confundindo, ele próprio, biografia e história.

O reconhecimento a Luiz Viana Filho se estende aos dias atuais, especialmente neste ano de 2008, quando transcorre o centenário do nascimento do político e intelectual baiano. A Biblioteca do Senado se mobilizou para homenagear seu patrono, possibilitando a edição deste livro, que reúne os artigos que Luiz Viana Filho escreveu em mais de 60 anos de colaboração para o jornal *A Tarde*.

Além dos diversos títulos que deixou, especialmente biografias de brasileiros ilustres, e que o levaram à condição

de acadêmico, Luiz Viana Filho publicou ensaios sobre personalidades e eventos históricos.

O trabalho da Biblioteca é meritório pela articulação que mantém com os que cuidam da memória de seu patrono. Um deles é João Justiniano da Fonseca, que apresentou à diretora da Biblioteca, Simone Bastos Vieira, exaustiva e competente pesquisa, que constituiu a primeira versão deste livro. O material, ampliado, ilustrado e organizado, é o que aparece nas páginas seguintes.

O Senado Federal, com iniciativas como esta, busca demonstrar seu compromisso em manter a memória dos grandes homens que pela Casa passaram, cuja marca, como este livro e seus textos agora recuperados, fica para as gerações futuras.

Senador Marco Maciel

PREFÁCIO | João Carlos Teixeira

A INTELIGÊNCIA SÓ VIVE EM LIBERDADE

*Pense nisto, rapaz
E nunca, nunca, nunca mais
Olhe pra frente
Sem antes olhar pra trás
Paulo Leminski*

Conhecer o que já foi escrito, especialmente os clássicos, é uma das fórmulas para uma boa caminhada rumo ao futuro.

Essa foi a direção encontrada desde cedo por Luiz Viana Filho. Órfão aos 12 anos, fez-se autodidata e encontrou nos livros, e principalmente na História, companhia para se situar no presente. Também foi assim que ofereceu aos que tiveram a oportunidade de acompanhá-lo, pessoalmente ou em leituras, elementos para melhor compreender quem somos e para onde podemos ir.

Essas características estão marcadas desde o início de sua vida profissional. Mesmo formado em Direito, foi na pesquisa histórica que apresentou alguns de seus primeiros escritos. *O Negro na Bahia* e *A Sabinada* demonstravam que narrar e documentar os fatos importantes do passado eram sua vocação.

Mais tarde, porém, ao publicar a biografia *A Vida de Rui Barbosa*, Luiz Viana Filho se viu em contato com o gênero literário que se tornaria sua marca pessoal. Muito jovem, foi questionado pela ousadia de escrever sobre o baiano mais ilustre enquanto outros, mais provecetos, se intitulavam especialistas em Rui – ou “ruístas”. Resolveu responder aos críticos por meio do ensaio *A Verdade na Biografia* e, assim, não mais abandonou o gênero, que lhe rendeu a eleição para a Academia Brasileira de Letras e o título de “Príncipe dos Biógrafos Brasileiros”.

“Creio que meu pai, se não tivesse enveredado pela biografia, teria sido historiador”, revela hoje Luiz Viana Neto.

Essa disposição de Luiz Viana Filho de pesquisar e lançar luzes sobre pessoas e fatos relevantes do passado não

se restringiu aos livros que escreveu. A ação na política sempre esteve secundada pela busca constante do conhecimento, revelada também na ampla biblioteca particular que ameilhou durante a vida, composta de obras raras, preciosidades garimpadas nas mãos de livreiros, no Brasil e na Europa.

Pela riqueza dos textos, da coleção de livros e das realizações na política legadas por Luiz Viana Filho, sempre houve pessoas atentas a sua produção intelectual, mesmo após sua morte, em 1990. Tanto que, desde então, foram produzidos diversos textos e biografias sobre ele, principalmente por colaboradores e amigos próximos como Navarro de Brito e Edivaldo Boaventura, que também foram secretários de Educação da Bahia durante a gestão Luiz Viana Filho. Outro estudioso da vida do político e escritor baiano é João Justiniano da Fonseca, autor de *A Vida de Luiz Viana Filho*, livro publicado em 2005 pelo Conselho Editorial do Senado Federal.

Paralelamente, cabe hoje à Biblioteca do Senado Federal parte da responsabilidade pela preservação da memória de Luiz Viana Filho. Em 1979, quando era presidente do Senado, ele foi responsável por um grande impulso à biblioteca, que ganhou novo espaço físico e, assim, nova significância dentro do Legislativo e entre as suas congêneres nacionais. Em reconhecimento, naquele mesmo ano, o Plenário do Senado resolveu torná-lo patrono da Biblioteca, batizada de Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho.

Mais tarde, a Biblioteca do Senado teve mais uma oportunidade de fundir a sua história à de Luiz Viana Filho. Em 1997, a instituição adquiriu os 11.740 volumes da biblioteca particular do ex-presidente da Casa, incluindo mais de 300 obras consideradas raras e preciosas. O ato, além de enriquecer o acervo do Senado, cumpriu desejo do próprio Luiz Viana Filho, de manter sua biblioteca íntegra e viva, aberta à consulta da população, como revelaria Luiz Viana Neto.

Com o patrono como ponto de referência, a diretora da Biblioteca do Senado, Simone Bastos Vieira, foi alertada por João Justiniano da Fonseca sobre a existência de excelentes textos de Luiz Viana Filho que estavam rumando ao esquecimento. O material havia sido encontrado por Justiniano em sua pesquisa para a biografia que escreveu e, para ele, não poderia ser relegado ao olvido em arquivos particulares.

Os escritos a que se referia Justiniano eram os artigos assinados por Luiz Viana Filho durante sua atividade como jornalista no diário *A Tarde*, de Salvador. Muito cedo, como nos revela Justiniano, Luiz Viana Filho levou sua inquietação intelectual para as redações do *Jornal da Bahia* e, logo depois, de *A Tarde*, onde por sua erudição, olhar crítico refinado e excelente texto, logo foi alçado à posição de articulista e redator de editoriais.

No material recuperado na extensa pesquisa de Justiniano, o primeiro artigo data de 1929 e o último, de 1990. A leitura não deixa dúvidas quanto a habilidade de Luiz Viana Filho com as palavras também no texto jornalístico. Mesmo produzidos tendo em vista seu caráter mais efêmero, os artigos publicados, além de terem leitura fácil e agradável, referem-se a fatos históricos e personalidades que oferecem legados permanentes, atuais. Luiz Viana Filho demonstra nas páginas que deixou escritas em *A Tarde* como era importante observar o passado em busca de lições que levassem às melhores decisões possíveis no presente.

O centenário de nascimento de Luiz Viana Filho foi, então, identificado como momento ideal para edição do material desvendado por Justiniano.

Faltava, porém, buscar os artigos escritos por Luiz Viana Filho no período entre 1935 e 1939, aos quais Justiniano não tivera acesso na sua pesquisa. Foi então que Edivaldo Boaventura, diretor-geral do jornal *A Tarde*, providenciou imagens dos artigos não alcançados e ainda, generosamente, consentiu na publicação dos artigos até 1990.

Os textos foram trazidos à ortografia atual, reunidos e organizados. Em conjunto com João Justiniano, os artigos foram acrescentados à seleção inicial de acordo com os critérios por ele estabelecidos (veja a introdução "Porque este Livro").

Discutiu-se ainda sobre a possibilidade de introdução de notas explicativas sobre alguns assuntos, o que, mais tarde, foi descartado, já que na maioria dos casos detalhes não impedem a leitura e o alcance da mensagem do escritor. E ainda podem estimular o leitor atento a novas pesquisas. A tarefa quebraria, conforme observa o próprio Luiz Viana Filho em um dos artigos desta coletânea ("Obstáculos a vencer", de 1º de novembro de 1938), o hábito da leitura apressada. Já há 70

anos atrás (!), o autor identificava que a velocidade dos eventos na vida atual mudava a relação do leitor com o livro:

De referência ao público convém assinalar que, embora seja cada vez maior a sua sede de conhecimentos novos, não se conforma em ler se não aquilo que se adapta a sua mentalidade e aos seus hábitos. Dentro do turbilhão crescente em que se agita, o homem como que não encontra tempo para se deter na leitura de obras de ficção, capazes de comovê-lo, mas jamais lhe trazerem ensinamentos de utilidade imediata. A vida parece se ter tornado curta demais para a contemplação. Quando, um sem número de invenções pareciam trazer-nos uma capacidade maior de dispor do tempo, a própria civilização [...] se incumbiu de nos esmagar com um número ainda maior de novas necessidades e novas ambições, que parecem já não caber dentro desse mesmo tempo multiplicado. E é preciso por essas circunstâncias que o homem lê, mas lê apressadamente, como se a sua inteligência pudesse acompanhar a velocidade dos aviões e aprender com a mesma facilidade com que se grava um disco. Mas de qualquer forma, o critério que o domina é um só: aprender o mais possível dentro do menor tempo. Por isso abandonou a ficção e procurou as grandes sínteses, onde os conhecimentos se condensam em formulas breves, ávido de elementos que o auxiliem a decifrar a esfinge.

É dentro desse ambiente, hostil à sedimentação de uma cultura, que o escritor se vê obrigado a desempenhar o seu papel, tanto mais difícil por ter de agradar e ensinar a um homem torturado pela pressa. Ensinar ao homem que lê no bonde, no automóvel, no avião, na sala de espera do cinema, mas que, entretanto, quer saber. Por isso teve o escritor de abandonar cada vez mais a imaginação para se transformar num apresentador de fatos, inteiramente objetivo, sintético, cruelmente despidido de qualquer artifício de linguagem, a frase desprovida de adornos.

[...] Desse modo abre-se um verdadeiro conflito entre os que escrevem e os que lêem. Estes a pedirem livros que se conciliem com a sofreguidão que os domina, e aqueles obrigados a buscarem uma fórmula que harmonize os seus deveres de direção cultural com os imperativos de um público absorvido pelo imediatismo.

Nesta e em outras situações, como homem voltado para as lições do passado, Luiz Viana Filho foi capaz de antever para onde a evolução dos fatos nos levaria. Foi assim, por exemplo, com a produção do álcool combustível, hoje tão em voga em um mundo que advoga pela diminuição do uso de recursos não-renováveis. “Agora, parece chegada a hora de voltar-se novamente, de bom ou mau grado, ao combustível produzido pela cana-de-açúcar”, afirmou o autor em 19 de maio de 1942, no artigo “O Álcool Motor”.

Porém, em nada Luiz Viana Filho se antecipou tanto quanto no ideal da Liberdade e na defesa da Democracia. E sua defesa de princípios ocorreu em um período turbulento para a humanidade e para o Brasil: o entreguerras. Na Europa, regimes autoritários, como os de Hitler, Mussolini, Stalin e Franco, disputavam a hegemonia com regimes baseados na liberdade de expressão e de escolha política pela população. No Brasil, o Estado Novo se firmava como uma das ditaduras mais controladoras que houve no país, com forte censura. Naqueles dias, manter-se fiel à Liberdade como utopia para pautar o convívio social significava ter uma convicção inabalável, sem possibilidade de ser cooptada pelas seduções do poder.

Somente o regime de liberdade poderá dar ao homem os meios necessários para uma organização muito humana e muito digna. [...] É que o homem pode ser feito para viver em sociedade, mas a inteligências somente se fez para viver em liberdade. (“Inteligência e Democracia”, 3 de setembro de 1935).

Já instituída a ditadura de Getúlio Vargas, no artigo “Democracia e Seleção” (11 de novembro de 1938), o autor afirma que, na Itália e na Alemanha, os líderes haviam chegado ao poder democraticamente, mas negaram o modelo que os escolhera. E questiona: “No futuro, como escolherá a humanidade os seus dirigentes, se dela desaparecer a liberdade?”

Falando sobre a declaração de guerra do Brasil aos países do Eixo, Luiz Viana Filho, além de defender a Liberdade como princípio, usa o seu artigo em *A Tarde* para, subliminarmente, driblar a censura e reafirmar suas opiniões.

É o mesmo Brasil, que se levanta pelos mesmos ideais que sempre o animaram e conduziram. Os ideais da liberdade, da fraternidade e da paz, que a ambição dos ditadores tem tentado afogar na opressão. ("Porque Lutamos", 24 de agosto de 1942).

A partir de então, com o Brasil aliado ao bloco favorável à democracia liberal capitaneado por Estados Unidos, Inglaterra e França, Luiz Viana Filho aproveita para falar abertamente contra os regimes de força. Por ocasião da queda de Mussolini, ele analisa o ambiente político em um país que derruba o seu ditador:

Como acontece nas ditaduras, abolida a liberdade de crítica, o governo e os seus problemas passam a ser alguma coisa misteriosa, confinada no ambiente estreito e vicioso das camarilhas, de modo que qualquer mudança traz como consequência a elevação ao poder de personalidades inteiramente alheias à marcha dos negócios públicos. E, assim, chegada a hora, que é fatal, da substituição do ditador e dos seus sequazes, vê-se a nação a braços com uma crise igual à que, hoje, assoberba o povo italiano, inteiramente desorientado, sem chefes que conheça e nos quais possa confiar, e sem homens integrados com a realidade de uma situação que a propaganda oficial dos ditadores é a primeira a deformar e esconder. ("Democracia e Ditadura", 12 de agosto de 1943).

O horror à guerra também aparece nas linhas de Luiz Viana Filho. No Dia das Mães de 1943, o escritor se refere às mulheres para tentar dar a dimensão das barbaridades cometidas por líderes, especialmente em regimes autoritários:

Somente [as mães], na sua ternura, no seu carinho, no seu amor, poderão compreender em toda a extensão a infâmia dos regimes em que os homens, em nome de um credo inspirado na força e para o qual não há maior crime do que a crença na liberdade, não poupam sequer a inocência das crianças. ("Mensagem às mães", 7 de maio de 1943).

E, como proposta para evitar novas guerras, o autor propõe que haja formas de impedir novas atrocidades como as patrocinadas pelo nazismo.

Tanto em nome da paz universal, como para ressaltar os direitos dos indivíduos, o direito internacional já se não poderia manter numa posição de tolerância ante a organização interna dos Estados. Teria de permitir que os Estados, no propósito de garantir a paz no mundo, não pactuassem com a implantação e existência de regimes privados da liberdade de religião, da liberdade de pensamento e da liberdade da palavra, pois somente assim poderão sanear os ambientes internos evitando que pela vontade unipessoal, onipotente dos ditadores, se preparassem as atmosferas donde, certamente, acaba germinando a guerra e o sacrifício das liberdades essenciais ao pleno desenvolvimento da pessoa humana. ("A Tese Levi Carneiro", 20 de agosto de 1943).

Finalmente, em fevereiro de 1945, Luiz Viana Filho vê a possibilidade de voltar a opinar acerca do ambiente político no país. E prontamente comenta a entrevista dada ao jornalista Carlos Lacerda por José Américo de Almeida ao diário carioca *Correio da Manhã*, tida como marco que contribuiu para pôr fim à censura e, mais tarde, à ditadura do Estado Novo. "Infelizmente, nem sempre os homens se saciam ou percebem que é hora de se retirarem." ("Triste balanço", de 24 de fevereiro de 1945).

Não tardou, então, para que o autor voltasse à política, eleito deputado constituinte. A partir de então, a colaboração como articulista em *A Tarde* ficou mais espaçada. Ainda assim, não deixou de escrever para marcar a passagem de efemérides e feitos de brasileiros ilustres.

A publicação de livros (como mostram as páginas de rosto de edições da biblioteca particular do próprio Luiz Viana Filho, apresentadas nas próximas páginas) eram sempre oportunidades encontradas pelo autor para chamar os leitores para assuntos que considerava dignos de atenção. Tiradentes, Mauá, Padre Feijó, Princesa Isabel, D. Pedro II, Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, Luiz Tarquínio, Lindolfo Collor foram algumas personalidades sobre as quais Luiz Viana Filho apresentou seu olhar aos baianos.

Ele também alertou para a importância das bibliotecas no desenvolvimento de um povo e de uma sociedade. Assim como fez na sua passagem na Presidência do Senado, de-

dicou um artigo inteiro (“A Biblioteca”, 13 de maio de 1943) para pedir a realização, com urgência, de obras de proteção contra o fogo, caruncho, cupim e traça na Biblioteca Pública da Bahia. E, já em 1939, identificava:

A consequência imediata de um número considerável de bibliotecas abertas ao público é o desenvolvimento do gosto pela leitura, o prazer de adquirir novos conhecimentos. [...] Tudo isso constitui índices cuja significação na cultura e no aperfeiçoamento de um povo não será necessário comentar. Se Sócrates teve razão, dizendo que o homem só poderia melhorar pelo conhecimento, é fácil imaginar-se para onde caminha a América. (“Instituições Culturais dos Estados Unidos”, 18 de dezembro de 1939).

A Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, com esta seleção, muito além de homenagear o seu patrono no transcurso de seu centenário, espera oferecer uma apreciação atual e competente sobre o passado recente do Brasil e do mundo, por um homem de letras, dedicado à observação da história e das personalidades que a fizeram.

Cabe aqui, então, registrar o agradecimento a todas as pessoas que fizeram este projeto possível, principalmente a João Justiniano da Fonseca, admirador de Luiz Viana Filho e pesquisador incansável, responsável por trazer à vida, em forma de livro, textos de grande valor, até então esquecidos. A oportunidade desta publicação deve-se, sem sombra de dúvidas, à sua lealdade ao amigo e à sua sensibilidade de identificar a qualidade do que encontrou.

O livro também contou com a inestimável colaboração de Edivaldo Boaventura, que franqueou os arquivos de *A Tarde* e da Academia de Letras da Bahia. Assim, a obra nasce completa e com o capricho editorial dado pelas reproduções em fac-símile de páginas do jornal no período em que Luiz Viana Filho participou do cotidiano daquele diário baiano, pesquisadas por Maurício Villela, coordenador do Centro de Documentação de *A Tarde*.

É preciso registrar ainda o interesse contínuo com que Luiz Viana Neto acompanha e estimula a preservação da memória do pai junto à Biblioteca do Senado, desde o início

incentivando e permitindo que os livros e escritos do pai fossem promovidos pela instituição.

Para finalizar, cabe ao próprio Luiz Viana Filho dar o devido relevo à tarefa de contemplar a História e a leitura dos bons textos que nos chegam às mãos com boas recomendações:

Para que serve o passado das nações? Para que serve se não para inspirar e fortalecer as gerações, que se vão sucedendo, e dar a cada qual delas a consciência de que lhe assiste o dever de transmitir às que vêm, tão alto e tão puro quanto o receberam das anteriores, a flama da nacionalidade? Não servisse para isso e mais valeria que o esquecêssemos, pois, pelo menos, não sofreríamos o confronto. Não julgaríamos os que passaram, nem seríamos julgados pelas que virão.

Mas, o passado existe. Vive em cada consciência, vive em cada um de nós, e a ele não podemos fugir. Vive em todos os povos. E nos grandes e graves momentos ninguém se pode furtar a encará-lo e invocá-lo. ("Olhemos o Passado", 22 de agosto de 1942).

João Carlos Teixeira
Comissão Comemorativa do
Centenário de Luiz Viana Filho



INTRODUÇÃO | João Justiniano da Fonseca

Tempo presente



50 anos na imprensa

No dia 28 de dezembro de 1925, um jovem estudante ingressa na "A Tarde" como repórter. Chamava-se Luiz Viana Filho. Tendo como companheiros outros jovens que do mesmo modo, dividiam o seu tempo entre o estudo e o trabalho, foi dos que progrediram rapidamente no jornalismo, pela seriedade e inteligência. Logo se tornou redator.

E nesta função prosseguiu até que a vocação da política se confirmou na conquista do primeiro mandato eletivo, em 1933, quando foi compor a Constituinte da nova República. Voltava quatro anos depois, ao ser interrompida, com o advento do Estado Novo, a atividade política. E neste jornal, novamente seu redator, participando de campanhas, assinando artigos, Luiz Viana Filho se conservou até o renascimento democrático, em 1945. Os sucessivos mandatos não mais lhe permitiram, daí por diante, tornar à militância do jornalismo. Manteve-se, porém, sempre muito próximo desta Casa. Invariavelmente fiel ao programa comum e à solidariedade com os antigos companheiros. Por isso, ao completar-se, ontem, cinquenta anos sobre sua iniciação na imprensa — vale dizer, seu jubileu jornalístico —, as manifestações que o envolveram e a que se juntou a Associação Bahiana de Imprensa, cujo Presidente, Sr. Afonso Maciel Neto, fez-lhe chegar uma expressiva mensagem de congratulações.

A Tarde registrou os 50 anos de Luiz Viana Filho na imprensa em 1975. Ele ainda teria mais 15 anos na profissão, como colaborador do jornal baiano.

PORQUE ESTE LIVRO

Para elaborar a biografia de Luiz Viana Filho, editada pelo Conselho Editorial do Senado Federal em 2005, pesquisei no *Diário da Bahia*, a partir de 1924, quando iniciou a carreira jornalística, e em *A Tarde*, a partir de 1925. Com alguma falha certamente, porque nem tudo é alcançado pelos olhos do pesquisador, li os seus artigos a partir de 1929, quando se iniciou como articulista, até 1990, quando se aproximava o momento de fechar os olhos à vida e entrar para a eternidade. De logo senti que não se poderia deixar esquecido, quero dizer, perdido, em velhas folhas de imprensa um material tão bom, um trabalho tão valioso para os estudiosos, e, pelos conceitos expendidos e exemplos de vida apresentados, tão útil à sociedade. Pensei nesta antologia.

Aos 16 anos de idade, toma assento como repórter no *Diário da Bahia*. Adolescente, quase uma criança em um tempo em que a maioria se dava aos 21 anos. O desejo de ser gente, a febre do trabalho, a inquietação da inteligência, alguma coisa assim o conduz a cedo iniciar-se. De começo, no *Diário da Bahia*, foi companheiro de Clemente Mariani, Nestor Duarte, Jerônimo Sodré Viana, Aloysio de Carvalho Filho, Albérico Fraga, Alfredo Curvelo e Hermes Lima, moços que em dias próximos viriam a brilhar nas letras ou na política. Estreava ao lado de pessoas experientes, com as quais se enturmou e ao lado das quais se fez homem. E certamente contribuíram, pelas lições do comportamento, para que encontrasse, sem mora, os caminhos da dignidade e do respeito ao ser humano, do trabalho, da liberdade, da força do querer. A Hermes Lima, teve, por algum tempo, como companheiro: "Na ocasião, Hermes Lima e eu morávamos em uma modesta pensão, na Travessa do Rosário, e a vida em comum nos fez amigos para sempre". Hermes Lima, por sinal, ao lado de Aliomar Baleeiro, exerceu influência no rumo de sua vida, como iria confessar, mais tarde a João Condé para os seus célebres *Arquivos Implacáveis*.

Logo mais estava em *A Tarde*, como redator, e em pouco escrevia diariamente, ora a então chamada página de

fundo, ora um dos tópicos da página de opinião, a que chamaria de *suelto*, além de continuar trabalhando na redação da matéria vária e publicando os artigos assinados, que produziria a vida inteira, mesmo quando deixou a redação do jornal.

Acerca do *suelto* deixaria este registro, na crônica "O Jornalista Simões Filho", de 1º de abril de 1958:

[...] exceto por ocasião de grandes acontecimentos extinguiu o terrível artigo de fundo, de cuja confecção, no *Diário da Bahia*, fui das últimas vítimas, pois, sem ele não se 'fechava a página'. Simões Filho substituiu-o pelo *suelto*. O *suelto* é uma espécie de artigo em trajes de praia: *short* e blusão. É popular, nada tem de erudito ou pretensioso, e deve ser claro, gracioso, e se possível, mordaz. É um caminho sem volta entre o jornalista e o leitor. Deve ir direto e rápido ao alvo. E nisso, Simões Filho foi realmente incomparável. Dele podemos dizer que possuía o gênio do *suelto*. Tinha-lhe a medida exata: nunca mais de um palmo de coluna. Mas, aí, nesse pequeno espaço sabia dizer quanto queria, e de modo a impressionar e convencer o leitor. Às vezes, bastava o título, ou uma simples frase, que logo circulava pela cidade. Geralmente, coisas simples, ao alcance do homem da rua, que assim se integrava na opinião pública. Na realidade, o *suelto* foi a grande arma do jornalista: verdadeiras granadas, terrivelmente destruidoras.

Aluno, muito bom aluno do fundador de *A Tarde*.

Somente a partir de quando foi ministro-chefe da Casa Civil do governo Castelo Branco e, em seguida, governador da Bahia entre 1964 e 1971, não produziu regularmente os seus artigos para *A Tarde*. O tempo não lhe sobrava para tanto. É possível, também, que considerasse irreconciliável a tarefa do articulista, com o exercício dos altos cargos executivos. Não os produziria mais a partir daí. Em certos momentos, ele confessaria, o melhor que pôde fazer pela Bahia foi silenciar.

Ainda assim, jamais deixou de ser presente aos grandes momentos do jornal. Por exemplo, no ensejo das comemorações do centenário de nascimento de Adriano Gordilho, rende uma carinhosa homenagem àquele a quem se referia com um sentimento do mais comovedor afeto: "para mim

seria antes de tudo o Padrinho a quem me ligaram os mais fundos laços de gratidão filial”. Vem publicado em *A Tarde* de 20 de abril de 1965, quando exercia a chefia da Casa Civil da Presidência da República. Nem toda a ocupação, nem toda a preocupação de ordem política e administrativa, seriam razão para esquecer a data.

Mesmo durante o exercício da senadoria, colaborou eventualmente. Nunca deixou, depõe Jorge Calmon, por longos anos diretor e redator-chefe do jornal, de atender aos pedidos de *A Tarde* ao ensejo da comemoração das grandes datas nacionais.

Nos artigos assinados, ia desde o comentário de ordem política, social e econômica, até a apreciação de livros e homens, não faltando a defesa do funcionário público, a reclamação sobre os baixos salários e a crônica política de oposição, e, numa constante que foi de vida inteira, a palavra em defesa da educação, do ensino em todos os seus níveis. Levantou, muitas vezes, o problema da lavoura cacaueteira, que era, então, a base da economia baiana.

Impressionam a vivacidade e a lucidez com que analisa os fatos e os expõe, a preocupação com a liberdade dos povos e a paz universal, com a ordem democrática. Impressiona, também, a dedicação, o cuidado no estudo da fauna humana, o carinho para com os grandes homens, cuja vida e cuja imagem procura destacar, parece que oferecendo-os como exemplo, como modelo aos concidadãos. Por vezes faz a defesa daqueles que se lhe afiguram como agredidos, como atacados injustamente. É bem o que se vê na apreciação das figuras de Dom João VI e Hermes da Fonseca. É o estudioso, o biógrafo, que se revela desde cedo, ao lado do homem de sensibilidade. Na crônica política de oposição, sabe reclamar, contestar, criticar sem uma palavra de agressão, de ofensa, leve que fosse. Pode-se bem dizer: era, ao ingressar no jornalismo, um homem iniciando a carreira política, na qual cresceria sem interrupção e brilharia continuamente até o derradeiro dia de vida. Sem nunca hostilizar o adversário, sem jamais fazer um inimigo no contendor, sem ao menos aceitá-lo como tal.

Busquei selecionar apenas os trabalhos que têm vida permanente, sobretudo os que revelam a sensibilidade e as convicções do escritor. Olho ao finalizar a tarefa, relendo os

artigos de Luiz Viana Filho, para comparar à obra biográfica e historiográfica trabalhada com tanto zelo, rigorosamente em cima da verdade, com apoio na pesquisa, sem expender uma opinião. Tento compará-las. Não sei, não me atrevo. Seria maior o "Príncipe dos Biógrafos Brasileiros", verdadeiro e contido na opinião pessoal ou o articulista que faz cátedra no escrito? Ali conta fatos, cimenta-os sem comentar. Contesta aqui, reclama, critica, mostra a verdade e aponta o caminho sem uma palavra de melindre pessoal. Tarefa para os mestres a comparação. A mim basta e conforta espiritualmente apresentar o jornalista no seu trabalho.

Estréia como articulista em 1929, em um trabalho sobre Joaquim Nabuco, desses de causar inveja a muito veterano. Era a ponta da linha para a tessitura da biografia. Ainda nesse ano escreve o seu primeiro artigo sobre Rui, acerca de quem, aliás, deixa outros escritos em *A Tarde*. Se o primeiro – "A Fuga de Rui" – é de 1929, o último – "Rui e a construção da República" – vem a ser de 1989, e são aí, 60 anos de estudo da grandeza da "Águia de Haia", – talvez se comporte manifestar um pouco da vaidade da gente – "Águia Baiana" voando no espaço universal. Entre o primeiro artigo e o último, escreveu e reescreveu onze vezes a biografia daquele que, em seu tempo, foi a expressão maior da inteligência e da cultura jurídica e política brasileira. Somem-se a esses 60 anos de articulista os quatro anos de repórter no *Diário da Bahia* e redator em *A Tarde*, e temos 65 anos de pena e prensa. Pode-se concluir que Luiz Viana Filho, ainda que com interregnos vários, foi homem de imprensa a vida inteira. Desfilam pela sua pena nesse entretempo, personagens como Carneiro Ribeiro, Mauá, Pedro II, David Campista, Xavier Marques, Hermes da Fonseca, Stefan Zweig, Princesa Isabel, Seabra, Feijó, Edmundo Bittencourt, Luiz Tarquínio, Simões Filho, Afrânio Peixoto, Adriano Gordilho, entre outros.

No particular da crônica política de oposição, argumentava com a força da convicção, clamando alto e corajosamente contra os regimes ditatoriais, defendendo e reivindicando, pugnando pelos princípios de liberdade. Buscava e expunha exemplos. Ia à França, aos Estados Unidos e à Inglaterra; transcrevia autores, contestava os regimes de força fincados na Alemanha, na Itália, na Espanha e no Brasil de Getúlio Vargas.

Em referência às lutas do povo francês na busca da liberdade, o autor dedica palavras firmes à Queda da Bastilha:

14 de julho. Não é este apenas um dia da França, um dia do velho espírito gaulês. Não. É alguma coisa a mais: é um dia da humanidade. 14 de julho é o marco da nossa era. É o divisor de águas entre o mundo que passou, o mundo da opressão e do absolutismo, e o mundo que vivemos e queremos continuar a viver, aquele da liberdade, igualdade e fraternidade. ("Estrela da Liberdade", 14 de julho de 1942).

Agora transcreve da revista americana Companion, esse trecho, que é uma lição de democracia:

Critique aberta e construtivamente. Isto aqui é um país livre e nós estamos lutando para conservar as nossas liberdades – liberdade de palavra, liberdade de imprensa, liberdade de opinião. Criticar francamente o governo ajudará a nação a ganhar a guerra. ("Liberdade Não Faz Mal", 10 de março de 1942).

Adiante cita Roosevelt:

Neste caso está Franklin Roosevelt, cujo título, o seu grande título, não é ser presidente da maior democracia do mundo, mas o de ser tornado, pela decisão das atitudes e pela fé imanente nas suas palavras o líder mundial da liberdade, o homem em cuja ação repousa, não apenas a confiança dos seus compatriotas, mas a esperança de milhões de seres humanos, que têm sede e fome de liberdade. ("Isto É Uma Democracia", 14 de abril de 1942).

Este, o diapasão do jornalista Luiz Viana Filho. Convicto, lúcido, consciente. Um retratista de figuras humanas da política e das letras nacionais. São, aí, repita-se, 60 anos de atividade intelectual, na qual prevalece a elaboração do texto historiográfico, a feitura da biografia, a apreciação sobretudo da figura humana. Tratar de pessoas, sobre pessoas e com pessoas, seria o seu destino no correr de 82 anos. Deve ter aprendido o manejo suave e coloquial da palavra nos seus primeiros anos com o pai – jurista, político, governador do Estado, se-

nador da República. A seguir, com os amigos deste, entre eles Pedro Lago, cujo relacionamento manteve sempre.

Ao lado do historiador, do biógrafo empenhado na pesquisa e na busca da verdade histórica e biográfica, que se revela desde o seu primeiro artigo publicado em 1929, pontifica o jornalista político de combate, decididamente oposicionista, revolucionário. E de boa verve. Veja-se, como exemplo, só este trecho de um trabalho de 1930:

Quando ainda pequeno assisti pela primeira vez ao funcionamento de uma usina, o que mais me deslumbrou ante o maquinismo complexo de rodas dentadas, esmagador, turbinas, etc., foi um pequeno tubo colocado sobre a caldeira e que de espaço a espaço deixava escapar um assobio rouco.

Explicaram-me – era a válvula de segurança – e depois, vim a saber que todas as máquinas a vapor a possuíam.

Os tempos mudaram, e, agora encontrei uma que não dispõe da tal válvula: o poder discricionário. Não sei se não oferece perigo, mas com certeza tem as vantagens de um manejo fácil, pois, dispensa várias peças que apenas servem para complicar a engrenagem, opondo resistência à marcha rápida da administração.

Não necessita da lei, pouco se lhe dá a justiça, despreza o processo e tudo faz apenas pela sua vontade. Nada lhe opõe embargos. Tanto esmaga como pulveriza, condena, ou absolve, faz e desfaz, dissolve ou cria reputações, e para tudo isso apenas uma coisa: o seu próprio querer. (“Bahia, dezembro de 1930”, 19 de dezembro de 1930).

Neste trabalho de pesquisa, o ponto de partida – e até o ponto alto – seria, repito-me para enfatizar, *A Tarde*. A partir de 1925, ano em que se iniciou, até 1990, quando faleceu, busquei no jornal tudo que escreveu Luiz Viana Filho em matéria assinada. Escapou-me conhecer o trabalho publicado entre 1936 e 1938. Os jornais desse período encontrados não ofereciam condição de leitura. Já agora tudo arquivado em microfilme, foram resgatados pela mão jovem de João Carlos Teixeira, destacado pela Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, do Senado Federal, para coordenar a edição da antologia. É um crédito que lhe devo e do qual, deixo registrado o carinho e o agradecimento. O livro estaria incompleto sem o seu trabalho.

Em 2005, fechei a pesquisa, que alcançou o Arquivo Público da Bahia, a Universidade Federal da Bahia, o Colégio Central da Bahia, a Biblioteca Central da Bahia, o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, o Cartório da Sé, e levou à biografia *A Vida de Luiz Viana Filho*. Ao cabo desta, recorri ao lazer na releitura dos artigos do biografado, que, antes, lera às pressas. Senti de logo, que para resgatar o trabalho do articulista, esquecido por ele próprio no fundo do jornal, impunha-se uma seleta dos artigos. Considerei que, além da crônica jornalística do dia-a-dia, cujo conteúdo se esgota sem demora, há a crônica política e social da época, um material de vida permanente, de alto valor cultural, que não se pode perder. São retratos biográficos, pequenos ensaios históricos, apreciações de ordem econômica perfeitamente atuais.

Na releitura, amadureceu a idéia da antologia, que inicialmente publiquei no meu *site* www.joa Justiniano.net. Agora, com a participação do Joca Teixeira, ampliada para o livro, aqui vai ela. Escritos da natureza dos que se apresentam, vale a pena resgatá-los e pôr mais facilmente à vista dos pesquisadores, dos apreciadores do belo e do útil, dos que gostam de ler boas informações, dos que se interessam pela bibliografia dos grandes escritores e dos grandes homens, nos quais buscam o saber. E só por via do livro se faz isso.

Temos, então, em parte, o jornalista Luiz Viana Filho no escrito assinado. O trabalho de redator de textos vários, no correr de 18 anos de jornalismo, entre 1925 e 1935 – quando o interrompeu para uma rápida passagem de dois anos pelo Congresso Nacional, fechado em 1937 – e entre 1938 e 1945 – são anônimos, não há como separar do trabalho dos seus colegas de redação. Eleito pela segunda vez deputado federal em 1945, se afastaria em definitivo da atividade redacional, permanecendo apenas como colaborador.

A seleção não foi fácil. Tudo é bom de ler, sobretudo quando se gosta da leitura e se admira o autor. A matéria é vasta e imaginei desdobrá-la em duas partes. Isolei a de oportunidade, aquela que não desperta maior interesse para o futuro, ainda que toda ela tenha o mérito de mostrar o pensamento do intelectual, dizer de sua sensibilidade, firmar as suas convicções. Aqui o material selecionado, uma antologia para a leitura agradável e quiçá para o estudo. O

pesquisador de amanhã certamente encontrará informes que lhe interessarão. Deixo em arquivo à parte, congelada para rever e repensar sobre ela no futuro, a matéria que chamo de oportunidade. São os artigos de cunho político do interesse público, de defesa da sociedade, quer no âmbito nacional como no estadual e municipal de Salvador. Inclui a defesa de categorias funcionais ou instituições, de bairros periféricos. Quem sabe, ainda terei idade e oportunidade para apreciar o trabalho do tribuno no Congresso Nacional? Afinal, o biógrafo de Rui foi como se fosse seu aluno. Possivelmente terá marcado tiradas antológicas.

Sirva esta antologia para resgatar o essencial do trabalho jornalístico de Luiz Viana Filho e elevar ainda mais seu nome, bem como para orientar os que no futuro busquem conhecer sobre ele e estarei feliz. Posso dizer, e me sinto orgulhoso por isto, que pratico uma ação de amor. Fomos amigos e ele me dizia amigo dileto. Como que o ouço, neste momento ao telefone: "Fonseca, estou com saudades suas. Você nunca mais apareceu". Era uma intimação.

João Justiniano da Fonseca

LUIZ VIANA FILHO | O JORNALISTA

JOAQUIM NABUCO

Sob o ponto de vista puramente histórico a biografia tem sofrido nos últimos tempos sérios reveses. É uma fonte quase sempre claudicante e que raramente traduz com exatidão os fatos do passado, visto os fatores que para ela concorrem mais freqüentemente, virem sempre envoltos por uma ganga que prejudica o historiador, e o faz perder o rumo exato. São cartas escritas em momentos de paixão e que não podem traduzir o retratado, depoimentos em que a memória já se embaçou pelo perpassar do tempo e muitas vezes próprios autógrafos a que se deve dar o maior valor e que no entanto também pecam pela insinceridade.

Poucos meses fazem que um fato curioso teve lugar no círculo dos historiadores franceses. Tratava-se de Musset e os biógrafos pressurosos de ampliarem os seus conhecimentos correram a desenterrar a correspondência do poeta com a célebre George Sand. As cartas foram lidas com avidez e tidas como a melhor documentação que se podia ter da vida amorosa do literato francês. Eram epístolas transbordantes de amor onde o poeta pusera o melhor do seu talento para dizer à sua Beatriz a felicidade que desfrutava graças aos seus carinhos. Cada carta um hino de amor, uma página de felicidade. A nova correu, tomou foros de verdade e muitos talvez já invejassem a ventura de Musset...

Mas as pesquisas continuaram e eis quando coisa mais célebre do que as cartas foi trazida à luz: o diário íntimo de Musset. Era o oposto das cartas. Ao invés de páginas de felicidade, lamentações profundas, imprecações contra o destino que lhe negava o que ele pedia: a felicidade amorosa. Na mesma data em que escrevia cartas a Sand inundadas de reconhecimento, anotava no seu diário íntimo o verdadeiro reflexo do seu pensamento, a desventura de suportar uma mulher velha e feia como George Sand. E assim a correspondência antes tida como valiosa ficou reduzida a simples cartas de pragmática em que não havia sinceridade nem verdade, mas apenas ditadas pela obriga-

ção de continuar a amar a quem já não amara.... Assim são as biografias.

Mas deixemos Musset, pois quero falar de Joaquim Nabuco, sobre cuja vida sua filha Carolina Nabuco acaba de publicar um trabalho em que relevados alguns defeitos que podemos chamar de técnica biográfica, temos uma obra que deve ser lida, e principalmente pela geração nova que aí encontrará um belo exemplo de caráter e de coração.

No último quartel do segundo reinado, Nabuco é, politicamente, a figura mais curiosa. Isso por que numa época em que o país vivia rigorosamente arregimentado em partidos que disputavam o poder a todo o transe, o representante de Pernambuco foi uma exceção e até um intruso: um homem sem partido.

Animado por um patriotismo sincero via sempre o interesse coletivo acima do interesse particular, a nação acima dos partidos. Eleito pelos liberais, pertencendo a uma família tradicionalmente liberal não nega o seu apoio franco, decisivo e brilhante aos conservadores quando estes participam das suas idéias.

Na política interna, o seu ponto culminante é a campanha abolicionista. Ainda menino esse sentimento anti-escravagista brotara-lhe do coração. Um escravo fugido arroja-se aos seus pés em busca de guarida. Depois com os estudos, o amadurecimento das idéias, a razão alia-se ao coração, e essa couraça de convicção e ideal arroja-as à luta. Não teme adversários. No parlamento, sempre animado por esse fogo sagrado que lhe incandesce a imaginação fértil, é sempre o mesmo orador empolgante da causa dos escravos. Nas suas orações, as imagens aparecem numa harmonia e beleza que encantam os auditórios, mesmo os adversos. Cada discurso é uma vitória, e assim não se cansa no trabalho insano para obter a abolição. Depois são as campanhas do Recife, onde ficam célebres as conferências do Santa Isabel. Depurado, é novamente eleito um mês depois e prossegue na sua marcha triunfal, sem ceder um palmo da linha que traçara à sua conduta: advogado da abolição. E assim, numa exuberância fecunda, luta durante dez anos em busca de um ideal, que lhe custa o sacrifício das posições oficiais e rouba-lhe até a cadeira de deputado, e a tribuna do parlamento. Busca en-

tão a imprensa e aí, em artigos contínuos é sempre o mesmo homem de convicções inabaláveis disseminando a idéia, analisando, destruindo e convencendo

A sua ação alcança um raio de propagação imenso, por todo o Brasil, e é assim sempre de lança em riste contra os ministérios escravagistas que o colhe a nova alvissareira, a coroação dos seus esforços, a lei de 13 de Maio. Vencera a campanha. A peleja fora árdua mas alcançara a recompensa suprema: o país livre da escravidão.

O gesto da princesa o fizera um monarquista. Bate-se então pela federação. É o meio de evitar a república. Dessa vez, porém, não lhe sorri a vitória: a federação vem com a república.

Vendo o país governado por um sistema contrário às suas idéias e conhecendo a impossibilidade da reação, não teme em retirar-se da vida pública para exilar-se no seio da família, primeiro em Londres e depois em Paquetá. São dez anos de retraimento, uma década de estudos em que elabora as suas duas grandes obras: *Um Estadista do Império* e *Minha Formação*.

É quando a república reclama a sua cooperação. O seu primeiro movimento é de recusa, mas quando lhe falam na Pátria, nos serviços que ainda poderá prestar ao país, não tem pejo de servir com o novo regime e segue para a sua missão como advogado do Brasil na questão da Guiana Inglesa. A justiça de Salomão do Rei da Itália infringe-lhe uma derrota que o Brasil recebe ovacionando o nome de Nabuco, por que bem sabia o que fora a sua ação insuperável e de que Rui escrevia mais tarde: "A nossa defesa pelo Sr. Joaquim Nabuco é um trabalho maravilhoso e colossal de crítica, de argumentação e de talento. Bastaria ele só para lhe honrar a vida e fazer o nome".

Nabuco que iniciaria a vida por uma campanha interna iria encerrá-la com uma internacional. Embaixador nos Estados Unidos, ele, cuja vida fora uma sucessão de ideais, forra-se com o pan-americanismo, visando o engrandecimento do Brasil no estrangeiro. E dessa vez é a sua vitória com a realização da Terceira Conferência Pan Americana no Rio de Janeiro e a visita de Elihu Root, que lhe proporcionariam a última visita à terra natal.

E em janeiro de 1910 atravessava o oceano de regresso à Pátria no único meio em que o não queria fazer como ele mesmo dissera: no caixão. Findara-se uma grande vida que deve ser um exemplo a imitar e que fora “um belo sonho realizado por um especial favor da Providência”.

3 de abril de 1929

13 DE MAIO, OS PARTIDOS E A ABOLIÇÃO

Sempre que se tem em mente diminuir a República e apontar-lhe os defeitos, usa-se entre nós de um artifício curioso: glorifica-se a Monarquia e em seguida faz o paralelo. O resultado é certo: o antigo regime vence a batalha. Em primeiro lugar citam-se os homens públicos, os conhecidos estadistas do Império, e depois, mostram-se os partidos que viveram à espera que o poder Moderador chamasse-os a S. Cristóvão: bandeiras, convicções, princípios, idéias quem será capaz de dizer que não existiram antes de 1889?

A campanha abolicionista, cujo auge medeia entre 1871 e 1888, além de sua vitória estrondosa deu-nos oportunidade a conhecer hoje com bastante clareza os andrajos que existiram sob a capa da austeridade e da dignidade. Com exceção de alguns vultos como Cotegipe, Nabuco, Andrade Figueira, Martinho Campos e poucos outros que, bem ou mal, certos ou errados, atravessaram toda a campanha aferrados à mesma idéia, presos à mesma convicção, o panorama que se nos oferece ao rememorar essa luta de quase 20 anos é o de políticos que apenas tinham dentro de si uma ambição: o ministério! E como ser ministro? A resposta de ontem para hoje não variou muito: agradar o executivo. De forma que ao invés de políticos arregimentados sob a mesma bandeira, ligados pelos princípios, o que vemos na maioria ao alongar a vista para meio século atrás, são os políticos profissionais de sempre a esperarem o aceno de D. Pedro II, esse aceno que, no dizer de Agenor de Roure, fez a lei dos sexagenários...

E se hoje indagamos: qual o partido abolicionista? Liberais ou conservadores? Ninguém o saberá. Ambos o foram. Dependia do momento. Tanto a Lei do Ventre Livre como a da abolição partiram das fileiras liberais, combatidas pelos conservadores, mas bastou que transpirasse o desejo de D. Pedro II e de D. Isabel para que os conservadores transformassem-nas em lei. Assim se fez a abolição, que em toda nossa vida de nação representa talvez, a maior luta depois da Independência.

Desde os primeiros dias que se sucederam a 1822 que existiu no Brasil a idéia abolicionista. A princípio, José Bonifácio e os irmãos França cogitaram extinguir a escravatura, mas o pensamento era prematuro e não se pode desenvolver. O ambiente ainda não suportava tal reforma, o escravo era a força viva, o esteio da nobreza. E o que era o Brasil senão essa nobreza de barões e baronetes vivendo uns na corte e outros nos engenhos?

Bela idéia, pensamento generoso, mas que se não podia ainda semear. Mais tarde passadas algumas décadas é que se iria formar a consciência abolicionista do país, capaz de agitar a nação numa luta empolgante, arrebatadora, vibrante em que terçaram armas os mais brilhantes espíritos daquela época.

Em 1852, Silva Guimarães, deputado cearense, propunha uma lei idêntica à do ventre livre. Ainda era cedo e o projeto encalhou por entre os projetos renegados do Parlamento.

Quase vinte anos mais tarde é que Rio Branco assinava a Lei do Ventre Livre. E na mesma época os jornais da Bahia formavam um pacto para não mais publicarem anúncios de venda e leilões de escravos.

O filete d'água, na expressão de Nabuco, começava a avolumar-se. De simples fio d'água a abolição ia se tornando um córrego e daí num Amazonas que lavasse o país de norte a sul com os seus ideais humanitários da redenção do negro.

1884 é o marco do ápice da batalha.

No cenário político, nos bastidores do Parlamento, Dantas é a figura principal, pois se Nabuco e Patrocínio foram as almas populares do movimento, o chefe dos liberais da Bahia foi o patrono da causa dentro das camadas políticas. Chamado para organizar o Gabinete a 6 de junho de 1884, Dantas apresentou-se ao Parlamento a 9. Trazia como programa de Gabinete a emancipação dos sexagenários e dizia: "nem parar, nem retroceder, nem precipitar". Agitou-se a Câmara. A lavoura, sobretudo a do Sul, que já comprara grande número de escravos aos engenhos decadentes do Norte, movimentou-se buscando o apoio dos seus elementos no Congresso e a luta travou-se franca, em campo aberto. Não havia mais liberais nem conservadores. Os partidos cindiam-

se e só havia dois títulos: abolicionistas e escravagistas. Entre os primeiros Dantas, Rui, Nabuco, Sodré, Zama, Afonso Celso Júnior e Rodolfo Dantas eram as figuras de maior destaque e para se lhes opor ali estavam as inteligências corajosas de Fenício dos Santos, A. Figueira, Ratisbona e Prado Pimentel. Das galerias o povo acompanhava com entusiasmo o desenrolar da peleja com todas as táticas manhosas e estratégias das guerras parlamentares. Cada discurso abolicionista dava lugar a uma saagração e os oradores da escravidão eram apupados ao deixarem o recinto.

As moções de desconfiança sucediam-se. Duas vezes vitorioso, Dantas não conseguiu a terceira votação. Foi derrotado: 59 contra 52 votos obrigaram-no a pedir a dissolução do Gabinete. Travou-se o pleito. Era a segunda experiência da eleição direta. A maioria fora liberal, mas os 59 conservadores ainda tinham o apoio dos liberais escravagistas. E a 13 de abril, Moreira de Barros deixa a curul presidencial para propor uma moção de desconfiança. Dantas entrava no coração do povo, que o aclamava. Efetuou-se a votação e o resultado foi surpreendente: o empate, 50 contra 50. Os antagonistas olharam-se atônitos. Quem venceria? Para todas as conjecturas, todas as hipóteses, todos os planos só havia uma resposta: o futuro dirá. Sucederam-se dias de inquietação, dias de dúvida, dias de incerteza. De quem seria a cartada? O reconhecimento de um deputado motivou novo empate, mas afinal a moção de Antônio Siqueira resolveu a equação e o valor desse X político que durante tantas sessões pairava no ambiente: foi a derrota de Dantas. 52 votos contra 50 e o Gabinete deixou as Pastas.

Saraiva sucedeu-o e o homem que fizera a eleição direta conseguiu a Lei dos Sexagenários até quase ao final, pois a dissidência no seio do próprio partido liberal obrigou-o a deixar o ministério e os conservadores assinaram a nova lei a 28 de setembro.

Veio a calmaria, passara a tempestade. Mas foi curta a bonança porque os abolicionistas dentro em pouco voltaram novamente à carga e com maior vigor, mais fogo, mais ambiciosos. Já temperados na luta, encouraçados pelo ideal, tendo à frente a figura imponente de Nabuco, os abolicionistas sentiam a vitória próxima e atiram-se à cruzada. No

parlamento, nos jornais, em todas as classes, por todo o país ecoava o movimento. Foram três anos de batalha. Cotegipe comandava os escravagistas e profetizava a queda da coroa com a queda da escravidão. Era porém, impossível sustentar o rio que transbordava, a torrente vitoriosa que decretava a abolição antes de D. Isabel, e isso levou ao governo João Alfredo, membro do partido conservador, que requeria urgência para que se votasse a Lei Áurea, o governo assim determinara...

Os conservadores, contrários à abolição haviam assinado as três leis principais do movimento...

13 de maio de 1929

A FUGA DE RUI

Unidos pelo incêndio da revolução republicana, Rui e Floriano representam bem a imagem que Castro Alves traçara na "Queimada": a fera e o cordeiro irmanados ante o açoitar das chamas... Mas era fictícia e passageira a união. Era como um eclipse – pouco a pouco o sol e a lua se afastam. O Marechal Floriano e a Águia de Haia eram corpos que se repeliam. Um a acreditar cegamente na força que domina, no poder que nada respeita, na tirania absoluta. Outro um enamorado da Justiça, do Direito e da Razão, eterno sonhador da liberdade. A fusão era impossível.

Ascendendo juntos ao poder, como figuras centrais de um movimento revolucionário, um teria que ceder o passo ao outro. E Rui cedeu. Julgava ser ainda cedo para um governo civil, e quando Deodoro resignava o mandato já era Floriano quem assumia o comando. A batalha se iniciava.

Tendo como credo único a força, mas embuçado numa capa de indiferença e eternamente a enrolar um modesto cigarro de palha, Floriano era sempre a mesma incógnita de hoje. Ninguém lhe sabia os pensamentos. Falava vagamente, por monossilabos. Deram-lhe o poder. A mudança foi radical: toda a aparência de lassidão transformou-se numa realidade de energia e despotismo. Parecia ter a volúpia do mando. Nada conheceu acima dele. Só havia uma vontade no país – a de Floriano. E esta era maior do que todas as leis, mais forte que todos os códigos, mais real do que a própria Constituição. Na sua cesta de papel deve ter lançado toda a obra dos sonhadores de 89 a 91. Floriano resumira o Brasil na sua espada, na mesma espada com que derrubara o império e dissolveria a armada.

Rui, porém, fiel aos princípios que defendera no *Diário de Notícias*, não titubeou ante o inimigo violento e audaz. Aceitou o cartel de desafio. E a luta travou-se franca. Animado pelo mesmo espírito de civismo que sempre o norteou na vida pública antepôs-se ao ditador. E antepor-se a Floriano era audácia que a muitos custou uma "gravata branca". Mas Rui não recuava. Primeiro no *País* e depois pelo *Jornal do Brasil* não poupou os atos da ilegalidade, os

abusos do poder, o estado de sítio, os exílios e a reforma dos treze generais. Na luta desigual – verdadeiro duelo entre a fama e a espada – o jornalista levava a melhor. Vencendo o habeas-corpus, convencendo no Senado os próprios florianistas como Quintino Bocaiúva, Rui tornara-se, provavelmente, o alvo predileto da vingança do governo. Floriano preparava o bote. Esse bote que ele sempre deu tão certo como o de velha cascavel... Faltava apenas a oportunidade. Esta não tardou: a Revolta de Setembro.

Alheio ao movimento, sem nada conhecer da conspiração, sabedor apenas dos boatos que se espalhavam pela cidade triste e apreensiva, não previu Rui que o momento era azado para a desforra do governo. Não quis sair do Rio. Insistiram, porém, os amigos, e disfarçado em piloto inglês, escorregando por entre as sacas de farinha, alcançou o bojo do "Madalena": era a fuga. Estamos aqui no âmago da questão. Batista Pereira, seu genro, e a maior autoridade em assuntos que dizem respeito à vida do grande brasileiro, prefaciando a segunda edição das "Cartas de Inglaterra" deixou escapar esta afirmação: permitelhe a evasão do Rio, ele (Floriano) que lhe sabia o lugar do homizão". Será isso uma verdade? Poderemos crer nessa generosidade de Floriano, tão fora dos seus moldes e dos seus hábitos? Parece-nos que não. No arquivo do Instituto Histórico, tão bem organizado graças ao carinho de Bernardino de Souza, existem dois telegramas que dizem o contrário. Ei-los:

"Comandante 3º Distrito. Bahia. (Reservado). Partiu hoje vapor 'Madalena' levando Rui Barbosa. Espere-o vigilante. Fazei-o prender e recolha prisão Militar segura bem guardado não atendendo reclamação autoridade seja qual for. (ass.) Enéas Galvão".

"General Inocência Queiroz. Comandante distrito Bahia. Consta Rui seguiu para aí vapor 'Madalena'. Tome medidas para prendê-lo apenas deixe estar sob proteção inglesa. Conto que com o vosso costumado critério e energia se efetive essa prisão. Efetuada que seja deve imediatamente ser remetido para esta capital em cuja polícia existem provas sua cumplicidade no levante de parte da armada. Saúdo-vos, (ass.) Enéas Galvão".

Seria preciso mais? Não cremos. Límpidos, sem jaça, sem meias palavras que possam inspirar dúvidas ou interpretações os dois telegramas do ministro de Floriano são taxativos,

expressos. Traduzem com clareza o pensamento do ditador: fisgar o inimigo. E nem mesmo se esqueceram de recomendar uma prisão segura e guarda vigilante, a fim de que uma vez preso não pudesse mais alçar vôo para fora do território brasileiro, onde lhe negavam liberdade à pena e ao verbo. Batista Pereira deve ter claudicado ao acreditar na magnanimidade de Floriano. O desejo de prender Rui é incontestado.

Mas a Águia passou. E mesmo pela Bahia, onde não lhe faltaram as honras da visita do General Queiroz, que talvez não o tivesse reconhecido entre as parcelas de bordo com a máscara de cozinheiro... Que tal seria Rui como cozinheiro? Certamente ótimo, e haja visto esse magnífico cardápio que nos mandou de Londres: "Cartas de Inglaterra".

5 de novembro de 1929

O PRIMEIRO MINISTÉRIO, A PASTA E O FARDÃO

Embora devorasse um frango e vivesse roto; de mãos postas diante dos oratórios, temendo a tudo e a todos, foi a administração de D. João VI, nos doze anos que viveu no Brasil, a melhor obra da sua existência: passam longe os punhados de lama que Tobias Monteiro lhe atirou.

Acusam-no de fraco – mas aí residiu a sua maior virtude: tímido, sem ânimo seguro, D. João era desses espíritos que não podem caminhar sem o apoio de um cajado: o conselho. Tendo horror às responsabilidades, vendo sempre diante de si o fantasma do erro, mas querendo fazer alguma coisa que lhe ligasse o nome à terra, o Rei, sentia-se bem quando um estadista amigo chegava-lhe ao ouvido para segredar-lhe: faça isto Majestade, esse é o caminho de V. Alteza D. João vislumbrava as palmas agradecidas do povo e ordenava que se fizesse.

Era assim o fugitivo do Portugal, que disparara de Lisboa como um animal esporeado pelas rosetas de Napoleão: nada o contivera – tomara o freio nos dentes – nem as promessas do embaixador inglês e nem os rogos do povo.

E a 8 de Março desembarcava no Rio de Janeiro o primeiro Rei que pisava o solo americano: seguia-o no grande séquito de fidalgos, que habituados a viverem do erário público, não se haviam conformado com o ficar longe da mamadeira; um cortejo de poucas cabeças e muitas goelas. A cidade acendeu-se em luminárias, os damascos oscilaram nas sacadas, e o povo acorreu para ver esse homem diferente dos outros: o Rei. E sem faltar o beija-mão e o *Te-Deum*, a nova residência da corte lisboeta teve alguns dias de festas. Era merecida a alegria, pois D. João já assinalara a sua vinda ao Brasil com o Decreto da abertura dos portos – obra do baiano José da Silva Lisboa.

A corte instalava-se na casa de S. Cristóvão, oferecida pelo português Elias Antônio Lopes.

Apenas a rainha louca não desembarcara – preferia ficar a bordo, baloiçando nas águas da Bahia as suas grandes mágoas. Somente dois dias depois desceu à terra. O calendá-

rio assinalava 10 de março de 1808 e ia formar-se o primeiro ministério organizado no Brasil.

Começa aí a história dos ministérios entre nós. De então até hoje, quantos não têm ambicionado ser ministro?

No Império a fascinação era pelo fardão dourado, o chapéu de bico, a fala do Trono, as interpelações na Câmara, onde os grandes oradores terçavam armas com a elegância e a agilidade de esgrimistas e os ministros caíam como se morre do coração: sem saber. Tudo isso, porém, se acabou: o presidencialismo e a democracia nada deixaram ficar do ministério antigo, apenas a fascinação por abraçar uma pasta, essa permaneceu intacta, alimenta-a a miragem de um orçamento... Já nos nossos dias tivemos quem, recebendo de um inimigo apócrifo telegrama convidando-o para ministro, não teve dúvidas em responder às pressas, antes que lhe fugisse a presa: "aceito"!

Isso, porém, é hoje; voltemos aos ministros de 1808.

Duas correntes políticas dividiam os pendores portugueses: o partido inglês e o francês. E após a invasão era natural que coubesse àquele subir ao poder – o conde da Barca ficaria à margem.

Formou-se assim o primeiro ministério no Brasil. A D. Fernando José de Portugal, futuro marquês de Aguiar, coube a Pasta da Fazenda, bancando primeiro-ministro com o título de assistente ao despacho. D. Rodrigo de Souza Coutinho, futuro conde de Linhares, teve os Negócios Estrangeiros e a Guerra, e o Visconde de Anadia completou o trio ocupando a Pasta da Marinha, que já dirigira em Lisboa.

Não tardou, porém, em destacar-se a figura enérgica de Linhares, absolutista ferrenho e realizador audaz, que na expressão de Max Fleiuss "refletiu, modernizando-a, a figura hercúlea do célebre primeiro-ministro de D. José I, o Marquês de Pombal".

Anadia e Aguiar afogaram-se num *dolce farniente* e D. Rodrigo, com o seu espírito de reformador, nos quatro anos de vida que ainda lhe restavam foi um incansável trabalhador: começou a construção de um Brasil novo. Não o poupou, porém, a morte, e a 26 de janeiro de 1812 falecia D. Rodrigo de Souza Coutinho.

O desaparecimento fora súbito e um sussurro de malícia cercou-o de mistério – atribuíram-no a um suicídio moti-

vado pela bastonada que o Rei vibrara colérico no conde de Linhares – mas tudo lenda... O ministro fora vítima de febre, febre perniciososa que privava a coroa de um grande auxiliar e o Brasil de um grande amigo, que pode ser retratado nessa máxima que nos legou: Chorar em lugar de obrar quando o perigo é manifesto, é prova de imbecilidade.

22 de março de 1930

FEDERAÇÃO DESCARRILADA

A luta revolucionária ia no auge. Todos os brasileiros só pensavam em jantarem-se uns aos outros. E de tanto se falar na guerra civil, que convulsionava o país, já estávamos galvanizados, adaptados ao ambiente e até perdêramos o medo. Foi quando um meu amigo, homem ilustre por muitos títulos, disse-me em meio aos comentários sobre o movimento: “O melhor que fazíamos era darmos independência ao Rio Grande. É um indesejável.”

E lembrava as diversas pejejas fratricidas a que o Estado de extremo Sul tem levado o Brasil.

Não pela simpatia que me despertassem as bombachas e rebenques dos gaúchos, mas apenas por causa do Brasil, divergi do meu amigo. Por que uma separação de séculos por causa de uma divergência de horas?

Vejo hoje, que a sua idéia, de um modo geral, angariou prosélitos talvez inconscientes – parece que querem dividir a federação.

Não argumento com hipóteses, analiso fatos. Minas é o pioneiro dessa jornada inglória. Embora fazendo parte da trempe dos Estados revolucionários não aceitou os postulados da revolução, não se sujeitou ao poder central, e vive isolada no alto das suas montanhas. O seu presidente que um jornalista de espírito chamou de Clemenceau de Minas, não admite que lhe arranquem o título de presidente constitucional, e lá continua, nesse caráter, a se incomodar muito pouco com os atos e decretos do Sr. Getúlio Vargas. Minas está forte, armada, coesa, logo não precisa que o governo federal meta o bedelho onde não é chamado.

Não é somente isso. A sua Assembléia ainda vigora, os seus deputados ainda não sofreram a diminuição de um “ex”, e aí estão para votar leis, organizar orçamento e orientar o executivo.

E para cúmulo dos cúmulos, Minas vai emitir. De tudo é o mais grave. Não satisfeita com os bônus lançados em circulação no período da refrega, ainda quer emitir sobre um lastro ouro. Onde iríamos parar se cada Estado, a seu belo

prazer, pusesse a funcionar uma guitarra oficial? Será cada Estado senhor do seu nariz, transformado num Albino Mendes? Pensem sobre o caso os homens de bom senso. Meçam-no em toda a sua extensão, em toda a sua gravidade e vejam se não é o fracionamento do Brasil.

Não é, porém, apenas Minas que está atacada dessa neurose perigosa. Há mais gente. Ainda nos últimos jornais eu lia que o governo pretendia limitar o preço do açúcar no mercado do Rio. Por quê? Por que desvalorizar por decreto o ouro doce quando se faz a valorização artificial do ouro verde? A própria imprensa de Pernambuco – o maior interessado no caso – está clamando contra a prepotência do Sul. Por que se ter com o café cuidados maternos e tratar o açúcar com o descaso de madrasta? Não será isso lançar o dissídio entre o Sul e o Norte? É preciso mais cuidado, o Norte também é brasileiro.

E para completar a obra ainda temos a célebre revisão de limites estaduais.

Tudo que aí está são fatos. Fatos que irão atingir fundo a consciência da nossa nacionalidade.

Antes de agir vale a pena que os dirigentes do país se lembrem que uma nação não se forma nos conchavos de um gabinete nem nas discussões de uma reunião de ministros.

O que faz uma nação é essa consciência íntima existente dentro de cada um de nós – baiano, amazonense ou riograndense – e que nos diz estarmos ligados ao resto do Brasil por poderosos laços de solidariedade econômica, racial, religiosa e histórica. A glória dos nossos dois reinados foi justamente manter e avivar esses elos da união. Não queiramos, agora, os apagar.

Basta que as baionetas separem os humanos, que os canhões cindam os partidos, que a palavra divida as idéias. Mas deixemos íntegro o Brasil. Não por nossa causa, mas para orgulho dos nossos filhos recolhamos essas perigosas sementes lançadas num momento de irreflexão. Voltem atrás os responsáveis, pois, do contrário é o caso de dizermos: a Federação descarrilou!

26 de outubro de 1930

O NOVICIADO DE UM GENERAL

Não falta hoje quem censure o General Távora. Tenho lido e ouvido críticas acerbadadas à atitude do bravo militar após a vitória revolucionária. E, muitos dos comentários, vêm até dos seus próprios companheiros de armas.

Como compreender-se que o soldado heróico, o vencedor do Norte, vá depois do triunfo, imiscuir-se com velhos e conhecidos políticos? Como admitir-se que a espada intrépida que conquistou Pernambuco, que venceu Alagoas, que tomou Sergipe e marchou sobre a Bahia, possa transigir ante as circunstâncias e as contingências da política? Esse o pensamento dos que laboram no erro de divergir do general. É gente que só estaria satisfeita se os chefes revolucionários tivessem agarrado todos aqueles que não foram seus adeptos e posto para fora do Brasil, mandado para Fernando de Noronha ou lançado na Trindade.

Felizmente porém, o ilustre descendente dos Távoras parece estar compreendendo que não é disso que o Brasil precisa. Não é de demolidores que necessitamos. A missão atual dos brasileiros não deve ser de desagregar. Não é perseguindo e humilhando que se salva o país.

O momento é de bater alicerces, construir, edificar, pois, somente assim se poderá atenuar o traumatismo revolucionário.

Como, no entretanto, realizar tal objetivo? Será com os mesmos golpes de audácia com que se evadiu o general Távora da Ilha Rasa? Será com a estratégia de um técnico militar? Será com os mesmos processos com que se toma uma trincheira ou uma fortaleza? Não, agora a obra é outra e também o são as armas a empregar. É o que está conhecendo e realizando o ilustre militar no seu aprendizado político.

À audácia substitui a astúcia. A coragem de avançar permuta-se pela sabedoria da retirada. As ordens ríspidas trocam-se por palavras furta-cor. A vitória não é nem do mais bravo nem do mais inteligente – é do mais hábil. Esse é que realiza e que constrói. E isto pela simples razão de saber ordenar elementos, congregar forças e reunir valores, no que

consiste a arte maravilhosa de governar – a política.

Portanto ao verem o general Távora de braço dado com o Sr. Arthur Bernardes ou outro qualquer antigo adversário, não o recriminem, não o condenem, pois aí está a prova de que começa a adaptar-se ao ambiente. Saindo do âmbito estreito de uma adega de conspiradores para o horizonte largo da administração, o valente soldado viu que os problemas não são os mesmos, diferentes também são os homens e que diversos são os processos a utilizar. Plasmando-se aos acontecimentos o delegado do Norte mostra saber que a sua missão já não é de angariar adeptos e dar planos de cabo de guerra. A sua missão agora é muito mais árdua, é uma missão de tato que o obriga a conhecer os homens, separar os bons dos maus e não se deixar iludir pelas promessas de obediência.

É isso que uma política sadia e de seleção irá ensinar ao general, fascinando-o, talvez. Facetado pela realidade, esmerilhado pelos fatos e lapidado pela vida, o nobre vencedor irá com essas lições buscar os homens ponderados, sensatos e experientes que podem e devem orientar a nação

É isso, enfim, que nesse encantador noviciado político está apreendendo o general Juarez Távora, cuja aguda e viva inteligência percebe claramente que administrar um país, governar um estado é um pouco diferente de estar à frente de um batalhão dando ordens a toque de corneta: meia volta, volver! – em frente, ordinário... marcha!

8 de janeiro de 1931

AS DUAS REPÚBLICAS

Revolução é sinônimo de reforma. Reforma deveria significar melhora, progresso, evolução. Mas, infelizmente, nem sempre tal acontece – às vezes a emenda é pior do que o soneto...

O mal maior da revolução é não ter preparado homens. Não quer isto dizer que não tenha ao seu lado alguns nomes ilustres e acatados, mas são tão poucos que não chegam a meia dúzia.

Embora durasse quase dez anos para ser vitorioso, faltou ao movimento a seqüência e coerência necessária à educação de homens que se formam em torno de certos e determinados princípios, e que lutam por um ideal de diretrizes seguras e firmes. Dos vários levantes que se assinalaram entre 1922 e 1930 nenhum era a continuação ou a reprodução do anterior. Aparecia sempre modificado. Tinha apenas vestígios, leves traços do que fracassara. E assim viveu a chama revolucionária durante oito anos. Nascida do autoritarismo do Sr. Epitácio Pessoa, prosperou no governo do Sr. Arthur Bernardes que, como hábil domador de feras que enraivece o animal para gozo da platéia emocionada, levou um quatriênio a espicaçá-la com o sítio. E, depois, a bomba estourou na mão do Sr. Washington Luís, mais benigno do que seus antecessores, e que nesse calvário político foi um verdadeiro Cristo crucificado entre dois ladrões...

Coteje-se a resolução vitoriosa com o primeiro levante de Copacabana e veja-se a diferença entre um e outro. Deste restava apenas o ideal sincero de alguns militares. São homens talvez bem intencionados e que têm por lema o desejo de um Brasil melhor. Isso, porém, é fórmula vaga, imprecisa, e dali não sabem no momento da vitória a orientação a imprimir aos grandes problemas brasileiros. Nada se tinha assentado sobre o café, não se sabia qual o plano financeiro a adotar. Das reformas burocráticas somente depois se cuidou. Nos dias que se seguiram ao triunfo não houve dois chefes revolucionários que estivessem acordes nos programas que anunciaram. No Norte se divulgava um em oposição ao publicado no Sul e diversa de ambos era a palavra do Centro.

Faltou por isso a unidade de vista necessária à transformação de um país da extensão do nosso. Vivendo sob uma ditadura, falta ao Brasil uma das principais características dos regimes pessoais que é a direção da nacionalidade por uma vontade única e forte. Longe disso cada interventor é um governante soberano que age como bem quer e entende. Pouco lhe importa a orientação do centro. Constitui-se um régulo que desrespeita a propriedade com a mesma flegma com que bebe um copo de água. E ainda manda os amigos baterem palmas ao ato benemérito.

E isto tudo apenas por que a revolução não preparou os seus homens. Não houve uma escola de estadistas, como aconteceu com a Primeira República que, durante a longa campanha, foi reunindo em volta dos seus ideais varões ilustres que ao subirem ao poder sabiam o que queriam e aparafusaram, com rara habilidade, a nova máquina republicana.

Basta que se confrontem os primeiros dirigentes estaduais das duas Repúblicas. Na primeira, Júlio de Castilho, Rangel Pestana, Prudente de Moraes, Herculano de Freitas, Ubaldino do Amaral, Cesáreo Alvim e Virgílio Damázio. Na Segunda, Flores da Cunha, Carlos Cavalcanti, Melro, Plínio Casado e Leopoldo Amaral.

Se quisermos localizar para exemplificar é suficiente dizer-se que o interventor federal, talvez devido às suas freqüentes ausências, abre na rua de Baixo uma sucursal do seu governo. Filial que, como os leiloeiros de massa falida, anuncia pomposamente. "Autorizado pelo Exmo. Sr. Dr. Interventor Federal", etc.

Não sirva, porém, isso de desânimo. Não queiramos mal à Segunda República por ter nascido raquítica. Consolemo-nos com a anedota que vou contar: Tive relações com um jogador que ao ser perseguido pelo azar no começo das partidas, costumava dizer com bom humor aos que o advertiam. "Não se incomode. Nunca vi Nosso Senhor do Bom Princípio, só existe o Senhor do Bonfim".

Dê-nos coragem o caso, pois pode ser que tudo acabe bem...

10 de janeiro de 1931

A ESPADA DE RUI

Não faz muito tempo que a gratidão brasileira movimentou-se no preparo da casa de Rui para transformá-la no Museu onde se guarda a recordação de sua vida de família e de estudos. No curso dessa obra, a espada de Rui surgiu do esquecimento. A espada que acompanhou o decreto de Deodoro, concedendo honras de general ao insigne organizador da República. O objeto causou sensação. Poucos o conheciam. Durante mais de trinta anos vivera no esconderijo em que o colocara a própria mão de Rui. Mesmo aos íntimos ocultara ele a espada de general recebida no momento inebriante do triunfo.

Por que? Talvez o arrependimento íntimo de ter aceito a arma que devia ter deixado ao Exército. A este coubera a missão de derrubar o trono com as suas baionetas. Não lhe competia, porém levantar a República. A mesma força que destruíra não podia construir. As tarefas eram diversas e diversos também deviam ser os homens talhados para a realização de uma e de outra. Ao soldado heróico que chefiara as tropas em Santana não competia reunir os brasileiros em torno do Direito para que soerguessem o novo regime.

Ao Exército ficava o manejo da força que mantém a estabilidade das instituições, que garante a ordem, que assegura a tranqüilidade, que faz respeitada a lei.

Aos civis ficava a obra de nesse ambiente de paz proporcionado pela fidelidade das fileiras, talhar o monumento grandioso que nos legaram os constituintes da Primeira República.

Quando a balança da Justiça passa para os quartéis e a farda invade o Parlamento, vem a promiscuidade de funções, e em tese, a ordem está alterada.

A cada um cumpre manter-se dentro do seu campo.

Foi, em boa hora, o que compreendeu o nosso glorioso Exército que trilhando a rota de honestidade e desambição que sempre o caracterizou em meio ao caudilhismo sul-americano, deixou à cultura dos grandes juristas, à palavra dos oradores emitentes e à pena dos jornalistas famosos a construção do edifício republicano.

E a lição foi magnífica. Rui lançou fora a espada que não era sua e pegando da ferramenta que era sua, o livro e a pena, burilou a Constituição, fez a reforma financeira, imprimiu na lava escaldante da revolução o sinete do seu gênio, e sem ódios, sem violências, sem prepotência, substituiu-se a coroa imperial pelo barrete republicano.

Nem por isso, no entretanto, a glória dos militares era menor do que a dos elementos civis que estacaram fundo os novos alicerces. Se a estes cabiam os louros da construção, aqueles tinham o reconhecimento do Brasil por terem preparado o terreno, arado o campo onde pudemos lançar com segurança a semente da justiça. A glória destes não poderia vir sem o concurso daqueles. Aqueles não colheriam os louros sem ajuda destes. E foi de mãos dadas, num trabalho harmonioso, cada um dentro das suas atribuições que ambos galgaram os pináculos do *pantheon* da glória.

Não foi, porém, num ambiente de ditadura, de poderes discricionários, de insegurança e de perseguições mesquinhas que conquistaram o respeito da nação e a admiração dos seus concidadãos.

Iluminado pela cultura e inteligência ímpar de Rui, o Governo Provisório não deportou em massa, não exilou, não prendeu, não seqüestrou, não organizou tribunais de exceção, não feriu a magistratura. Não demitiu. Há quarenta anos atrás os batalhadores de uma revolução que se pregara durante duas décadas subiam ao poder sem o delírio da vingança. Há quarenta anos atrás, quando o país era abalado pela queda de um trono continuávamos a respirar a mesma atmosfera de segurança e de justiça como se fôssemos uma nação de civilização milenária.

Fique-nos o exemplo de Rui. Ao Exército, a espada. Aos civis, a pena e o livro, para que dêem ao aglomerado amorfo do Brasil de hoje a solidez de uma nacionalidade de garantias constitucionais asseguradas.

15 de janeiro de 1931

O TEMPO E AS IDÉIAS

Em meio às gerais lamúrias de crise e outras coisas mais que dão dor de cabeça ao Brasil, destaca-se uma classe que está feliz: a dos repórteres. Vivem eles neste momento a sua época de ouro. Tudo lhes favorece. As notícias sensacionais não faltam. As entrevistas saborosas são de todo dia. E os acontecimentos políticos de vulto são em tal número que se tornaram tão vulgares quanto a gripe ou o sarampo.

Hoje são o Sr. Oswaldo Aranha e o coronel João Alberto que vão estudar no haras de Rio Claro o anteprojeto da Constituição. Amanhã é o general Távora que conferencia afetuosamente com o ex-presidente Bernardes. Depois é um boato, um desmentido, um empréstimo, um plano financeiro, enfim, um sem número de fatos interessantes que agitam o ambiente, consolam o leitor do níquel da gazeta e fazem a felicidade dos repórteres.

E é nesse afã de novidades que esses farejadores de notícias – alma anônima dos jornais – têm procurado vários dos chefes mais em foco na hora que passa para indagar-lhes sobre a duração do atual regime, a ditadura. Nenhum deles, até hoje, negou-se a responder, e, como se estivessem todos combinados na resposta a dar à curiosidade indiscreta da imprensa, saltam o obstáculo com o mesmo estratagema, declarando calmamente: o tempo necessário... É como se nada dissessem. Qual o tempo necessário? Ninguém sabe. Quem julga esse prazo? O próprio interessado no prolongamento da necessidade? Deve ser.

Todos, ao acharem aquela porta de saída, têm, certamente, ainda a reboar-lhes nos ouvidos as palmas que coroaram a jornada revolucionária e que lhes garantirão o poder discricionário. Incidem, porém, num engano. Passa a hora: muda a idéia. Talvez as palmas de ontem não se repitam hoje. Não há maior inimigo de uma idéia do que o tempo. No mesmo abraço em que a glorifica, esmaga-a. E assim é o pensamento do homem. Sacudido pela vida, varia de hora a hora, transforma-se, substitui-se.

Ainda agora, percorrendo o meu arquivo, sentia de bem perto essa verdade. Tinha em mãos um documento relativamente novo – trinta anos apenas – e quanto modificou a opinião de quem o escreveu. Era uma carta de um velho político baiano que ao calor das labaredas de uma campanha dizia sem rodeios: “a gente de Minas é muito safada, e está se deixando engodar com as promessas do Rio Grande do Sul”.

Hoje o seu autor é aliado dos mineiros e gaúchos e preside um tribunal revolucionário. Aliás, não há nisso nada demais – é a vida.

O fato dá, porém, a impressão clara e nítida da versatilidade humana. Não devemos contar, para a vitória de hoje, com os aplausos de ontem. É assim, nessa mutação constante do sentimento dos indivíduos e das massas, que assistimos ao ruir das psicologias, ao baquear dos regimes, à queda dos impérios, e no desabar de poderes que nos pareciam eternos. Assim também morrem as ditaduras na esterilidade da sua própria grandeza.

Entre nós o fenômeno não será diverso. E por isso não falem os chefes em moda com esse pouco caso pela Constituinte. Com esse desdém de superioridade. Lembrem-se que os arautos da Constituinte não vão ser os seus adversários. Os pioneiros dessa grande campanha serão os próprios revolucionários, aqueles que empunharam os estandartes da rebelião e a aplaudiram calorosamente, a começar pelo Sr. Antônio Carlos que já externou o seu pensamento: a Constituinte sem demora. Serão os próprios amigos do Governo Provisório, aqueles que se julgam com direito a uma cadeira na futura Câmara. E esses são milhares! Serão os correligionários dos interventores que já antegozam as delícias da polpuda recompensa. Será cada um dos adeptos da política dominante, quando interrogado sobre a época em que deseja a Constituinte, a responder como Pedro II ao lhe indagarem sobre a sua maioria: quero já!

O tempo é o diabo: mata as idéias e os regimes

21 de janeiro de 1931

A LOTERIA

O que pensa da revolução? Essa a pergunta com que alguns amigos e correligionários me tem embaraçado. Nada mais difícil do que enunciarmos, agora, convictos, um juízo seguro sobre o movimento vencedor e os seus efeitos de norte a sul.

As revoluções trazem em si o rompimento do equilíbrio. Perde-se a noção da justa medida. E daí, cada indivíduo atingido, falar e julgar ou com o otimismo de quem teve recompensa maior do que a merecida e esperada ou com o azedume dos feridos pelas injustiças praticadas a granel. Os ponteiros da crítica oscilam entre o péssimo e o magnífico – não se conhecem os meios termos. As revoluções ou têm todos os defeitos ou todas as virtudes. Ora, nem tanto, nem tão pouco...

Além disso, num país da extensão territorial do nosso, não é prudente querer abranger num só golpe de vista toda a União. Nem mesmo uma média é possível. Cada Estado tem o seu governo. E nada mais diferente da administração de um Estado do que o governo do seu vizinho. Enquanto Sergipe navega num mar de rosas, pode ser que a Bahia atravesse um vale de lágrimas... Isso em relação aos Estados de que nos chegam notícias, pois, há alguns de cuja existência chegamos até a duvidar. Parecem desligados do Brasil. Nada sabemos. Nem se vão bem, nem se vão mal: é como se desaparecessem. Goiás, Mato Grosso, Santa Catarina, são territórios de que nem se fala. O único consolo é o adágio francês: *pas des nouvelles...* Porque não fora essa esperança e os pensaríamos tragados por um terremoto.

Como, portanto, num ambiente assim podemos avaliar o conjunto da orquestra, se cada um toca sem se preocupar com a batuta do maestro Getúlio Vargas?

O melhor é cada um cuidar e julgar do seu Estado, manter-se no seu setor. A coordenação virá depois. Não fizeram outra coisa os gaúchos e mineiros que estão vivendo às custas de bônus e adesões do Tesouro

Nacional. Pouco se lhes dá que haja ou não seca na Paraíba e no Ceará.

Assim também devemos fazer nós baianos. Enquanto a revolução não nos beneficiar, enquanto não lhe sentirmos os prometidos efeitos e resultados não a poderemos considerar boa. E a verdade é que a Bahia, não por causa das idéias revolucionárias, mas devido aos homens que as executam, olha-a com muita desconfiança. Isso, no entanto, representa apenas uma nesga do imenso horizonte nacional.

Ainda outro dia vi uma carta de um eminente baiano que faz parte do governo paulista, em que diz, com o critério que lhe é peculiar, que S. Paulo retoma o seu ritmo de trabalho, volta aos trilhos, reorganiza-se, luta e, bem orientado, começa a vencer a crise formidável que o sufoca. E mais adiante, tratando da revolução: "O Brasil jogou numa loteria e a S. Paulo coube a sorte grande". É uma notícia de dois gumes. Dá-nos a alegria de sabermos que S. Paulo saíra vitorioso – e S. Paulo é o Brasil. Fica-nos, porém a tristeza de vermos que nessa loteria revolucionária, onde havia tanto prêmio, a Bahia comprou um bilhete branco. Nem o mesmo dinheiro!

31 de janeiro de 1931

COM QUE ROUPA?

A comemoração do semestre revolucionário assinalou-se por um fato verdadeiramente notável: uma ponta de bom senso!

Vitoriosa a revolução, o país assistiu ao raro espetáculo do panegírico de múltiplos e variados sistemas políticos que, mal digeridos por sociólogos improvisados, tomaram formas monstruosas.

Não sabíamos para onde íamos e nem se cogitava de onde vínhamos. Pouco importavam as nossas tradições, a nossa educação, a nossa cultura e a nossa mentalidade: a política do país era um caleidoscópio.

Cada Estado tinha o seu reizinho e cada um destes possuía a sua fórmula salvadora, a sua divisa miraculosa com que iria realizar o sonho dos nossos avós: carne sem osso, farinha sem caroço.

Tudo porém, uma quimera – faltava a idéia brasileira, genuinamente nacional e que pudesse viver tanto no Amazonas como no Rio Grande, nos pampas e nos alagadiços.

E, diante do fracasso das milícias e das legiões, que nos restará?

Não teremos de voltar aos velhos partidos? Os partidos que viveram na Colônia, passaram ao Primeiro Reinado, existiram no Segundo e foram acolhidos pela República.

Seis meses, porém, já passaram. Seis meses que o Dr. Getúlio toma águas e descansa em Petrópolis. Seis meses que enquanto o Sr. Getúlio sobe, o cambio desce... Enfim é o tempo que se vai fazendo sentir, e o Brasil começa a reagir para se integrar nas diretrizes que nortearão o dia de amanhã. Que poderíamos querer de mais significativo, de mais expressivo de que esse Congresso dos Libertadores, que a nação cobriu de aplausos com a sua moção aos democráticos e com os seus votos em favor da constitucionalização imediata do país? As palmas colhidas pelos Libertadores não lhe vieram somente do Rio Grande e isso porque trazia em si uma idéia nacional: a Constituição. Limitassem-se a discutir quem deveria ser o Prefeito de Bagé ou D. Pedrito e passariam despercebidos.

Mas fizeram muito mais – disseram o que todos pensavam e desejavam: a Constituinte. Fizeram-se os arautos dessa grande campanha, maior do que a revolução e que será a jornada do voto após a marcha das armas.

Em S. Paulo, os Democráticos, num exemplo magnífico de vitalidade rompem com o governo João Alberto.

Depois de S. Paulo e Rio Grande do Sul, temos Minas, onde o velho PRM, tendo à frente o Sr. Bernardes, reorganiza-se para salvá-la da legião dos camisas cáqui do Sr. Chico de Campos.

Não será tudo isso um índice palpitante, forte e animador de que o Brasil reage? Reage para se identificar com os políticos que, por estarem dentro da consciência nacional, o hão de governar.

Três grandes Estados já deram o exemplo, e ninguém mais poderá deter essa ponta de bom senso, que se alastrando pelo Brasil, há de fazer com que a política nacional se estratifique numa fórmula segura e vitoriosa – os velhos partidos em novos moldes.

15 de abril de 1931

SALVEMOS A REVOLUÇÃO

O Brasil vive hoje uma grande hora de amargura e de esperança. É um desses momentos históricos em que o país, sacudido por forças diversas – liberais, conservadores, revolucionários e extremistas –, oscila sem sabermos onde irá parar. Tudo é dúvida e incerteza, mas nem por isso morre a esperança.

Não é possível que do sacrifício de todos, da abnegação de cada um, não venha um benefício à nação. Mas para isso se faz mister que nos convençamos das grandes responsabilidades da hora que passa.

Agora, de todos os brasileiros, revolucionários ou não, idealistas e reacionários, a Pátria exige apenas isso: salvar a revolução.

E salvar a revolução é tirá-la da balbúrdia, da confusão, da desordem: fazer uma grande obra de paz e de trabalho, e não inundar o país com uma onda de sangue e de perseguições. Não é humilhando, difamando e procurando tisonar as reputações de valores verdadeiros que se há de construir um Brasil novo e forte, o que cumpre ao governo vitorioso é chamar para junto a si os mais dignos e mais capazes. Procurá-los para essa obra de renovação.

Construir não é destruir. Os métodos com que se quer soerguer uma nacionalidade não podem ser os mesmos com que se conseguiu derrubar um governo. A revolução já se fez, é um fato consumado e, agora, o que cumpre acima de tudo, é salvá-la. Como, porém, fazê-lo sem cumprir o seu primeiro postulado, aquele com que ela se apresentou às massas, eletrizou o ambiente e venceu: a liberdade de opinião e o respeito ao voto.

É preciso que os dirigentes não se esqueçam de que 95% da população de qualquer democracia não intervêm continuamente nos seus destinos: vota apenas. Essa é a grande força, a que trabalha, que lavra os campos e movimenta as fábricas. Só intervêm pelo voto. Vão às urnas, depositam a sua opinião e voltam ao seu labor diário que faz a riqueza da nação. Foi em nome dessas forças, que se diziam oprimidas

por uma falsa máquina eleitoral, que se fez a revolução e, no entanto, até hoje, ainda não puderam se pronunciar e nem sabem quando o conseguirão fazer – o ditador ri a e as urnas estão trancadas!

Já é hora de acabarmos com essa farsa de liberdade e com essa caricatura de opinião. Até hoje só houve o silêncio obrigatório: não fala a imprensa, não se manifestam as classes, afogam-se as elites e engana-se o povo.

Convoque-se a Constituinte, ausculte-se a opinião pública e vejam como pensa dentro de um ambiente de liberdade e de respeito. Consulte-se esse povo, essa massa anônima que se não bateu pela revolução, que não pegou em armas, mas que concorreu com a sua simpatia e tem o direito de opinar.

Salve-se a revolução pelo voto. Consolidem-na com uma grande obra de confraternização de todos os brasileiros. Cada um dentro do setor das suas idéias, mas todos respeitados. Cumpra-se a revolução abrindo as urnas ao povo, pois, do contrário, ela não terá sido feita em nome da democracia, mas apenas pelo gozo do poder pelo poder.

1º de maio de 1931

CABEÇA DE TURCO

Cabeça de Turco, pagante, coronel, pato, tudo são designações alegres com que o povo batiza aqueles que pagam as uvas sem as terem comido. É bem o caso do ministro Mangabeira.

Depois de alguns dias nas boas graças da Junta Governativa, o Sr. Otávio Mangabeira foi tomado entre dentes pelos revolucionários do extremo sul, que não mais o deixaram: preso, exilado e processado. Os processos já montam a uns oito, e todos preparados com carinho e cuidado inexcusável, com o mesmo zelo de quem afia a lâmina para liquidar o inimigo.

Devido a não ter estreitas relações de amizade com o Dr. Mangabeira, sou mesmo propenso a crer que não fosse Sua Senhoria, na guarda dos dinheiros públicos um avaro, um mesquinho que vivesse como aquele proprietário da anedota a exigir que os colhedores de sapotis assobiassem durante a colheita a fim de não os poderem comer. Creio mesmo que o ministro Mangabeira tenha gasto muito, tanto quanto convinha a um chanceler que honrou o Brasil e enalteceu a sua pátria no exterior.

Não se pense que é com economias de palito, com poupanças insignificantes, que se manejam os tênues cordéis da diplomacia. Não. Uma boa diplomacia deve ser feita com dinheiro, com muito ouro, como a fazia Rio Branco, o que lhe valeu aquela conhecida observação de um funcionário: "dinheiro haja Sr. Barão!"

E a prova disso são as próprias verbas do Ministério do Exterior, propositalmente confeccionadas com largueza, e dentro das quais foram feitas todas as despesas que, hoje, se dizem demasiadas.

Não se importe o Sr. Mangabeira com os processos que lhe preparam: é do tempo, é da moda. É o fruto dessa jurisprudência revolucionária que quer condenar administradores por terem feito gastos dentro de verbas legalmente votadas e sancionadas – um absurdo. Como condenar-se quem despendeu o que podia como podia? Francamente, ainda

não compreendi a lógica dos acusadores. Por isso, dê de ombros o ex-ministro ante tais acusações. Faz muito bem em não querer dar explicações no momento e aguardar que passe a onda do ódio e da vingança. Não perderá por isso; falará à nação quando ela estiver com um governo constitucional e quando o poderá ouvir sem o fogo de artifício da revolução. O Sr. Otávio Mangabeira honrou o Brasil e a Bahia. Tem por si a opinião pública e é o que lhe basta para poder dizer como Tobias Barreto, no auge dos ataques que lhe faziam: "São tantas as pedras que me atiram, que com elas hei de levantar um altar".

Em quarenta anos de República o ex-ministro parece ser o maior culpado, o causador de todos os seus males e contra ele se voltam todas as iras dos "salvadores". Não deve, porém, ter para com eles outro sentimento que não seja o de tolerância – *laissez passer; laissez faire*.

14 de maio de 1931

REAÇÕES PROMISSORAS

Um bem ou um mal? A revolução que ora empolga o país será um bem ou um mal? Talvez valha a pena nos debruçarmos um pouco sobre esse espetáculo sangrento, não para o contemplar apenas com o coração, mas para ter a coragem de encará-lo de frente, mesmo com os seus horrores, e perscrutar o que ele tem de bom, de promissor para o futuro da federação brasileira.

As revoluções não devem ser tidas apenas como um mal, pois, antes disso, são um índice de vitalidade e de força.

É a febre do organismo que reage e luta para progredir.

E é sob esse aspecto que devemos examinar as revoluções brasileiras de 1930 e 1932. Elas significam alguma coisa a mais do que um simples movimento armado visando o poder – são reações dos Estados contra o centro. São movimentos partidos da periferia subjugada pela hipertrofia do governo central – é a federalização da federação brasileira.

Ontem eram três estados rebelados contra a prepotência do executivo federal e que recorriam às armas para vencê-lo.

Hoje é S. Paulo também em armas com o mesmo objetivo.

É que depois da ficção constitucional da federação brasileira, abruptamente tirada das nossas antigas Províncias, começa essa idéia a amadurecer e se integrar na consciência nacional.

Durante quarenta anos vivemos sob o predomínio exclusivo do governo federal. Este enfeixava, de fato, todos os poderes. Mandava, desmandava, nomeava, demitia, elegia e depurava. Tudo era o executivo. E foi contra isso que o país se levantou em 1930. Enganaram-no, porém. O regime continuou o mesmo: e o organismo, atacado pelo vírus, arde na febre revolucionária. Reage.

Esses, sob o ponto de vista da nossa evolução política, talvez, os aspectos mais curiosos da revolução paulista. A idéia da federação, por que já se batia Ferreira França no

A Revolução no Sul do Paiz

Continúa o deslocamento de forças para o sector paulista - O governo decreta o fechamento dos portos do litoral de S. Paulo e a prorrogação do vencimento dos títulos e obrigações contractuales

RIO, 11 (A Tarde) - A chegada de Polícia Federal e a suspensão da imprensa... A Polícia Federal chegou à Paratyngá capital ribeirão para cumprir a ordem de repressão a subversão...

Organizada uma companhia de adiantamento... RIO, 11 (A Tarde) - Foi organizada uma companhia de adiantamento para o Sul do Brasil...



"Attendendo à anormalidade da situação"

Um decreto prorrogando o vencimento dos títulos e obrigações

RIO, 11 (A Tarde) - O Sr. Vargas sancionou um decreto referendado por toda a Câmara, de data de 11 de Julho...

O movimento na Gestão do Brasil... RIO, 11 (A TARDE) - A Gestão do Brasil, sob o comando do Sr. Vargas, apresenta um movimento...

FAZ INCORPORAR E A SUA UNIDADE... RIO, 11 (A Tarde) - O Generalissimo Vargas, comandante da Gestão do Brasil, ordenou a incorporação...

Os meios transportam tropas... RIO, 11 (A TARDE) - Os meios de transporte para o Sul do Brasil, destinados a transportar tropas...

O publico Canabier nomeado... RIO, 11 (A TARDE) - O nome de Canabier foi nomeado para o cargo de publico Canabier...

O cap do Estado na chefia da Polícia... RIO, 11 (A TARDE) - O Sr. Vargas nomeou o Sr. Canabier para o cargo de chefe da Polícia...

O FORO DE COMANDO DO CENTRAL DESEB... RIO, 11 (A Tarde) - O foro de comando do central de desobediência...

O teor do decreto fechando provisoriamente os portos de São Paulo... RIO, 11 (A Tarde) - Foi assinado a seguinte ordem: O Sr. Vargas, comandante da Gestão do Brasil...

Um pelotão de 18 mil fantamatas... RIO, 11 (A Tarde) - Um pelotão de 18 mil fantamatas foi organizado para o Sul do Brasil...

Os meios transportam tropas... RIO, 11 (A TARDE) - Os meios de transporte para o Sul do Brasil, destinados a transportar tropas...

O publico Canabier nomeado... RIO, 11 (A TARDE) - O nome de Canabier foi nomeado para o cargo de publico Canabier...

O cap do Estado na chefia da Polícia... RIO, 11 (A TARDE) - O Sr. Vargas nomeou o Sr. Canabier para o cargo de chefe da Polícia...

O FORO DE COMANDO DO CENTRAL DESEB... RIO, 11 (A Tarde) - O foro de comando do central de desobediência...

Ditadura de Sr. Ovídio Akiba... RIO, 11 (A Tarde) - O Sr. Ovídio Akiba, ditador do Sul do Brasil, ordenou a ditadura...

O telegrama e a ordem... RIO, 11 (A TARDE) - Foi recebido um telegrama do Sr. Vargas, comandante da Gestão do Brasil...

O Sr. Vargas nomeado... RIO, 11 (A TARDE) - O Sr. Vargas foi nomeado para o cargo de comandante da Gestão do Brasil...

O Sr. Vargas nomeado... RIO, 11 (A TARDE) - O Sr. Vargas foi nomeado para o cargo de comandante da Gestão do Brasil...

O Sr. Vargas nomeado... RIO, 11 (A TARDE) - O Sr. Vargas foi nomeado para o cargo de comandante da Gestão do Brasil...

O Sr. Vargas nomeado... RIO, 11 (A TARDE) - O Sr. Vargas foi nomeado para o cargo de comandante da Gestão do Brasil...

O Caso Português

Em torno da morte de D. Manoel - Presidentes - História de um ódio - Abolistas e liberais - Como em anos não bastam...

6 de Junho de 1932 - Um político português, criado para ser ministro de estado, Sr. Manoel de Barros, teve a sua carreira política e literária...

A REVOLUÇÃO NO PERU... MORREU O INVENTOR DA GALETTA... RIO, 11 (A TARDE) - O Sr. Vargas nomeou o Sr. Canabier para o cargo de chefe da Polícia...

A notícia da Revolução Constitucionalista de 1932 chega à Bahia: para Luiz Viana Filho aquela seria uma oportunidade para que o país adotasse um federalismo verdadeiro.

tempo da Regência, parece ter levado um século para chegar ao seu ponto de maturação perfeita. Já não necessita de quem a conduza ou defenda. Virá por si mesma. Existe como uma fatalidade histórica de que se não poderão furtar nem dirigentes nem dirigidos. Impõe-se como um fenômeno social inevitável e invencível. São as várias regiões desse grande Brasil a se diferenciarem por um processo lento e seguro de seleção.

É a gente de cada terra e de cada clima a se estratificar na medida dos seus caracteres somáticos e a adquirir a consciência do seu eu, da sua força e da sua dignidade. Foi daí que surgiram as revoluções de 1930 e 1932.

Foi dessa consciência federalista que se vai formando em cada Estado, que nasceram os dois últimos movimentos. E será deles que há de surgir a verdadeira federação brasileira delineada em melhores e mais seguras bases econômicas e políticas.

Aprendamos na lição da hora que passa para fundirmos a Constituição futura com mais experiências do que os idealistas de 1891. Vejamos nesse ensinamento amargo não apenas um mal, mas também um bem que nos poderá fornecer dados seguros para atearmos a verdade federativa do Brasil e não repetirmos os erros da ficção constitucionalista de 1891.

E sintamo-nos felizes se esses movimentos forem o despertar de uma federação capaz de assegurar o equilíbrio nacional dentro da ordem e da paz, garantida a autonomia de cada Estado.

5 de agosto de 1932

SWIFT

Quando li, hoje pela manhã, o discurso do ministro José Américo sobre o censurado movimento revolucionário de S. Paulo, o primeiro nome que me ocorreu foi o do adorável Swift – esse fino humorista saxão a quem a névoa de Londres tanto apurou a vela do sarcasmo. Lembrei-me dele recordando Rui que lhe traçara o perfil, numa conferência há cinqüenta anos atrás. É mesmo provável ter o ministro, que tanto ama a publicidade, bebido nessa fonte inesgotável de bom humor que é a obra do publicista inglês. E nisso não haveria desdouro.

Uns, antes de escreverem qualquer coisa, lêem o padre Manoel Bernardes. Outros recorrem a Vieira. A maioria corre os olhos apressados sobre uma página de Rui ou de Fialho.

Nada demais, portanto, que o autor da Bagaceira se tivesse inspirado no britânico.

É numa das passagens dessa obra que Rui nos conta o remédio preconizado por Swift para resolver a velha rivalidade entre a Irlanda e a Inglaterra, rivalidade de oprimido e opressor. Swift propunha apenas isto: a coroa do Reino Unido ordenaria a fabricação de lingüiça com a carne terna das criancinhas irlandesas. E, assim, ao mesmo tempo que dirimiria a pendenga, tiraria um proveito prático aproveitando a carne tão escassa na sua pátria.

Foi lendo isso que o ministro se lembrou de arrumar essas frases bonitas que a essas horas devem estar a correr mundo distribuídas pelas agências telegráficas, publicadas pelos jornais e repetidas pelos seus admiradores, aqueles que lhe aplaudem o gênio de propagandista de obras e idéias.

Mas se o Sr. José Américo buscou em Swift um orientador da sua palavra nem por isso se lhe empanam as virtudes de orador e humorista, pois fê-lo com talento e oportunidade a serem louvados pelo país.

Leia-se por exemplo essa frase saída da boca ministerial: “dos erros iniciais da ditadura decorreu o maior bem para S. Paulo: a formação de sua frente única”. Não nos dis-

sessem e garantissem que tal conceito partiu de um dos mais ditatoriais dos amigos da ditadura e juraríamos partida da inteligência de um prócer paulista.

E o orador prossegue:

“Apoiado o poder pelo Partido Democrático, ter-se-ia desfeito o perrepismo. Mantido, porém, a adversidade teve de fazer causa comum com os adversários dos quais se achava profundamente separado, consumando-se, dessa maneira, a harmonia da família paulista”.

“Foi o Sr. Getúlio Vargas quem uniu a família paulista”.

E o Sr. José Américo, que tanto se tem revelado nessa quadra revolucionária como um dos seus melhores elementos, confirma os títulos de bom político pontecendo com uma ironia leve e suave a sua anunciada e esperada oração, uma bela página de espírito traçada sob o patrocínio de Swift e que há de ficar como um fio de ouro a correr entre os fios de sangue que correm pela terra brasileira.

13 de agosto de 1932

OS LÍRIOS DE SÃO PAULO

Na Bahia, a data natalícia de Rui foi um fato que quase não passou do noticiário dos jornais. E quem se abalancharia a mais? Reviver Rui é reviver todo um passado de lutas pela liberdade, de campanhas pelo cumprimento de lei, de batalhas cívicas pela supremacia do direito sobre a força.

Lembrar Rui é lembrar toda uma jornada de cinqüenta anos de jornalismo em que ele, como a força maior da sua classe, lutou por fazer da imprensa os olhos atentos da nação, a fiscalizadora desassombrada do poder público, a examinadora sadia dos atos do governo, a centelha mais avançada do país no exame a todas as atitudes e a todos os propósitos dos detentores do poder, como expressões momentâneas da confiança pública. Seria a lanterna a levar a luz onde houvesse um ato menos escrupuloso. Seria a propagadora de todas as faltas e de todas as virtudes. A esclarecedora mais legítima da opinião pública, que aí iria buscar o rumo melhor a seguir pelo bem da pátria. Mas para isso a primeira condição seria a liberdade de ação. A garantia contra as arruaças. O apoio do próprio governo consciente da sua probidade e sem receios de qualquer arremetida injusta.

Recordar Rui é recordar todas as lutas contra a opressão, desde o fim da Monarquia até a sua morte, e em que ele foi o combatente mais corajoso, o acusador mais impertinente, o estigmatizador mais cruel e cuja voz, mesmo no exílio a que o condenou a Ditadura, não se calou, não cedeu, não transigiu – preferiu que a nação voltasse ao governo de si mesma, que o povo retomasse a direção do país e ele, livre, podendo falar e escrever sem peias e sem censuras e ameaças, também retornasse ao berço estremecido.

Mas se entre nós, na Bahia, a sua terra natal, foi de gelo o seu natal, em S. Paulo a mocidade cobriu-lhe de flores o monumento levantado no Anhangabaú. Os acadêmicos de S. Paulo, dessa grande terra de civismo, não se arrecearam de reviver essa memória que no momento deve ser um ferro em brasa a aguilhoar todos os indecisos e a reanimar os mais corajosos para que não desanimem no prosseguirem o

bom combate pela civilização do Brasil. Os rapazes, que bem mostram trazer na alma ainda a mesma suavidade deixada nas paredes da velha Faculdade por Castro Alves e Álvares de Azevedo, levaram a Rui um punhado de lírios brancos, que nós, baianos, devemos guardar no coração para que cada vez mais admiremos e sintamo-nos unidos à terra bandeirante, sustentáculo do civilismo brasileiro e de Rui Barbosa na sua memorável campanha de 1910. Honra a S. Paulo. Gratidão aos moços paulistas, que crêem no Brasil.

15 de novembro de 1932

O SALTO MORTAL

Dentro dessa espantosa anarquia mental que vai sendo um dos traços característicos da desordem em que vivemos, uma das poucas palavras claras e precisas que se tem feito ouvir nesse cenário agitado é a do Sr. Pontes de Miranda, esse jurista ilustre. Concorde-se ou discorde-se do publicista, demos-lhe o mérito não só de externar sem receio as suas convicções, como servir a sua proposta de um verdadeiro divisor de águas.

A nós, por exemplo, muito embora o aplaudamos quanto à parte da educação, quer nos parecer que ao invés de procurarmos nos livrar do “salto mortal da ditadura proletária” ensaiando o salto mortal da república socialista de moldes radicais preconizada pelo Sr. Pontes de Miranda seria preferível nos prepararmos tranqüilamente para as condições do século, mas isso apenas com a adoção imediata de medidas, que embora de cunho nitidamente socialista, já se acham integradas na vida de todos os países capitalistas, que nelas vão buscar a vacina, a fórmula de transigência com que se imunizam contra a epidemia russa.

E isso sem nenhum desequilíbrio da vida econômica do Brasil, sem graves perturbações financeiras. Iríamos de grau a grau. Evitaríamos repetir o erro da abolição, um golpe violento do sentimentalismo nacional, e que desorganizou toda a engrenagem do trabalho brasileiro.

Por isso, nem nos empolguemos com a fórmula dourada do Sr. Pontes de Miranda, essa grande cultura a quem os livros parecem ter tirado um pouco a visão da realidade nacional, nem tenhamos receio de encarar o problema social em toda a sua verdade. Lembremo-nos do final do livro do Sr. Maurício de Medeiros, que vou repetir aos esquecidos: fechando o livro que escreveu sobre a Rússia diz ser ele obra não de quem fez como a avestruz que enterra a cabeça na areia para não ver o tufão que passa, mas de quem teve a coragem de olhar bem todo o panorama soviético.

Tomemos o exemplo. Não enterremos a cabeça na areia. E, longe disso procuremos nos países mais cultos da Eu-

ropa todos os institutos já definitivamente consagrados como fórmulas necessárias de transigência. E, com elas, preparemos para mais tarde recebermos a república socialista do Sr. Pontes de Miranda que ainda nos parece prematura para a nossa pobreza e a nossa civilização. E, se o quisermos fazer, como medidas indispensáveis adaptemos a limitação de juros na razão inversa da garantia; a gravação progressiva do imposto de sucessão; ao aumento proporcional do imposto sobre a renda; a cobrança de impostos pesados sobre os bens improdutivos; maior amplitude da legislação social e sobretudo do seguro social, dos acidentes no trabalho e salários mínimos; isenção de impostos para as casas de habitação e propriedade de proletários; desenvolvimento dos estabelecimentos de crédito e controle para os principais produtos do país; efetivação da lei sobre a nacionalização do trabalho e sobretudo quanto aos empregados no comércio, a fim de obrigar o estrangeiro a se dirigir à agricultura; disseminação do ensino profissional com o fito de criar pequenas indústrias pelo interior do país; aproveitamento das massas, de seu trabalho em grandes obras nacionais, a exemplo do que se faz presentemente no Nordeste.

Aí algumas idéias soltas, que não constituindo nenhuma novidade para outros países poderiam concorrer em muito para a experimentação no Brasil, de novos institutos de caráter socialista sem nos obrigar ao salto mortal do Sr. Pontes de Miranda.

Mas, sobretudo, lembrem-se os responsáveis pela direção do país de que não devemos marchar nem contra nem dentro do socialismo, mas sim encarar a questão de frente e aproveitar do socialismo tudo o que tiver de bom e aplicável à nossa civilização. Fora daí será ou precipitar ou procurar deter uma onda que mais dia menos dia quebrará as barreiras levantadas contra ela, e isso com muito maior dano para a nação. Socializemos sem os perigos da república socialista.

19 de novembro de 1932

ENSAIO CONSTITUCIONAL

Após as eleições, que marcam o primeiro arranco do país para a substituição da força pelo direito, os jornais já anunciam ser pensamento do Governo Provisório a promulgação de uma Constituição Provisória, que além de vantagens outras teria a de ser um verdadeiro ensaio do novo regime ideado e traçado pela comissão constitucional.

A idéia, se for sincera, será boa. Permitirá, durante alguns meses, a apreciação dos resultados práticos da nova Constituição.

Cada um dos membros da futura Constituinte terá oportunidade de pôr em campo o seu espírito de observação nos vários ângulos da nação a fim de dizer, não apenas firmado em conhecimentos livrescos, mas sobretudo em impressões próprias, dos resultados e das conseqüências de alguns dos pontos doutrinários mais debatidos sob a precedência do Sr. Mello Franco. E, assim, cada um daqueles a quem a Nação incumbir a discussão do seu estatuto básico, não irá apenas fazer uma exibição de cultura, dizendo da prática alemã, polonesa ou balcânica de após guerra, como o fizeram os constituintes de 91, quase todos embebidos do formulário constitucional da época – grande coletânea de Hamilton, Jay e Madison – em relação a magna carta americana. Poderão dizer mais alguma coisa. Já terão elementos para falar com mais firmeza dos problemas de unidade nacional, da distribuição de impostos, da questão da emigração e alguns itens mais, que poderão ser observados num tempo relativamente curto, como aqueles referentes ao nosso problema social. A incógnita ficará então reduzida quase que tão somente ao problema político – forma de governo, divisão de câmara e autonomias estaduais – que só uma demorada prática constitucional poderá apontar nos seus vícios e virtudes.

Mas de qualquer forma a Constituição Provisória já terá trazido enormes benefícios ao Brasil. E dentre estes não se contarão apenas os da observação.

E agora, o momento ainda é mais delicado: não se cogita apenas de uma reforma – trata-se de refundir numa

SERVICO ESPECIAL D'A TARDE PELO NACIONAL E PELA "WESTERN" A LIVRE-DEFESA NO JURY

O chefe do governo provisório compareceu e procedeu à leitura da sua mensagem-A Linhas geras do documento

AO CONTRARIO DO QUE FOI ANUNCIADO, NAO SE FALOU DO PROBLEMA DA AMNISTIA

RIO DE JANEIRO, 16 de Novembro de 1933. — A sessão da Assembleia Constituinte abriu-se hoje às 10 horas, com a presença de 105 deputados. O chefe do governo provisório compareceu e procedeu à leitura da sua mensagem...



Dr. AVAREZ RIBEIRO JARDIM, ministro de Justiça, (segundo) e AVAREZ RIBEIRO JARDIM, presidente da Assembleia Constituinte.

O FINAL DO DOCUMENTO

RIO DE JANEIRO, 16 de Novembro de 1933. — Termina o documento de 10 artigos, que trata da livre-defesa no jury...

NO GABINETE DO PRES.

RIO DE JANEIRO, 16 de Novembro de 1933. — Termina a reunião do gabinete do presidente da República...

AFOLGIDA DO GOVERNO WASHINGTON

RIO DE JANEIRO, 16 de Novembro de 1933. — O governo americano mostra-se satisfeito com o andamento da Assembleia Constituinte...

A E AMNISTIA

RIO DE JANEIRO, 16 de Novembro de 1933. — Faltam, ainda, seis dias para a conclusão da Assembleia Constituinte...

UMA NOÇÃO DE SOLIDARIE DADE

RIO DE JANEIRO, 16 de Novembro de 1933. — A sessão da Assembleia Constituinte foi marcada por uma atmosfera de solidariedade...

A BANGALDA MARIANA INTER-MEDIARIA DA MEM. DASE

RIO DE JANEIRO, 16 de Novembro de 1933. — Por ordem do presidente da Assembleia Constituinte, foi realizada uma sessão extraordinária...

OS RUMOS POLITICOS CONTIDOS NA MENSAGEM DO CHEFE DO GOVERNO

RIO DE JANEIRO, 16 de Novembro de 1933. — A mensagem do chefe do governo provisório, lida na sessão da Assembleia Constituinte, contém importantes indicações...

OS RUMOS POLITICOS CONTIDOS NA MENSAGEM DO CHEFE DO GOVERNO

RIO DE JANEIRO, 16 de Novembro de 1933. — A mensagem do chefe do governo provisório, lida na sessão da Assembleia Constituinte, contém importantes indicações...

OS RUMOS POLITICOS CONTIDOS NA MENSAGEM DO CHEFE DO GOVERNO

RIO DE JANEIRO, 16 de Novembro de 1933. — A mensagem do chefe do governo provisório, lida na sessão da Assembleia Constituinte, contém importantes indicações...

OS RUMOS POLITICOS CONTIDOS NA MENSAGEM DO CHEFE DO GOVERNO

RIO DE JANEIRO, 16 de Novembro de 1933. — A mensagem do chefe do governo provisório, lida na sessão da Assembleia Constituinte, contém importantes indicações...

OS RUMOS POLITICOS CONTIDOS NA MENSAGEM DO CHEFE DO GOVERNO

RIO DE JANEIRO, 16 de Novembro de 1933. — A mensagem do chefe do governo provisório, lida na sessão da Assembleia Constituinte, contém importantes indicações...

OS RUMOS POLITICOS CONTIDOS NA MENSAGEM DO CHEFE DO GOVERNO

RIO DE JANEIRO, 16 de Novembro de 1933. — A mensagem do chefe do governo provisório, lida na sessão da Assembleia Constituinte, contém importantes indicações...

OS RUMOS POLITICOS CONTIDOS NA MENSAGEM DO CHEFE DO GOVERNO

RIO DE JANEIRO, 16 de Novembro de 1933. — A mensagem do chefe do governo provisório, lida na sessão da Assembleia Constituinte, contém importantes indicações...

OS RUMOS POLITICOS CONTIDOS NA MENSAGEM DO CHEFE DO GOVERNO

RIO DE JANEIRO, 16 de Novembro de 1933. — A mensagem do chefe do governo provisório, lida na sessão da Assembleia Constituinte, contém importantes indicações...

OS RUMOS POLITICOS CONTIDOS NA MENSAGEM DO CHEFE DO GOVERNO

RIO DE JANEIRO, 16 de Novembro de 1933. — A mensagem do chefe do governo provisório, lida na sessão da Assembleia Constituinte, contém importantes indicações...

OS RUMOS POLITICOS CONTIDOS NA MENSAGEM DO CHEFE DO GOVERNO

RIO DE JANEIRO, 16 de Novembro de 1933. — A mensagem do chefe do governo provisório, lida na sessão da Assembleia Constituinte, contém importantes indicações...

Mesmo sem obter uma vaga no Congresso Constituinte de 1933 pela Bahia, Luiz Viana Filho acompanhou os debates, ainda que com ceticismo acerca dos resultados.

Constituição todos os ideais, bons ou maus, que abalaram o país durante três anos.

Como se elaborar uma nova Constituição sem a colaboração de todos aqueles que se julguem no direito de opinar?

São simples interrogações que aí ficam – esperanças postas à margem dessa anunciada idéia do Governo Provisório a fim de que venha ela a ser realidade capaz de permitir ao país dizer os caminhos por que deseja enveredar.

11 de maio de 1933

O CENSOR

Qual de nós não terá tido o seu censor! Eu de mim recordo-me ter sido a mais antipática das figuras que povoaram a minha vida colegial. Chamava-se Martinho Brito. Sem capacidade para chegar a professor, Martinho Brito vingava-se em nós – alunos que lhe acompanhavam as distrações para a abertura de um livro proibido – dos insucessos que lhe reservara a vida, destinando-o a ser o cão de fila do estabelecimento, onde as gerações passavam e ele permanecia como criatura que a sorte imobilizaria no mister de fazer respeitados os regulamentos da polícia interna do colégio. Mesmo nas férias, quando todos nós nos despedíamos em busca de alguns meses alegres de liberdade, ele ali ficava a montar guarda aos mais travessos e que os pais mandavam permanecer no internato. Depois voltávamos: e ali encontrávamos o Martinho Brito, taciturno, a fisionomia um pouco mais envelhecida, as orelhas postas para a frente como as de um animal atento e sempre prontas a colher o menor ruído provocado nos bancos de estudo, que ele cruzava em todos os sentidos no seu passo de papagaio. Assim, escoavam-se as horas. E a única distração do censor, nesse trabalho de vigia atento, era ir podendo aqui e ali, de carteira em carteira, as faltas de cada um, distribuindo os castigos ou levando os mais atrevidos à presença do diretor para uma advertência mais séria.

Martinho Brito tornara-se, assim, o terror do colégio. Não havia quem lhe escapasse. Gabava-se mesmo disso. E, como revoltado dessa existência triste em que se arrastava quase sem rumo e sem esperança, o seu rigor, em relação a cada um, media-se na razão direta da situação de fortuna e inteligência da vítima: aluno mais aplicado tinha castigo maior ao menor deslize. Era assim a justiça do nosso censor – distribuída ao seu talante, sem equidade e sem pena. Com isso adquiria ele, em todos nós, inimigos pequenos, mas vingativos, e que aguardavam qualquer motivo de aborrecimento de Martinho Brito para gozarem desmedidamente, como se o mal dele fosse bem nosso.

Isso, porém, não modificava a situação: o tempo passava, cada ano uma turma completava o curso, e Martinho Brito ali ficava a olhar tristemente os que lhe fugiam das garras e a dar mais uma volta no “anjinho” com que nos torturava lenta e pacientemente.

Cada dia a mais era para nós, um dia a menos sob a vigilância daquele censor tacanho, e um degrau acima na evolução da nossa mentalidade.

Mas apesar disso Martinho Brito por mais que lesse não assimilava, continuava o mesmo. Que culpa tinha ele de não o ter beneficiado a natureza com uma inteligência mais viva e penetrante? Nenhuma, certamente. Nem ele, nem nós. Mas nós é que pagávamos bem caro esse destino assinalado pelas orelhas, pelo passo, pelo caráter e pelo riso velhaco do nosso amigo, cuja inteligência apenas permitia enxergar através o pequeno rombo feito num jornal traiçoeiro com que nos surpreendia. Tudo, porém tem o seu fim. E um dia, terminado o curso fiquei livre do Martinho Brito, que longe do que eu pensava, nada tinha de original – era apenas um tipo completo de censor.

13 de maio de 1933

HUMBERTO DE CAMPOS E RUI BARBOSA

Com a timidez de um cristão novo, Humberto de Campos, após se empossar como zelador interino da Casa de Rui Barbosa, fez a sua profissão de fé como admirador de Rui literato. Mas, ao chegar-se para o círculo dos amigos de Rui Barbosa, o autor de "Crítica" o fez a medo, esperando, talvez, que alguns lhe embargassem o passo, zangados por verem um novo pássaro cantar nas alamedas de S. Clemente. Andou mal e desacertado Humberto de Campos. E isso por dois motivos, principalmente.

O primeiro que eu lhe apontaria é que muito poucos poderão, hoje, falar em nome de Rui Barbosa, tão malbaratada tem sido a sua obra e o seu pensamento. Diria mesmo que das idéias de Rui, após a sua morte e com o silêncio do seu túmulo, fez-se uma verdadeira liquidação de retalhos em que cada um tomou um pedaço, uns ao acaso e outros de espírito preconcebido, para usá-lo e citá-lo de acordo com as conveniências do momento. Chegam mesmo a apresentá-lo pelo avesso. Só falta vermos Rui invocado contra o civilismo e a liberdade. Não é esta a verdade? Essa sua própria Casa organizada à moda das de Walter Scott e Clemenceau, para que tem servido? Não parece até a casa do Marechal Hermes ou o Instituto Mineiro do Café?

Mas, dos poucos que ainda podem falar em Rui, ninguém leva a palma a este seu velho mordomo, mordomo e amigo, que se chama Antonio Costa. E é por ir se aproximar dele que Humberto de Campos poderá prestar um grande serviço à memória de Rui. Aí o segundo motivo da minha censura à timidez do novo zelador da Casa de Rui.

Antonio Costa, criado de Rui dele nunca se esqueceu. Conhece-lhe as minúcias da vida. Os detalhes do gosto. As preferências nas flores. E foi tudo isto que me contou quando visitei o palacete de S. Clemente. Passávamos lentamente pelas salas "Haia", "Constituição", "Código Civil", "Maria Augusta", enquanto ele disqueteava sobre a vida de Rui Barbosa, atraindo-me muito mais do que os biógrafos já de mim conhecidos. Era um novo Rui, que aparecia. O Rui da intimida-

de, bom, mas às vezes, irritado, renascendo na palavra amiga do seu antigo servidor.

Não me esqueci mais do mordomo. E nem ele de mim. Ainda em 1931 ele me escrevia: "Cordiais saudações. Tomo a liberdade de lhe remeter a presente fotografia, a fim de que V. Exa. faça por intermédio do jornal *A Tarde* um apelo aos baianos a fim de que a Bahia coloque na Casa de Rui Barbosa a sua herma, do escultor Pinto do Couto, único para quem o grande brasileiro pousou nesta casa. Esta herma eu tinha em tempo falado ao Sr. Dr. Simões Filho, o qual me declarou que a Bahia tinha o dever de a colocar. Com a alteração da ordem nacional ninguém mais pensou nisso..." A alteração continuava e nada pude fazer.

O serviço que desejava que Humberto de Campos prestasse à biografia de Rui é muito simples. Consistiria apenas em escrever as memórias do Sr. Antonio Costa.

Que livro magnífico! Thiers é mais interessante através as "Memórias de Madame Dosne" do que dos biógrafos carrancudos, como Reclus. Anatole France visto por Brousson é mais curioso do que contado por True, Pouquet ou Segur. Mirabeau descrito pelo seu criado Legrain é mais humano do que retratado por Meunier.

Teríamos assim o Rui narrado pelo seu criado. E quem sabe se por alguma particularidade vinda à luz Humberto de Campos não poderia fazer com a vida de Rui o que fez Michelet com a de Luiz XIV, dividindo-a em dois períodos: antes e depois da fístula?

Não teria Rui também a ação sujeita a condições de saúde?

Depois das suas "Memórias" escreva Humberto as do Sr. Antonio Costa.

Fará obra melhor do que mandar arrumar as salas para que nelas se sente a Política.

10 de janeiro de 1934

DE UM DIÁRIO – A TI SÓCRATES

Revendo o meu Diário nele encontro o seguinte:

22 de Dezembro de 1932. Desde ontem que um telefonema interrompendo a visita que fazia a D. Lili Costa, avisara-me estar a polícia no meu encalço. O motivo é um artigo em que pedia meia coluna diária para analisar a "atuação dos administradores, a prudência dos contratos e a benignidade das autoridades." Hoje, pela manhã, vários amigos confirmam-me as intenções da polícia. Resolvo, então acabar com essa expectativa e dirijo-me ao Palácio da Aclamação para entregar-me. É que, depois do movimento paulista, a prisão já não tem para mim, o horror do desconhecido. Mas aí não encontro nenhuma autoridade. Rumo para *A Tarde*. E é ao retirar-me que um rapaz louro, tipo de eslavo, encaminha-se para mim e convida-me a comparecer à chefatura. Ponho-me à sua disposição e seguimos juntos num bonde, onde ele me diz ser estudante de preparatórios e estar pouco satisfeito com essa missão. Desculpo-o e continuamos a conversar até quando recebo ordens de ir à presença do chefe de polícia, que conheço da minha prisão durante a revolução constitucionalista. É o mata-mouros que forma a dupla com o interventor.

– Sente-se.

Sento-me e ele abre uma grande gaveta de onde puxa o meu artigo da véspera para perguntar-me:

– É do senhor?

– Basta a assinatura.

– Mas isso não é prova (?!).

– Então posso lhe assegurar que é.

A afirmativa irrita-o e diz-me que vai fornecer-me um bloco de papel para que positive as denúncias contra o governo. Interrompo-o, então, para declarar que o meu desejo é denunciar ao povo e que não me sendo isso permitido nenhum interesse tenho de fazer denúncias a quem já as deve conhecer.

– Isto é sofisma, retruca-me visivelmente enfurecido. São os processos dos senhores. São os processos dos senhores.

– O senhor tem todos os direitos da força, observo.

– Mas isto é sofisma, continua a repetir e acrescenta: o Sr. nada tem a dizer contra o governo.

– Não é bem assim, retruco. E, para localizar fatos da própria polícia, lembro o caso Mário Braga, o caso do furto de Andaraí e a questão do jogo em que a posição da repartição não é das melhores.

Aí ele desvia a conversa e faz o seu próprio elogio, que ouço pacientemente até que ante o meu silêncio declarame que estou livre para comparecer à tarde ao Palácio da Aclamação.

Às 18:30 estou perante o interventor. Recebe-me amável. Um riso constante distende-lhe os lábios finos, mostrando os dentes alvos, que dão ao rosto nédio uma expressão de saúde. O interventor explica-me (eu já o sabia) que o regime é de força e que, tendo eu sido rebelde à compreensão a esse fato, fico proibido de atacar o governo.

– A força tem todos os direitos, digo numa reverência.

– E por isso os senhores só tomarão o governo pela força, diz-me num aviso.

– Provavelmente, se eu fosse militar, estaria pensando como o senhor, respondo. Mas a Constituição há de modificar.

– É, mas no dia em que eu não puder manter a censura da imprensa abandonarei o governo.

Hoje, passado mais de um ano, encontro essas declarações numa entrevista que é mais uma farsa: “Ninguém mais do que eu poderá estar satisfeito com a suspensão da censura”. O autor da frase é o mesmo interventor. Mas para não deixar de haver um tópico verdadeiro, lê-se a seguinte explicação: “Está claro, porém, que me não irei deter em refutar aleivosias tais como essas de que a Bahia está oprimida, de que o nosso Estado vive asfíxia-do”, etc.

Fica, assim, à margem, o ponto primordial da dignidade da Bahia, primordial e irrefutável por que todos vêem e sentem. E essa saída escusa faz-me lembrar um diálogo que se lê em Platão na *República*. Thrasímaco pedia a Sócrates que definisse a Justiça. E, antes que esse comesasse, avisa-o como bom sofista: “não me digas que é o que convém, o que é útil, vantajoso, melhor ou necessário”.

Sócrates responde-lhe:

– Tu és fino Thrasímaco: bem sabias que se perguntas a alguém do que se compõe o número doze e acrescentas: “não me digas que são duas vezes seis, três vezes quatro, seis vezes dois ou quatro vezes três, porque não me satisfarei com nenhuma dessas respostas”, tu saberias que não se poderia responder a uma questão assim apresentada. Mas, se te respondessem: “Thrasímaco, como explicas a proibição que fazes de não dar nenhuma das respostas que apontaste? Se a verdadeira resposta se encontra entre elas, queres que diga outra coisa que não a verdade?” Sócrates vencera.

E não estaremos no mesmo caso quando o governo exclui das suas contas perante a opinião pública os atentados contra as garantias individuais e os crimes contra os direitos dos cidadãos, que tanto têm proliferado sob esse regime de força e farsa?

Mas o governo faz como Thrasímaco: exclui a verdade. Sem ela, que haveremos de dizer?

7 de março de 1934

DE TIBÉRIO A GETÚLIO

Um dos marcos mais vivos do nosso século é a tecnocracia.

Tudo foi invadido por ela. Desde as fábricas até as revoluções nada há que não obedeça a uma técnica que se desenvolve em tratados e bibliotecas.

Nada de mais, portanto, que a política tenha também a sua técnica. E em nenhum lugar mais do que no Brasil, sob a orientação do ditador, temos assistido a uma reviravolta tão completa dos velhos preceitos e das velhas normas, que, atravessando os séculos, vieram desde Roma até hoje, orientando e ensinando os políticos. Tudo isso, porém, se esfumou ante a nova técnica do Sr. Getúlio Vargas, que implantou, como senhor de baração e cutelo, a técnica antropófaga de devorar os próprios amigos. Homem que se encoste ao ditador ou dele receba missão de confiança é homem ao azar: questões de tempo. Passada a lua de mel, transcorridos os primeiros tempos felizes da aliança, logo que à sombra do ditador o seu amigo vai ganhando prestígio, firmando-se em elementos de segurança, aquele começa a elaborar com prazer diabólico a maneira por que há de o lançar por terra. Traça o plano, estuda as interferências, prevê os prós e os contras e dentro de pouco tempo começa a executá-lo. Poucos os que conseguem resistir. Mas têm morte súbita e inesperada. Outros estorcem-se em agonia lenta e longa. Mas o fim tem sido até hoje sempre o mesmo. Assim pereceram mais de vinte ministros e outros tantos interventores. A nenhum deles, porém o Sr. Getúlio Vargas demitiu ostensivamente. Limitou-se a permitir que o envolvesse um "caso" para, no momento oportuno, vir piedosamente colocar-lhe nas mãos a vela dos moribundos.

E essa política seguida pelo ditador, bem merece o seu estudo. É uma coisa nova. Uma técnica.

Não cremos, no entanto, na sua duração. Depois de devorar todos os amigos como se alimentará essa política antropófaga?

Ficará o general famoso, êmulo do civismo de Taylerand, ficará em campo sem soldados e sem oficiais?

Se isso não acontecer será a morte do velho método de Tibério de que nos dá conta o honesto Tácito nos seus *Anais*. São, enfim, duas técnicas políticas que se defrontam: a de Tibério e a do Sr. Getúlio Vargas.

Qual delas provará melhor?

Narra Tácito a propósito da permanência de Pompeus Sabinus no governo de Mesie, que essa foi uma das máximas de Tibério: deixou a autoridade, durante longo tempo, entregue às mesmas mãos. E muitos foram os governadores que até a morte permaneceram à frente das suas tropas e mantiveram a sua jurisdição, sob o seu governo. O Sr. Getúlio Vargas adota o oposto. Prefere variar. Vai mudando de tempo em tempo os seus delegados. Cria-os e devora-os. Levanta-os e abate-os

Quem terá razão, Tibério ou Getúlio? Aquele, só a morte, aos setenta e oito anos, arrancou do poder; este talvez só tenha tempo de mastigar mais alguns poucos dos interventores que inventou, e que já devem tremer à espera da hora amarga da agonia.

E assim irá o nosso ditador fazendo a sua experiência contra a máxima de Tibério.

22 de março de 1934

A LIÇÃO DE UM ABRAÇO

A paz voltou à América.

Após três anos de luta cruenta nos pântanos do Chaco, um grupo de homens de boa vontade apoiados pelos seus governos conseguiu fazer com que os contendores ensarilhassem as armas e transferissem a guerra das trincheiras para os tribunais. E ainda por muito tempo ouviremos as palmas com que os americanos festejarão o acontecimento, alegres por verem o continente reingressar na sua tradição de desprezo às armas nas soluções internacionais.

Mas, entre todas as manifestações de júbilo pela vitória da arbitragem, poucas terão a significação de um episódio que a muitos passou despercebido entre os banquetes, os telegramas congratulatórios, as paradas faustosas e os comentários calorosos da imprensa. Foi um simples abraço. E que poderá ser um abraço para nós, sempre tão derramados no estreitar amigos e conhecidos com fartas palmadas às costas. Este a que me refiro foi, porém, um abraço diferente.

Contaram-no os jornais. Já às vésperas da paz celebrava-se em Buenos Aires uma solenidade religiosa onde se faziam preces pelo término da guerra.

Aí, no ambiente quieto da nave, duas mulheres se encontraram. Eram as embaixatrizes do Paraguai e da Bolívia, esposas dos homens que, na capital portenha, encarnavam todo o sentimento de ódio e de paixão, que durante três anos se avolumara no coração dos seus povos.

Elas, no entanto, antes de tudo, eram mulheres. E, frente a frente uma da outra, não se contiveram: abraçaram-se e choraram copiosamente. Lágrimas de dor e de arrependimento umedeciam esse amplexo sincero e espontâneo, em que duas damas ilustres de dois povos ainda em guerra se enlaçavam para exclamarem: Somos irmãs!

O gesto, foi por certo, belo. Mas, a par da beleza que encerrava, quanta ironia amarga. De que valia esse abraço se vinha três anos depois. Atrasara-se três anos em que os dois povos só pensaram e só agiram para se destruírem mutuamente, espalhando o luto e a dor pelos seus lares.

Nós que não tivemos amigos ou parentes ceifados pelas metralhadoras, que não tivemos filhos ou irmãos despedaçados pelas granadas, não poderemos ver esse abraço como o viu cada um dos povos em guerra. Que importa, por exemplo, à mãe paraguaia, cujo filho é hoje apenas uma osada entre as muitas que se perdem nos pântanos do Chaco, esse exemplo e essas lágrimas tardias se o seu filho não voltará mais para beijá-la? Que importa? Nada. Ao invés de enchê-la de alegria há, talvez, de enchê-la de um surdo rancor de revolta.

Foi, então, para isso que lhe arrancaram o filho, entregando-o à morte? Foi para que depois, já extenuados, sem forças, pobres, os homens compreendessem dever voltar ao direito que menosprezaram antes? Se foi, por que não se abraçaram antes? Por que não começaram por onde vão terminar, confiantes na justiça e na paz?

Esse abraço das duas embaixatrizes, que nós aplaudimos e admiramos, os mortos bolivianos e paraguaios, se ainda são humanos e egoístas, talvez o recebam como um escárnio atirado à sua bravura e ao seu sacrifício. Eles que deram o que tinham de melhor, a vida em mocidade, pensavam lutar por uma ambição em que fracassado o direito, só restava a força. Por isso empenharam-se denodadamente, expondo-se às balas e às febres perniciosas da região. Vive-ram anos nas trincheiras até encontrar a morte numa investida em que sonhavam com a glória de sua Pátria. Tudo falso. Nem fracassara o direito nem a Pátria se enriqueceu de glórias. Apenas uma realidade: a morte. Três anos, porém, foram preciosos para que os homens compreendessem essa verdade. A eles, no entanto, que restará? Quem lhes poderá dar a vida que amavam e que perderam? Nem sequer os seus nomes ficarão. Esses três anos de heroísmo, de bravura e de sacrifícios, a História os resumirá em algumas páginas, onde se falará apenas dos chefes. Os mortos anônimos terão passado ingloriamente, sepultados na mesma vala comum, onde se perderam para sempre.

É assim a guerra. Foi para isso que as mães entregaram os seus filhos, e foi para isso que eles se bateram até o último alento.

Três anos se passaram.

Hoje, tanto o Paraguai como a Bolívia estão mais pobres e mais fracos. Nos seus campos e nas suas cidades, os lares se entristecem à lembrança de um parente ou de um amigo, que não voltou. Nenhum deles tem a engalanar-lhe a história ou as bandeiras uma glória a mais. Nenhum deles lucrou um palmo da terra, por que se sacrificaram.

Agora, pela voz da arbitragem, vai falar o direito. Para a sua sentença não computará a estatística dos mortos. Estudará apenas os documentos, os mesmos que já existiam há três anos, quando começou a guerra.

Tem, portanto, esse abraço das ilustres embaixatrizes um atraso de três anos, embora elas, mulheres, bem o desejassem oportuno. Hoje é apenas um belo gesto. Antes seria um gesto útil.

Valha, pois, a lição aos homens de boa vontade, para que se lembrem sempre do direito antes de pensarem nos canhões. E não se esqueçam jamais desse amplexo. Ele, talvez, diga muito pouco em favor da paz: dirá, porém, muito contra a guerra.

4 de julho de 1935

INTELIGÊNCIA E DEMOCRACIA

Está para ser publicado um manifesto dos intelectuais brasileiros, que, defendendo um patrimônio de todos nós, desejam dizer claro ao país a necessidade em que estamos de defender a cultura, defendendo a democracia brasileira. É que todos, ou pelo menos o maior número dos nossos homens de pensamento, estão a sentir a nossa obrigação em não permitir a transformação do Estado num órgão de opressão. Nesse terreno o livro que o deputado Monte Arrais acaba de publicar – *Do poder do Estado e dos órgãos governistas* – é um documento altamente expressivo. É que o seu autor, inteligência muito culta e muito lúcida, estudando esse tema teve ocasião de escrever páginas as mais incisivas sobre as correntes de pensamentos, que atualmente agitam o mundo, enfraquecendo os regimes pela falta de confiança de cada um dos que repetem a mesma interrogação: para onde vamos?

Depois de sintetizar com precisão os principais fatos políticos da nossa existência no Império e na República, até o movimento de outubro de 1930, entremeando os nossos erros de observações sobre a evolução política de outros países, da Europa e da América, o autor chega ao período pós-revolucionário, que é indiscutivelmente a parte mais forte do seu livro.

O movimento revolucionário marca no Brasil, o aparecimento da Babel política, da confusão em todos os quadrantes da nação, que desorientada pelo golpe vê surgirem os partidos artificiais do extremismo. E “ao Estado ou aos governos democráticos liberais que se diz haverem encerrado o seu ciclo histórico, contrapõe-se o governo de força, ressurgido do seu sarcófago medieval, estuante de vigor e de expansões patrióticas”. Analisa, então, as correntes maiores em que se destacam, como orientadores intelectuais, Oliveira Viana, Pontes de Miranda, João Mangabeira, Tristão de Athayde e o Clube 3 de Outubro. E acrescenta com muita justeza: “Chame-se a organização projetada, ou já realizada, e isso pouco importa, Estado Fascista ou Nazista, ditadura proletária ou burguesa, o que se predica nos campeonatos da luta remodeladora, é a instituição de um estado de força permanente, baseado em uma

única estrutura política". Esse o traço comum que os distingue do regime livre e democrático, onde o indivíduo se valoriza. Mas, "a despeito da existência de tais traços de afinidade ideológica, norteados em sentido convergente para o alvo da violência, numerosas particularidades estruturais, funcionais ou finalistas, distinguem uns dos outros, os credos supracitados." Continua, então, o Sr. Monte Arrais caracterizando bem nitidamente cada um dos grupos antidemocráticos e vai desenvolvendo o seu raciocínio até voltar à Revolução Francesa e ao desenvolvimento das instituições inglesas, quando antes dela "o sentido coletivo, universal ou parcial, aniquilou por completo o indivíduo". Tudo estava no Estado ou com os grêmios privilegiados. A Revolução, contrapondo-se a tal situação, iniciou e desenvolveu a síntese oposta, tendo a vida coletiva se estiolado em face da individual. Daí a orientação de Rousseau e seus seguidores práticos, dissolvendo toda espécie de associação. Decorreu um século e já se quer retornar ao primeiro estádio para, em círculo vicioso, regredir, de novo, ao interior. É o eterno suplício de Sípico.

Não cremos estar em erro declarando que temos aí o centro de gravidade desse livro útil e claro, em que o autor, em um raciocínio forte, desenvolve o seu ponto de vista em torno da atual angústia mundial. Mas o faz sempre manifestando a sua fé democrática, a sua confiança justa em que somente o regime de liberdade poderá dar ao homem os meios necessários para uma organização muito humana e muito digna. Não é, porém, com frases bonitas e sonoras que o autor discorre sobre o entrelaçamento de idéias e de ideais que estamos vivendo. Longe disso, o seu livro é sobretudo estruturado numa base honesta de cultura e de argumentação.

Todos os livros se escrevem para ser lidos. Nem todos, porém, o são. Este o deve ser. É um livro que dá coragem e convence.

Aqui, como alhures, a Democracia, acomodada às exigências sociais da hora que passa, regerá ainda por muito tempo os destinos do mundo. É que o homem pode ser feito para viver em sociedade, mas a inteligência somente se fez para viver em liberdade.

3 de setembro de 1935

A ALIANÇA MACABRA

A Bahia anda realmente com má sorte. O caso da Universidade Federal é característico. Sempre foi uma aspiração dos que desejaram ver melhorado o nosso ensino a criação aqui de uma Universidade, mantida pela União que com os amplos recursos de que dispõe bem poderia elevar o nível do nosso ensino, dotando-o de aparelhagem própria e digna das suas tradições. É que a todos não escapa a deficiência econômica do Estado, que dentro dos seus próprios meios, de nenhum modo poderá sustentar as despesas trazidas com empresa de tal monta. Bastaria aliás, o exemplo de Minas Gerais, que com um orçamento quatro vezes maior do que o nosso apenas pode despender cinco mil contos com a Universidade, soma verdadeiramente insuficiente. Tudo, porém, dentro das diretrizes da Constituição e da legislação do Governo Provisório, se encaminhava para que, aprovado o projeto Pedro Calmon, viesse a ser satisfeita tão justa aspiração baiana. Continuaríamos desse modo no mesmo plano em que temos vivido dentro do Brasil: um dos maiores centros de irradiação cultural. Para sufocar, porém, esse nobre desejo deram-se as mãos dois homens – o Sr. Juracy e o Sr. Capanema. Cada um visando um objetivo chegou-se no entanto à mesma conclusão: vetar a Universidade Federal da Bahia. Ao primeiro faltava o interesse, o carinho pelo que é nosso, a solidariedade com nossos sentimentos, a compreensão, talvez, de que somente com a Universidade Federal poderíamos manter a nossa posição, sobretudo no norte, sendo um ponto de atração para os que desejam aperfeiçoar conhecimentos. Acima disso, para o Sr. Juracy está o ter numa Universidade Estadual mesmo pobre, insuficiente, desaparelhada, sem recurso, uma fonte de empregos para alguns amigos e coestaduanos. Ao senhor Capanema o que interessa é descartar-se da Faculdade de Medicina e da visão da Escola Politécnica. São dois espantalhos que lhe tiram o sono. Afastá-los de si, separá-los da união é o seu objetivo. Pouco se lhe dá – e isso não admira – que a Faculdade de Medicina tenha mais de um século de serviço ao país e que seja uma das nossas maiores

tradições. Tudo isso é muito pouco, quando um ministro quer descansar. Por certo que lhe faltaria coragem para enfrentar a Bahia. Veio-lhe, porém, ao encontro, como um dócil e pressuroso auxiliar nessa guerra à Bahia o próprio governador da Bahia. Era a mosca no mel. O senhor Juracy seria o almocreve a puxar-lhe a bota de que se queria descalçar. Que poderia desejar de melhor o ministro? Mas, ao par disso, que poderia ter de pior a Bahia? Infelizmente é da nossa má sorte.

Fomos durante muito tempo a terra do "já houve". Com o Sr. Juracy, que põe a Bahia muito abaixo de sua politicagem de verdadeiro governador militar, o ensino federal, que era uma das prerrogativas ainda existentes da nossa grandeza no passado, também se enfileirá neste triste "já houve" da nossa decadência. Perderemos assim o pouco que nos resta: o direito a cultivar a inteligência. Porque não há ninguém, nenhum professor, nenhum homem lúcido, que não esteja a ver que é este o último golpe – tiro de misericórdia – desfechado pelo Sr. Juracy contra a terra que invadiu de botas e esporas. Universidade Estadual, em verdade, significa decadência, atrofia, caquexia, morte. É enterrar na vala comum da politicagem a Faculdade de Medicina com todas as suas glórias, a Faculdade de Direito com a sua prosperidade evidente e a Escola Politécnica com o seu esforço tenaz de mais de um quarto de século. Terá o Sr. Juracy direito a tanto? Não se envergonham os professores das nossas escolas superiores, mesmo aqueles que o adulam, dessa diminuição? Será que consumiram todas as energias no incensar um homem estranho à Bahia e que agora ainda deseja se divertir à custa do nosso ensino? Parece já ser bastante: é mesmo demais.

Ainda está em tempo de reagirmos. Mas, reagirmos energeticamente, tanto professores como alunos, pelo menos para que deixem tudo como está. Depende apenas de cada um se dispor a contribuir para essa campanha mesmo com o sacrifício do seu sabujismo... É quanto nos bastaria para que tivessem de recuar tanto o Sr. Juracy como o Sr. Capanema, nessa aliança contra a cultura baiana.

Pernambuco é um exemplo expressivo. Também lá quiseram trucidar a velha Faculdade de Direito, entregando os despojos ao Estado. Houve, porém a reação. Cada professor, cada aluno cada pernambucano, se lembrou dos avós que

investiam contra os invasores e se alistou nas trincheiras da reação. Foi água na fervura. Porque não fazemos o mesmo? Também não tivemos avós que expulsaram os forasteiros? Está em nossas mãos

Se a Universidade Federal foi um sonho que viveu no entusiasmo da mocidade, pelo menos não deixemos que quanto ainda temos morra na indiferença da velhice.

3 de outubro de 1935

O DEVER DA FORÇA PÚBLICA

Sob o pretexto esperto de distribuir a força policial pelo interior do Estado o governo resolveu fazer acantonar alguns batalhões em cidades sertanejas.

O motivo é hábil e capaz de enganar aos tolos. Bem pesadas, porém, as coisas, é fácil ver que não é nem mais nem menos do que um novo expediente de que lança mão para oprimir as sentinelas à vista e pronta a desmedir-se ante o menor gesto de protesto, pelo voto, contra atual situação, que degrada as tradições baianas. Nisso se resume o zelo do governo pela ordem publica: espancar os cidadãos que lhe são contrários. E nem de outro modo se pode compreender que fosse a cidade de Bonfim a única onde até hoje se tornou efetiva essa medida policial, sobretudo quando ali sofreu o governo, nas eleições de 14 de outubro um dos seus maiores revezes. Isso, no entanto, explica claramente os motivos por que acantona na pacata cidade sertaneja um batalhão com número quase igual de oficiais, sargentos e praças. E ainda melhor se compreenderá o conceito de ordem pública do atual governo, quando se souber, com luxo de detalhes, das bravatas de que foram vítimas indefesos sertanejos de Carrapichel e Canôa, seviciados pelos dominadores.

O que ocorre em Bonfim é a reprodução de iguais crimes praticados no resto do Estado e sempre em aumento, à medida que o governo se separa cada vez mais do povo para se apoiar na violência e na brutalidade. Barracão, Ituas-su, Conquista, Mundo Novo, Juazeiro, Valença, são todos eles municípios onde, além de outros, crime já se instalou para preparar as eleições municipais vindouras. Mas se tudo isso é revoltante, é bem lastimável que o governo adventício, que ocupou militarmente o Estado, queira transformar a Força Pública, corporação de tradições honrosas, em ajuntamento de "capitães do mato" à caça dos cidadãos livres da Bahia. Porque, em verdade é o que está fazendo. Que lhe importa que a velha Força Pública tenha tradições a zelar e um passado a honrar? Nada. Tudo se pode corromper e enlamear desde que seja para evitar que os baianos filiados à "Concen-

tração Autonomista” cheguem às urnas enxotar com o voto o governo indesejado.

Que importa que essa mesma oficialidade que aí está ainda traga nos seus galões o heroísmo de Catanduvas? Também nada. O que se quer é subornar ao preço de um galão, como se isso fosse possível, os mesmos homens habituados a conquistar em luta leal, brava, as cicatrizes e as insígnias de que se honram.

Mas, não conseguirá. a Força Pública da Bahia, que tem, como nenhuma outra, o senso da ordem, da disciplina, do dever, nunca se negou aos mais rudes sacrifícios no cumprimento de sua missão. Disso deu mostra por várias vezes, e sempre com o mesmo denodo. Mas, entre o cumprir o dever de militar e transformar-se em esbirro de chefetes políticos do interior há algumas diferenças. E é com isso que ela não concordará. A sua oficialidade, os seus sargentos e os seus soldados hão de compreender o papel que a querem fazer representar nessa agonia de situação e hão de repeli-lo. Com isso ela não conquistaria glórias e nem se enobreceria aos olhos do país. Longe disso, iria rasgar um passado em que se inscrevem alguns feitos heróicos e quebrar uma tradição difícil de reconquistar no dia em que deixasse de ser uma corporação militar e digna para transformar-se num instrumento de violências a serviço de ambições pessoais.

É quanto a Bahia espera dos que servem à Força Pública: que continuem a ser militares e não se prestem ao papel de “capitães do mato”.

23 de novembro de 1935

A RECEITA NÃO BASTA

Qualquer pessoa que esteja em contato com as classes menos favorecidas pela fortuna já terá presenciado esse fato tão comum, tão corriqueiro que é o pedido para aviar uma receita. É que mesmo aos mais humildes nunca falta um médico para formular. Mas obtida a receita vem um embaraço mais grave: o dinheiro para pagá-la. Esbarram então na porta da farmácia. E de que vale o conselho médico, a dieta prescrita, se não há dinheiro para efetivá-la?

O fato, agora que se reúne, na Bahia, o Congresso Sindical, não sei mesmo nem porque faz-me lembrar a nossa legislação trabalhista. É ela uma das mais avançadas do mundo. Qualquer socialista europeu que aqui aportasse para examinar as nossas leis de caráter social ficaria perplexo ante o muito que caminhamos nesse campo. Marcha tranqüila, sem greves, sem ameaças, sem punhos cerrados. Tudo bem nosso, a vir calmamente ao encontro das necessidades e dos desejos dos trabalhadores brasileiros. Legislação abundante, farta, minuciosa, tem, pode-se dizer, um caráter de reivindicadora de direitos e garantias.

Mas, se a nossa legislação é assim, se tem tal espírito socialista, por que esse descontentamento entre os proletários, que parecem querer sempre mais? Muitos, talvez, não saibam bem a causa. No entanto, tudo é bem simples: é que as nossas leis operárias são como as receitas de que falei: não há com que aviá-las. Infelizmente, é essa a realidade. Embora tudo prevendo, as nossas leis trabalhistas jazem inertes. Envolveram-nos num mecanismo burocrático por demais burro para poder movimentá-las. De nada mais vale ao patrão ou ao operário saberem que a lei diz isso ou aquilo sobre o caso que querem resolver. É mesmo que ter a fórmula na mão e não a poder pagar. O tempo passa e o doente continuará cada vez pior. Com isso, aborrecem-se patrões e trabalhadores, ambos não satisfeitos com as nossas leis. É a isso, em verdade, a que está reduzida a nossa legislação social. Muito bonita, muito liberal, mas ineficiente. Reduziram-na à triste condição de receita, que se não pode aviar. E, tanto os operários como os

patrões, quando desejam assegurar-se algum direito, que a lei lhes dá incontestavelmente, ficam na condição de pedintes, à procura de quem torne efetivo o seu direito. Vão de Secca a Meca, lei em punho, mostrando a um e a outro que o seu direito é líquido, que a lei é assim e assim, mas isso não resolve coisa alguma. A lei existe, mas o direito não se realiza. De que vale, então, a lei?

Só há um meio de dar-lhe vida, realidade: é a Justiça do Trabalho. Em torno a essa idéia devem se congregiar todos os esforços proletários.

E, se todos já não soubessem disso, eu apontaria um fato concreto e aqui da Bahia: a junta de conciliação. Há quantos meses não se reúne? Quantos são os processos que dormem nas suas gavetas? São centenas. E isso vale por dizer há centenas de empregados e empregadores a esperarem durante meses uma decisão, uma palavra sequer.

Não basta, pois, aos que trabalham conhecerem a receita. Precisam de quem a avie rapidamente, antes que o doente morra desconsolado – lendo a receita, mas sem ter o remédio.

E isso, para bem de empregadores e empregados, só a Justiça do Trabalho lhe poderá conseguir.

23 de abril de 1936

PRIMEIRO O BRASIL

Houvesse dúvida quanto à fidelidade com que a oposição baiana representa os tradicionais sentimentos e atitudes da Bahia dentro do Brasil, e aí teríamos uma prova capaz de convencer aos mais impermeáveis à dialética: o seu apoio à candidatura Armando de Salles. Bastaria unicamente este fato para se saber que os homens, que, na Bahia, trabalharam pela vitória do candidato nacional, são homens inteiramente identificados com a história, com o passado, com a vida de sua terra. E é justamente isto que ignoram, por ainda não terem tido tempo para aprenderem aqueles que para apoiar o nome do Sr. José Américo, deixaram à margem, como inexistentes, méritos outros do seu candidato para apenas lhe colocarem no peito a faixa de cidadão do Nordeste. Este galardão, no entretanto, que tanto lhes fala ao sentimento e à formação, nada diz à Bahia de especial, de extraordinário. Para nós, ser cidadão do Nordeste, do Sul ou do Centro, é a mesma coisa. É que pela nossa formação histórica, pelo próprio nascimento, não somos nem uma coisa, nem outra. Nem somos Norte, nem Sul, nem Centro, nem Nordeste. A Bahia é tão-somente isto: o próprio coração do Brasil. Foi aqui que nasceu a nacionalidade. E, ainda daqui, partiu para as outras terras do Brasil a nossa civilização. Se depois o centro político do país se deslocou para o Rio de Janeiro, não importa. Já tínhamos, porém, dois séculos e meio de primado, velando pelo Norte e pelo Sul com o mesmo zelo, o mesmo interesse, o mesmo amor. Não nos habituamos a fazer distinções entre o Sul e o Norte, vendo nos filhos de um e de outro tão-somente brasileiro. O tempo passou, sem que a Bahia – *Terra Mater* – tivesse preferências entre as Províncias, depois feitas Estados, e que ela vira nascer, crescer, prosperar, e que também auxiliara. Mesmo quando alvo do despeito ou do ciúme de outros estados, sempre se manteve superior às paixões e aos impulsos.

E é por isso tudo que não nos fala muito de perto essa questão regional de norte e de sul, pois, como centro, somos tanto de um como de outro.

Mas, se não tivemos preferências, os acontecimentos, as estradas e a situação econômica do país, se incumbiram de formar um bloco em cujos extremos estavam São Paulo e Sergipe e tendo no centro Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Foi o bloco tecido pelas alpercatas de Anchieta e as bandeiras de S. Paulo e da Bahia, e que o tempo – mesmo os séculos – longe de desfazer, mais tem estreitado. É o bloco que ficou ladeado por dois outros – um ao norte e outro ao sul.

Assim têm sido as afinidades políticas da Bahia. Sem preocupações regionais, mas apenas pelo curso dos acontecimentos, temos lutado e sofrido, ora com S. Paulo, ora com Minas Gerais. Por isso com eles nos identificamos. E ainda está na lembrança de todos a campanha civilista de Rui Barbosa em que ainda mais se estreitaram os velhos laços de amizade entre Bahia e S. Paulo.

Hoje, portanto, aliada ao eminente candidato nacional, Armando de Salles Oliveira, a oposição baiana conciliou os mais altos interesses nacionais com as tradições da Bahia, o seu passado, a sua história, e ainda resgata a dívida que temos para com S. Paulo, o grande baluarte de Rui em 1910.

E é fiéis a essas tradições que aconselharíamos procurassem os adversários o Sr. Armando de Salles outro título para o ilustre candidato que apóiam e que os tem. Esse de nortista, não basta. A Bahia é sobretudo nacional, brasileira, muito brasileira. São quatrocentos anos de brasilidade que não se apagam numa interventoria. Primeiro o Brasil.

7 de junho de 1937

VOCAÇÃO

Num prefácio a Saint-Beuve, Jacques Bainville acen-tua que nada mais raro do que o homem acertar a própria vocação. Uns jamais a encontram. Outros somente quando já adiantados em anos descobrem o talento com que nasceram.

É o que Bolleau resumiu nesses versos de muito sabor psicológico:

Rarement un esprit ose être ce qu'il est.

Esses conceitos vêm-me à lembrança ao ler a *Jornada Democrática*, livro onde o Sr. Armando de Salles Oliveira reuniu os discursos que pronunciou como governador de S. Paulo. São eles o testemunho de que o eminente candidato é bem o que devia ser – homem público.

Pela soma de qualidades, de virtudes, de aptidões, o Sr. Armando Salles, revela-se através à ação que se sente nas suas orações, o homem talhado para os postos de comando.

A visão dos problemas, a segurança dos conceitos, a coragem das opiniões, que se encontram nas páginas desse livro vigoroso do administrador honrado e justo, inteligente e diligente, forte e corajoso, mostram que quem os pensou, quem os afirmou é uma personalidade capaz de assumir as mais altas responsabilidades de administração pública. Nelas, com tal expressão, se imprimem as diretivas de um homem de governo, que sabe o que quer e para onde vai, que ninguém se sentirá mal seguro entregando-lhe o leme da nau brasileira, que, sob o seu pulso, há de vencer os mares encapelados em que hoje se debate. Não se trata de um simples prático que por conhecer apenas a profundidade de um canal e a posição de uma coroa, já se julga o navegante experiente, culto, apto a qualquer viagem de circunavegação... Não. Nele podem confiar os que desejarem um Brasil progressista, administrado por uma larga e experiente visão de estadista. Desenganam-se, porém, os que preferirem o Brasil de cócoras, parado, estagnado. Estes não lhe dêem o voto. E, se o derem, não se enganem: o Brasil irá marchar. Irá marchar, não pelo dinheiro, mas pela organização. Aqui está a palavra do ilustre candidato: "O problema brasileiro é um problema de organização e a organização

ARMANDO DE SALLES OLIVEIRA

JORNADA DEMOCRATICA

(DISCURSOS POLITICOS)

Livraria JOSÉ OLYMPIO *Editora*

se faz, na maioria dos casos, sem a exigência de novos recursos financeiros". É este apenas um pequeno trecho, um nada, na profusão das idéias, dos pensamentos, dos conceitos, que se encontram na *Jornada Democrática*, onde os problemas brasileiros, quase todos eles, se encontram esboçados, ventilados, pensados. Nela encontrareis sempre uma afirmação. Sobre eles tereis sempre uma definição. Seja sobre os problemas espirituais, seja sobre os problemas de finanças, de educação, dos impostos, de economia, de autonomia dos Estados, tereis aí sempre alguma coisa que vos diga do modo de pensar democrático do candidato. É isso mostra de que se não improvisou. De que o não improvisou. De que o não foram buscar quando já se retirara da vida pública para o recanto cômodo de observador desiludido. Não. A este – ao Sr. Armando de Salles Oliveira – a nação foi buscar quando tinha às mãos uma grande obra nacional: a renovação de S. Paulo. Desse S. Paulo que ele administrou e transformou corajosamente, arrostando, muita vez, a impopularidade, contanto que servisse aos mais altos interesses do país.

Essa obra ele a fez com calor de que tem fé. São dele estas palavras: "O ceticismo é a mais virulenta das moléstias que minam as democracias. A moda é não acreditar na sinceridade e no desinteresse dos homens públicos. O entusiasmo pelas causas mais generosas é tido como fraqueza, indigna de espíritos superiores". Nele não morreu a flama do ideal. Ao talento do administrador soma-se mais essa virtude – a confiança. Também nós, tenhamos confiança. E pelo que já fez pelo Brasil, pelas provas por que já passou, confiemos em que, tomando o leme do Brasil, o Sr. Armando de Salles, será não só o timoneiro seguro, como idealista intrépido da *Jornada Democrática*. É a sua vocação.

14 de junho de 1937

DUAS VIAGENS FANTÁSTICAS

Há um detalhe na história de Minas Gerais, a terra do ouro por excelência, que bem explica o “sonho de vitória” do Sr. José Américo, conforme declarou o candidato dos governadores ao descer das montanhas, onde fora assistir à instalação apressada do partido oficial do Sr. Benedicto Valladares.

Essa minúcia da vida faustosa da minas, e somente ela, pode nos dar o paralelo para o precipitado entusiasmo do candidato, que, por ter recebido os aplausos, protocolares de uma agremiação oficial, já desataviou a língua julgando-se senhor da nação, dono dessa grande fazenda que pensa ser o Brasil...

Convém, porém, um pouco mais de calma e de paciência. As palmas recebidas pelo Sr. José Américo ao fundar-se o partido político do Sr. Benedicto Valladares, embora significativas, têm um valor muito relativo, são apenas uma miniatura, que se não deve confundir com o sentimento popular de toda a nacionalidade. Pode o candidato ter tido da sensação da vitória, pode mesmo a ter sentido sua, mas se tal aconteceu foi possivelmente um erro facilmente explicável pelo desejo, pela ambição de a ter realmente nas mãos. E quem sabe mesmo se não teria sido um capricho do governador de Minas, que, na sua acolhida ao candidato, desejou proporcionar-lhe essa sensação de triunfo, sensação que não poderia ter na realidade?

É que o Sr. Benedicto Valladares bem pode conhecer o detalhe da história mineira a que me referi. É Felício dos Santos quem nos conta nas suas célebres memórias, que o desembargador João Fernandes de Oliveira, um dos mais ricos mineiros do século XVIII, dispusera-se a satisfazer todos os caprichos da amásia, a conhecida Chica da Silva. Mal ela pensava e já o velho desembargador estava com o seu ouro a satisfazer-lhe os desejos extravagantes. De certa feita quis a amante, que nunca saíra do Tijuco, ter a sensação, já que era impossível sentir na realidade, que estava embarcada num navio, em pleno mar. Ainda aí valeu-lhe o ouro

do amante. Preparou-se um pequeno lago construiu-se um vapor e a negra Chica da Silva teve a sensação de que estava embarcada.

É assim o Sr. José Américo com a Presidência da República. Mesmo que não a alcance, como se espera para o bem de todos, já o Sr. Benedicto Valladares, a exemplo da história do Tijuco, deu tal rigidez protocolar, tal caráter oficial ao conclave mineiro que o Sr. José Américo teve a sensação de que era já o Presidente. Mesmo sem o ser, já o candidato, pela magnanimidade da hospitalidade do governador de Minas, pondo o pé nessa miniatura de presidência, que lhe preparam, teve a sensação feliz de ver satisfeito o seu "sonho de vitória", como ele próprio declarou.

Diz a crônica, que a amásia do desembargador, vivida a sensação fugaz da viagem fantástica, deu-se por satisfeita. Não sei se o mesmo se dará com o Sr. José Américo. Mas, se não lhe bastar a sensação enganadora, seja mais comedido e não se esqueça de que entre os aplausos de um partido oficial e a Presidência da República está a opinião pública do Brasil.

25 de junho de 1937

VOLUME 100

No Brasil o fato é de se comemorar com todas as galas: a "Brasileira" – magnífica coleção dirigida por Fernando de Azevedo – acaba de editar o seu volume 100. É a primeira vez que tal acontece num país onde os esforços de construção intelectual costumam desaparecer tranqüilamente, entre a indiferença da grande maioria, o ceticismo de muitos – até o apuro de alguns... Daí o esforço que representa o marco que a Companhia Editora Nacional acaba de fincar nas letras brasileiras, sobretudo se tendo em vista que o conseguiu sem baixar o nível cultural médio das obras que editou. Em 100 volumes publicados, poucos são os que não correspondem ao objetivo de cultura que encerra essa marcante iniciativa das nossas letras, onde o Brasil ficou melhor e mais conhecido pelos brasileiros.

A obra com que se comemora esse centenário é a *História Econômica do Brasil*, do Sr. Roberto Simonsen. Foi feliz a coincidência ou o propósito. O trabalho do escritor paulista é a primeira obra sistematizada sobre esse setor da vida nacional. A história de nossa vida econômica, o que vale dizer a história, das nossas ambições, das nossas riquezas e das nossas misérias, tudo isso influenciando sobre o desenvolvimento do Brasil, desde os primeiros anos, quando nada mais éramos do que uma boa mata de pau-brasil... Quanta coisa veio depois de decisiva influência sobre os nossos destinos, e que havia passado ignorada ou pelo menos em plano secundário. É que só nos habituamos à história administrativa e política do Brasil. Esquecíamos-nos de que os mais sérios episódios da evolução nacional estão ligados, intimamente ligados, à vida econômica do país. Por que vieram aqui franceses, ingleses, holandeses, senão por causas econômicas? Por que as bandeiras? A grande mola que tudo movia era economia, a riqueza, a ambição... E nós embora soubéssemos do fato, como que fingíamos ignorá-lo, relegando-o a um plano secundário. Foi essa lacuna que o Sr. Roberto Simonsen veio preencher. Sistematizou a matéria. Deu-lhe unidade. Traçou um plano sobre a história da vida econômica nacional e o desenvolveu nas

Roberto C. Simonsen

**Historia
economica
do Brasil
1500-1820**

TOMO I:

Edição ilustrada

Serie 5.^a

BRASILIANA

Vol. 100

BIBLIOTHECA PEDAGOGICA BRASILEIRA

aulas do curso da Escola Livre de Sociologia e Política de S. Paulo. Fê-lo com erudição e com inteligência. Coordenou um grande material disperso, ajustou-o, confrontou-o, criticou-o e com ele elaborou isso que ainda se não havia escrito no Brasil – a sua vida econômica. Com ele abriu novas perspectivas à nossa história, que parece ganhar em consistência e realidade.

O tráfico de negros e a caça ao índio, o ciclo do açúcar e a mineração, tudo com o que encontra a sua explicação natural, lógica, verdadeira.

A vida do nosso recôncavo com os seus engenhos, onde tudo era luxo nababesco, e a pobreza dos nossos sertanejos nas fazendas de gado, e que explicam, ainda hoje, muito dos nossos hábitos, aí estão historiados com presteza e segurança que nos fazem compreender melhor. E assim é toda sua obra. Trate do Amazonas ou do Rio Grande do Sul, jamais esquece de nos dar a razão real dos fenômenos históricos.

É uma perspectiva inteiramente nova do nosso passado, onde a realidade substitui a lenda, essa que foi traçada pelo Sr. Roberto Simonsen na sua notável "História Econômica do Brasil", que há de marcar uma fase dos nossos estudos históricos.

E além do mais, como diz Afrânio Peixoto no cintilante prefácio em que apresenta o trabalho de Roberto Simonsen, tem a obra mérito maior do que as perspectivas do passado, "é a confiança que nos dá, no futuro...".

Confiança que em nós é dobrada, pois, além da que nos dá a obra, temos a de alcançar a "Brasília" o seu volume 100, índice expressivo do nosso progresso cultural, que há de continuar, embora Voltaire dissesse que a primeira condição para se escrever a história era a liberdade...

1º de dezembro de 1937

ZOLA

Parece, e isso confirmam os entendidos não só na vida cinematográfica como nos êxitos das bilheterias, que o filme “Emilio Zola”, interpretado por Paul Muni, tem alcançado, no Brasil, um sucesso sem precedentes na história dos nossos cinemas. Não só os críticos cinematográficos, mas os próprios intelectuais brasileiros se comoveram diante do espetáculo proporcionado pela adaptação de uma nobre vida, toda ela agitada por um grande ideal de justiça e de verdade, e por isso mesmo entrecortada de sofrimentos e de decepções. O motivo, porém não é novo. O seu centro está na luta travada entre um homem cheio de fé no destino da humanidade, mas em luta com o egoísmo do ambiente em que vive. Filia-se à falange dos incompreendidos, que passam a vida num choque permanente com os preconceitos da sociedade conservadora e impiedosa. É a luta entre os que apenas crêem nos bens materiais da vida e aqueles que confiam em alguma coisa mais além dos prazeres e das satisfações materiais que a vida pode proporcionar a alguém. Essa luta, no caso presente, trava-se na França. Cerca-a um ambiente de liberdades públicas. Por isso ela está na imprensa, nos livros, na tribuna. Concretiza-se no celebre caso Dreyfus – o mais ruidoso processo do século passado. A batalha desenvolve-se, então, tendo como contendores o Estado-Maior francês e um pugilo de cidadãos apaixonados. À força do Estado-Maior antepõe-se o direito de uma discussão livre, aberta, sem censura, diante da opinião pública. Esta se agita, divide-se, extrema-se em partidos opostos, ambos talvez convencidos da justiça que defendiam. A princípio – condenado Zola, que é obrigado a refugiar-se em outra terra livre, a Inglaterra – parece que será encerrado o debate. Num ambiente de liberdade, como era o da França, não havia, porém, questões encerradas, passadas em julgado. A opinião pública está sempre presente. Da Inglaterra, Zola continua a bombardear os adversários, a escrever, a desafiar. A luta prossegue. Até que por fim um movimento de opinião leva ao poder um novo governo, e o debate se abre dentro do próprio Estado-Maior, onde os elementos dispostos a dizer

a verdade eram intimados pela disciplina militar. É a vitória. Vem a revisão do processo, o suicídio dos culpados e o próprio exército sente-se feliz com a volta de Dreyfus. Haviam sido necessários vários anos para que se chegasse a esse resultado tão simples e tão fácil: a verdade. E isso apesar do ambiente de liberdade, que permitiu a conservação permanente do caso Dreyfus no cartaz da imprensa e da atenção pública. O exército tornou-se mais forte e mais respeitado ao se integrar nos sentimentos da França. A verdade não lhe fez o mal que anunciavam. Longe disso deu-lhe novas energias, colocando homens honestos à sua frente. É hoje o maior exército do mundo.

Como se vê o tema do filme não constitui nenhuma novidade. É até velho. Por que, então, esse sucesso sem precedentes na história cinematográfica do Brasil? O próprio trabalho do ator, embora excepcional, não é bastante para explicar o êxito que tem acompanhado esse filme emocionante. É bem possível que tenhamos de ir buscar o triunfo da fita, não no filme, mas nas platéias brasileiras, que bem puderam compreender e sentir com viva emoção o desenvolver de um tema tão caro à sua história, e ao qual se liga o maior nome da Pátria: Rui Barbosa. As palmas e as glórias desse filme, no Brasil, devem cair em grande parte sobre ele que foi o grande semeador e defensor das nossas liberdades. Sobre ele que fez com que o Brasil nunca deixasse de vibrar diante de um filme como este que tem entusiasmado as platéias nacionais. O êxito de "Emilio Zola" é alguma coisa mais do que o sucesso de um grande filme – é a glória de um ideal, que se diz ainda vivo no Brasil, o ideal democrático.

29 de abril de 1938

A LIÇÃO DE UMA VIDA

Numa atitude de justiça e de inteligência do Interventor Federal na Bahia, associando-se às festas comemorativas do Dia do Trabalho, foi buscar para tema das palavras que dirigiu às crianças baianas a vida de Luiz Tarquínio. O fato encerra um exemplo, que deve servir de encorajamento a quantos nesse século, tão cheios de espírito utilitarista e pragmático, ainda crêem num ideal, qualquer que ele seja. É que a sua significação maior está justamente na vitória do ideal sobre a ambição pela ambição.

Nascido pobre, Luiz Tarquínio teve, naturalmente, de enfrentar todos os percalços opostos àqueles que, no berço, não encontraram a riqueza. Como observou João Mangabeira, dentro da atual organização social, aqueles que não nascem cercados pela fortuna, para vencerem, precisam ter saúde de ferro, vontade de bronze e inteligência de ouro. Embora não tivesse saúde de ferro, Luiz Tarquínio possuía uma grande vontade servida por poderosa inteligência. Foi com essas armas, e somente com estas, que ele se lançou à luta pela vida. Materialmente impossibilitado de pretender consumir longos anos de estudos e despesas no aprendizado de alguma carreira liberal, entregou-se à vida do comércio, onde, ainda como simples empregado, acumulava nas horas vagas, que outros dedicariam às diversões, uma grande soma de conhecimento, com os quais preparava a própria ascensão.

E numa escalada paciente, pertinaz, acabou por vencer. A sua vitória não era o triunfo do acaso ou dos golpes súbitos de audácia: era a consagração de um esforço continuado e longo em busca de um ideal. Aí, já preparado para maiores empreendimentos, resolveu dedicar-se às indústrias. Não o fez, porém, num simples impulso de ambição, procurando tão somente acumular novos e maiores haveres aos que já possuía. Ao lado dessas ambições de riqueza encontrou lugar para realizar alguma coisa maior – o bem coletivo. E numa época em que mal se conheciam as questões sociais, empreendeu associar numa obra comum o capital e o trabalho, cercado este das recompensas e do conforto indispensáveis a uma existên-

A LIÇÃO DE UMA VIDA

Numa atitude de justiça e de inteligência o Interventor Federal na Baía, associando-se ás festas commemorativas do dia do Trabalho, foi buscar para tema das palavras que dirigiu ás crianças baianas a vida de Luiz Tarquinio. O fato encerra um exemplo, que deve servir de encorajamento a quantos nesse seculo, tão cheio de espirito utilitarista e pragmatico, ainda crêm num idéal, qualquer que ele seja. E' que a sua significação maior está justamente na vitoria do idéal sobre a ambição pela ambição.

Nascido pobre, Luiz Tarquinio teve, naturalmente, de enfrentar todos os precalços opostos áqueles que, no berço, não encontraram a riqueza. Como observou João Mangabeira, dentro da atual organização social, áqueles que não nascem cercados pela fortuna, para vencerem, precisam ter saude de ferro, vontade de bronze, e inteligencia de ouro. Embora não tivesse saude de ferro, Luiz Tarquinio possuia uma grande vontade servida por poderosa inteligencia. Foi com essas armas, e sómente com estas, que ele se lançou á luta pela vida. Materialmente impossibilidade de pretender consumir longos anos de estudos e despesa no apreendido de alguma carreira liberal entregou-se á vida do commercio, onde, ainda como simples empregado, acumulava nas horas vagas, e que outros dedicariam ás diversões, uma grande soma de conhecimento, com os quais preparava a propria ascensão.

E numa escalada paciente, pertinaz, acabou por vencer. A sua vitoria não era o triunfo do acaso ou dos golpes subitos de audacia: era a consagração dum esforço continuado e longo em busca de um idéal. Ai, já preparado para maiores empreendimentos, resolveu dedicar-se ás industrias. Não o fez, porem, num simples impulso de ambição, procurando tão somente acumular novos e maiores haveres aos que já possuia. Ao lado dessas ambições de riqueza encontrou lugar para realizar alguma cousa maior — o bem coletivo. E, numa época em que mal se conheciam as questões sociaes, empreendeu associar numa obra comum o capital e o trabalho, cercando este das recompensas e do conforto indispensáveis a uma existencia humana. Em plena época do envelhecimento, quando a so-

cidade brasileira parecia viver inteliramente absorvida pela idéa dos lucros fabulosos e do poder sem contraste do dinheiro, traçou um programma generoso de assistência ao trabalhador. E, ao lado da fabrica, que lhe conserva o nome, criou alguma cousa mais: a Vila Operaria, com todo um sistema de amparo aos que colaboravam, pelo trabalho, no plano que imaginára. Para se ter idéa do que representava o arrojo da concepção dentro do ambiente em que a realizou, basta dizer que muitos o tiveram como um louco. Mas, ainda desta feita, o idéal por que se batia conseguiu vencer. As despesas realizadas com a manutenção do organismo que criára eram plenamente compensadas. A fabrica prosperou num ambiente de alegria e de confiança formado por quantos nela trabalhavam. Os doentes tinham medico e remedio. As crianças tinham escola. As viuvas e os orfãos, tinham um amparo. Talvez, isso hoje pareça nada. No seu tempo foi quasi incrível.

Vencida essa etapa, Luiz Tarquinio encetou outras em que do mesmo modo afirmou a sua forte personalidade de jornalista, financista, administrador. E morreu antes dos sessenta anos.

A sua obra, no entretanto, continuou. Continuou apesar de não faltar quem não a compreendesse. A sua extinção representaria maiores lucros, maiores dividendos, que no entender de alguns deveriam constituir os escopos supremos duma organização industrial. Mas, alem da obra, Luiz Tarquinio deixára discipulos, entre os quais seria de justiça lembrar o nome de Adriano Gordilho. E a Vila Operaria permaneceu como um padrão a recordar pelo tempo afóra a individualidade, que a concebera e realizára.

Hoje já decorreram trinta e cinco anos após a sua morte. E, no entretanto, a sua memoria ainda é cultuada para que sirva de exemplo. Exemplo de vitoria do trabalho aos que forem pobres. Exemplo de humanidade aos que forem ricos, pois a vida seria bem melhor se cada qual — nas suas horas de ambição de riqueza — não se esquecesse de dar um pouco do muito que têm áqueles que nada possuem. E, sobretudo, exemplo de que as ambições passam, mas o ideal é immortal.

LUIZ VIANA FILHO

Reprodução de página de *A Tarde* com mais um artigo do autor: a assinatura que, em geral, aparecia ao final e a grafia, que mudou ao longo do tempo, são dignos de nota.

cia humana. Em plena época do encilhamento, quando a sociedade brasileira parecia viver inteiramente absorvida pela idéia dos lucros fabulosos e do poder sem contraste do dinheiro, traçou um programa generoso de assistência ao trabalhador. E, ao lado da fábrica, que lhe conserva o nome, criou alguma coisa mais: a Vila Operária, com todo um sistema de amparo aos que colaboravam, pelo trabalho, no plano que imaginara. Para se ter idéia do que representava o arrojo da concepção dentro do ambiente em que a realizou, basta dizer que muitos o tiveram como um louco. Mas, ainda desta feita, o ideal por que se batia conseguiu vencer. As despesas realizadas com a manutenção do organismo que criara eram plenamente compensadas. A fábrica prosperou num ambiente de alegria e de confiança formado por quantos nela trabalhavam. Os doentes tinham médico e remédio. As crianças tinham escola. As viúvas e os órfãos, um amparo. Talvez, isso hoje pareça nada. No seu tempo foi quase incrível.

Vencida essa etapa, Luiz Tarquínio encetou outras em que do mesmo modo afirmou a sua forte personalidade de jornalista, financista, administrador. E morreu antes dos sessenta anos.

A sua obra, no entretanto, continuou. Continuou apesar de não faltar quem não a compreendesse. A sua extinção representaria maiores lucros, maiores dividendos, que no entender de alguns deveriam constituir os escopos supremos de uma organização industrial. Mas, além da obra, Luiz Tarquínio deixara discípulos, entre os quais seria de justiça lembrar o nome de Adriano Gordilho. E a Vila Operária permaneceu como um padrão a recordar pelo tempo afora a individualidade, que a concebera e realizara.

Hoje já decorreram trinta e cinco anos após a sua morte. E, no entretanto, a sua memória ainda é cultuada para que sirva de exemplo. Exemplo de vitória do trabalho aos que forem pobres. Exemplo de humanidade aos que forem ricos, pois a vida seria bem melhor se cada qual – nas suas horas de ambição de riqueza – não se esquecesse de dar um pouco do muito que têm àqueles que nada possuem. E, sobretudo, exemplo de que as ambições passam, mas o ideal é imortal.

2 de maio de 1938

A BAHIA E OS JESUÍTAS

Apesar do muito que já se conhecia sobre a obra benemérita dos Jesuítas na civilização do Brasil, ainda era bem pouco, diante do vulto real das realizações dos filhos de Loiola nas terras da América Portuguesa. Somente agora, com a publicação do primeiro tomo da *História da Companhia de Jesus no Brasil*, começa a aparecer, por inteiro o que foi em verdade o trabalho ingente dos missionários jesuítas. Narra-a o ilustre Serafim Leite, que, depois de percorrer os arquivos brasileiros e outros da Europa, se recolheu à intimidade dos preciosos arquivos da sua Companhia, para escrever a história desses dois séculos de atividade jesuítica no Brasil, que se iniciam com Tomé de Souza e vão até a expulsão nos tempos tormentosos de Pombal. Vazada num estilo claro e preciso, livre de qualquer artifício de imaginação, fartamente documentada, a obra que acaba de iniciar o eminente jesuíta é dessas que se destinam a sobreviver. A abundância das informações e o número elevado das citações, longe de lhe darem um aspecto pesado, e de feitura difícil, despertam um interesse maior. Postas sempre com muito propósito, colocadas no lugar próprio, vêm sempre a calhar, proporcionando conhecimentos novos e elucidando velhas dúvidas.

Sobretudo para nós, baianos, essa História, que, por feliz coincidência e justiça, se inicia com o nome de Afrânio Peixoto, tem um encanto especial. É que nasceram juntas a Bahia e a catequese jesuíta no Brasil. Se com os discípulos de Santo Inácio começa a colonização da Terra de Santa Cruz, onde até então, em regra, nada mais havia do que uma intermitente exploração gananciosa do litoral, também com eles, chegados com Tomé de Sousa, funda-se a cidade do Salvador. Fracassado o sistema de Capitânicas de que ficariam poucos vestígio, é no meado do século XVI que a colonização toma um sentido definido. Nesse início confundem-se as suas histórias: a da Bahia e a dos Jesuítas. Identificam-se de tal modo que não seria possível, hoje, separá-las. No mesmo instante em que o primeiro Governador-Geral lança os fundamentos da futura capital brasileira, também os Jesuítas estacam o seu

SERAFIM LEITE, S. I.

HISTÓRIA
DA
COMPANHIA DE JESUS
NO
BRASIL

I

LISBOA
1 9 3 8

primeiro templo, a igreja de Nossa Senhora da Ajuda, que seria depois da construção tosca da Vila Velha, “maneira de igreja”, como a chamou Nóbrega, a pedra sobre a qual se levantou a religião de Cristo, na Bahia. Seria a nossa matriz e a nossa Sé – a Sé de Palha – até que se erguesse a Sé definitiva, hoje já demolida em nome do progresso. Depois, entregue pelos Jesuítas ao clero secular, a igreja da Ajuda também se chamou igreja do Salvador e igreja dos Mercadores. Passaram então os Padres da Companhia para o Monte Calvário, onde hoje é o Carmo, e daí vieram se fixar no Terreiro de Jesus, em torno do qual se edificou e cresceu a cidade do Salvador.

Do mesmo modo que Tomé de Sousa, para animar com o exemplo, ajudaria pessoalmente aos pedreiros incumbidos da edificação das primeiras casas, também os jesuítas carregariam nos próprios ombros o material destinado à construção do abrigo, de onde se irradiariam, por todo o Brasil, numa obra magnífica de catequese e de civilização.

Mal concluída a base, atiram-se de corpo e alma ao serviço da conversão do gentio, afrontando os perigos, indiferentes à morte, desprezando as vicissitudes da empreitada árdua. Passam os limites da Bahia, expandindo-se para o norte e para o sul. Inscrevem os seus nomes em Pernambuco, na Paraíba, no Espírito Santo, no Rio de Janeiro, em S. Vicente e em Piratininga. Em cada um desses pontos onde se fixam são um elemento poderoso de civilização. Ensinando, são os mais cultos, pregando, são os de mais fé. Vencem pelas virtudes e pelo saber. A Bahia e o Brasil vão crescendo com eles. Os seus nomes, para só citar alguns, são Nóbrega, Luiz da Grã – que Afrânio Peixoto sugeriu se chamasse Luiz, o Grande –, Vicente Rodrigues, Francisco Pires, Quirício Caxa, Fernão Cardim, Anchieta. São eles que vivem e realizam os feitos, que se narram nessa admirável “História da Companhia de Jesus no Brasil”, e que bem poderíamos dizer ser a história dos santos jesuítas contada por um sábio jesuíta.

13 de setembro de 1938

GOMEZ, TIRANO DOS ANDES

Para os povos que desconheciam os horrores das ditaduras sul-americanas sempre teve um sabor especial a leitura das biografias desses pequenos ditadores tão cheios de vaidade e tão vazios de realizações. Por isso mesmo nunca faltaram escritores estrangeiros para se aproveitar desses motivos para as suas obras. Ainda agora um escritor americano, T. Rourke, acaba de confeccionar a história da vida de Juan Vicente Gomez, o último ditador da Venezuela. O interesse da obra está em mostrar como se parecem todas as ditaduras sul-americanas. Sempre os mesmos homens, as mesmas idéias, as mesmas conseqüências. E no fim, quando cai o ditador, a miséria nacional. Seja na Argentina, no Uruguai, no Chile, no México, tudo se passa sempre na mesma forma. Para quem já leu uma dessas histórias dos governos de força chega a ser monótono, tanto os fatos se repetem, tirando ao desenrolar do drama qualquer elemento de surpresa. Apenas a ditadura de Gomez é recente. Tendo pago muito caro a experiência de seus caudilhos ao se iniciarem como nações independentes, as grandes repúblicas da América Espanhola compreenderam a tempo a situação de inferioridade em que se colocavam ao lado da América Portuguesa, onde a legalidade de um Império democrático alcançava para o Brasil uma posição de preeminência incontestável na América do Sul. A provação inicial, que desconhecêramos, seria de conseqüências futuras imprevisíveis, pois teríamos de pagar, mais tarde, o nosso pesado tributo à experiência.

Todas elas, porém, antigas ou recentes, teriam os seus característicos comuns, a começar pela esterilidade.

Ao tomar o poder por um golpe de força, Juan Vicente Gomez compreendeu a necessidade de alguma coisa capaz de dar ao povo a ilusão da novidade. Um rótulo para mascarar a violência. Na Venezuela chamou-se a Reabilitação – “La Rehabilitación”. Era qualquer coisa que não se definia num programa de administração ou numa doutrina do pensamento político. Não se sabia o que era, nem o que queria. Era apenas uma palavra: La Rehabilitación. Em seu nome

desencadeou-se a opressão, base do governo autoritário. O primeiro cuidado de Gomez, diz o biógrafo, tanto antes como depois de assumir o poder, foi o exército, e o segundo, o Tesouro. Firmada nessas duas forças a ditadura sentiu-se forte, intangível. E a Venezuela entrou em pleno domínio da força. Seguiram-se então as insurreições. Sem outro meio de se contraporem aos erros do Governo, os descontentes os liberais, todos os patriotas apelaram para as revoluções, que se sucederam, agitando o país. E, por todo o largo período da ditadura, apenas se conheceu um pequeno interregno de tranqüilidade durante a guerra de 1914. E isso, diz o escritor, "se a submissão irremediável de um povo aos abusos de um grupo todo poderoso pode ser chamado de paz, e se a menor palavra de protesto, escrita ou falada, importa em prisão". Mas, passada essa fase, outras revoluções vieram. A elas se seguiam as prisões, as deportações, a opressão. Tudo, porém para o Governo era paz e calma. E, no mesmo dia em que tais coisas aconteciam, "na primeira página do *El Nuevo Diario*, e do *El Universal* viria um retrato do Benemérito com o seu sorriso benigno e otimista". A chave do ditador, porém, era o dinheiro. Era o seu segredo. "Essa era a chave de ouro de Juan Vicente. Tudo o que ele não podia obter por outros meios, tratava de comprar. Não podia imaginar ninguém que não fizesse qualquer coisa por dinheiro". A senha da "Rehabilitación" era corromper. Quem não se corrompia era preso, mais dia menos dia. Prendendo e comprando não foi difícil a Gomez manter-se no Governo por muito tempo, mesmo à custa do descrédito do país no estrangeiro e da sua ruína interna. As duas armas não tiveram contraste. Até que um dia caiu a ditadura. Era, porém, muito tarde: a Venezuela estava podre. Por detrás das fachada de algumas realizações materiais com que se iludira o exército e o povo nada mais havia senão a miséria do país. Era o primeiro balanço verdadeiro da ditadura.

12 de outubro de 1938

O DIÁRIO DE REBOUÇAS

Nas letras brasileiras, tão brilhantes sob certos aspectos, um dos pontos mais deficientes sempre foi o das memórias e diários. Esse gênero de literatura nunca seduziu nem os nossos intelectuais e nem os nossos homens públicos, que, em regra, não organizaram sequer os seus arquivos de correspondência. Poucos foram mesmo os que se deram ao trabalho de guardar, para a posteridade, esse testemunho das cartas. Os que existem podem ser resumidos numa breve lista: o de Saraiva, no Instituto Histórico Brasileiro; o de Rio Branco e o de Ferraz, no Instituto Histórico da Bahia; o de Cotegipe, em mãos do Sr. Wanderley Pinho; o de Rui, na Casa Rui Barbosa e na Municipalidade de S. Paulo. Estes são os princípios que se conhecem. Bem pouco. Quanto a memórias ainda somos mais pobre. Nenhum Presidente da República ou Presidente do Conselho escreveu qualquer depoimento. E, para que tudo se não perdesse, apenas o Sr. Tobias Monteiro recolheu alguns testemunhos dos nossos homens públicos num pequeno volume sobre "Pesquisas e Depoimentos", onde guardou as impressões de vários dos principais personagens da política nacional. Fora disso temos apenas as Memórias de Humberto de Campos e Oliveira Lima, cuja atividade quase não passou do campo das letras, a Minha Formação de Joaquim Nabuco, e poucos outros de pequena repercussão.

Diário – e bem digno desse nome – o primeiro que aparece é o de André Rebouças, da gloriosa estirpe baiana dos Rebouças, e onde se resumem em impressões lacônicas e vivas o seu julgamento sobre homens e coisas do Brasil durante quase meio século. Escritas dia a dia, sob a pressão dos acontecimentos, não representam um julgamento calculado, ponderado, tranqüilo, onde as próprias impressões iniciais vão sofrendo revisão pela modificação de juízos e conceitos. Nesses curtos depoimentos traçados em cada dia sente-se perfeitamente a influência das paixões momentâneas, dos ressentimentos íntimos. São fatos e homens julgados por um ator, que, em meio a própria cena onde se agita, vai gravando as suas impressões. Mas por isso mesmo tem um interesse

especial. Os assuntos, por mais antagônicos, vão se sucedendo como se sucederam na vida do escritor. Ao lado de uma opinião sobre imigração vem um testemunho sobre Carlos Gomes. Íntimo de uma geração de políticos e intelectuais ilustres, Rebouças pôde deixar precisos testemunhos sobre o Brasil do fim do século XIX. Desde a Guerra do Paraguai, até a Abolição e a República acompanhou nos bastidores o desenrolar dos acontecimentos. E, por fim, aureolando-lhe a vida com o sacrifício, o exílio com o Imperador. Sobre todos esses fatos relevantes da vida brasileira fixou num diário emocionante as suas esperanças e as suas desilusões, os seus entusiasmos e a sua crítica, onde os homens aparecem julgados, ora com severidade, ora com indulgência, mas de qualquer modo com a sinceridade de quem escreve apreciações íntimas, apenas feitas para uso próprio. Das páginas assim escritas aparecem Osório, Tamandaré, Pedro II, Nabuco, Taunay, Carlos Gomes, José do Patrocínio, Quintino Bocaiúva, José Carlos Rodrigues, Antonio Prado e quantos outros. E se nem sempre se poderá concordar com os conceitos emitidos, pelo menos se há de compreender o quanto tem de humano e de sincero.

Um dos períodos mais amargos do livro é o que se refere à Guerra do Paraguai. Assistindo como engenheiro ao desenvolver dos planos militares, Rebouças dá um apaixonado testemunho sobre as nossas atividades bélicas que julga desordenadas e ineficientes, criticando os chefes militares, leia-se esse trecho da sua correspondência com Taunay e se sentirá quanto se apaixonara no assunto: "Tive gratíssima emoção lendo a carta de D. Cláudio, bispo do Rio Grande do Sul, de 24 de maio, sobre os horrores da guerra civil... É outra covardia da imprensa do Rio de Janeiro a adulação aos caudilhos do Sul... Não há bravura e nem tal heroísmo, há somente o satânico espírito Hispano-Americano, que começou logo nos primeiros dias da conquista... Por toda parte, no México, no Peru, no Paraguai, na Argentina, a história inicial é sempre a mesma: a luta pelo poder com o mesmo furor cego dos piratas, dos corsários, dos flibusteiros e dos bucaneiros, jogando a vida e a morte para roubarem os galeões carregados de ouro e de prata. A contraprova matemática de covardia do Rio Grande do Sul está na misérrima história da invasão Paraguaia... Eu estava então no exército, comandado

pelo rio-grandense Osório... Só tomavam interesse na invasão o baiano André Rebouças e o cearense general Sampaio... O próprio Osório oscilava entre a amizade de Canabarro e o despeito contra os conservadores de Uruguaiana, que o haviam derrotado numa eleição!!”

Sobre Tamandaré não é nada mais lisonjeiro o juízo de Rebouças: “Mostrou-se (o Imperador) ainda fanático pelo Almirante Tamandaré, cuja improdutiva atividade e pueris caprichos têm custado nesta Guerra tanto dano à gente brasileira”.

Se os conceitos de Rebouças são passíveis de contestação, nem por isso deixam de ser o depoimento de um contemporâneo ilustre, que assim viu e sentiu a vida brasileira do seu tempo.

Depois é a Abolição, a República e o Exílio. Em todas as fases dessa vida movimentada é sempre a mesma sua vibração patriótica. E já longe do Brasil, acompanhado no Exílio o Imperador, é com emoção que escreve a Nabuco sobre o ensaio deste sobre Balmaceda, o ditador que dilacerara o Chile, tornando a normalidade do regime legal: “Hoje não há no Chile um só proscrito. A anistia restabelece a união interrompida. Os seus estadistas compreenderam que, em nossos países, ou há anistia ou de fato continua a guerra civil”.

É assim o diário de Rebouças, que acaba de ser incorporado à “Coleção de Documentos Brasileiros”. Meio século da vida brasileira anotada por um observador ilustre como o baiano André Rebouças que ao talento reuniu um caráter excepcional.

18 de outubro de 1938

OBSTÁCULOS A VENCER

Torturado pela angústia dos dias que correm, o homem parece ter procurado nos livros os elementos para decifrar a esfinge posta diante dos seus olhos pela civilização. Procura, entre admirado e atônito, sem poder compreender que a posse da grande soma de conhecimentos científicos acumulados por séculos de experiência e o gozo de tantos bens materiais, como os vulgarizados nestes últimos cinqüenta anos, não lhe tivessem proporcionado a felicidade, que dia-a-dia sente mais distante.

É diante desse quadro que o homem volta para o livro, ansioso por encontrar uma réstia de luz nas trevas que se adensam no horizonte da humanidade. E, como consequência natural dessa vitória do livro, está, por certo, número maior de probabilidades para aqueles que se dedicam a escrever. Probabilidades, porém, de caráter material, pois ao lado desse fator favorável dois outros se levantaram nos tempos modernos contra o escritor: o público e as ditaduras, ambos igualmente deformadores do passamento. Um e outro, por caminhos diversos têm contribuído para que ao escritor já não seja dada a liberdade de criação e de pensamento, que foram o apanágio daqueles que viveram outrora da arte de escrever.

De referência ao público convém assinalar que, embora seja cada vez maior a sua sede de conhecimentos novos, não se conforma em ler se não aquilo que se adapta a sua mentalidade e aos seus hábitos. Dentro do turbilhão crescente em que se agita, o homem como que não encontra tempo para se deter na leitura de obras de ficção, capazes de comovê-lo, mas jamais lhe trazerem ensinamentos de utilidade imediata. A vida parece se ter tornado curta demais para a contemplação. Quando, um sem número de invenções pareciam trazer-nos uma capacidade maior de dispor do tempo, a própria civilização, que nos colocou ao alcance esse sem número de descobertas destinadas a vencerem o tempo, multiplicando as horas e os dias, se incumbiu de nos esmagar com um número ainda maior de novas necessidades e novas

ambições, que parecem já não caber dentro desse mesmo tempo multiplicado. E é preciso por essas circunstâncias que o homem lê, mas lê apressadamente, como se a sua inteligência pudesse acompanhar a velocidade dos aviões e aprender com a mesma facilidade com que se grava um disco. Mas de qualquer forma, o critério que o domina é um só: aprender o mais possível dentro do menor tempo. Por isso abandonou a ficção e procurou as grandes sínteses, onde os conhecimentos se condensam em fórmulas breves, ávido de elementos que o auxiliem a decifrar a esfinge.

É dentro desse ambiente, hostil à sedimentação de uma cultura, que o escritor se vê obrigado a desempenhar o seu papel, tanto mais difícil por ter de agradar e ensinar a um homem torturado pela pressa. Ensinar ao homem que lê no bonde, no automóvel, no avião, na sala de espera do cinema, mas que, entretanto, quer saber. Por isso teve o escritor de abandonar cada vez mais a imaginação para se transformar num apresentador de fatos, inteiramente objetivo, sintético, cruelmente despido de qualquer artifício de linguagem, a frase desprovida de adornos. O crédito de tempo que o público abre aos escritores é demasiadamente exíguo para ser perdido na leitura de qualquer coisa que não seja por interesse imediato. Como que não há tempo para parar diante de um livro que se não possa devorar no curto espaço de poucas horas. Desse modo abre-se um verdadeiro conflito entre os que escrevem e os que lêem. Estes a pedirem livros que se conciliem com a sofreguidão que os domina, e aqueles obrigados a buscarem uma fórmula que harmonize os seus deveres de direção cultural com os imperativos de um público absorvido pelo imediatismo. Mas, se esse é o primeiro choque que se verifica diante dos que escrevem, não é o único. Outro, e ainda mais grave, é o que ocorre diante dos regimes totalitários e que buscam esmagar o pensamento dentro de limites impostos pelo receio da verdade e da discussão. Assim, vencida às vezes a primeira etapa, o escritor é obrigado a realizar um árduo trabalho de acomodação e deformação do pensamento, para conseguir a circulação e a remuneração do seu trabalho, que se não poderá afastar dos cânones traçados por um sistema de compressão e de negação da livre manifestação da inteligência.

O debate das idéias não pode existir senão dentro de fórmulas oficiais. Desapareceu o velho conceito, que da discussão via nascer a luz. E dentro de um critério inteiramente novo que deve viver a inteligência. O escritor deve cumprir o seu dever oprimido pelos imperativos de um público apressado e, em alguns países, atrelado a um pensamento padrão ditado pelo Governo. Por isso o seu trabalho, embora melhor remunerado, não se tornou nem mais agradável e nem mais útil. Ambas as ditaduras – a do público e a dos governos – dão-lhe mais dinheiro e menos liberdade. Mas, de qualquer modo é essencial que procure cumprir com o seu dever sejam quais forem as vicissitudes, pois só assim poderá assegurar para si a posição que lhe cabe na vida das sociedades humanas, orientando-as para que se não deixem avassalar pelo egoísmo ou escravizar pelas minorias aventureiras.

1º de novembro de 1938

O GRANDE EXILADO

O dia de hoje é daqueles em que nos lares baianos, por mais que os homens se tenham esquecido do passado e descuidado do futuro, deveria acender-se a lâmpada votiva em honra a Rui Barbosa, que, nesta data, num lar também baiano, abria os olhos ao mundo, acolhido pelo "verde ninho murmuroso de eterna poesia" da sua terra natal, que sempre se orgulhará deste instante feliz doado pela Providência. Na recordação desta data deverá ufanar-se a alma da velha Bahia, que, além de berço, também foi a escola onde o excelso apóstolo da liberdade formou o talento glorioso, que aqui, cercado de ambiente de inteligência e de ideal, encontrou o meio próprio para desenvolver as incomparáveis qualidades do caráter de espírito. É que, lembrando-lhe o nome e a vida heróica, também revivemos toda uma época de grandes vitórias da inteligência, pois somente numa sociedade onde se houvesse aprimorado a cultura seria viável um espírito de eleição como o de Rui Barbosa. Não basta, porém, acender a nossa lâmpada votiva. Nesse dia, enquanto ela arde, será oportuno rememorar os exemplos do civismo, que nos legou Rui e que hão de ser o incentivo das gerações futuras.

Numa vida movimentada seria impossível, nos limites de um artigo, recordar-lhe todos os lances magníficos em que se desdobrou a ação do patriota. E, obrigados a escolher, nada nos seduz mais, no momento, do que o episódio do exílio, quando Rui, pelo crime de se ter feito o defensor de todos os direitos violados pela pior das ditaduras, aquela que, depois de romper a Constituição que jurara, se embuçava sob um falso manto de legalidade, teve que procurar em terras estranhas as garantias necessárias para não sucumbir vítima da violência, que desgraçadamente se instalara na direção do país.

O homem que pregara a abolição, que se batera pela Federação, que defendera o exército contra o Conde d'Eu, que organizara a República, que lutara denodadamente pela verdade republicana, já não podia viver na sua Pátria. Parecia ter se tornado grande demais para caber no Brasil, ao lado de uma ditadura que sufocava o país intranqüilizando-o com os

seus crimes e horrorizando-o com a prisão dos seus militares mais ilustres, aqueles que se não submetiam à violência, que reformava, com um pouco de papel e tinta, generais cheios de serviço ao país e a sua classe, e com o exílio dos maiores cidadãos, que se não corrompiam diante das emissões com que se inundava o Brasil. Rui partiu exilado.

Nesse momento, no entanto, o proscrito cresce na admiração e na estima dos seus concidadãos. A obra que realizara em duas décadas de pregação cívica aureolava-se com a coroa do sacrifício.

A partida confrangeu, porém, o coração do lutador. O mesmo coração que se inflamara por um grande ideal de Justiça e de Liberdade, de direitos e garantias para seus compatriotas, apertava-se diante da idéia do exílio que o tangia como a um indesejável. E na correspondência íntima dessa época, reunida em grande parte por Américo Jacobina Lacombe, transparece esse estado de alma do batalhador. Consola-o apenas a idéia de que sofre por causa justa. E é com emoção que numa das suas cartas a esposa deixa cair essa frase: "Diz as nossas filhinhas que me escrevam sempre. Eu as abraço com amor. Que elas aprendam em tudo isto a amar aquilo porque seu pai sofre: a justiça e o bem dos seus semelhantes." E para traduzir a angústia que vai no espírito, resume-a nesta síntese: "para ajuizares a situação do meu espírito, minha Maria Augusta, bastará saberes que, desde que deixei o Rio, ainda não abri um só livro". Ele, o leitor incansável, não encontrava no exílio tranqüilidade para se debruçar sobre um livro sequer. No exílio tudo são agonias. O prazer de viajar desaparece diante da proscricção. E, por maiores que sejam as compensações materiais, tudo sucumbe sob o tormento da saudade. Mas, o exílio era o caminho que lhe apontava a ditadura, que se cevava na desgraça nacional.

Da Argentina, onde se expatriara primeiro, segue para a Europa, fixando-se na Inglaterra. Aí, ao calor da liberdade britânica, sente-se menos infeliz e escreve a um amigo: "eis-me, afinal, meu bom amigo, nesta terra entre todas grande e singular, onde me sinto tão miserável de ser brasileiro e tão soberbo de ser homem. Este é, a meu ver, com efeito, o país dentre todos onde a humanidade tem sua maior glorificação, porque é aquele onde a liberdade é mais perfeita,

onde o direito é mais seguro, onde o indivíduo é mais independente e onde, por isso mesmo, o homem é mais feliz.”

Nem por isso, no entanto, tornar-se-lhe menos pungente a separação do Brasil. Quando lhe nasce uma filha, na Inglaterra, é do Brasil que se lembra o exilado, que assim anuncia a um parente o aumento do seu lar: “nasceu às 5h20 da tarde. No Brasil seria dia. Aqui era noite cerrada”. Eram as saudades do sol claro da Pátria.

Mas a violência jamais é duradoura. E o Governo de força, que usurpara o Poder pelo gozo do Poder, premido por essa opinião anônima que se alimenta a Liberdade e contra a qual são impotentes todas as organizações da força teve escrúpulo de perpetuar-se no Poder, de que desceu depois de escrever algumas páginas de sangue, que apenas haviam tornado o país mais pobre e mais triste. Chegara a hora de falar o Brasil. E o grande exilado pôde voltar à Pátria. Vinha maior do que partira, pois o próprio exílio fora um serviço prestado à nacionalidade, que se revigorara no exemplo viril. Voltava crescendo aos seus serviços mais este de ter resistido à violência, combatido a ditadura, pelejado contra o mal, que degradava o país, amesquinhando-o no estrangeiro. Antes de regressar, porém, lembrando o mal causado pela ditadura, ainda escrevia desconsolado a um amigo: “Deus se compadeça de nós, já não me admira o desprezo a que descemos no estrangeiro. Ele chegou ao ponto de falar-se hoje desgraçadamente nesta parte do mundo como de uma região retalhável e anexável. Lá iremos ter, talvez, pelo caminho em que vamos”.

Soara, porém, a hora da redenção, Rui regressou do exílio glorificado. E nenhuma das suas glórias, que foram tantas, terá a beleza e o brilho desse episódio em que foi a vítima indefesa da violência a que resistiu com a palavra incorruptível. Preferira o exílio ao abastardamento de uma adesão a bom preço.

E a nação, que, silenciosa, tristemente silenciosa, oprimida, o vira partir como réu, preparou-se para o receber com flores. A iniquidade do exílio foi reparada com a apoteose de uma volta festiva, onde pulsava o coração do Brasil. O exilado regressava entre as aclamações da Pátria, que o apontava, como um exemplo, à posteridade.

Hoje, data do seu nascimento, a lição dessa grande vida talvez ainda encerre, para o Brasil, um exemplo capaz de ser compreendido. A lição de uma vida que nos ensina haver alguma coisa acima das propinas conquistadas a custo dos sacrifícios da dignidade e da negação de antigas convicções, imoladas ao primeiro aceno da violência. E esta é a grande lição de Rui: resistir à violência e lutar pelo ideal.

5 de novembro de 1938

DEMOCRACIA E SELEÇÃO

A frase atribuída à nobreza da França nos dias que antecederam a sua ruína – *après moi le déluge* –, e que traduziu a sua indiferença completa pela época que sucedesse a sua, jamais exprimiu um sentimento normal do homem. Toda a história da humanidade mostra a preocupação constante das gerações vivas por aqueles que viessem a substituí-las. Fosse movido pelo sentimento de Pátria, fosse pelo sentimento de família, o homem se distinguiu sempre por esse desejo de deixar alguma coisa, depois da sua morte, que assegurasse o progresso e o bem estar dos que continuavam na terra a representar os mesmos ideais por que vivera. Nesses legados assentaram mesmo as maiores conquistas da espécie, que foi somando os conhecimentos transmitidos de geração a geração até alcançar o nível atual.

Tanto as gerações que se deixaram sacrificar nos campos de batalha, como os sábios e pesquisadores vitimados pelas suas investigações, não se imolaram senão animados por esse sentimento de solidariedade da espécie e com a convicção de contribuir desse modo para o bem do futuro da humanidade.

Hoje, quando uma parte considerável do mundo parece disposta a privar-se dos bens tão caros da liberdade, talvez o homem não se tenha apercebido dos dias trágicos, que dessa atitude poderão advir para os seus descendentes. Isso sobretudo no que se refere à direção da sociedade, que, privada desse poderoso elemento de seleção existente na liberdade, não encontrará os mesmos meios de que dispôs contemporaneamente para escolher os seus dirigentes, julgando-os diante de uma competição a que todos podiam concorrer livremente, expondo as suas idéias e provando a sua capacidade de direção. A predominância desse critério para a escolha dos dirigentes foi mesmo um dos maiores avanços feitos pela humanidade no campo político. Foi ele que permitiu o desaparecimento do conceito antigo, que entregava a posição suprema aos azares do nascimento. Antes dessa conquista quem mandava não era o mais capaz, e sim aquele que

por um acaso era simplesmente o filho ou neto do Rei. Coube ao século XIX livrar os Estados desses azares, entregando a função de Governo àqueles que provassem maior soma de virtudes para as altas responsabilidades da função de mando. Mas, não satisfeito com isso, o homem ainda foi mais longe. Certo da precariedade do seu juízo, que o podia induzir a erro nessa eleição, ainda cerceou a sua própria escolha com os limites da temporariedade, restringindo a um prazo fixo a duração do mandato que outorgava.

Como, porém, escolherá a humanidade, no futuro, os seus dirigentes, se não tiver nem a liberdade de preferir este e aquele, e nem a capacidade de julgar qual o mais capaz, desde que a competição, no campo político, estiver abolida? A interrogação não poderá ser respondida sequer pelo exemplo dos atuais governos totalitários. Estes, bem ou mal, ainda são a expressão da seleção democrática. Os homens que representam os governos de força contemporâneos são evidentemente capacidades que se conseguiram firmar perante os seus compatriotas graças ao processo democrático de seleção. Basta citar os dois mais expressivos: Hitler e Mussolini. Ambos são frutos da democracia que negaram. Que seria o ditador alemão se não fosse o ambiente democrático da Alemanha que lhe permitiu partir, de Munique, com um punhado de companheiros, empunhando a bandeira das reivindicações alemãs contra o Tratado de Versalhes? Por certo que o antigo e pobre pintor de paredes de Viena não teria saído da obscuridade se não lhe fosse permitido pela democracia alemã do pós-guerra encetar uma das mais enérgicas campanhas políticas do mundo, reunindo prosélitos por todo o território alemão, enfrentando Hindenburgo até alcançar, pelo voto, a maioria do Parlamento. Mussolini também não foge à regra. Somente a liberdade de pensamento, então vigente na Itália, deu a oportunidade para que o antigo socialista, filho de um humilde ferreiro, conseguisse pregar a sua idéia livremente, durante alguns anos, pelas colunas do jornal em que forjou a milícia fascista com que marcharia sobre Roma em busca do poder. Ambos, porém, ao alcançarem o Capitólio já tinham assegurado para si uma ponderável parcela da opinião, que, ao lhes entregar o poder, já tinha elementos suficientes para julgar sobre a capacidade diretiva de cada qual.

No futuro, porém, como escolherá a humanidade os seus dirigentes, se dela desaparecer a liberdade? A pergunta, talvez, não interesse ao nosso egoísmo. Mas, de qualquer modo há de ser crucial para as gerações vindouras. Desaparecidos todos os elementos de seleção, que deram a cada qual a oportunidade de se afirmar ou dos dados necessários para um julgamento, o homem estará diante de um dos problemas mais angustiantes. Terá de entregar o bastão de comando sem saber muito bem a quem o vai entregar. Não disporá, nesse momento, sequer dos mesmos elementos com que foram apontados os próprios ditadores atuais. Fechados os Parlamentos, extinta a liberdade de Imprensa e de Palavra, que foram as ante-salas de onde saíram os mais eminentes políticos contemporâneos, a humanidade não saberá muito bem onde ir buscar os homens a quem deva confiar os seus destinos. A sua capacidade de escolha estará reduzida a índices insignificantes. Terá de ir procurar os seus dirigentes nas ante-câmaras dos próprios Governos. Esse fato capital para o destino dos povos – a eleição dos seus governantes – não passará de um episódio jocoso a que as nações assistirão de longe, apavoradas diante da sorte que as aguardará. Esse é, por certo, o caminho aberto hoje para os que vierem depois, quando, mesmo os países totalitários, se tiver esgotado a reserva selecionada pelo ambiente democrático de que nasceram. Resta, porém, saber se com isso preparamos dias melhores para o futuro da humanidade ou se lhe vamos apenas legar um trágico problema de organização política, fazendo-a viver horas ainda mais amargas do que as que hoje atravessamos desamparados do direito de opinar.

11 de novembro de 1938

A CONQUISTA DO PODER

A morte recente de Kemal Atatürk deu oportunidade para que cronistas e jornalistas recordassem a obra realmente grandiosa do extraordinário reformador turco. Mas, se se evocou a ação do homem de governo, esqueceu-se por completo a trajetória do idealista bravo, audaz, destemido, e que se afirmou por uma ascensão penosa e cheia de lances magníficos. Lembrou-se o estadista, mas ignorou-se o revolucionário. Rememorou-se o homem do poder, mas omitiu-se a escalada ao Poder. No entanto, na vida agitada de Kemal, uma coisa é o complemento da outra. O revolucionário e o estadista não se separam, pois este é apenas a continuação daquele. No Poder não desaparece a alma do revolucionário. Muda apenas de nome: chama-se reformador. Não o poderia ser, porém, se a sua vida não fosse bastante para lhe dar uma autoridade moral incontestável. Fosse simplesmente um homem feliz que alcançasse o Poder para desfrutar os prazeres, que este lhe pudesse proporcionar, e não teria tido o apoio necessário para uma grande obra de transformação de um povo. Para fazer do Poder um instrumento de reformas não basta alcançá-lo: é preciso tê-lo merecido. E ninguém mais do que Kemal foi digno dessa vitória.

Órfão de pai ainda em tenra idade, coube a ele próprio escolher o seu destino. Matriculou-se então na escola de cadetes, esposando a carreira militar. E, tanto nos três anos do curso na Escola de Monastir, como na Escola do Estado-maior de Harbiyeh, onde obtém as divisas de capitão, o jovem militar não se contenta em ser apenas um bom soldado. A sua ambição é bem maior. Parece antever a marcha vitoriosa para o Poder e começa a preparar-se para ele. Estuda alemão e francês e lê as obras dos doutrinadores políticos. E é com esses elementos que ingressa nas sociedades revolucionárias de Salonica e Constantinopla, nas quais logo se destaca pelo seu valor. Não tarda, porém, em ser preso e mandado para Damasco, onde a distância devia torná-lo menos perigoso às instituições representadas pelo sultão Abdul Hamid. Ainda aí protege-o o destino. E mal chega ao degredo logo é chamado a entrar em combate contra os Drusos revolta-

dos nas montanhas. É a sua primeira oportunidade e ele a aproveita integralmente, batendo-se valentemente. Outra, porém, e bem maior está próxima: a guerra de 1914. Para um militar do seu mérito nada poderia ser mais favorável do que uma campanha dessa envergadura, onde terá ocasião de se empenhar a fundo, jogando com todas as suas qualidades invulgares. A sua estréia foi em Ari Burnu, onde teve de rechaçar uma tentativa de desembarque por parte dos aliados. O feito bastava para apontá-lo como um chefe. Mas, o seu grande mérito foi prever que, batidos em Ari Burnu, os Aliados deveriam atacar a baía de Suvla. E foi diante dessa provisão que se entrincheirou nas montanhas de Anafarta, de onde dominaria o inimigo. E quando foi tentado o desembarque, Kemal fez retroceder os invasores. Sagrava-se como "herói de Anafarta". Estava perdida para os aliados a campanha de Galipoli. Quem os batera fora Kemal. É o comunicado inglês quem o diz oficialmente: "É raro na história ver-se os esforços de um comandante de divisão exercer uma influência tão profunda – em três ocasiões diferentes – não somente sobre o curso de uma batalha, mas sobre a sorte de uma campanha e mesmo sobre o destino de uma nação." Assim era Kemal julgado pelos seus adversários.

A sua atividade, porém, não cessa. Em 1916 a situação do exercito turco meridional era a mais precária possível. Batido pelos russos e dizimado pelo tifo. De cem mil soldados não restaram senão doze mil. E foi nessa emergência angustiosa que Kemal foi designado para assumir o comando desse setor das operações. Valia, por entregá-lo à sua própria sorte, sacrificando-o numa campanha perdida de antemão. Os russos já haviam ocupado Van, Bitlis, Mouch e Erzeroum, quando chegou Kemal. As tropas turcas, desmoralizadas, batiam em retirada. Ia operar-se um milagre. Poucos dias depois de ter ele assumido o comando são os turcos que avançam. Os russos, atônitos diante da reação inesperada, desorganizam-se e perdem terreno, até serem totalmente batidos. Ainda dessa feita Kemal afirmara-se como um grande general. Do nada construiu a vitória. E assim, de vitória em vitória, cresce sempre a sua auréola de herói nacional da Turquia.

E, feita a paz, o seu nome já era bastante grande para encher de receio os chefes de Constantinopla. Mandaram-no, então, como inspetor chefe do exército turco nas fronteiras

orientais. E é daí que envia ao Sultão e ao ministro da guerra o seu pedido de demissão para encetar a campanha libertadora da Turquia. Despojando-se do mandato que lhe fora confiado, ia enfrentar a oligarquia turca, que desfrutava o Governo como um bem pessoal, feito apenas para gozo dos seus detentores. O país, intranquilo, desiludido, cansado, já não reagia. Parecia impossível organizar qualquer movimento contra o Governo. Kemal, porém, iria tentá-lo. E venceu.

A sua luta, entretanto, continuava. Depois de tomar o Governo volta-se contra os gregos. A sorte decide-se na batalha de Sakarya, onde 45.000 turcos derrotaram 80.000 gregos. Ao se iniciar a peleja Kemal sofre uma queda e fratura três costelas. Os médicos aconselham-no a que se deite, sob pena de morrer. Não se intimida com a ameaça e retruca que continuará a comandar o exército. E durante vinte e três dias, sem poder dormir devido à compressão de uma das costelas sobre o pulmão, Kemal dirige pessoalmente todo o desenrolar da luta, que termina pelo triunfo das suas forças. E no ano seguinte, em Dumlupınar, termina a campanha contra os gregos, expulsando-os de Smyrna.

Foi com essas reservas de autoridade moral que Kemal Atatürk pôde iniciar a sua obra de reformador. Sobravam-lhe títulos e credências para falar e ser acreditado. Durante uma vida inteira acumulara a confiança dos seus compatriotas. Não era um aventureiro que alcançava o Poder para detê-lo em seu proveito. Era um patriota que arriscara a vida algumas vezes e que podia falar bem alto aos seus concidadãos. Sem essa base de confiança não lhe seria possível realizar a sua obra, que requeria, antes de tudo, ser acreditada pela nação.

O cadete de Monastir, depois de uma carreira heróica, alçava-se até a chefia do Exército e do governo. A sua ascensão, ele a fizera numa linha reta. Chegava ao Poder para realizar os ideais por que se batera por vários anos. Não mentira, não iludira, não apostatara, não traíra. Amigos e inimigos tinham de se curvar à lealdade. Era a vitória de um homem de bem e de um soldado bravo. No Poder, o seu futuro seria a continuação do seu passado.

24 de novembro de 1938

LIVROS DO BRASIL

O volume com que a Editora Nacional inicia a sua nova coleção de "Livros do Brasil" é tipicamente representativo da inteligência baiana: as "Obras Completas" de Castro Alves coligidas e anotadas por Afrânio Peixoto.

Nenhum escritor – poeta ou prosador – teria sido mais lido no Brasil, do que Castro Alves. Traduzindo na sua poesia os mais puros sentimentos da nacionalidade, conseguiu ser admirado e querido de todas as classes sociais, que ainda hoje o sentem e compreendem nos seus anseios de Liberdade. Daí ser também o detentor do nosso recorde de edições. Das suas obras, nessa primorosa edição com que acaba de enriquecer as letras nacionais, pode Afrânio Peixoto identificar nada menos de cinqüenta e oito edições. E pergunta, com razão, o anotador ilustre: "terei achado todas?" Por certo que não. Como a sua glória, a publicação da poesia de Castro Alves rompeu todos os diques dos círculos literários para se espriar pelo país inteiro, conquistando os aplausos da gente mais humilde, mais simples, mais pobre e que continua a ler o inspirado cantor do Navio Negreiro em modestas edições clandestinas, vendidas até nas feiras populares. Vende-se e lê-se Castro Alves como se vende e se lê os conselhos do "Bom Homem Ricardo" ou o "ABC de Lampião". Corre de mão em mão lida e decorada como as modinhas dos cantores populares. Mas, nisso está a sua maior glória. Depois do julgamento dos sábios, a consagração do povo. "O veredicto da Posteridade está apurado e confirmado: Castro Alves é o primeiro, o maior poeta brasileiro."

Há, no entanto, edições e edições. Esta de agora, organizada e anotada por Afrânio Peixoto, excede a quantas já se tenham feito. Dela se pode orgulhar o seu autor pelo inestimável serviço prestado às letras nacionais. Afrânio Peixoto, que, em 1921, ao se comemorar o cinqüentenário da morte do poeta, reunira numa edição crítica as "Obras Completas" de Castro Alves, excedeu-se a si próprio. Em cada anotação há a marca do conhecedor profundo e apaixonado do poeta, a cuja obra dá uma nova vida ressaltando-a com informes valiosos a que não falta sequer o carinho do artista deslumbrado diante do gênio nascido na mesma terra.

O trabalho realizado por Afrânio Peixoto pode ser tido sem precedente na literatura brasileira. Nada há mesmo no gênero que se possa comparar ao que acaba de ser feito.

Alem de confrontar com os originais existentes e dispersos quanto produziu a musa condoreira de Castro Alves, teve Afrânio Peixoto o cuidado de juntar a cada poesia, sempre que foi possível, as variantes encontradas em publicações anteriores ou mesmo em originais posteriormente retificados pelo poeta. Tudo isso dá à obra poética um encanto maior, permitindo-nos acompanhar muitas vezes a evolução e a auto-crítica do autor, de quem parece que nos sentimos mais próximos. Quanto não teria, por exemplo, perdido a "Ode ao 2 de Julho" se não fosse surpresa na edição original uma estrofe final, que se encontra no autógrafo? Em tempo, porém, sentiu isso o gênio do poeta, que parou onde devia parar.

Não se detém aí o trabalho do anotador, que sempre abundante no proporcionar maiores conhecimentos sobre Castro Alves, segue explicando e retificando datas e lugares relacionados com a poesia que comenta. E isso sempre com um cuidado e um carinho de que somente um erudito e idólatra do poeta seria capaz. E, mais do que isso, as "notas" sobre as inspiradoras do poeta, cuja mocidade genial tanto vibrou nos seus amores, cantados para a imortalidade. E como sombras benfazejas, mitigando com o amor, que dedicaram ou despertaram, os sofrimentos do poeta, desfilam Eugenia Camara, Agnese Murri, Simny e Ester Amzalack, Leonidia Fraga, Cândida Campos, Maria Cândida Garcês, Sinhazinha Lopes, a inspiradora do "Lago da Fita", e tantas outras que fizeram vibrar a lira maviosa de Castro Alves.

Assim, entre notas eruditas e observações críticas, comentários e depoimentos, essa edição das "Obras Completas" de Castro Alves nos apresenta novos encantos sobre a produção do incomparável poeta. Encanto que está menos no que oferece de novo do poeta do que no que nos traz de novo sobre o poeta. Hoje já não basta ler Castro Alves – é preciso lê-lo nessa edição primorosa de Afrânio Peixoto, que realizou uma grande obra de coração e de inteligência e na qual se pode não só acompanhar os motivos sentimentais do cantor genial como os motivos profundos do próprio sentimentalismo nacional.

1º de dezembro de 1938

UMA VITÓRIA DEMOCRÁTICA

Os observadores primários dos acontecimentos políticos mundiais costumam hoje em dia lavar ao débito da democracia todas as derrotas. Ainda agora depois do desfecho da crise francesa com o malogro da greve promovida pela CGT, apressaram-se em proclamar o fato como uma provação sofrida pelas idéias que repudiam as formas ditatoriais, incompatíveis com a própria dignidade humana, e que, sob os governos da força, se vê privada de um dos seus maiores apanágios: a capacidade de pensar e selecionar.

Nada, no entanto, menos exato. Justamente com o que se verifica com o desdobrar dos acontecimentos ocorridos na democracia francesa é a grande soma de recursos mobilizáveis por um verdadeiro regime democrático. Na crise que teve de enfrentar, o "premier" Daladier não teve necessidade de renegar nenhum dos postulados em que assenta a atual estrutura política do governo francês. Como expressão de uma maioria parlamentar cuja confiança mereceu ao galgar o Poder, Daladier representa a autoridade constituída por um processo democrático normal. Portanto, enfrentando e dominando elementos políticos, que se desviavam do caminho legal, Daladier nada mais fez do que firmar o poder e a autoridade de um governo apoiado numa sólida estrutura democrática. O raciocínio é simples e verdadeiro: se o governo é democrático e venceu, quem venceu foi a democracia.

Nem todos, porém, quiseram ver assim. Fosse por espírito sectário, fosse por falta de conhecimentos precisos sobre as bases reais de uma democracia, buscaram representar o acontecimento como demonstração palpitante, viva, irretocável, de que já não é possível conservar e defender a autoridade legal sem abandonar os postulados democráticos. Para chegarem, porém, a tal conclusão seria necessário que tivessem destruído todos os fundamentos em que se alicerça, por uma longa evolução do pensamento político mundial, a idéia democrática, fazendo-a retroceder às épocas anteriores ao sistema representativo. Nem outra coisa seria, admitir como antidemocrático o triunfo de um governo estribado numa

maioria parlamentar e que enfrenta vitoriosamente grupos que se afastam das normas constitucionais.

Mas, quais os elementos, qual o artifício de raciocínio com que jogaram os adversários da democracia para lhes negarem as glórias da vitória alcançada por Daladier? É isso que cumpre examinar. E devemos-lo fazer com tanto maior cuidado quando se observa a facilidade com que são acreditados por pessoas incautas, mas de boa fé. Não nos parece que seja difícil "botar o dedo na ferida". Em primeiro lugar partem de uma premissa inteiramente inverídica, como a de ser essencial ao arcabouço democrático a existência de "todos os direitos" por parte dos indivíduos, que não teriam para lhes comedir a atividade política, marcando-lhes os limites, nenhuma restrição, mesmo de ordem constitucional. Partindo dessa premissa não custa chegar ao objetivo visado: desde que o governo, mesmo usando as medidas rigorosamente permitidas e previstas pela lei, cerceia qualquer manifestação individual ou coletiva, é claro que já se não enquadra no tipo democrático. Com isso, se quisessem levar o raciocínio às últimas consequências, teriam de classificar o regime democrático como aquele onde não se conhecem limites às atividades políticas individuais, o que equivaleria a enquadrá-lo na mesma classe onde se viesse a colocar a anarquia. E, em verdade, esse é o *desideratum* último a que desejam chegar, embora o façam sem dizer percorrendo o caminho tortuoso do circunlóquio. Tanto é assim que esquecidos os problemas flagrantes das democracias da América do Norte, da Inglaterra, da Argentina e da França, ao mesmo tempo saem a campo para proclamarem ser impossível um sistema de ordem e de paz dentro de uma ordem democrática. Dentro desses dois pólos desenvolve-se toda uma argumentação, que coloca os regimes democráticos entre a cruz e a caldeirinha: se se defendem de acordo com as normas legais da sua estrutura são apontados como antidemocráticos; se cruzam os braços diante de qualquer agitação é a prova de que são impotentes para a manutenção da ordem necessária ao equilíbrio social.

O caso francês, porém, é o mais enérgico desmentido oposto ultimamente a todas essas balelas. Daí o interesse a desfigurá-lo, apresentando-o como um fracasso democrático. A verdade, no entanto, é outra. É justamente o contrário.

O que veio revelar o desfecho da última crise francesa foi a possibilidade de ser mantida a autoridade necessária à administração sem o sacrifício das liberdades essenciais ao homem para desenvolver as suas mais belas qualidades. A prova de que, dentro de um regime lididamente democrático-representativo, é inteiramente viável a preservação da ordem social. O exemplo prático de que para a existência da paz e da ordem social não é necessário o estrangulamento da opinião pública com a instauração de uma tranqüilidade fictícia, e cujo preço são as deportações, a censura da imprensa, a abolição dos parlamentos e até mesmo a criação dos campos de concentração para presos políticos ou a decapitação por "crime de alta traição" de quantos não participem de idênticas convicções às apregoadas por um intenso sistema oficial de propaganda.

A França, para vencer os últimos acontecimentos, não precisou senão recorrer ao seu próprio aparelho democrático. Fê-lo sem tirar a qualquer de seus cidadãos o direito de, no momento próprio, manifestar livremente a sua opinião e o seu voto. Se tal acontecesse já os cidadãos franceses estariam rebaixados à mesma condição dos súditos das ditaduras brancas da América Central, cujos governos, sob pretextos os mais variados, não fazem mais do que representar os interesses imperialistas de países estrangeiros graças à indiferença de uma opinião pública ignorante e desinteressada dos negócios públicos, que as conduz ao predomínio de camarilhas pouco escrupulosas, mas tranqüilizadas pelo silêncio em que se escondem os crimes de que não prestam conta a nenhum órgão de fiscalização.

Felizmente, porém, a humanidade ainda pode ter na França uma nação onde a ordem se concilia com a Liberdade e onde o homem desfruta a felicidade de viver dentro de um regime democrático, que lhe assegura as garantias necessárias para nada reinar acima dos seus direitos de homem e de cidadão.

8 de dezembro de 1938

Quem se detiver no exame da evolução da civilização brasileira haverá de notar, na sua trajetória, a falta de alguns estágios, que a outros povos custaram enormes sacrifícios. Galgamos depressa demais as escadas do pensamento político, de modo que pulamos por cima de vários degraus dos mais penosos quase sem nos apercebermos. Chegamos assim, meio tontos, ao mesmo nível de velhos sistemas políticos da Europa e da América, mas sem compreendermos o que representavam essas conquistas incruentas. Era como se fôssemos um povo privilegiado e para o qual não custava o mesmo preço de lutas e de sangue, pago por outras civilizações, a obtenção de uma estrutura política capaz de garantir a cada qual uma soma apreciável de direitos e de garantias. Natural, portanto, que esses mesmos bens, tão ciosamente preservados pelos que os haviam assegurado através uma longa jornada de esforços coletivos, fossem por nós esbanjados como coisa de pouca valia. Éramos como o herdeiro incapaz de compreender quanto custara acumular a fortuna que lhe vinha às mãos como dádiva generosa da Providência. E, com a mesma rapidez e indiferença com que a recebemos, tratamos de alijá-la, até que à porta nos batesse a miséria.

Enquanto os nossos vizinhos do Prata eram obrigados a vários decênios de luta armada para repelirem as ditaduras estéreis e ambiciosas, que lhes corrompiam o organismo, afirmávamo-nos como um sólido e tranqüilo império democrático, respeitado e admirado. Era quase um milagre não nos haver a Providência imposto as mesmas vicissitudes. A conseqüência, porém, seria dolorosa. Lá, as agruras da luta, chamando populações inteiras aos perigos das campanhas militares, davam a estas mesmas populações o direito de serem livres, um vivo sentido de fiscalização e de vigilância sobre os governos. Era a forja da opinião pública, que se temperava ao calor dos combates. Aqui, sem sentirmos as mesmas necessidades, tendo cada qual assegurados os seus direitos graças a um sistema no qual pouco colaborara, contentávamo-nos em usufruir esses bens mais confiantes na tolerância

governamental do que na força moral e material da opinião, que se não chegara a formar e coordenar em torno de ideais políticos definidos. Bastava-nos a convicção de sermos dirigidos de acordo com os princípios liberais e democráticos, que aspiráramos desde a Colônia e que chegara até nós sem que lhes pudéssemos avaliar precisamente as vantagens. Faltava-nos o contraste, como o tiveram as populações platinas, que, sobre o fundo negro das ditaduras, puderam estimar melhor as excelências dos regimes livres e de opinião, cujos contornos bem se destacavam quando comparados com o domínio dos governos de força, felizmente já vividos e passados. A nós, porém, faltou o contraste. Éramos como a criança descrente da experiência alheia e que só se recua quando o perigo apontado se concretiza num fato de que é a vítima incauta.

A provação, porém, já vai servindo. Talvez não erre quem observar que essa opinião pública brasileira, que assistiu quase indiferente às várias mutações do nosso sistema político, marcha para se estruturar em bases mais sólidas e definidas do que aquelas em que até agora tem repousado a sua fraqueza. Sem a premência do oportunismo vai se organizando neste ou naquele sentido, com estas ou aquelas preferências ideológicas, mas de qualquer modo se preparando para, no futuro, se fazer ouvir como a única força legítima da nação.

Nos círculos intelectuais, nos centros acadêmicos, nas associações dos homens voltados para os estudos dessa natureza, vai repontando, com uma abundância notável, evidentes manifestações no sentido de preparar a opinião pública, dotando-a dos conhecimentos e da energia necessárias às graves responsabilidades da missão que lhe há de caber. Seja através de conferências ou de publicações em revistas, por todo o país, há um forte treinamento da opinião para que sinta o dever em que está de se organizar, dispondo-se a desempenhar o papel que lhe toca nas civilizações que atingem um elevado nível de cultura.

Ainda agora, a essa cadeia de pequenos núcleos, que se hão de irradiar, esclarecendo a opinião pelo debate, acaba de se incorporar uma revista dirigida por jovens baianos a que a mocidade ainda permite acalentar sadios ideais. Seiva é o seu nome. Sem se propor a defender um círculo restrito

de convicções, acolhe nas suas colunas as esperanças de moços voltados para a causa pública, todos imbuídos de uma grande vontade de servirem a coletividade, discutindo temas e teses de doutrina política sem eiva partidária. Vale como um esforço e a afirmação de que ainda não se degradou a mocidade estudiosa, que se sente bastante forte para pensar e discutir cheia de fé no futuro da nacionalidade. É um elo do pensamento nacional, cujos esforços serão fecundos para que possamos aprender e compreender a lição que vivemos. Não nos queixemos, porém, do destino. Peçamos apenas que sirva para podermos realizar o que ambicionava Kemal Atatürk, o ditador turco recentemente falecido, para o seu governo: "A minha ditadura servirá para que depois dela o povo turco jamais suporte outra ditadura."

14 de dezembro de 1938

LAGUNA

Na história da estratégia e da bravura militar do Brasil dois feitos se destacam em favor da inteligência e da coragem dos nossos antigos condutores de tropa: a retirada de Luiz Barbalho, ainda na guerra holandesa, e a retirada da Laguna, na guerra contra o Paraguai. É que na arte da guerra talvez seja mais difícil saber recuar do que avançar.

Nada, portanto, mais justo do que o monumento que hoje se deverá inaugurar na Capital do país em honra à memória dos bravos soldados, que compuseram o punhado de heróicos patriotas sacrificados nas macegas de Mato Grosso. Mas, se é digno lembrar-lhes a memória exaltando-a num monumento, não será menos útil tirarmos do fato a lição que encerra. Teríamos feito muito pouco se nos contentássemos em honrar o feito militar brilhante e não fôssemos estudá-lo nas suas origens tirando dele a experiência capaz de evitar, no futuro, sacrifício idêntico ao da expedição enviada afoitamente, para invadir, pelo norte, o Paraguai. É que a retirada, extraordinária, feita em condições tão desfavoráveis, e cujo êxito entusiasmou os contemporâneos e é motivo de orgulho para as gerações atuais, se recomenda à nossa admiração e ao nosso respeito os que a realizaram, também deve fazer com que nos lembremos da imprudência dos que traçaram a expedição malograda. A peste e a fome, que ceifaram a expedição desde o seu início, não foram ocorrências imprevisíveis, dessas a que é impossível ao homem opor precauções e cuidados que a evitem. Longe disso, os males que flagelaram e destroçaram a coluna expedicionária eram desses perfeitamente viáveis de contornar, se ao desejo de atacar o inimigo se tivesse aliado um conhecimento e um estudo, mesmo superficial, da região que deveria ser percorrida pela tropa nacional. Infelizmente, porém, as forças destacadas para investir, nesse setor, contra as forças de Solano Lopes estavam fadadas a se embrenharem por um terreno inteiramente desconhecido. Da região nada se sabia. Mal se conhecia os rios e as cidades. Da natureza do terreno, dos acidentes físicos, das condições da população, das possibilidades de abastecimento, tudo se ignorava. A marcha

se daria como um salto no escuro, um desafio lançado à fortuna. Fora dos objetivos finais da investida, que tinha por lado norte, tudo era uma incógnita enfim atacar as fortificações paraguaias sujeitos a soluções e a acontecimentos imprevistos e que cumpria resolver cada dia de acordo com as circunstâncias. Era um pequeno exército entregue a sua própria sorte no deserto de uma vegetação rala, hostil e sem fim. Impelia-o o amor próprio ferido do Coronel Camisão e o ânimo de vingança do guia Lopes. Ambos, porém, encontravam no patriotismo dos membros da expedição receptividade favorável para os seus planos de vitórias e glórias a serem conquistadas nos campos de batalha. E diante desse sonho de triunfos tudo foi fácil na imaginação dos bravos expedicionários. Fácil e breve. Mal se havia transposto a fronteira e logo a tropa já há muito dizimada pelo beribéri teve a sua situação agravada pela ameaça da fome. Embora numericamente superiores aos adversários, faltava-nos uma cavalaria capaz de nos dar rapidez de movimentos em face do inimigo, que recuava levando consigo os rebanhos de gado, que passaram a ser uma triste miragem para as forças brasileiras. Num ambiente onde todo homem a pé é motivo de escárnio não dispunham as forças nacionais de nenhum contingente de cavalaria. Superiores em homens, superiores em material bélico, superiores em artilharia, ficávamos, no entanto, impotentes diante dos ligeiros cavalarianos paraguaios, que nos espreitavam irritantemente, queimando as macegas e pondo fora do nosso alcance as possibilidades de reabastecimento. Avançar tornara-se impossível. Fazê-lo era caminhar para um sacrifício inútil. O caminho era a retirada. A coluna comandada pelo Coronel Camisão ia iniciar uma das mais belas páginas da história militar do Brasil. Imortalizou-a a pena do Visconde de Taunay. Durante mais de um mês, perseguido pelo inimigo, batido pela fome, varrido pela epidemia, teve esse punhado de homens de pôr à prova as suas grandes qualidades de energia, de perseverança, de bravura diante dos constantes perigos da retirada. Nada, porém, os aterrou. Acima do sacrifício colocaram o dever, que lhes deu a resistência necessária para irem até ao fim, apesar da maior parte ter ficado sepultada na campina solitária de Mato Grosso.

O episódio retrata bem a gente brasileira. Nele se destacam nossas virtudes e defeitos. E agora que num mo-

numento se exaltam aquelas, não nos esqueçamos destes para corrigi-los. Procuremos nos livrar da nossa velha imprevidência, que nos conduziu a esse emocionante episódio da Retirada da Laguna. Mas não nos esqueçamos de que se continuarmos a marchar sem rumo e sem norte, entregues ao acaso, sem sabermos para onde vamos nem para onde queremos ir, outras retiradas – e ainda mais penosas – se hão de inscrever na nossa história, assinalando o sacrifício de algumas gerações. Louvemos o heroísmo, mas guardemos a lição do episódio.

21 de dezembro de 1938

TIRADENTES

Terminado o espetáculo que enchera de horror a população pacata da Capital do país, o corpo de Tiradentes, ainda a balançar suspenso pelo braço, frei Raimundo Penaforte, para ressaltar o exemplo encerrado ao quadro aberto aos olhares comovidos dos presentes, subiu alguns degraus, pregando à multidão. Nos Eclesiásticos fora buscar o motivo das suas palavras. E assim começou a falar: “Nem por pensamento traías o teu rei, porque as mesmas aves levarão a tua voz, e manifestarão o teu juízo”. Para exprimir o pensamento do governo na época não podia ser mais fiel ao monge. O que se acabara de consumir era, principalmente, um exemplo. Uma advertência para que ninguém mais, no Brasil, tivesse a veleidade, mesmo por pensamento, de cogitar na mudança das instituições políticas, aspirando um regime de liberdade em substituição ao sistema de absolutismo, de vontade pessoal, de opressão, em que se fundava a organização política do país. E quantos não terão suposto realmente que da população aterrada não partisse mais uma voz sequer em favor da liberdade? Enforcado Tiradentes, morto Claudio Manoel da Costa, desterrado Gonzaga e tantos outros, que haviam sido os sonhadores do movimento, a nação iria novamente submergir no charco da resignação e da impotência, para sofrer sem um protesto. De onde e como poderia vir qualquer palavra, qualquer ação, em favor dos mesmos ideais por que se sacrificara a plêiade de patriotas e intelectuais mineiros?

Foi, porém, breve o efeito do exemplo tão cruelmente tramado pela justiça do governo. Poucos anos depois, na Bahia, mais quatro humildes patriotas pagavam com a vida o se terem rebelado contra o governo de Sua Majestade. E alguns anos mais tarde era de Pernambuco que soprava o vento da rebelião também afogada com o sangue de espíritos ávidos por um regime de liberdade. Nada parecia deter o ardor do civismo brasileiro que já anteriormente se marcara com sacrifício de Felipe dos Santos e Bequimão. A luta pela liberdade prosseguia. De um lado estavam os detentores do Poder, sequiosos por manterem submissa à sua organização

policial toda a nacionalidade. No outro ia se formando uma elite intelectual, já familiarizada com as modernas correntes do pensamento e contra o qual, na Europa, se formava a Santa Aliança. Por fim, arregimentando cada vez maior número de adeptos, muitos deles convertidos à boa causa depois de amargas decepções, venceu a Liberdade. A árdua luta em que se tivera de empenhar o país para alcançar essa vitória, apenas possível entre nações de certo nível cultural e de profundo sentimento de nacionalidade e dignidade pessoal, assinalara-se pelo continuado ardor da população, que animava com os seus aplausos íntimos, de coração, o sacrifício dos mártires tombados ou expatriados durante a áspera jornada. Mas, vencida a peleja, dois símbolos humanos ficariam para atestar pelas gerações afora o que ela fora e o que custara: Tiradentes e Joaquim Silvério. Na imaginação simples e exata do povo bastavam esses dois nomes para resumir toda a tragédia, todos os sofrimentos. O do mártir e o do delator. Havia outros heróis e outros delatores nos longos anos da campanha. No futuro poderia haver outros. Todos, no entanto, ficariam simbolizados nos dois nomes da Inconfidência. Um e outro se gravariam em letras maiores talvez para lembrar à posteridade, que nas lutas entre o ideal e a força terá sempre de existir Tiradentes e Joaquim Silvério. E assim, tão diferentes e tão unidos, continuaram a caminhar pelo tempo o herói e o traidor. Passados os cento e cinqüenta anos estão quase esquecidos os nomes da Rainha, que confirmou a sentença de Tiradentes, assim como os do Vice Rei, que orientou o processo e os dos juizes sentenciadores.

De todo o drama pungente dos patriotas destacou-se a figura de um modesto homem no povo, Joaquim José da Silva Xavier. Não era uma grande inteligência nem uma cultura de nota. Um simples curioso da arte de dentista, de onde lhe veio a alcunha com que entraria na História. Dele, antes, nada se sabia. Nenhum feito de monta lhe marcava a existência. Excetuada a pequena roda de inconfidentes, quase ninguém o conhecia. E não faltava mesmo dentre os que mais de perto com ele conviviam quem o julgasse homem de duvidosa integridade mental. Diz-se mesmo que a isso deveu as honras de ter sido apontado pela malícia do Governo como o inspirador de maiores responsabilidades na rebelião arqui-

tetada, pois, equivalia a desmoralizar a revolta, anunciar que tinha como chefe um pobre homem de poucas letras. Mas no lance final, Tiradentes foi excepcional. Pela energia, pela coragem, pela serenidade, surpreendeu aos seus contemporâneos. Aquele homem que o país desconhecia fora mesmo talhado para herói. A firmeza com que enfrentou a força frustrou os planos de desmoralização do Governo. De onde se não esperava saía, inesperadamente, um símbolo de fidelidade à grande causa da liberdade nacional. Um halo de glória marcava-lhe o sacrifício. Daí por diante o país não mais o esqueceria. Mesmo quando passasse a liberdade.

Enganara-se o monge no seu sermão, o triste sermão de 1789. Do corpo pendente de Joaquim da Silva Xavier o exemplo maior não era o do castigo àquele que traía o seu rei, mas o do cidadão morto pela liberdade. Pouco importava que as mesmas aves, como dizia frei Penaforte, levassem as palavras e o pensamento dos que se revoltassem contra o seu rei. O exemplo de Tiradentes viveria antes e depois do triunfo da liberdade. Vive mesmo até hoje, lembrando aquele que teve a cabeça exposta em Vila Rica e o corpo esquartejado e pregado em postes pelas estradas de Minas Gerais, pelo feio e hediondo crime de ter há cento e cinqüenta anos imaginado para o Brasil um sistema de liberdade, verdadeiro desafio às iras governamentais. Hoje, quando lhe festejamos a justa glória, deve admirar-nos que em época tão remota já houvesse no Brasil quem fosse capaz de pensar e lutar para que o país tivesse um regime onde a liberdade dos cidadãos fosse o apárgio da nossa cultura política.

A História, às vezes, se engana ao levantar aos seus altares os nomes que julga dignos da imortalidade. Com Tiradentes, porém, foi justa. Ninguém mais do que ele está a merecer a glória de vencer os tempos. Sem ter tido uma grande vida, soube ter o que é mais raro: uma grande morte.

21 de abril de 1939

A BAHIA E A RESTAURAÇÃO

Após sessenta anos de domínio espanhol, em 1640 – faz três séculos no ano próximo –, Portugal restaurava a sua independência entregando à Casa de Bragança, na pessoa de D. João IV, o glorioso trono lusitano.

É para comemorar o acontecimento, evocando entre galas, o feito extraordinário de um povo a se levantar sem discrepâncias para restauração da sua liberdade, que se prepara Portugal. Às solenidades, porém, haverá um lugar vago: o da Bahia. Na época, no entanto, ninguém acorreu com mais presteza, com mais júbilo, a jurar fidelidade ao novo Rei do que a antiga metrópole brasileira, que desse modo, pelo seu exemplo, assegurava à Casa de Bragança o restabelecimento do seu domínio sobre a América Portuguesa. O fato, hoje esquecido, é desses que decidem os rumos da História. Não tivesse a Bahia reconhecido a monarquia, que se instalava em Portugal, e a história dos dois povos – do Brasil e de Portugal – seria profundamente diversa.

Mas, não só pelo sangue, como pelo coração, éramos bem portugueses. Mal chegaram, vindas por um tímida embarcação, que logo se fez ao largo, para assistir do alto mar os efeitos incertos da notícia imprevista, as novas da Restauração, o Vice-Rei, D. Jorge de Mascarenhas, Marquês de Montalvão, receoso da atitude que porventura viessem a assumir as forças espanholas e napolitanas incorporadas à guarnição da Bahia, tomou as precauções necessárias. E, sem que se soubesse por que, determinou que somente as tropas portuguesas fossem postas em armas, D. Fernando de Mascarenhas assenhoreou-se do Terreiro de Jesus. E João Mendes de Vasconcelos ocupou as proximidades do Palácio. Ficavam assim, sob armas lusitanas, os pontos centrais da cidade. E, já sem ter o que temer, fez o Vice-Rei virem ao Palácio as pessoas gradas da Colônia, reunindo a nobreza, o clero e os representantes da Câmara, para lhes dar a nova feliz da Restauração. Ouviram-na o Bispo D. Pedro da Silva, D. Francisco de Moura, o juiz Marcos Pinheiro, os representantes da Câmara, os prelados das Ordens Religiosas, O Ouvidor, O Provedor-mor da Fazenda, os altos funcionários da administração. E por voto unânime deliberou-se a aclamação imediata do novo

Rei. No mesmo dia – 15 de fevereiro de 1641 – reunida a Câmara da Cidade, foi proclamado rei, D. João IV. Da Câmara partiram todos a render graças ao Senhor na Catedral, onde, após o solene *Te-Deum*, o Bispo recebeu o juramento de fidelidade e obediência das autoridades locais. Era a submissão da Bahia, vale dizer do Brasil, à nova ordem de coisas instaurada em Portugal. D. João IV, rei de Portugal, seria obedecido na Bahia, que não mais reconheceria a autoridade de Felipe IV.

Mas, às galas oficiais juntavam-se as alegrias populares. E, enquanto cogitava o governo de enviar emissários para as outras terras do Brasil, durante dez dias esteve a antiga Capital do Brasil em festas, a celebrar a Restauração. Dez dias de júbilo, e durante os quais, como mandou dizer a Câmara ao Rei, se honrou o feito “com as solenidades que o nosso estado pode chegar, sendo muito menos do que o desejo no-lo pede”. A Restauração de Portugal era a própria Restauração do Brasil. E, além da liberdade, a paz. A paz com a Holanda, pois já nada tínhamos com a Espanha. Por isso logo se participou o fato a Maurício de Nassau, em Pernambuco.

Para dar conta do júbilo com que na metrópole da América Portuguesa fora recebida a revolução de 1º de dezembro de 1640, que elevava ao trono de Portugal o Duque de Bragança, legítimo representante do Cardeal D. Henrique, mandou o Vice-Rei que partissem para Lisboa o seu filho Fernando Mascarenhas e os jesuítas Antonio Vieira e Simão de Vasconcellos. O brilho dos enviados dizia bem o contentamento da gente da Colônia. Ao lado do filho do Vice-Rei, dois dos mais notáveis espíritos da Companhia de Jesus, para testemunharem ao Reino a obediência dos seus vassalos de além-mar. A 27 de fevereiro partiram os emissários, dois dos quais se imortalizaram na história das letras brasileiras: Vieira, o pregador, e Simão de Vasconcelos, o cronista da Companhia de Jesus. A Bahia, pelo que tinha de mais ilustre, ia testemunhar ao novo Rei o seu devotamento e a sua fidelidade à causa da Casa de Bragança e de Portugal.

Três séculos, porém, já se passaram. Com eles passou a dinastia portuguesa. E também a Bahia, que já não é mais “cabeça de Estado”, como se dizia na época, não será lembrada nas comemorações da Restauração, cuja bandeira, na América, foi a primeira a desfraldar.

26 de abril de 1939

A LUTA HERÓICA DE MACHADO DE ASSIS

O Machado de Assis, que hoje se festeja, é o quarto centenário do ano. Primeiro tivemos o de Floriano. Depois o de Tavares Bastos. Por último o de Tobias Barreto. Agora é o de Machado de Assis. Breve será o do bom e velho Carneiro Ribeiro, de todos o único baiano e, por isso mesmo, o de maior coração. Como vidas meramente diversas, quase sem pontos de contato, mas todas notáveis, já que não as queremos chamar todas de grandes.

A vez, porém, é de Machado. Dele por isso se deve falar. Quem foi, todos sabem. Como foi, todos assumem. Tem sido com isso o encanto de críticos e biógrafos, que sempre encontram alguma coisa de novo na vida e na obra do grande romancista, uns a afirmarem que a obra lhe reflete a vida e outros a negarem que assim seja. A polêmica, no entanto, que ainda hoje continua, preparou-a o próprio Machado, passando uma longa existência sem jamais se esquecer de esconder a sua própria vida. É que Machado, como a quase totalidade dos mortais, não se contentou em ser o que realmente era. Não lhe bastaram a admiração e o respeito dos contemporâneos, as honras de mestre de algumas gerações literárias do país, a glória de um grande nome. A isso que já não seria pouco, Machado teria querido juntar mais alguma coisa: os direitos sociais de um homem bem nascido, de boa estirpe, sadio, sem conflitos interiores, e que passava pelo mundo tranqüilamente, sem jamais perder o sorriso leve, medido, educado, provocado pelo seu bom humor. Esse Machado, porém, não existia: era a máscara, que o homem punha ao rosto, à alma, às maneiras, para se apresentar aos outros homens, certo talvez de que de todos os modos de valer "o mais seguro de todos é valer pela opinião dos outros homens".

O Machado real, vivo, era um Machado nascido nas habitações humildes do Morro do Livramento, de pais pobres, órfão de mãe e criado pela madrasta – vendedora de doces – ex-sacristão da igreja da Lampadosa, gago, epilético, e que de tipógrafo se fora elevando por esforço heróico, vencendo todas as resistências, até chegar a ser Machado de Assis.

Foi esse conflito brutal entre o homem verdadeiro e o homem que desejava ter sido, que Machado teve de viver duran-

te toda a existência: o bastante para encher de fel toda a alma de um homem, envenenando-a como em verdade envenenou a alma do escritor, cujo bálsamo único foi a dedicação da sua boa Carolina, a mulher branca de família conhecida, educada, equilibrada, meiga, e que tanto o compreendeu.

A atitude que tomou diante desse conflito marcou a direção de Machado na vida e nas letras. Não foi a que assumem quase todos os que o sentem e sofrem: exteriorizar a revolta íntima. Machado ao invés dessa posição de revolucionário, procurando destruir as barreiras e os preconceitos de que era a vítima, preferiu adaptar-se, fingindo ser um dos componentes do grupo privilegiado, dominante. Com isso, talvez procurasse menos enganar aos outros do que a si próprio. Admitido às boas rodas literárias da época, convivendo com gente de renome consagrado no país, nunca deu a perceber que sentisse qualquer constrangimento motivado pelas origens humildes de onde provinha e que escondia zelosamente. A inquietação ou a revolta, que poderiam ser levados à conta do temperamento de epilético, ele também as sufocou cuidadosamente. Esmerou-se então em maneiras, gestos, pensamentos, tomando no seu meio a posição de um indivíduo tranqüilo, de alma serena como a superfície de um lago onde se refletisse a paisagem de prados viçosos e alegres. O casamento foi a moldura feliz dessa ambição humana.

Machado, porém, o homem de aparência tão plácida, deveria viver intimamente uma vida bem diferente daquela que exibía mesmo no círculo das suas relações mais íntimas. O vulcão interior de Machado continuaria a vomitar lavas que ele pacientemente teimava em esconder, sem permitir sequer que tisassem a sua obra de escritor, onde se não encontra nem a exuberância própria dos terrenos vulcânicos. O homem, sistematicamente, se escondia. Tanto quanto possível não se deixa trair pelos entusiasmos do escritor. Seja como contista, cronista ou romancista, a sua prosa conserva sempre o acento polido, elegante, medido, de um artista sem outra paixão que não seja a da sua própria arte. É sempre o homem a se esconder. Através dos seus personagens não discute e nem explica: fixa sentimentos nobres ou mesquinhos e continua. Observador incomparável, não deixa transparecer nenhum travo de amargura da sua alma torturada. Tudo nele é recato. Na frase e no desenvolvimento do romance é vagorosamente, pouco a pouco, que deixa despontar o pensamento.

Fá-lo dentro de um humor suave, leve, tímido. O humorista e o cético como se confundem na interpretação da vida. Nada, porém, que denuncie nele o homem revoltado, que se vence dia a dia para que sejam, cada vez mais fortes os contornos do artista surgido desse conflito profundo vivido pelos dois personagens, que se identificam no mesmo homem: o Machado exterior e o Machado interior.

Isso, no entanto, não impede que prossiga atirando setas sobre a sociedade, que tanto o faz sofrer. As suas farpas, porém, não partem nuas. Lança-as encobertas, envoltas na suavidade de uma forma lapidar e apenas de quando em quando, como se não quisesse deixá-las perceber à primeira vista. É a evasão do escritor. Esta, porém, não se realiza pela exteriorização nos seus romances das mágoas que lhe iam na alma. Observa e fixa as almas que lhe andam em roda para esquecer a sua própria alma, exceção feita do *Memorial de Ayres*.

E por toda vida, como homem e como artista, Machado prossegue invencível na luta encetada. Não cede por um instante. Resolvido a romper impiedosamente com todos os laços, que o prendem ao seu passado obscuro, Machado permanece por toda a vida a conservar esse ar distante, indiferente, de quem pairasse acima dos acontecimentos do seu tempo, alheio aos problemas discutidos e vividos em torno dele. A guerra do Paraguai, a abolição, a República, nada disso consegue desviar o artista da sua rota. Tudo, no entanto, não eram senão modos e meios de atenuar o seu conflito interior, apresentando-se ao público como o homem de equilíbrio perfeito, burguês por nascimento, de boa origem, como desejaria ter sido. Essa foi a grande luta, a luta heróica de Machado e que lhe deu forças para encher com a sua obra toda a literatura de uma época. A luta que nos deu o Machado exterior, como ele existiu na convivência dos amigos e na confecção dos seus personagens. Vida e obra que são o fruto da tenacidade admirável de um homem, fazendo esquecer que era um mulato nascido no morro do Livramento, para se elevar, por voto unânime, às mais altas posições do seu ofício. O artista vencera o rebelado. E desse triunfo surgiu o admirável Machado de Assis, talhando com o sofrimento a obra imortal do escritor.

21 de junho de 1939

O PARCEIRO DO BOM JESUS

Jamais pensei que pudesse, sem vaidade e sem modéstia, mas com justiça, comparar-me a qualquer santo. E quanto mais a santo de largo prestígio na corte celeste e de extensa popularidade na terra, como é o caso do Bom Jesus da Lapa, o maior poder de todo o S. Francisco, cujas populações estarão dentro de poucos dias a festejar-lhe a data maior. Pois, embora pecador, foi a quem me comparei há alguns dias atrás quando, dentro de um grande envelope oficial, chegou-me às mãos a circular enviada às classes liberais do Brasil pelo Sr. Filinto Muller, chefe de Polícia do Distrito Federal, com um questionário sobre o Estado Novo. Uma carta cordial – expressão de que não somos esquecidos da polícia – e na qual, além do longo questionário anexo, três perguntas originais se colocam diante das antigas classes liberais do Brasil, tão famosas em outros tempos. Três interrogações, que vão desde a sociologia até ao folclore nacional. Como foi recebido o regime instituído em 10 de novembro? Qual o aspecto do Estado Novo que mais entusiasmou o povo? Qual a diferença, no modo de ver popular, entre o regime atual e o anterior? São tais e tantos os conhecimentos exigidos para bem responder à curiosidade das interrogações lançadas aos quatro cantos do país, que não me senti com ânimo de as responder, pois, somente se tivesse elementos bastantes ou uma perspicácia invulgar poderia julgar-me habilitado a satisfazer, com exatidão, ao que me pedem. Sobretudo estando bem longe os tempos das célebres “confissões”, quando os delegados do Santo Ofício português percorriam o Brasil, devassando as consciências, para castigar e corrigir aqueles que estivessem em erro.

Mas, como nada me acorresse – muito a contra-gosto meu – para cumprir esse dever, talvez cívico, mais por certo, de cortesia, a imaginação trêfega e vadia, depois de algumas cambalhotas, parou na lembrança do Bom Jesus e, irreverente como sabe ser a imaginação, ficou a comparar-me com o santo milagroso. E segredou-me então, velha anedota que corre mundo no S. Francisco. Na velha igreja do Bom Jesus, levantada dentro da gruta tão cara aos devotos do santo,

instalara-se, para tomar conta da cera e das esmolas um novo sacristão e zelador. Era homem pobre, carregado de filhos, e que talvez, como última solução ou esperança, resolveu aceitar os misteres de guarda do templo. Passados, porém, os primeiros tempos, por maior que fosse o número de fiéis chegados diariamente de todas as terras vizinhas, de Minas e de Alagoas, do Ceará e da Paraíba, para cumprirem as promessas feitas em horas difíceis da vida, não melhorara a situação do sacristão, se não fosse a duvidosa riqueza de mais um filho para sustentar. Cada qual que chegava de longe, para se prostrar aos pés do Bom Jesus, mal terminava a oração feita contritamente, antes mesmo de ir buscar a alpercata, respeitosamente deixada à porta do templo, encaminhava-se para o cofre posto aos pés do altar e aí depositava a sua esmola, grande ou pequena, mas dada de coração, para que nos altares do santo jamais faltasse a mesma luz, que tanto desejavam ter na hora suprema da morte. Era o sagrado dinheiro da cera, em que ninguém tocava senão para prover, de longas e alvas velas de libra, a nave onde ardiam perpetuamente como a esperança dos próprios fiéis. Um ou dois anos ainda correram. E o pobre sacristão, sempre tão diligente para que nunca faltassem as chamas tranqüilas das velas a clarearem a gruta milagrosa, continuava a arrastar a mesma pobreza com que chegara. Mas, por mais cera que se consumisse, continuava, tão pertinaz como a pobreza do sacristão, a crescer a riqueza do santo. Até que um dia, enfadado daquela vida sempre igual, deliberou o zelador buscar alguma distração. E, se não podia sair, preso pelos afazeres, nada melhor do que um "Sete e Meio" jogado com o próprio santo, ali mesmo atrás do altar. Assim pensou e assim fez. Mal a igreja se despovoava, começava o sacristão a jogar com o Bom Jesus, tão bom e tão santo, o inocente "Sete e Meio". Ele mesmo baralhava as cartas, cortava o baralho, e se punha a dar uma carta para o Bom Jesus e outra para si próprio. E fazia a aposta. Mas, pobre santo!, se calhava serem as suas cartas melhores do que as do sacristão, logo este se voltava para o Bom Jesus e lhe dizia: "Esta não vale, sim?" Nenhuma resposta se ouvia. E o sacristão repetia: "Esta não vale, sim?" O mesmo silêncio. E o sacristão, já recolhendo as cartas, observava: "Quem cala consente". E assim, jogando com o Bom Jesus, que sem-

pre consentia pelo silêncio em que se anulassem as partidas perdidas pelo sacristão, este conseguiu realizar as esperanças com que chegara ao templo milagroso da Lapa: enricou. Enricou graças ao divino silêncio do parceiro. E hoje a minha traquina imaginação dele se recorda, lembrando-se de como é bom se perguntar a quem não pode responder.

5 de agosto de 1939

UM GRANDE EDUCADOR

Encerraram-se ontem as justas homenagens tributadas pelo país a Carneiro Ribeiro, na passagem do centenário do nascimento do insigne professor. E, embora não lhe faltassem outros títulos, festejou-se sobretudo o educador de várias gerações baianas, que, depois de passarem pelas mãos do velho Carneiro, seguiram pela vida afora honrando as tradições intelectuais da sua terra. Nesse mister, na Bahia, Carneiro não estava só. Depois do Barão de Macaúbas, que renovara todo o ensino secundário da Província, floresceu uma geração de grandes educadores, que deixou marcados, até hoje, os seus discípulos. João Florêncio Gomes, Luiz da França Pinto e Carneiro Ribeiro, pela devoção à educação da mocidade, contribuíram sobremodo para que mantivesse a Bahia os seus forais de cultura. Para todos ensinar foi um sacerdócio. Envaideciam-se dos triunfos dos seus alunos, muitos dos quais – e dos melhores – eram gratuitos. E a sociedade, compreendendo a alta missão que desempenhavam, acatava-os cercado-os de estima e admiração. O ambiente estimulava-os, dando-lhes energias para prosseguirem no nobre caminho do magistério desinteressado.

Na segunda metade do século XIX ninguém podia disputar à Bahia a primazia intelectual do país. Nas letras, no clero, na política, na tribuna, estávamos no primeiro plano. Foi aí que Carneiro Ribeiro se fez professor. Para atender à vocação abandonara a medicina. E, ao lado de Macaúbas, iniciou o magistério. Seriam quase sessenta anos de lutas e de vitórias. As lutas eram dele. As vitórias eram dos discípulos. Mas, destas, Carneiro – o velho Carneiro, como o chamavam as gerações do fim do século – participava com uma alegria e um entusiasmo comovedor, que nos dão bem a medida do educador devotado. Fossem quais fossem as contingências da vida, os seus alunos, para ele, seriam sempre seus alunos, de cujas glórias participaria sempre com o grande coração em festa. Com que carinho recordava ele os primeiros lampejos da inteligência de Benício de Abreu, Rodolfo Dantas, Aristides Milton, Araújo Pinho, Sátiro Dias e Castro Alves. Nada,

porém mais expressivo que a sua constante e ininterrupta admiração pelo gênio de Rui Barbosa, que, meio século depois de ter sido aluno de Carneiro, viria a terçar armas com o mestre diante do país inteiro maravilhado com o saber dos contendores. Mas, na disputa, Carneiro jamais se esqueceu estar frente a frente a um antigo discípulo. Rui, como era do seu temperamento, por vezes foi azedo, ferino, impiedoso. Carneiro no entanto, sempre se conservou numa atitude sóbria. E nem sequer guardou mágoa da contenda. Anos depois, quando Rui rumou à Bahia para iniciar uma das suas campanhas políticas, levantando a opinião pública, entre os que saudaram Rui estaria o velho Carneiro. Foi uma cena comovente. De entre a multidão, que ovacionava o Campeão da Liberdade, viu-se aparecer, galgando uma pequena tribuna, a figura de um ancião de longas barbas alvas agitadas pela brisa. E a multidão, atônita diante do que via, estremeceu. Um silêncio profundo marcou a emoção. Era Carneiro Ribeiro, o mestre, que ia saudar Rui Barbosa, o discípulo. Rui quase não teve palavras para agradecer: o mestre vencera-o. E abraçou demoradamente Carneiro, enquanto o povo vivava a ambos. O entusiasmo do mestre fora maior do que os ressentimentos porventura existentes na época da refrega.

Carneiro era assim. Ao erudito aliava-se o homem de coração. Amava os seus alunos. Continuava a acompanhá-los ainda depois do curso. Fazia-os seus amigos. E eles, hoje, com os aplausos do Brasil, dão-lhe o título que merece e que o immortaliza: um grande educador.

13 de setembro de 1939

MAUÁ

Na história da vida dos grandes homens do Brasil o caso de Mauá é dos mais curiosos. Morto na miséria depois de ter sido a maior potência financeira do país, permaneceu durante longos anos inteiramente esquecido. Todo o mundo como que se já não lembrava de haver existido durante o Império alguém com o nome de Irineu Evangelista de Souza e que fulgira no cenário imperial sob o título de Barão de Mauá, ou simplesmente Mauá como o conhecia toda a gente. Faz pouco mais de dez anos, porém que sua figura, talhada num livro vigoroso por Alberto de Faria, ressurgiu como que por encanto. O mesmo Brasil, que tão depressa o esquecera, sentiu um certo entusiasmo pela nobre vida do lutador vencido. Aquele final dramático, a miséria encerrando uma existência de tão grandes triunfos, era uma nota emocionante. Era um fim quase necessário. Talvez moldura indispensável mesmo, para melhor destacar o perfil forte do homem privilegiado. Não há quem diga que Santa Helena completa Napoleão, tornando-o ainda maior?

Mas, depois dessa ressurreição, a dúvida voltou. Em torno da mesma personalidade apareceu um livro demolidor. Contestando-lhe os méritos, veio o trabalho do Sr. Eduardo Castro Rebello, sustentando a tese de que Mauá não merecia as honras de que estava cercado na admiração nacional. O grande homem não fora nem mais nem menos do que um banqueiro feliz e ambicioso, agindo por motivos pessoais e nunca por qualquer inspiração patriótica.

Assim apareceu o que se poderia chamar o caso Mauá. Estaríamos ou não frente a um grande cidadão? As opiniões dividiram-se apaixonadamente. Irreconciliáveis. E jamais se poderão conciliar por que a divergência gira em torno dessa pergunta de respostas tão diversas e controvertidas: que é um grande homem? Nenhum critério poderá satisfazer a todas as opiniões. É que o grande tanto poderá ser aquele que prestou destacados serviços ao país ou à humanidade, como aquele que realizou uma grande obra de poeta ou de escritor. Uns e outros, no entanto, poderão ter agido tanto por impulso de

exclusiva ambição pessoal como por um elevado ideal de bem servir à coletividade. Como, porém, avaliar os motivos íntimos que animaram e inspiraram uma vida? É justamente nesse ponto que divergem os discutidores de Mauá. Os detratores a apontarem as iras de Pedro II, que jamais perdoou Mauá por se ter intrometido mais do que devia em dois grandes fatos nacionais: a questão Cristie e a nossa política do Prata. E em ambos Mauá, talvez haja agido mais como banqueiro do que como patriota. Os entusiastas contestam a afirmação. E para isso se valem das próprias palavras de Mauá ao apresentar-se, já falido, diante dos credores, para lhes dizer que se não fora o desejo de servir ao país poderia ter se retirado das atividades comerciais ainda na maturidade, para desfrutar os prazeres do ócio remunerado por grandes rendas. Assim não fizera. Continuara a criar novas empresas, novas companhias, novos empreendimentos. E o fim era aquele: a falência. Era ou não uma grande vida? De origens modestas, ainda adolescente, empregara-se Irineu Evangelista como humilde auxiliar de uma firma inglesa. Autodidata, continuara a estudar. E aos poucos foi subindo com a energia de quem quer vencer. Demonstrou a sua capacidade invulgar de homem de negócios. Chegou a sócio. Depois era o chefe da firma. Revelara-se. Agora era subir sempre. Tornou-se banqueiro. Antes dos cinqüenta anos era a maior potência financeira do país. Um expoente das finanças americanas. Empréstava dinheiro aos governos. Quase decidiu a sorte do Uruguai em certa época. E ingressou na política, como deputado pelo Rio Grande do Sul. Banqueiro não se limitou a emprestar dinheiro a juros altos. Compreendeu que tinha em mãos poderoso instrumento para o desenvolvimento do país. Obra sua foi a nossa primeira estrada de ferro em direção de Petrópolis. Organizou a navegação do Amazonas. Iluminou a Capital do Brasil. Criou dezenas de companhias industriais. Era um empreendedor incansável. O seu espírito estava sempre aberto a uma aplicação industrial do progresso. A sua audácia era quase a de um louco. Por fim, crescera demais. E tombou esmagado sob a grandeza da obra que ele próprio criara e que legava ao Brasil. Mauá estava falido. Não importam as causas. O fato era esse em toda a sua brutalidade: o homem que manejava milhões e tanto enriquecera a economia nacional, estava na

miséria. Da falência não desviou um vintém. Tudo entregou aos credores. Mauá acabara. Mas caíra nobremente, de pé. Para saber-se, porém, se foi um grande vulto basta uma pergunta: pode a sua vida servir de exemplo? Responda-se a isso e se saberá se foi ou não um notável brasileiro.

21 de outubro de 1939

UM BIÓGRAFO DE D. PEDRO II – PARTE I

Em regra, os biógrafos, por demais absorvidos pelo personagem que retratam, incidem no erro de fazerem com que em torno dele girem todos os homens e acontecimentos da época. A conseqüência é uma impressão falsa tanto da época como da figura estudada. Desse erro, aliás, livrou-se Joaquim Nabuco ao escrever *Um Estadista do Império*, pois teve a coragem de afirmar que dava apenas uma visão lateral do período estudado, desde quando a “figura central do segundo reinado é o próprio Imperador”. Realmente D. Pedro II, pelas suas virtudes pessoais e pela função desempenhada, realiza esse fato raro na história, de ser o centro de toda uma época. Por isso o Sr. Heitor Lyra, trazendo a valiosa contribuição do seu trabalho para o estudo da figura do nosso Imperador, conseguiu, sem deturpar a verdade, fazer convergir em torno de um mesmo homem todos os interesses e acontecimentos de meio século da vida nacional. E o fez com maestria digna de elogios. Se a *História de Dom Pedro II* não tem a mesma leveza e encanto do estudo publicado pelo Sr. Pedro Calmon, não há porém como desconhecer que, dentro dos objetivos a que se propôs, não existe nenhum trabalho mais cheio de esclarecimentos, de erudição, de crítica dos fatos principais do reinado, do que esse agora iniciado pelo diplomata brasileiro.

Acompanhando a vida do Imperador desde o berço, conseguiu o escritor fixar as diretrizes do futuro Rei desde a infância, quando sofre a influência dos mestres e tutores, que lhe acompanharam e orientaram a educação, todos sempre preocupados em não verem desabrochar no jovem monarca os mesmos sentimentos e estigmas causadores da glória e ruína de Pedro I.

Depois vem a maioridade, quando os liberais, aliados a uma forte corrente da opinião nacional, receosa das manobras das antecâmaras do Paço, conseguiram induzir o menino Rei a aceitar a Coroa antecipadamente. Mas, somente com o afastamento de Paula Barbosa e Aureliano completa-se a emancipação do Imperador, que, tendo observado os movi-

Serie 5.^a
BIBLIOTECA

BRASILIANA
PEDAGÓGICA

Vol. 133-A
BRASILEIRA

HEITOR LYRA

Historia de Dom Pedro II

1825-1891

VOLUME 2.^o

FASTIGIO

1870 - 1880

Com 14 ilustrações fóra do texto



COMPANHIA EDITORA NACIONAL
São Paulo — Rio — Recife — Porto Alegre
1939

Cada um dos volumes sobre a vida do imperador mereceu um artigo do jornalista. Como na produção literária, o jornalista se interessou por memórias, diários e biografias.

mentos políticos desenvolvidos em nome da dinastia, resolve entrar na liça, para afirmar incontrastavelmente a sua autoridade. É a primeira manifestação do célebre poder pessoal, que tanto irritou e surpreendeu os altos dignitários do Segundo Reinado.

Os grandes acontecimentos do Império porém, nessa primeira fase, que se estende até 1870, são de ordem internacional. A nossa política do Prata é o centro para onde convergem todas as atenções das altas esferas governamentais. Colocado na posição singular de um Império entre Repúblicas, teve o Brasil de afastar, lentamente, justificadas prevenções dos nossos vizinhos do Sul. E, em toda a feliz e perseverante ação da nossa diplomacia, a orientação parte do próprio Imperador, que não teme alijar os ministérios em divergência com a atitude que lhe parecia a melhor. Tomou, por isso, sobre os ombros a responsabilidade de conseqüências graves e imprevisíveis. Desde o nosso auxílio ostensivo a Montevideú até a guerra com o Paraguai, erros e acertos devem ser levados à conta do Imperador.

A guerra é o desfecho sensacional de toda uma longa agitação diplomática. Ainda aí a figura central é o próprio Imperador. Em todo o curso das operações militares não teve o país servidor mais devotado, mais constante, mais fiel, do que Pedro II. E isso a nação reconheceu, cercando o seu Rei de uma estima e respeito, que o tornavam, verdadeiramente, o primeiro cidadão do Brasil. Ao se iniciar a campanha paraguaia o Imperador era um homem de quarenta anos, belo, forte, sadio. No fim da guerra era um velho. Em cinco anos envelhecera. E não fora sem motivos. Apesar das grandes reservas que possuíamos, o Paraguai surpreendera-nos desprevenidos. Tudo estava por organizar, não sendo fácil fazê-lo entre as agruras de uma rude jornada militar. Tínhamos de improvisar os meios de defesa e de ataque em face de um adversário perfeitamente preparado. Nesse trabalho o espírito de minúcia e de fiscalização de Pedro II foi admirável. Alguns poderão julgá-lo mesmo exagerado. Mas, de qualquer modo não se poderia deixar de admirar a dedicação imperial por tudo quanto se referisse à guerra. Desde as menores coisas até a direção suprema da campanha, nada escapa à sua atenção infatigável. Providencia o fabrico de armas, a organiza-

ção de corpos militares, a recompensa aos heróis, a assistência aos feridos, o amparo das famílias dos mortos, a remessa de víveres. São inúmeros os bilhetes como estes: A Ferraz – “Há falta de cavalaria, e no terreno em que estão perdê-la-emos toda, apesar da alfafa, que aliás foi boa idéia”. A Paranaguá: “Não se esqueça a pólvora. Logo que puder vá até a fábrica da Estrela, onde parece que houve intrigalhada”. Mas, se esses detalhes preocupavam, pode-se avaliar o que não teria sido para o Imperador acompanhar de perto o dissídio aberto entre Caxias e Ferraz. Essa, porém, foi uma luta breve e terminou logo com a saída de Ferraz do ministério. O grande temporal ainda se formava. Em começo de 1868 surgiram os boatos de existir uma guerra de alfinetes promovida pelo gabinete contra Caxias. Em fevereiro este pedia demissão numa carta a Paranaguá. E Zacarias, sem querer assumir inicialmente a responsabilidade de qualquer atitude definitiva, encaminhou o assunto para o Conselho de Estado, perante o qual o Imperador colocou a questão nestes termos claros e precisos: “Qual julga o Conselho o menor mal, a demissão do General ou do Ministério?” Nesse momento a questão tomava um aspecto muito mais sério, pois era como se colocasse numa balança, para pesá-los, o ministério e o general. Ou melhor, o poder civil e o poder militar, e isso quando o país ainda se lembrava de Curupati. O problema era da maior gravidade. Mas, o Conselho de Estado, composto, aliás de vários amigos sinceros de Caxias, não teve dúvida em responder que entre os dois deveria ser prestigiado o gabinete. Temia-se demasiadamente que medrasse no Brasil naquele tempo o mal de que sofriam os nossos vizinhos do Prata e que até então desconhecíamos: o caudilhismo. Por isso ninguém vacilou em apoiar o ministério. E Caxias, além de ser o nosso mais famoso general, tinha a folha de serviços que todos conhecem. A nossa tradição nesse particular era tão forte e o Exército tinha uma tal noção de disciplina que o próprio Caxias, aceitando as satisfações que lhe foram dadas, permaneceu no comando.

A situação liberal prolongou-se até julho de 1868, quando a nomeação de Torres Homem para o Senado serviu de pretexto para a demissão de Zacarias, que se recusou a indicar o correligionário capaz de o suceder. E o Imperador chamou os conservadores. Era o golpe de Estado, como disseram

os liberais. Mas, desse modo, o Imperador conseguiu afastar os atritos entre um gabinete liberal e um general conservador, como era Caxias. E, a 1º de março de 1870, morria Solano Lopez. Era o fim da guerra.

Todos os acontecimentos, porém, que enchem o longo período de 1825 a 1870, foram cuidadosamente estudados pelo Sr. Heitor Lyra. E isso não admira quando se sabe que o autor levou trinta anos estudando o assunto e percorrendo os arquivos estrangeiros em busca de uma vasta documentação, perfeitamente selecionada e habilmente apresentada. Dela, a conclusão a tirar é que a figura do Imperador não receia investigações. A análise não a diminui. Pelo contrário. Quanto melhor a conhecemos, maiores são os motivos para que a admiremos, como a de um grande Rei e, o que é mais raro, a de um grande cidadão.

4 de novembro de 1939

UM BIÓGRAFO DE D. PEDRO II – PARTE II

O segundo volume da *História de Dom Pedro II* começa onde termina a guerra do Paraguai: com a morte de Solano Lopez. E se estende até 1880, compreendendo o decênio de 1870 a 1880, que o Sr. Heitor Lyra classificou como sendo o fastígio da monarquia. A observação é justa. Já o Sr. Pedro Calmon localizara em 82 o zênite do Segundo Reinado. Mas, como é natural, com o apogeu se confundiam os primeiros sinais do declínio. Ao lado da forte consolidação da dinastia, surgiram os fatores, que, mais tarde, a fariam ruir. De 1870 é o manifesto republicano assinado, entre outros, por Saldanha Marinho, Lafaiete, Quintino e Silveira Lobo. Passara, aliás, despercebido, e a corte se preocupava mais com a primeira representação do “Guarany”, levado à cena no mesmo dia em que circulou o manifesto sedicioso.

Ao mesmo tempo iniciava-se a agitação abolicionista, que, em 1871, conseguia a sua primeira vitória, com a Lei do Ventre Livre. Mas, sobretudo, a guerra trouxera consigo os primeiros vestígios do militarismo, até então desconhecido ao país. As forças vitoriosas na jornada sangrenta do Paraguai haviam adquirido uma noção bastante perigosa da missão que lhes cabia desempenhar na vida pública nacional, e se lhes havia consolidado o sentimento de solidariedade de classe. E as novas gerações se agitavam, pedindo leis. Mudara a fisionomia do país. O reinado de Pedro II chegara ao fastígio, mas a nação preparava-se para a República.

Contudo o Império estava tranqüilo e o Imperador podia pensar em tomar alguns meses de férias, para realizar um dos seus sonhos de mocidade: conhecer as velhas civilizações da Europa. Era a oportunidade para ver antigas cidades e conversar com sábios e artistas que se habituara a admirar através dos livros lidos sofregamente na biblioteca de S. Cristóvão. E, em 25 de maio de 1871, o Imperador partia para o velho Continente. Como era de seu hábito ia com pressa. Desejava economizar o tempo, para poder ver tudo, embora de relance. E do que foi essa corrida pelas capitais européias o biógrafo nos dá conta em pormenores curiosos. Dos

três dias passados no Porto, diz Nogueira da Gama, nas suas *Memórias*, afirma ter sido uma roda viva. Dos seus encontros com Alexandre Herculano, Camilo, Pasteur, Leão XIII, Mistral e Manzoni, o livro fornece os aspectos essenciais, e escolhidos com muita propriedade para se avaliar do interesse do viajante real por esses encontros com os homens de espírito do seu tempo.

Ao regressar, ainda com a imaginação cheia de motivos europeus, depara-se o Monarca com uma das mais graves crises do reinado: a questão dos bispos. E agiu como um homem que se sente forte. Tomando uma atitude, que Nabuco classificou de decisiva, apoiou energicamente o Visconde do Rio Branco, que acumulava as funções de chefe do ministério com as de grão-mestre da maçonaria. Nesse ambiente não era possível medrar qualquer espírito de conciliação. Se de um lado estava um Bispo ortodoxo, do outro estava um ministro maçom e um Imperador convicto do seu direito perante a igreja, no país. O dissídio foi explorado pelos republicanos e terminou, sem vantagem para a Coroa, com a anistia concedida por Caxias.

O Imperador, porém, gostara demais da viagem para não acalentar a esperança de uma nova vilegiatura, o que equivalia a uma temporada distante dos enfadonhos deveres do seu cargo. E, em março de 1876, rumava para a América do Norte, de onde se transportaria para a Europa. Como da vez anterior, três coisas não perdera D. Pedro II nas suas excursões: a simplicidade, o desejo de conversar com sábios e literatos e a preocupação de andar depressa. Da sua modéstia ficou o depoimento de Frank Vincent, que o viu chegar em Nova York, e que assim resume a sua impressão: "Se ele não fosse um Rei, daria um "repórter de primeira ordem". Pedro II, ao entrar no hotel, levava uma maleta na mão. A sua preocupação é ver Longfellow. E é com emoção que registra no seu diário: "Cambridge. Chega-se por uma rua das *cottages* à casa de Agassiz. Almocei com Longfellow, que logo conheci pela fotografia. De Longfellow não é preciso falar. Jantei com Longfellow. Deu-me dois livros de sua livraria e depois do jantar passeamos bastante na varanda ao lado da casa, fazendo-me ele bastantes perguntas sobre o Brasil". Três meses permaneceu Pedro II na América. E, depois disso escrevia um

jornalista americano: “Quando ele voltar para o Brasil ficará conhecendo dos Estados Unidos mais do que dois terços dos membros do Congresso”.

Em seguida rumou para a Europa. Escandinávia, Rússia, Grécia, Egito, Itália, Áustria, Alemanha, França e Inglaterra. Na França avista-se com Vítor Hugo, e é recebido pela Academia de Ciências. Nada lhe dava maior satisfação do que esse convívio com homens de espírito.

As viagens imperiais, no entanto, pareciam destinadas a marcar grandes fases da vida nacional. Agora, ao voltar, esperava-o a agitação em favor da eleição direta, que os liberais pregavam com um ardor desusado. A Saraiva coube realizar a reforma e executá-la. Pela primeira vez o país via essa coisa desconhecida: eleições livres.

Mas, de 68 a 80, o Imperador gastara-se (é o termo). Para isso haviam concorrido sobremodo as atitudes de vários chefes de ambos os partidos, que desejavam, quando no poder, dar à fórmula ‘o Rei reina mas não governa’ uma interpretação por demais restrita, e com a qual jamais se conformou o Monarca. Saraiva, Zacarias, Nabuco, Paraná, José de Alencar, Silveira Martins, podem ser apontados entre aqueles cuja atitude em face do trono variou conforme as circunstâncias. Chegou-se mesmo a dizer que em cada escolha senatorial o Imperador fazia um amigo e dois inimigos. Lafaete dissera que a farda de ministro era uma libré. E quando a envergou, conta-se que o Imperador o recebeu dizendo: “Fica-lhe muito bem...”.

O volume se encerra com o ano de 1880. Aí começa o declínio. O Império vai morrer. Ferido pela questão militar, desprestigiado pela abolição, corroído pela propaganda republicana, o cetro de Pedro II vacila nas mãos de um Imperador enfermo. Ferrero observou que Pedro II “sentia-se homem semelhante a todos os seus concidadãos, e aos seus amigos dizia ser o primeiro republicano do Brasil”. E o foi. Em 15 de novembro não havia, por certo, no Brasil, nenhum coração mais republicano do que o do Imperador. O fim do Império marcava o fim da liberdade no Brasil. Somos o país dos paradoxos.

6 de novembro de 1939

UM PANORAMA DA REPÚBLICA

As comemorações do cinquentenário da proclamação da República foram relativamente pobres sob o ponto de vista das letras históricas. Sobretudo, não surgiu nenhum trabalho de conjunto sobre a implantação do regime republicano no Brasil. Ficou assim sem revisão o trabalho do Sr. Oliveira Vianna sobre o Ocaso do Império, e que ainda é uma das melhores apreciações referente ao declínio e fim da monarquia brasileira.

Tudo isso, porém, foi largamente compensado pelo livro que acaba de publicar o Sr. Pedro Calmon: o terceiro volume da *História Social do Brasil*. Compreendendo a época republicana, de 1889 a 1922, o trabalho, que sucede aos dois volumes anteriores, referentes ao período colonial e ao império, é a explanação, num vivo e palpitante resumo, da vida nacional nesses primeiros trinta e três anos de República. Um panorama feliz e inteligente do regime republicano no Brasil. Depois de 1922, a República deforma-se nas agitações, que se sucedem até 1930, quando se inicia a ditadura democrática do Sr. Getúlio Vargas. Pode-se dizer, portanto, que o volume encerra toda a vida republicana do país.

Sem esquecer nenhum dos aspectos que concorreram para a formação do conjunto da existência republicana, o Sr. Pedro Calmon deixou traçada numa síntese magnífica, a diretriz a ser seguida por quem deseje, com mais exuberância de detalhes, escrever a história da República. Desde o ambiente ideológico de 1889, quando o Brasil realiza com a mudança do regime político o seu desejo de se incorporar às conquistas do século XX, até a afirmação incontestável do poder pessoal do Presidente, e que marca o rumo definitivo da República no Brasil, o autor estuda sucessivamente as crises e reações de ordem política, econômica, financeira e social por que atravessou o país nos anos indecisos da fase de transição. Ao lado dos rapazes de colete vermelho da rua do Ouvidor, que até a revolta de 1904 ainda não haviam esquecido a mística do florianismo, está o delírio do encilhamento, enchendo o Rio de um estranho ruído de leilão, que se propaga pelo país intei-

Serie 5.^a BRASILIANA Vol. 173
BIBLIOTECA PEDAGOGICA BRASILEIRA

PEDRO CALMON

Da Academia Brasileira

HISTORIA SOCIAL DO BRASIL

3.^o TOMO

A EPOCA REPUBLICANA



COMPANHIA EDITORA NACIONAL

São Paulo — Rio de Janeiro — Recife — Porto Alegre

1939

Luiz Viana Filho elogiou a obra do conterrâneo Pedro Calmon, que viria a ser ministro da Educação e seu colega na Academia Brasileira de Letras a partir de 1956.

ro. Nesse período a figura dominante é incontestavelmente a de Floriano, cujas atitudes frias, imprevistas e sangrentas conquistam dedicações incríveis, ao mesmo tempo em que esmagam as duas grandes peças do novo regime: a federação e o judiciário. Mas, a Floriano sucede Prudente. Paradoxo da política, nota o autor: Floriano ganhará a guerra e perderá a partida. É o restabelecimento da ordem civil. O país, no entanto ainda não está calmo. Apesar de morto, Floriano ainda projeta a sua sombra sobre a República, agitando os jacobinos, que parecem odiar a ordem civil, o império da lei.

A eleição de Campos Sales, porém, é um momento de trégua. A nação está fatigada e pede paz para poder trabalhar. Entendem-se assim o Presidente e a nação. E instaura-se a política dos governadores. É uma nova fórmula na evolução dos acontecimentos. Fórmula nociva, mas cuja consequência imediata é a harmonia entre o Congresso e o Presidente, coisa que não acontecera ainda na República. Há paz. E Campos Salles realiza o saneamento das finanças públicas, já às vésperas da bancarrota. O câmbio melhora. Os nossos títulos, em Londres, melhoram de cotação. Mas, tudo isso representa novos impostos, e, ao deixar o poder, Campos Salles está impopular.

Ao se iniciar o século XX o Brasil já é bem diferente do Brasil imperial. O café, a borracha e as indústrias nascidas entre o protecionismo e o encilhamento lhe haviam mudado a fisionomia. A Capital Federal crescera vertiginosamente, e Rodrigues Alves, dando liberdade de ação a dois grandes auxiliares – Pereira Passos e Oswaldo Cruz – consegue dar-lhe ares de grande cidade, verdadeira metrópole moderna: saúde e beleza. Um extinguiu a febre amarela, que fazia do Rio de Janeiro um porto sujo, temido pelos visitantes estrangeiros, o outro acabou com as antigas vielas quase coloniais, rasgando avenidas e iluminando-as feericamente.

Por esse tempo a política já descobrira o binômio Minas, S. Paulo. Afonso Pena é o sucessor de Rodrigues Alves. O velho conselheiro da monarquia cerca-se de uma juventude brilhante. Seus ministros são Miguel Calmon, Tavares de Lira, David Campista, Rio Branco, Hermes. Na Câmara o presidente é Carlos Peixoto e o líder James Darcy. Havia cem anos, em 1908, que Cayru abria os portos do Brasil. E o fato é oportuno para uma Exposição Internacional de grande porte.

Éramos um país em progresso. E culto: em Haia, Rui dava a medida da nossa civilização europeia. 1910 é o ano da campanha civilista. Morto Pena, as forças políticas dividiram-se entre Hermes e Rui. A nação, porém, estava com o último. E pela primeira vez tínhamos a impressão fugaz do clima democrático à maneira americana, com uma larga propaganda política de idéias. A máquina oficial, porém, venceu. Pinheiro dominava. É o condestável da República. E as salvaçãoes se erigem no sistema político do momento, até que Venceslau Braz imprime à administração e à política o seu feitio pessoal de serena legalidade. E dois partidos haviam morrido: o Conservador, de Pinheiro, e o Liberal, de Rui.

A cena política volta, então a ser dominada pelo personalismo: de um lado o Presidente; do outro, Pinheiro. Mas, este desaparece assassinado. E a República se equilibra novamente dentro da fórmula Minas, S. Paulo. Agora o Presidente é Rodrigues Alves, que não chega a assumir. Tudo indica ter chegado a hora de Rui. Um equívoco – a oportunidade é de Epitácio Pessoa, nosso embaixador à Conferência da Paz.

O livro do Sr. Pedro Calmon já é uma síntese. E síntese magnífica, cheia de colorido, de vivacidade, de observações pessoais e inteligentes, que nos fazem compreender melhor a República. Difícil por isso resumi-lo. Mas vale aconselhar que o leiam. Há, no entanto, um aspecto da obra que deve ser ressaltado, principalmente na Bahia. Escrevendo a história da República, o Sr. Pedro Calmon lembrou-se de alguma coisa de que bem poucos ainda se lembram, senão para expandir uma incrível resignação: a Bahia. Sempre que foi oportuno e justo o autor deixou assinalado o papel, saliente algumas vezes, mas sempre digno, exercido pela Bahia na vida da República, mesmo nos momentos mais graves. Nunca tivemos posição secundária. Assim fora no Império. Assim continuou a ser enquanto durou a República. E isso, em todas as passagens do seu belo livro, destacou nitidamente o ilustre historiador, talvez para recordar aos seus conterrâneos o que já foi a sua terra. Ressaltou a contribuição, sobretudo intelectual, com que acorremos durante mais de três décadas para ilustrar o regime, fornecendo-lhe elementos de alta envergadura, que honraram e engrandeceram a República. Nesse particular o livro vale como uma reivindicação. Serve também para recor-

dar um passado de que os baianos costumavam se orgulhar discreta e conscientemente. Por tudo, enfim, um esplêndido panorama da vida republicana do Brasil e que instrui sem fatigar. Uma pequena obra de arte sobre nossa malsinada República contando o que ela fez de bem e de mal.

12 de dezembro de 1939

INSTITUIÇÕES CULTURAIS NOS ESTADOS UNIDOS

Quando a posteridade tiver de escrever alguma coisa sobre o perecimento da democracia brasileira, os historiadores menos lúcidos poderão invocar múltiplas causas de ordem política. Isso, porém, se não dará com aqueles que foram buscar mais longe os fatores que tenham concorrido para o ambiente de absoluta indiferença existente em relação aos negócios públicos, pois não encontrarão outra origem além do nosso baixo nível de cultura. Não falta, aliás, quem tenha ilusões sobre o assunto.

A conferência pronunciada em S. Paulo pelo professor Lewis Hanke, que esteve na Bahia algum tempo atrás, sobre "Instituições Culturais nos Estados Unidos", serve, no entanto, para mostrar a imensa distância que nos separa de um povo em busca de se educar. Não é que possamos pretender fazer, na matéria, alguma coisa de parecido ao que se tem realizado na América do Norte, pois a nossa pobreza não o permitiria, mas apenas a sensação de não termos sequer iniciado seriamente a solução de um problema cada vez mais difícil e custoso de resolver pelo crescimento natural da população.

A vida cultural americana apóia-se, principalmente, sobre três elementos: as fundações, as bibliotecas públicas e as universidades. Basta ver-se de relance, acompanhando os dados fornecidos pelo Sr. Lewis Hanke, para se sentir que ainda estamos parados.

A fundação de caráter científico, pelo desenvolvimento alcançado na América, pode-se dizer que constitui um fenômeno tipicamente americano. Os milionários *yankees*, depois de acumularem fortunas fabulosas, não encontraram meio mais eficiente de contribuírem com o dinheiro ganho para a felicidade geral, do que entregá-lo a fundações destinadas a múltiplos fins de caráter científico. Pouco importa, como diz o conferencista, que Platão haja feito doação à Academia de Atenas e que Ptolomeu haja contribuído para a biblioteca de Alexandria. Pela escala em que aí se realiza o fenômeno é tipicamente americano. Somente seis das fundações americanas possuem um capital de 600 milhões de dóla-

res. A elas se ligam os nomes de Rockefeller, Carnegie, Guggenheim, Brookings e tantos outros milionários.

Mas, por que essa atitude dos grandes ricos americanos? Três causas são apontadas: em primeiro lugar o otimismo, ou seja a convicção generalizada de que o mundo pode ser melhorado; depois a confiança na democracia e a certeza de que esta só será plenamente realizada pela educação do povo; e, por último, a confiança no esforço organizado.

Numa época em que a evolução da ciência exige em regra uma aparelhagem de alto custo, as fundações têm permitido investigações do mais alto interesse e que têm concorrido para melhorar a humanidade. Aquilo que o poder público nem sempre consegue realizar, é feito pelos particulares. A fotografia de um átomo de oxigênio, por exemplo, só foi conseguida depois de 10.000 experiências, e a velocidade da luz requereu 30.000.

Ao lado das fundações estão as bibliotecas públicas e gratuitas. Muitas delas, de organizações particulares, facilitam a retirada de livros, permitindo aos leitores conciliarem a comodidade com o seu desejo de instruir-se. Ao todo são cerca de 6.000 bibliotecas, abrigando 66 milhões de livros. Um vasto corpo de técnicos assiste-as permanentemente, orientando os leitores, dizendo-lhes não só o que devem ler, de acordo com as preferências de cada qual, mas mostrando-lhes onde poderão encontrar a matéria que desejam conhecer. É fácil imaginar-se quanto dinheiro consome uma organização dessa natureza, para viver e renovar-se, adquirindo sempre novos livros. No Brasil, a verba da Biblioteca Nacional, até bem pouco, era de quarenta contos, para aquisição de livros.

A conseqüência imediata de um número considerável de bibliotecas abertas ao público, é o desenvolvimento do gosto pela leitura, o prazer de adquirir novos conhecimentos. Na biblioteca de Cleveland, citada como exemplo pelo autor, os leitores registrados, de menos de 15 anos de idade, retiraram, em média, 19 livros cada um. E, ao todo, foram retirados 5.206.000 livros, equivalendo a seis para cada habitante.

Tudo isso constitui índices cuja significação na cultura e no aperfeiçoamento de um povo não será necessário comentar. Se Sócrates teve razão, dizendo que o homem só poderia melhorar pelo conhecimento, é fácil imaginar-se para onde caminha a América.

A última grande peça dessa aparelhagem de instrução e investigação é a universidade. Vinda da Europa, onde se iniciou como centro de cultura privilegiada, para um pequeno número, na América democratizou-se inteiramente. O número dos que a freqüentam é extraordinário. É maior a percentagem dos que cursam, na América, a universidade, do que a dos que, no Brasil, comparecem à aula primária! Lá, de cada 8 moças ou rapazes entre 17 e 21 anos, um freqüenta alguma escola superior. No Brasil, de 1.000 em condições de receberem instrução elementar, apenas 30 a adquirem.

Aliás, parece que vamos fazer um estádio.

18 de dezembro de 1939

MEMÓRIAS...

Antecipando uma página das suas *Memórias*, o Sr. Afrânio Peixoto, sem dúvida uma das maiores revelações do seu tempo, deu-nos há pouco uma visão da velha Faculdade de Medicina da Bahia, tal como a viu e sentiu o estudante Afrânio Peixoto. E, se Afrânio Peixoto já maior de cinqüenta é irreverente, imagina-se o que não terá sido o jovem Afrânio Peixoto.

Dizem os seus contemporâneos da academia que foi bastante injusto nessa apreciação retrospectiva dos seus mestres. *Forse che sí...* E com isso muitos deles se magoaram, e mesmo outros que não conheceram os antigos professores senão através dos ecos da tradição. Não há, porém, razão para tal. Por mais irreverente e inexato que tenha sido porventura o depoimento prestado por Afrânio Peixoto, não nos devemos esquecer que o ilustre acadêmico falou apenas pela boca do estudante, cujo juízo pode ter sido revisto com os anos, mas que na ocasião não seria outro senão aquele agora externado sinceramente. E quantos estudantes não terão também pensado, durante o curso, do mesmo modo? As figuras que passam por essa página de *Memórias* – muitas delas venerandas – não surgem como seriam realmente ou como as viu e julgou a sociedade do seu tempo, mas apenas como as sentiu e interpretou o espírito malicioso do estudante, próximo autor da Rosa Mística, e que mais tarde se tornou o imortal Afrânio Peixoto.

Por isso mesmo as *Memórias* do estudante não as tornam maiores ou menores do que teriam sido na realidade, mas apenas lhes dão um novo colorido, fixando-as através do julgamento inédito de um discípulo. E isso, antes de servir para que a posteridade julgue os velhos mestres da Faculdade de Medicina, será um precioso elemento para o futuro biógrafo, a fim de saber como nos verdes anos da academia apreciava Afrânio Peixoto os seus mestres.

A propósito, tenho mesmo me lembrado do que diria eu dos meus queridos mestres Filinto Bastos e Carneiro da Rocha se deixasse falar apenas os meus inquietos dezessete

anos, que ainda não lhes podiam compreender as altas virtudes, em que eram tão ricos.

É que todos nós, através da vida, temos uma triplíce personalidade, como ensina Maurois: o que somos; o que pensamos ser; e como pensam os outros que somos. Só a primeira é verdadeira, mas essa jamais aparece, pois nem mesmo nós nos conseguimos julgar exatamente, e ainda menos os outros, que vêem de acordo com as suas simpatias e inclinações.

Daí a diversidade das opiniões sobre a mesma individualidade. De Napoleão, por exemplo, existem dezenas de biografias e em cada uma delas Bonaparte é diferente. Não são, porém, apenas os julgadores que mudam. O próprio homem, durante a vida vai sofrendo mutações. E uma existência julgada no seu conjunto, mesmo quando esse é harmonioso e suave, não poderá ser igual a um simples instante dessa mesma existência. Veja-se como é diferente o Rui do "Papa e o Concílio" e o Rui do discurso do colégio Anchieta. Aquele é cheio de cólera, apaixonado, demolidor; este é tolerante, sereno, construtor.

Por tudo isso não há porque nos zangarmos com Afrânio Peixoto pelas caricaturas que esboçou, em largas pinceladas, dos seus antigos mestres. Pode e deve ser contestado o ilustre memorialista pelos que divergirem das suas opiniões, mas jamais censurado por ter deixado a pena discorrer indiscretamente na narração das suas *Memórias*. E, se não nos devemos esquecer que *Memórias* não constituem um julgamento e sim a fixação de uma maneira de sentir em determinado momento, também nos devemos lembrar que Afrânio Peixoto falou apenas como estudante, e que as reminiscências não poderiam coincidir com as lembranças dos clientes desses velhos e austeros médicos baianos, que percorriam a cidade vestidos em negras sobrecasacas, levando a cada qual, a esperança de uma cura. Ele os surpreendeu nos laboratórios numa fase em que a medicina estava revolucionada e os micróbios apenas tinham nascido, enchendo a cabeça de mestres e alunos de novidades.

No Brasil, infelizmente, não há o hábito de se escreverem "Memórias" ou "Diários". Deixemos, porém, que Afrânio Peixoto trace em paz as suas reminiscências, pois estas

serão tanto mais interessantes quanto mais se embeberem de sincera espontaneidade, livres de quaisquer cânones ou preconceitos. Como não seriam insossas as páginas deixadas por Oliveira Lima e André Rebouças se os personagens aí aparecessem não como os viriam os seus autores, mas como os imaginamos.

E diga-se de passagem, as reminiscências de Afrânio Peixoto só poderão ser mesmo prenhes de verve e irreverência. Do contrário, duvida-se da autenticidade.

24 de janeiro de 1940

PERSPECTIVAS DE UM LIVRO

É um velho desejo meu, e que as circunstâncias ainda não me haviam permitido realizar, esse de dizer alguma coisa sobre o livro último de Nestor Duarte: *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional*. Basta o autor para que seja desnecessário falar da inteligência e da agilidade com que foi escrito.

Livro-tese, o trabalho do professor baiano levanta o debate sobre uma das mais interessantes questões da sociologia política nacional, trazendo para a discussão um problema, que, até então, se afluído aqui e ali em páginas esparsas de escritores brasileiros, ainda não havia merecido um estudo amplo das várias faces em que historicamente se desdobra. Seria isso suficiente para se compreender o mérito, sobretudo como marco inicial de novas e futuras pesquisas que há de provocar, certamente.

Convicto das conclusões a que chegou, pelo exame retrospectivo da evolução brasileira, Nestor Duarte defende calorosamente a predominância da organização familiar na vida e nas diretrizes das instituições políticas brasileiras. E, como prova das suas afirmações, vai filiar o fenômeno nas suas origens, à própria contextura do mecanismo político do velho Portugal anterior à época heróica dos descobrimentos.

Realmente, e não há como o negar, a família, na sua forma patriarcal dos primeiros séculos, exerce um papel de relevância excepcional na trajetória percorrida pela sociedade brasileira, que, ainda hoje, se ressentido desse pecado original, que as águas lustrais do tempo não conseguiram apagar totalmente. Daí esse antagonismo observado pelo escritor entre o espírito privado e o espírito público. A observação é justa e parece-nos verdadeira. Somos de fato um povo onde o espírito privado, o sentimento do interesse particular, se sobrepõe ao espírito público, ao sentimento dos objetivos da coletividade.

Mas, o que não devemos perder de vista, pois seria contrariar o que nos ensina o estudo do domínio português no Brasil, é que Portugal, através da sua máquina imperialis-

ta, jamais permitiu que os interesses de ordem particular se afirmassem contra os objetivos da Coroa. Possuidor de uma admirável burocracia, que, de Lisboa, fiscalizava, atentamente, e com muita argúcia, todos os movimentos da Colônia, Portugal nunca deixou de impor a sua autoridade onde quer que ela se fizesse necessária. É mesmo freqüente ao compulsarmos antigas Cartas Régias, encontrarmos Lisboa informando os Vice-Reis e Governadores de acontecimentos ocorridos no Brasil e que eles pareciam desconhecer. Dir-se-ia que a Burocracia lusa já possuía àquele tempo o seu serviço de política secreta, pondo-a ao corrente de quanto sucedia no Brasil.

Se a influência, o prestígio, a força da família se apresenta com traços marcantes na sociedade colonial, muita vez dando mesmo a impressão de que somente ela decidia dos rumos da vida brasileira, não devemos, no entanto, perder de vista as violentas e enérgicas intervenções do Estado Português quando foi necessário destruir qualquer núcleo dessa natureza, que se opunha aos seus desígnios. O que houve foi um entendimento tácito entre os interesses da metrópole e os interesses das grandes famílias, que constituíam os centros de aglutinação da frágil sociedade colonial. Isso, porém, sem prejuízo do Estado. A um Estado pobre e mesmo fraco, como era Portugal, convinha deixar à iniciativa particular uma grande soma de atividades. Por vezes conveio até entregar totalmente aos indivíduos funções precípuas do Estado, como vamos encontrar, principalmente, na história da conquista do interior brasileiro, onde, em certa fase, o Estado se abstém completamente de intervir, deixando aos particulares uma ampla e completa liberdade de movimentos. Isso mesmo, porém, obedecia a um plano preconcebido. Atraíam-se, por esse modo, para a vida rude do sertão, ponderáveis correntes migratórias, que se deixaram seduzir pelos encantos dessa liberdade, sobretudo dentro de um Estado bisbilhoteiro como foi o português, e que tomara aos seus súditos conta dos seus menores atos. O encanto, no entanto, era breve e passageiro. Mal se firmava a conquista e se povoavam os campos de sítios e currais, logo aparecia a Coroa, representada pela sua numerosa burocracia e alvarás, afirmando-se pela justiça e pelo fisco, que continuaram pelo tempo afora a atemorizar as simples populações sertanejas.

Onde se viu Portugal perdoar aquele dos seus súditos, que tinha a veleidade de firmar a sua vontade contra uma ordem Régia? Mobilizavam-se juizes, meirinhos, capitães-mor e, em pouco tempo, a ordem restabelecia-se com a vitória da Coroa. Do norte ao sul, do litoral ao interior, não diferem os fatos.

Por isso o cuidado com que se deve observar o fenômeno da influência da organização de caráter privado na vida brasileira. A sua afirmação em linhas tão fortes como as que conhecemos, e Nestor Duarte estuda detidamente, deunos características que perduram até hoje, mas jamais levou a melhor nos seus freqüentes atritos com a organização política do Estado, embora este a usasse largamente para a consecução dos seus fins.

Do livro de Nestor Duarte, em resumo, pode-se dizer que abriu novas perspectivas de estudos, trazendo para o primeiro plano – e com razão – uma ordem de investigações até então debatidas incidentalmente, e agora explanadas amplamente. Um livro de estréia do autor nesse departamento das boas letras, mas que revela os recursos de uma inteligência capaz de novos e maiores vôos.

4 de maio de 1940

TERRAS MALDITAS

Ao chegarem à Bahia, com Tomé de Souza, não traziam os jesuítas outra riqueza senão a imensa fé, que os enchia de projetos e esperanças. Bem pouco, porém, para poderem realizar a grande tarefa a que se destinavam. Não lhes faltou, contudo, a generosidade do governo e de particulares, dando-lhes o necessário para manterem os trabalhos em que se empenhavam. Sobretudo doações de terras, das quais a primeira foi a da Sesmaria da Água de Meninos, em 1550. Outras vieram depois. E dentre estas, a das extensas terras do Camamu, doadas por Mem de Sá, que as houvera de Jorge de Figueiredo Corrêa, à Companhia de Jesus. Dádiva feita "por amor e graça sem interesse algum de nenhuma maneira e qualidade que seja", como dizia o piedoso governador. É o chamado "Fundo das Doze Léguas", agora posto na ordem do dia pelo decreto do governo do Estado, que cassou a legitimidade dos seus atuais possuidores.

Parece ser do destino dessa velha sesmaria de quatro séculos, gerar a intranqüilidade e a discórdia. Desde o seu início, não foi possível aos jesuítas alcançarem um domínio pacífico sobre as terras doadas pelo terceiro governador do Brasil. Começaram por lhes contestar os limites, pois, embora a escritura de doação falasse em "doze léguas", não faltou quem dissesse, e com boas razões, não ter essa extensão a sesmaria havida de Jorge de Figueiredo. E surgiu a primeira demanda entre os padres e Francisco Giraldes, filho de Lucas Giraldes, o esperto feitor de Ilhéus.

Mas, que área teria realmente o presente de Mem de Sá? Nisso variam os cronistas. Gabriel Soares, por exemplo, fala em "dez léguas de costa". E nada diz sobre o fundo. Anchieta, porém, mais preciso, afirma serem "doze léguas em quadro com oito águas para engenho de açúcar". Outro jesuíta, entretanto, contesta a assertiva. É Fernão Cardim, que, em 1583, depois de visitar a região, dá notícia ao padre Provincial em Portugal: "O Camamu são doze léguas de terra, por costa, e seis em quadra, para o sertão".

E na mesma ocasião o padre visitador Cristóvão de Gouveia, companheiro de jornada de Cardim, dizia “que alguns colonos se queixam de estarem as terras do Camamu defeituosamente demarcadas, possuindo portanto os jesuítas, terras que não lhes pertence”. O melhor testemunho, porém, da incerteza dos limites da doação está no próprio testamento de Mem de Sá e que diz serem “dez ou doze léguas da terra desde o Rio das Contas até Tinaré”.

Não foi apenas em relação à área que se desentenderam os contemporâneos da doação. Também quanto aos seus limites naturais foram pouco seguros os historiadores. O “Livro que dá razão do Estado do Brasil”, e que se atribui a D. Diogo de Menezes ou Diogo Campos, atesta começar a sesmaria “na Barra do Rio das Contas e chega até a Barra do Boipeba”. Informação, portanto, diversa da encontrada no testamento de Mem de Sá. Outros informam terem os padres chegado até Itacaré.

E para completar a confusão reinante, Mem de Sá, ao fazer a doação, em 1563, reservara para si, onde mais lhe aprouvesse, légua e meia de terra.

Que fariam no entanto, os jesuítas com terras tão abundantes e que não podiam pretender lavrar? Mem de Sá previra a hipótese, e logo estabeleceram: “poderão dar e doar, vender, trespassar, permutar e aforar, emprazar, arrendar, escambar as ditas léguas de terra”. Em 1575 já havia terras arrendadas e “aforadas em três vidas”. Pleiteavam, porém, os jesuítas, realizarem negócios perpétuos ou por maiores prazos. E, em 1601, o padre geral, em Roma, autorizou que se utilizassem das terras como lhes parecesse melhor. A data marcava um novo período das terras da Companhia de Jesus. Logo ocorreram candidatos. E no Camamu, mitigada a ira dos ferozes Aimorés, que tanto atormentavam os padres, logo surgiram os engenhos de açúcar, tributários, por aforamento ou venda, da crescente riqueza dos jesuítas.

Durante mais de um século, efetivando o pensamento do padre Pero Rodrigues, que desejava aproveitadas as “muitas léguas de terra, muito boa para fazerem engenhos e plantarem canas, com que novos moradores tenham remédio de vida, os colégios mais alguma renda”, tiraram os padres da rica sesmaria quanto era possível tirar.

Aproximava-se, porém, para a Companhia de Jesus o amargo período de Pombal. E, ao iniciar-se a segunda metade do século XVIII, a expulsão dos padres e o seqüestro dos bens da comunidade marcaram a extinção, no Brasil, da Companhia de Jesus. O leilão dispersou o imenso patrimônio acumulado durante duzentos anos. A antiga sesmaria de Mem de Sá também passou a outras mãos. Mais dois séculos passaram. E ainda hoje as terras doadas pelo terceiro governador geram discórdia e demanda, intranqüilizando os homens com a sua maldita grandeza.

17 de junho de 1940

DAVID CAMPISTA

Perdida entre o noticiário telegráfico dos jornais, somente os leitores muito atentos tiveram ocasião de ver a notícia transmitida do Rio, informando ter sido concedida à viúva David Campista uma pensão mensal de quinhentos mil réis.

Certamente, terá representado a mão estendida pelo poder público, para que a antiga companheira de um homem ilustre no país não morresse a míngua de recursos. Depois de trinta anos de uma viuvez dolorosa e pobre, desamparada, terá conseguido o dinheiro indispensável para comprar o feijão, que já lhe não fiam, e entrar no açougue, cujas portas nem sempre lhe estão abertas. E esta Senhora é a viúva David Campista.

David Campista, em certa época, foi a figura mais discutida da política brasileira. Em torno dele travaram-se os debates, que antecederam a campanha civilista. Alto, magro, o gesto nervoso, o porte esguio de asceta, entrara vitoriosamente no cenário da vida pública nacional. Viera das montanhas mineiras. E seu monóculo, sublinhando um olhar severo de preceptor, ficou clássico nas caricaturas, que fixavam o bom humor carioca. Pode-se dizer que começou por onde os outros acabam. Depois de um curto período na Câmara foi o ministro da Fazenda todo poderoso do governo Afonso Pena. Manipulou, então, como um senhor de barão e cutelo, as finanças nacionais. Era o tesoureiro da República. Dois anos mais, e era o candidato de Afonso Pena à presidência da República. Nunca se vira ascensão tão rápida. O mundo político tremeu, porém, diante do precedente que se abria... O chefe da nação escolhia o seu sucessor entre os auxiliares da sua imediata confiança. Foi o bastante para se desencadear uma tempestade. David Campista foi acusado, analisado, discutido. E, entre os argumentos opostos a sua candidatura, não faltou este sequer. David Campista era judeu. A própria política de Minas dividiu-se em face do companheiro feliz. E a candidatura do Ministro da Fazenda, do irritante ministro da Fazenda, que examinava contas e recebia as pessoas de pé, enrolando no dedo longo o cordão do monóculo, como se não lhe sobrasse tempo, foi imolada. Afonso Pena não resistiu ao golpe, e morreu. Siderado por um traumatismo moral, disse Rui Barbosa.

Começou aí a odisséia de David Campista. De futuro Presidente, de ministro, ficou reduzido à posição de um político batido e pobre. Desgostoso, retirou-se para um subúrbio do Rio de Janeiro, o único lugar onde lhe permitiu morar a sua extrema pobreza. Ficou ignorado. Não se falou mais dele e nem do seu monóculo.

Dele condeou-se, entretanto, Nilo Peçanha, que o procurou para entregar-lhe uma das nossas representações diplomáticas. Mas, tanto se escondera David Campista, que chegou a ser difícil encontrar onde morava. Ninguém sabia a residência de quem, pouco antes era apontado como o futuro chefe da nação... A vida é assim.

Nomeado nosso ministro na Suécia, David Campista voltou à circulação. E com o mesmo zelo, a mesma capacidade, ele ficou novamente ao serviço do Brasil. Seria um grande diplomata, disseram. O homem que falhara na política interna, honraria a *carrière*. Seria um mestre da nossa política internacional. E logo um posto mais alto e cobiçado, foi-lhe confiado: embaixador em Paris. Para aí deveria transportar-se, servindo ao país, o político vencido. Mas, uma pneumonia, interrompeu-lhe a nova atividade. David Campista faleceu antes de assumir o seu posto.

Começa, então, o drama da viúva de David Campista. Pobre, esquecida, abandonada, voltou ao Brasil. Já ninguém a conhecia. Os que a haviam cortejado na véspera ignoraram a sua existência melancólica e infeliz. E durante trinta anos, mergulhada na agonia da sua pobreza, ela foi a réplica mais cruel e mais viva àqueles que haviam acusado o marido, o judeu David Campista, que muitos diziam enriquecido às custas do erário público. O seu sofrimento era o testemunho mais eloquente da honestidade do companheiro, que não lhe legara sequer os recurso para se manter. Quantos terão sido assim? O exemplo será talvez, cada vez mais raro. Por isso mesmo, deve ser consignado. Fala de uma época que passou. E que passou entre tantas acusações.

Agora, trinta anos depois, conseguiu a viúva David Campista uma pensão modesta de quinhentos mil réis. Bem pouco. Servirá, contudo, para que não falte o pão dos últimos dias.

Um pequeno drama, cuja moralidade os leitores não deixarão de entrever.

17 de março de 1941

UMA GRANDE VIDA

Desejoso de definir o que fosse uma grande vida, escreveu Alfred Vigny: "Que é uma grande vida? Um pensamento da juventude realizado na maturidade". Lendo-a, Xavier Marques, que brevemente festejará conosco os seus oitenta anos, poderá ter a certeza de que viveu uma grande vida.

Romancista, contista, poeta, historiador, biógrafo, jornalista, filólogo, Xavier Marques, atingirá a idade provecta dos romanos com a plena consciência de ter alcançado os seus ideais de mocidade. Vivendo uma longa e bela existência, em todo o curso da jornada ele jamais deixou de ser o que quis ser: escritor. Encerrado na sua torre de marfim, fiando pacientemente sua obra, sem pressa e sem outra ambição além de realizar alguma coisa de belo, abeira-se da última parte do caminho ouvindo os aplausos com que os seus concidadãos consagram as páginas que entregou ao patrimônio comum da literatura brasileira.

Filho de uma geração que freqüentemente fechou os olhos e a imaginação à própria terra, para inspirar-se em louras divindades saxônicas ou em paisagens européias de cartão postal, Xavier Marques fez a sua obra sem deixar de ser brasileiro, e sobretudo baiano. Filiou-se à escola naturalista de que Machado de Assis e Aluísio de Azevedo foram mestres exímios. E, correndo a vista pela terra e pela gente que lhe vivia e sofria em roda, buscou os tipos e os costumes, que haveria de imortalizar, fixando-os nas páginas dos seus romances e seus contos. Bastou-lhe abrir a janela da própria casa, lançando o olhar sobre as redes dos humildes pescadores de Itaparica para encontrar as cores tão vivas e tão fortes de seus quadros. Bastou-lhe ouvir e inquirir a alma daquela gente simples, entregue à labuta do mar, para desvendar a contextura moral, o sentimento, a filosofia da vida – digamos assim – dos personagens da sua obra. Não precisou ir mais longe. Sentiu-lhes a maneira de viver, na paz e na guerra. No rame-rame de todo o dia, e nos instantes épicos das guerras em que pelejaram bravamente, defendendo a independência do Brasil.

E, quando saiu de junto das canoas e das tarrafas, foi apenas para chegar até o recôncavo açucareiro recompondo em trechos felizes e perspicazes as duas épocas de que ele próprio havia sido a testemunha: antes e depois da abolição. A grandeza e a decadência. A opulência e a miséria daquela sociedade incapaz de enfrentar o revés, e que se deixou passivamente vencer e esmagar pelo infortúnio mergulhando lentamente na pobreza.

Tudo isso Xavier Marques sentiu e compreendeu. E mais do que isso gravou nos altos relevos dos seus livros, tão cheios de poesia e encanto. Esse encanto e essa poesia, que somente um grande escritor como ele poderia imprimir, através das narrativas simples, mas precisas, em que um detalhe é suficiente para que se tenha de logo a intuição do artista. Mas, ele não envelheceu sem aprender. À medida que os anos foram correndo, Xavier Marques aprimorou o estilo. Tornou-se cada vez mais claro, mais acessível, límpido como as águas cristalinas de um córrego. Atingiu a beleza dentro da simplicidade, o que nos parece ser o grau mais alto a que pode chegar alguém que se proponha a conversar através da palavra escrita.

Não é, porém, apenas a obra que deve ser louvada. Também a vida, a vida abnegada de Xavier Marques deve ser lembrada e louvada. Iniciando-se no jornalismo, e tendo como um dos seus colegas Virgílio de Lemos, não lhe faltou oportunidade, para ser seduzido por outras atividades, mais compensadoras e mais fáceis. Entretanto, Xavier Marques permaneceu fiel ao seu ideal. Não o abandonou. Viveu com ele e venceu com ele.

É essa vitória que a nós, seus amigos, a nós, conterrâneos, cabe enaltecer e assinalar. Ele não será maior por isso, mas nós seremos melhor julgados quando se souber que não nos esquecíamos de render aos mestres como Xavier Marques, as honras a que tinham direito. O Brasil poderá sentir-se orgulhoso de quanto realizou o escritor primoroso, enriquecendo-lhe as belas letras. À Bahia, porém, não cabe apenas orgulhar-se: cabe também agradecer. Agradecer que em toda a sua vida – a sua longa e bela vida – ele jamais tenha deixado um só instante de ser baiano, bem baiano. Seja como o romancista de *Jana e Joel* ou de *As voltas da estrada*, o contista

da “Cidade Maravilhosa”, o historiador da Independência, ou o biógrafo de Castro Alves, em cada uma dessas faces em que se desdobra a sua personalidade, Xavier Marques conserva o traço marcante da terra onde nasceu e viveu. Amou a Bahia tal como ela é, e por isso amou-a profundamente. As homenagens que lhe forem tributadas serão testemunho de que não somos indiferentes à vida e renúncia do homem e à obra de beleza criada pelo artista.

19 de junho de 1941

O MARECHAL HERMES

Poucas figuras da história do Brasil terão como o Marechal Hermes da Fonseca direito a revisão do juízo da posteridade.

Em 1910, “todo o país dividido como numa guerra civil”, o Brasil assistia a maior campanha política da sua existência – a campanha civilista. De um lado Rui Barbosa. Do outro o Marechal Hermes da Fonseca. Criara-se um equívoco pernicioso, muito mais grave, talvez, do que podemos, ainda hoje, imaginar e a luta tomara o aspecto de uma luta entre civis e militares. Contra Hermes a arma então mais em voga foi o ridículo, vingança dos mais fracos, e que o não poupou durante todo o seu período de governo. Tendo enviuvado e contraído novas núpcias no curso do período presidencial, o sarcasmo fartou-se em todas as intimidades do Marechal da maneira mais cruel e deplorável. Contra Hermes circulavam anedotas e caricaturas. E, por fim, a idéia que o Brasil formara do Presidente era a de um homem jocoso. Hermes – justiça se lhe faça – tudo suportou com uma tolerância, que, no futuro, há de ser um dos traços marcantes da sua glória.

Mas, será aquela a verdade sobre Hermes? De nenhum modo. O personagem que o país imaginou nada tem do homem, tal como foi, bom, generoso, sem ódios, com serviços ao Brasil, e cujos erros se originaram das fraquezas do coração ou dos impulsos do temperamento, coisas em que se mostrou bem igual ao tio Deodoro. Algumas investigações para um trabalho sobre *A vida de Rui Barbosa* levaram-nos a examinar com mais cuidado a personalidade do combatido Presidente e, já passadas as paixões daquele momento histórico, sentimos ser tempo de lhe fazermos justiça.

Em regra, quando falamos em Hermes, a primeira coisa – e talvez a única – que nos vem à memória é o período de 1910 a 1914, quando governou sem felicidade. Entretanto, para o compreendermos, será necessário surpreendê-lo antes disso e acompanhá-lo depois disso. Sobrinho de Deodoro, capitão na época do Governo Provisório, Hermes manteve-se nessa ocasião numa atitude de tal modo correta que, em

1909 às vésperas, portanto, do embate civilista, Rui não teve dúvida em dizer que o vira então como, “um tipo que me chamava atenção e me cativava a simpatia pela sua discricção, pela sua modéstia, pelo seu desinteresse, pela sua severidade precoce, pela correção da sua atitude civil e do seu porte militar”. Contudo é somente em 1904 na revolta contra Rodrigues Alves, que Hermes aparece no grande cenário. Pode-se dizer que salvou o governo, nesse transe. Coronel, comandante da Vila Militar, Hermes, ao ter notícia da rebelião da Praia Vermelha, mostrou-se tão hábil, tão expedito nas ordens e na energia, que sobre ele convergiram os olhares do país. Seria o passo decisivo de uma carreira vitoriosa e amargurada. Em 1906, ainda impressionado, por aquele lance, Afonso Pena foi buscá-lo para Ministro da Guerra. Poder-se-á negar os serviços relevantes que então prestou ao Exército e ao Brasil, reformando toda a estrutura do serviço militar, aparelhando-o, modernizando-o? De tal maneira se destacara que Guilherme II convidou-o para assistir em Potsdam às manobras do exército alemão.

Foi aí, no quartel, entre os seus camaradas, respeitado e estimado, que o foram buscar, para uma aventura política para qual não tinha vocação. A verdade é que pensaram fazer dele uma espécie de cavalo de Tróia a serviço dos interesses de Pinheiro. Aceitando a incumbência, Hermes mostrou-se de uma lealdade a toda prova. Pecou mesmo por excesso e foi o seu mal. A campanha impopularizara-o, deformara-lhe a fisionomia aos olhos da nação e ninguém mais o julgaria sem paixão. Teve mesmo erros graves. “Coisa curiosa, diz Calógeras, o malogro decorreu das qualidades do digno militar, muito mais adaptado a uma existência de caráter privado, do que público.”

Entretanto, apesar da brutalidade com que se viu agredido e injuriado – devemos dizer as coisas como elas se passaram – Hermes não perdeu a tolerância. Um episódio dará melhor a medida do Presidente nesse particular. Contou-o Rivadávia Correia: “Quando se deu a confusão política em 1913, motivada pela indicação do futuro Presidente da República, formando-se então a célebre coligação dos elementos opostos ao partido republicano conservador, um dia, no Catete, em minha presença, o Presidente Hermes, com a

maior simplicidade e naturalidade, espontaneamente, disse ao eminente chefe do Partido Conservador, general Pinheiro Machado, que se para resolver o caso político que estava agitando a nação, Pinheiro Machado entendia que o nome do Sr. Rui Barbosa oferecia solução, não hesitasse em o adotar, que a ele Marechal, isso nada afetava pois colocava, como sempre o fizera, os interesses superiores do país acima dos seus próprios". A atitude era nobre e poucos a teriam em idêntica situação. Mas, quem julgaria que fosse capaz disso aquele homem incompreendido, que viam passear displicentemente nas Alamedas de Petrópolis, cavalgando o "Fallieres", belo ginete que lhe oferecera o presidente da França de igual nome?

Deixando o governo, Hermes retirou-se para a Europa, onde passou longos anos. O patriota não poderia, porém, ficar por muito tempo indiferente ao que se passava no Brasil, onde periclitavam as tradições de liberdade da nacionalidade. E, voltando a atividade, se aliaria a Rui. Acalmadas as paixões, eles se compreendiam. Rui desejava que fosse Hermes o presidente. Hermes queria que coubesse a Rui a sucessão de Epitácio Pessoa, que tanto atormentaria o Marechal. E, no clube militar, ao empossar-se na Presidência, saudado pelo antigo adversário, Hermes diria "que como o seu tio Deodoro não podia ouvir sem revoltar-se a calúnia que apontava o glorioso organizador da república de 1889 como inimigo das classes armadas".

Não é nos seus momentos de paixão ou pelos seus erros de momento que devemos julgar se constituem, tanto nos seus defeitos quanto nas suas virtudes, os grandes homens. Precisamos surpreendê-los humanamente, encarando-os na sua unidade, no conjunto das suas ações. E quando Hermes for julgado assim, não terá o que recear da história. A coragem do coronel do Realengo, a capacidade do Ministro da Guerra, a equanimidade e o patriotismo do seu espírito tolerante bastarão para explicar e resgatar os erros que haja cometido.

9 de setembro de 1941

O JULGAMENTO DE RIOM

O tempo não muda os costumes das nações tanto quanto se costuma presumir. O julgamento que agora se realiza em Riom, por exemplo, é típico: significa que a nossa velha e bela França, aquela que Dannunzio cantou exclamando *O France, sans toi, le monde seralt seul!* não mudou muito. É que nela sempre houve um gosto todo especial para encontrar, nos seus momentos de derrotas ou de transformações políticas, alguns responsáveis ou traidores, que fazem o papel de cabeças de turco, consolando e amainando as vagas do desespero ou da vingança.

Bem perto de nós ainda está o processo Dreyfus. Mas se recuarmos um pouco mais, iremos encontrar o processo de Chateaubriand. Chegaremos também às acusações que pesaram sobre Cambronne e Montalembert e não tardará de se nos deparar o cadáver do Marechal Ney. Contudo, nem os processos, nem as condenações impediram que qualquer deles viesse a ocupar o seu posto nas páginas da História, que depressa esqueceu com desprezo os sentenciadores e seus poderosos inspiradores. Aliás, em regra geral, é o que costuma acontecer com as decisões proferidas pelos tribunais políticos ou de exceção, nos quais a humanidade advinha não haver nem a serenidade, nem a hombridade capazes de lhes darem a autoridade precisa para julgar. O seu mal é congênito. Trazem-no desde o berço, onde os embala a paixão partidária ou os atemoriza a vontade dos vencedores.

Mas, há de perguntar-se, por que razão, tendo a França episódios tão tristes na sua vida, foi uma das nações cujo espírito mais concorreu para a disseminação da Liberdade no Mundo? Não é difícil responder-se. O motivo está em que esses tribunais jamais foram a voz da França. Esta, pelo contrário, sempre falou pela palavra dos grandes advogados e paladinos, que emergiram desses processos representando os sentimentos mais vivos e profundos da alma francesa. Ora eles se chamaram Berryer, o grande Berryer cuja estátua os visitantes contemplam ao se aproximarem da sala dos Passos Perdidos, no Palácio da Justiça, em Paris, ora Lambori, ora

Zola, ora Hennequin, ora Royer-Collard. Estes, sim, é que têm levado ao mundo a expressão da forte alma gaulesa, e cujas lições de coragem e abnegação a humanidade guarda até hoje como exemplos singulares.

Resta apenas sabermos se das trevas que baixaram sobre a França ainda se levantarão as mesmas vozes que outrora se opuseram à violência e às iniquidades dos tribunais adrede instruídos nas suas decisões. Se estas vozes se fizerem ouvir, não tenhamos dúvida, é sinal de que o espírito francês ainda vive e, mais cedo ou mais tarde, ajustará contas com os que se deram as mãos com o vencedor nazista em busca de vítimas para o seu ódio e a sua política. Desde já, no entanto, o mundo os aponta ao escárnio, pois bem sabe que, chame-se Bazin, o general julgado após a derrota de 1870, ou Gamelin, que hoje ocupa o banco dos réus. Um e outro são vítimas da mesma farsa de governos fracos e impopulares, que pretendem impor o silêncio às consciências, fazendo representar a velha comédia dos tribunais de exceção.

21 de fevereiro de 1942

DEPOIMENTO SOBRE ZWEIG

A fim de fugir à maldição do judeu errante, que há dois mil anos aflige a sua raça e que as atuais condições da guerra ainda mais agravaram, fazendo lembrar os tempos cruéis da Inquisição, o casal Stefan Zweig saiu dramaticamente da existência. Agora que o mundo talvez pensasse ter o sutil escritor de *Fouché* encontrado um refúgio entre as montanhas frescas de Petrópolis, ele, cansado da vida, desesperado de suportar a sina do seu sangue, resolveu retirar-se da vida, não escrevendo uma daquelas páginas poéticas em que foi mestre exímio, comovendo a multidão de leitores que lhe disputavam as obras com avidez, mas compondo uma dolorosa tragédia, que cobre de luto a literatura mundial.

Não conheci Stefan Zweig. Mas, dele posso dar um testemunho capaz de concorrer para o julgamento, que dele há de ser feito e até hoje muitas vezes injusto. Sempre pagando o tributo da sua origem, o escritor não conseguira, apesar do seu esforço e da sua sensibilidade, ver-se julgado sem paixão e com tolerância. Em 1940, tendo Zweig chegado ao Rio, Afrânio Peixoto passara a interessar-se por que o biógrafo de fama mundial viesse à Bahia, pois acreditava que nos seriam benéficas as páginas que, sobre a nossa velha e bela terra, tão cheia de poesia e de encantos, pudesse divulgar o autor de *Maria Antonieta*. Hoje todos reconhecem que Afrânio Peixoto tinha razão.

Contudo, não foi fácil realizar-se o que o coração baiano de Afrânio Peixoto desejava. Aproveitando a minha vinda, naquela ocasião, para a Bahia, pediu-me o dileto amigo que aqui secundasse os seus esforços, conseguindo do governo do Estado algum auxílio, que compensasse as despesas decorrentes da excursão de Zweig. Felizmente, pude levar a bom termo a incumbência. E, realmente, logo nos primeiros meses do ano seguinte, os jornais anunciavam a próxima vinda do inditoso Zweig à Bahia.

Tudo, no entanto, de referência, aos auxílios a serem dados pelo governo baiano, fora feito à revelia do beneficiário. E, mal Afrânio Peixoto participou-lhe o que deveria rece-

ber, coisa tão comum e freqüente em todo o mundo, Zweig imediatamente se opôs. Não desejava receber um real. Pretendendo escrever um livro sobre o nosso país – idéia que se concretizou nesse admirável *Brasil, País do Futuro* –, não queria que se dissesse ter agido movido por qualquer interesse, pois apenas desejava externar a sua admiração e sua amizade pela nação que o acolhera com simpatia num momento de aflição.

Zweig veio à Bahia. Assistiu à lavagem do Bonfim. Admirou as nossas igrejas. Sentiu as nossas velhas ruas. Compreendeu-nos tal como somos. Na simplicidade das ruas estreitas e das ladeiras íngremes o poeta encontrara um povo que o encantara. E como foram ternas e emocionantes as palavras em que descreveu, com o seu raro poder verbal, tudo quanto vira, desde as baianas de saia rodada sentadas junto dos seus tabuleiros, até o ouro e as talhas de São Francisco. No entanto, por toda essa propaganda da Bahia, lida nos quatro cantos da terra, ele não cobrara mais do que os instantes de satisfação vividos nas pobres ruas da Sé ou na Ponta de Mont Serrat, da qual dissera, com amabilidade, que se sentiria feliz se pudesse fechar os olhos tendo diante de si alguma paisagem igual àquela. Não, Zweig não mais inebriará a alma de poeta ante algum panorama idêntico ao daquele divisado de Mont Serrat. Terá, porém direito à nossa gratidão e à simpatia daqueles que nele quiseram ver não o escritor mercenário que, na realidade, jamais terá existido, senão no julgamento impiedoso dos que não o compreenderam.

24 de fevereiro de 1942

AS DUAS CARAS DA GUERRA

Não há novidade em dizer-se que a guerra é insaciável. Sobre tal tema os literatos já esgotaram até todas as imagens. Devora homens, matérias-primas, riquezas. Principalmente consome dinheiro. Mas, se esse é o lado negro das guerras, o que traz a morte e a miséria para grandes massas humanas, também exhibe outro, que é justamente o seu oposto, acarretando lucros fabulosos para um número restrito de especuladores, industriais ou comerciantes, para os quais as guerras, longe de se apresentarem com esses aspectos horripilantes, aparecem como verdadeiros presentes do céu.

No entanto, os governos não tardaram de compreender quanto havia de injusto nessa disparidade. Enquanto uns eram sacrificados em tudo que tinham de mais caro, outros embora membros da mesma comunidade, valiam-se da desgraça geral para auferirem benefícios verdadeiramente fantásticos. Veio, então, o remédio. E, para atenuarem de certo modo esse desnível, criaram os chamados impostos sobre os lucros excessivos. Graças a isso os proventos demasiados, em vez de permanecerem no bolso de um grupo restrito de homens afortunados, revertem em benefício da coletividade.

Nos Estados Unidos, sob a denominação de *excess profit tax*, tais contribuições existem desde antes da entrada da América do Norte na conflagração mundial. É que, hoje, dada a interdependência existente entre as nações, tanto o lado bom como o lado mau das guerras, não se limitam apenas aos países em luta: estendem-se a todos os demais. Daí a Argentina, que nem sequer rompeu as suas relações diplomáticas com qualquer nação, já haver instituído o *impuesto sobre las ganancias excesivas*.

E nós? Por enquanto o governo não se resolveu a intervir no assunto, estabelecendo uma contribuição justa e progressiva sobre as atividades, que, sem maior esforço, mas simplesmente por causa da guerra, auferem ganhos muito acima dos normais. A própria reforma do imposto de renda não tratou da matéria. Será, porém, que a maioria da população brasileira, essa que se não conta entre os afortunados

beneficiários da guerra, ainda não sofre as conseqüências do conflito, que se aproxima cada dia mais das nossas portas? Não. Pelo contrário. A grande massa, a quase totalidade do país, sente fortemente os efeitos da triste hora que passa. A carestia, muitas vezes a fome, já bateu em milhares de lares, cujos proventos, cujos ordenados, já não bastam para viverem. E isso enquanto um pequeno número obtém lucros imprevistos e mirabolantes. Por que, então, e a exemplo do que fazem outros governos, não estabelecermos um sistema excepcional de tributação e que habilite o poder público não só a enfrentar as despesas decorrentes da situação anormal como a minorar as dificuldades de vida daqueles a quem a guerra, embora ainda distante, tem asfixiado?

O problema, parece-nos, é fácil de compreender. Fala à inteligência e ao coração. Pois, a bem dizer, nada nos induz ser justo que alguém, pelo simples fato de possuir tal máquina ou tal produto necessário à guerra, lamba-se de gosto com a desgraça geral, ganhando 50%, 100% ou 200%, enquanto a maioria da população – e até os orçamentos públicos – tremem desde a base até ao vértice sacudidos pela mesma desgraça, na qual todos devem ter o seu quinhão.

5 de março de 1942

A LIBERDADE NÃO FAZ MAL

Quando o mundo começou a sofrer a dor de cabeça dos regimes totalitários, apareceram logo alguns corifeus dessas concepções perniciosas para a dignidade humana e asoalharam que todo o mal estava na liberdade. Tudo quanto a humanidade padecia devia ter as suas origens nessas doutrinas que defendiam o direito de cada qual pensar e falar, escolhendo com o seu voto os dirigentes mais a seu gosto. Aqui mesmo no Brasil apareceram logo alguns bisonhos *condottieris*, talvez sonhando com glórias iguais às de Hitler e Mussolini e que fingiam acreditar que a salvação do país estava no fato de se cumprimentarem com o braço estendido ou organizarem um sistema de polícia e de delações idêntico ao de Himmler.

A verdade é que fizeram grande mal, pois muita gente que não estava satisfeita e não queria ter o trabalho de pensar, acreditou logo ter descoberto a pólvora. Vieram então as camisas, as tropas de choque, e tantas outras encenações teatrais, que fascinavam os basbaques. O resto já se sabe: se arrependimento matasse...

Mas, se a liberdade fazia mal em tempo de paz, em tempo de guerra nem seria bom falar. Parecia que só em lhe pronunciar o nome a nação se desagregaria. A guerra veio, porém, demonstrar o contrário, pois, tanto a Inglaterra como os Estados Unidos, não necessitavam de privar nenhum dos seus cidadãos do direito de falar e opinar quando oportuno. Na Câmara dos Comuns o debate permaneceu inteiramente livre e na América do Norte não há notícia de que alguém seja obrigado a pensar pela cabeça de outro ou que lhe seja proibido ouvir todos os rádios que deseje e tenha vontade.

Ainda agora, *Companion*, conhecida revista americana, acaba de publicar os seus quatorze "mandamentos para tempo de guerra" e que revelam o espírito com que e por que está lutando a grande nação continental. Correndo uma escala que vai desde aconselhar a necessidade de economizar-se papel, borracha, estanho, alimentos e roupas, até ao dever de cada qual capacitar-se de estar enfrentando um inimigo forte e

perigoso, esses “mandamentos” talvez nos fossem úteis. Aqui vai um deles: “Não veja espiões em cada esquina. Lembre-se que milhões de indivíduos com sangue alemão, italiano ou japonês ainda são leais americanos. Se suspeita de algum, não cochiche sobre ele; denuncie-o apenas reservadamente às autoridades”. E outro: “Mantenha-se em guarda contra os preconceitos raciais. Negros, Judeus, Chineses, Russos – povos de várias raças e credos estão lutando do nosso lado e participam do nosso amor pela liberdade”. Ambos mostram que a América não se deseja assustar com os espantalhos para daí entrar no caminho das perseguições tão ao sabor dos totalitários.

Bem mais expressivo, no entanto, dentre esses conselhos de *Companion* aos seus leitores, é este, que vai ao pé da letra: “Critique aberta e construtivamente, isto aqui é um país livre e nós estamos lutando para conservar as nossas liberdades – liberdade de palavra, liberdade de imprensa, liberdade de opinião. Criticar francamente o governo ajudará a nação a ganhar a guerra”. O conceito é consolador. Responde aos que vivem a apregoar o perigo imaginário da liberdade. E não só isso. Mostra também que mesmo nessas horas graves, ela, longe de fazer mal e embaraçar a boa marcha das administrações, facilita-a, tornando-se elemento integrante da vitória. Abre os largos e arejados caminhos, que somente podem existir nos países onde cada cidadão, em vez de ser a máquina a serviço do Estado tem a faculdade de falar, de escrever e de pensar livremente, sem peias e sem mordanças, trazendo de moto próprio o seu quinhão para o triunfo comum. É assim e por isso que luta a América, num eloqüente testemunho de que liberdade só faz mal aos que não a têm.

10 de março de 1942

A VOZ QUE NOS FALTA

A minha geração é aquela que começou a tomar acordo de si quase no fim da guerra passada. Nem por isso, no entanto, qualquer de nós deixa de ter bem nítida a lembrança de alguns desses históricos momentos vividos na infância. Quem se não lembrará da vibração que varria o país de norte a sul por ocasião dos célebres discursos de Rui contra os “novos hunos”? O verbo candente e profético sacudia o Brasil, agitava-o, e ninguém poderia permanecer indiferente.

Agora, porém, apesar de algumas demonstrações e manifestações patrióticas, não se derramou ainda pelo país nenhuma dessas ondas contagiosas de entusiasmo, como aconteceu nos dias de luta de 1914. Por quê? Será que o tempo vai amortecendo aquele antigo espírito brasileiro de paixão pelos grandes interesses coletivos? Naquele tempo, pelo menos na imaginação popular, isso que hoje chamamos quinta coluna, foi personificado no sagaz Lauro Muller, então no Ministério do Exterior. E foi tal a pressão exercida pela opinião pública, a imprensa, o parlamento, que não houve como mantê-lo no poder.

Aliás, já em 1921, falando de Castro Alves em São Paulo, e comparando a mocidade do tempo do poeta com aquela da época em que falava, Afrânio Peixoto teve ocasião de deixar cair esta frase: “Quem leia nos livros e jornais desse tempo a efervescência social de tal mocidade, direta e insistentemente imiscuída nos negócios públicos, agitando idéias e promovendo realizações, não pode, insensivelmente deixar de pensar na geração moderna, apática, indiferente, dizem alguns que apenas egoísta e utilitária. Por quê? Terá o Brasil mudado para pior?”

Não. Não é de crer que no fundo tenhamos mudado para pior. Mas, na realidade, talvez por influência de doutrinas perniciosas, trazendo consigo a falta de contato da opinião com os interesses coletivos e uma certa descrença em torno da utilidade da intervenção de cada qual nos debates públicos, é possível notar que não só a mocidade, como as próprias gerações chegadas à maturidade, voltam as costas às

mais graves questões referentes à coisa pública. É o que precisamos corrigir, reacendendo o nosso zelo, a nossa paixão por tudo quanto se refira ao Brasil. Abandonemos essa atitude de quem está narcotizado e alheio ao que se passa, ameaçando tudo o que é nosso, mas que bem poderá deixar de ser nosso se teirmos em permanecer nessa atitude mental e moral de indiferença. Já é hora de acordarmos. Até por que, em 1917, quando os acontecimentos chegaram ao pé em que estão, já o Brasil se transformara numa fogueira de exaltação patriótica. Fogueira sobre a qual a prudência do Sr. Venceslau Braz precisava atirar grandes baldes d'água, acalmando os ânimos, ao mesmo tempo em que se apoiava nessas demonstrações públicas para ouvir aquilo por que havia muito clamava Rui Barbosa, a voz que nos falta.

12 de março de 1942

O POETA E O POEMA

Falando-me há dias de Castro Alves e desejando dar-me uma idéia da atualidade da glória do poeta, Jorge Calmon contava-me as frases e as anotações de entusiasmo, que os leitores da Biblioteca Pública costumam deixar à margem dos exemplares das obras do autor de *Espumas Flutuantes*. Realmente, tudo quanto se refere ao cantor dos escravos, embora passados setenta anos sobre a sua morte, é sempre belo e sempre novo. É que nenhum de nós consegue fugir ao fascínio do maior dos poetas do Brasil. Morto aos vinte e quatro anos, amado pelas mulheres, aplaudido pelos contemporâneos, consagrado pela posteridade, Castro Alves, na sua rápida e luminosa trajetória pela vida, deixou atrás de si um clarão, que até hoje nos prende e emociona.

De mim, recordo-me bem da funda impressão sentida ao visitar as ruínas da casa da fazenda Santa Isabel, em Itabera, e onde, em busca de melhoras para a saúde já minada pelo mal que o mataria pouco depois, Castro Alves viveu alguns meses, datando daí "A Cachoeira de Paulo Afonso". Ali nada mais lembrava o gênio do poeta. Uma sacrílega caiação já apagara para sempre os versos, que, segundo a tradição, ele, nos intervalos dos acessos febris, escrevera nas alvas paredes da modesta casa de campo, toda cercada de varandas, de onde contemplara pela última vez as quietas e bucólicas tardes sertanejas. Éramos quatro: Afrânio Peixoto, Primitivo Moacir, Vanderlei Pinho e eu. Nenhum comunicou ao outro o que sentia, penetrando nas ruínas daquela casa abandonada, igual a tantas outras existentes no sertão, mas que para nós tinha a significação especial de haver abrigado o poeta em horas dolorosas de enfermidade e, talvez, de esperanças fugazes. Em silêncio, percorremos a modesta vivenda vazia. Dentro, a habitual divisão das pobres casas do interior. A sala da frente, a sala de jantar, dois quartos, e, ao fundo, a cozinha dando para um pequeno cercado de cabras, que constituíam o único vestígio de vida naquela habitação perdida no tabuleiro. Ali, nada mais recordava o Poeta. Mas, na verdade, tudo aquilo fazia que nos lembrássemos dele. E, correndo a

vista pelo largo horizonte, que daí se descortina, tendo como limites, ao nascente, a serra de Itaberaba e ao poente a do Orobó, cada qual talvez procurasse evocar a bela figura do poeta, movendo-se por entre aquelas paredes, agora sujas e nuas, e onde gravara os versos perdidos. Ao lado, próximo à casa, um desses rios secos do sertão. Antes, uma pequena árvore copada e verde, e era tudo quanto restava. Mas, das ruínas, parecia-nos ver surgir o gesto do Poeta, aquele gesto simpático e sedutor com que empolgou a sua geração. Aquele gesto de que hoje tanto precisaríamos para ouvi-lo – a ele o Poeta da Liberdade – cantar ainda uma vez:

... levantando a voz por sobre os montes
Liberdade, pergunto aos horizontes,
Quando enfim hás de vir?

Sugere-me estas notas a nova edição que Afrânio Peixoto, biógrafo, crítico e devoto do cantor, acaba de fazer do seu *Castro Alves, o poeta e o poema*, livro sempre novo e sempre belo, como é a própria vida de que nos fala enternecido e justo.

17 de março de 1942

GLÓRIA E MORTE DA CARICATURA

Quem daqui a vinte, trinta ou mais anos desejar recompor a fisionomia do Brasil na hora que vamos vivendo, encontrará um abundante manancial informativo através de estatísticas, publicações oficiais ou particulares. Contudo, e apesar disso, para sentir e compreender como o povo vai acompanhando e interpretando o que se passa, em todas as suas sutilezas e nuances, irá faltar ao escritor, que desejar recompor esse retrato um precioso elemento: a caricatura.

Realmente, quem não estará percebendo que de certo tempo para cá alguma coisa aconteceu e matou a verve dos nossos lápis, alguns tradicionais, e que tanto sabor davam aos jornais e às revistas? A verdade é que, gradativamente, seja por isso ou seja por aquilo, os humoristas da caricatura estão fenecendo no Brasil. Falta-lhes, talvez, o clima propício ao pleno desenvolvimento dessa forma de humor, uma das mais delicadas e sensíveis, e por isso mesmo incapaz de suportar qualquer restrição. No entanto, muitas vezes, um simples traço de lápis, algumas linhas e uma pequena legenda, explicam bem mais o estado de espírito coletivo em determinado momento do que uma dúzia de livros. Aliás, não é por outra razão que nenhum dos biógrafos, que hoje recompõem para o público vidas inteiras, jamais deixam de socorrer-se recolhendo depoimentos significativos que vão encontrar nos grandes mestres da caricatura.

Um exemplo bem nítido é o que acontece com a vida do nosso Segundo Reinado, já tão estudado e ainda com tanta coisa para se dizer. Quem, entretanto, poderia se abalarçar a reconstituir qualquer dos seus períodos sem correr às coleções das revistas humorísticas, que fizeram época, e até hoje nos explicam uma porção de coisas, facilitando-nos perceber o sentimento nacional em relação a tal ou qual fato? Qual o biógrafo que se proporia a analisar e escrever a vida de D. Pedro II sem primeiro informar-se do que nos legou o lápis irreverente e muitas vezes sarcástico de Ângelo Agostini, certamente o mais célebre de quantos no Brasil, manejeram a arte da caricatura, dando-lhe um prestígio, uma graça, um encan-

to, que tem atravessado gerações? Possivelmente nenhum. O seu lápis não diminuiu o Imperador. Mas, compreendemos melhor alguns dos seus aspectos, indo às páginas dessa *Revista Ilustrada* de que Agostini foi o diretor e tudo o mais. Desde as caricaturas, que nos mostram Sua Majestade perdido nos seus devaneios de astrônomo até aqueles que o apresentam como o "Pedro Banana", tudo isso nos proporciona algumas reflexões bem humanas sobre o monarca erudito e bom que ele foi. Agostini não o amesquinhou, mas informa-nos como o viram os brasileiros daquele tempo. Explica a História.

Também na República não foram poucos os caricaturistas, que conseguiram nomeada nacional. Bem perto de nós estão Raul J. Carlos, Seth, e alguns outros que em dois ou três traços expressivos nos dão conta, com felicidade e até fidelidade, de muita coisa acontecida nos primeiros quarenta anos na nossa República desaparecida. As grandes campanhas políticas, os acontecimentos sensacionais, dores e alegrias, tudo se poderá encontrar nas páginas antigas de *Carêta*, *O Malho* ou de *D. Quixote*. As duas primeiras, é verdade, ainda existem. Mas, já perderam bastante do sal antigo. Como que lhes faltou alguma coisa para continuarem a ser o que sempre haviam sido. E o público é o primeiro a compreender essa falta. Sente que a caricatura, que ainda desfrutava de tanto prestígio na América do Norte ou na Inglaterra, aqui perdeu o seu "it". Agonizou e morreu. Pertence ao passado, embora ninguém possa afirmar que não ressurgirá amanhã, para alegrar-se com o seu bom humor e facilitar as pesquisas dos que dela se valem para estudarem aspectos, fatos e homens de uma época.

19 de março de 1942

GUERRA SEM HERÓIS

As guerras sempre foram as ocasiões propícias para que o destino fizesse os seus heróis. Mas, para isso nem sempre escolhe os mais bravos ou os mais valentes, mas apenas aqueles que conseguem fazer nos campos de batalha aquilo que pelo imprevisto fere e choca a imaginação dos outros homens. Aliás, já o disse nas suas *Memórias* o Marechal Joffre, que, conta ele, perguntado um dia em que consistia a arte da guerra respondera que em fazer na guerra aquilo que pareceu impossível na paz. Realmente, assim é. Se tomarmos algum desses grandes generais que a História conheceu, veremos que os seus grandes feitos, aqueles que os imortalizaram, dependeram muito menos da bravura do que da inteligência – do gênio militar, se quiserem – e que lhes permitiu o arrojo de realizarem alguma coisa tida como impossível pelos seus contemporâneos. Não é por outra razão que até hoje admiramos Aníbal atravessando os Alpes, ou Alexandre vencendo o Hellesponto. Também Napoleão em Arcole, como em muitas outras ocasiões, consegue transformar numa realidade o que ninguém antes acreditaria senão como um delírio da imaginação. Assim, na Grande Guerra, Gallieni defendendo Paris ou Hindenburg dizimando os russos nos lagos Masurianos. E, para não esquecer um legítimo herói e guerreiro do nosso sangue, poderíamos lembrar o feito de Luiz Barbalho, cujo nome ainda se conserva no velho forte, ao realizar a épica retirada, a nossa “retirada dos dez mil”, vencendo do Rio Grande do Norte até a Bahia toda resistência oposta pelos holandeses.

Mas a verdade é que a guerra atual ainda não nos deu um desses heróis, cujo nome atravessasse os séculos. As grandes vitórias até agora verificadas constituíram apenas a execução de planos previamente traçados nos gabinetes do estado-maior, e por isso mesmo, não conseguem fazer que nos empolgemos pelos seus executores. São vitórias matemáticas e nelas apenas interveio a superioridade numérica em homens ou em armas. Nada, portanto para fascinar-nos, enchendo-nos de admiração ou respeito pelo engenho béli-

co, que somente encontra a sua oportunidade nos triunfos conquistados à beira dos abismos. Apenas uma exceção – e essa mesma ainda sujeita a novas provas – podemos divisar no defensor de Bataan, o general Douglas Mac Arthur. Após mais de dois anos de luta é a primeira vez que vemos um homem, nesta guerra, realizar alguma coisa imprevista e insuspeitada. Quando os japoneses derramam-se como as águas que venceram a represa, por todo o extremo oriente, apenas um chefe conseguiu mobilizar os seus exércitos, oferecendo uma resistência em que ninguém acreditava. Esse chefe é o general Mac Arthur, cuja frente, sem dúvida, já começa a ser cingida pela auréola do herói. Irá passar agora por uma prova bem mais áspera: a defesa da Austrália. E, se a vencer, bem poderá ser o homem escolhido pelo destino para ser o herói desta guerra sem heróis.

24 de março de 1942

A PRINCESA ISABEL

O livro que o Sr. Pedro Calmon acaba de publicar sobre a Princesa Isabel, a Redentora, merece ser estudado sob dois aspectos: o do escritor e o do historiador. É que ambas essas qualidades são marcantes na personalidade do autor.

Depois de escrever a biografia dos outros Bragança, únicos reis da América do Sul, desde o esperto D. João VI até ao filósofo D. Pedro II, o Sr. Pedro Calmon, que dispensa adjetivos, por sugestão do conde de Afonso Celso, é ele quem no-lo diz, completa a sua magnífica série de biografias reais dando-nos em tom justo e sóbrio o retrato da Princesa Isabel, que passou à História com este título digno de um coração de mulher – a Redentora. Custar-lhe-ia a Coroa, é verdade, mas vale bem mais a glória que nele se reflete, mais duradoura e mais cativante, do que o cetro perdido. Aliás, fixando esse episódio, tão conhecido e repetido, e por isso mesmo mais difícil de narrar sem enfado para o leitor, o autor, numa prova de elegância do seu pensamento, fá-lo lembrando uma ocorrência e uma frase de espírito, que bem se ajustam ao caso: “Uma vez madame de Maintenon perguntou a Louvois se respondia pela vida do Rei”, a quem aconselhara seguir para a guerra. “Pela vida não; respondo pela glória do Rei!”. E são essas pequenas coisas que fazem o encanto do escritor nesse livro em que, mais do que nas outras biografias a que nos referimos, se nota ter nele grande parte o coração.

É que, escrevendo sobre a Redentora, Pedro Calmon não poderia fugir à simpatia que, hoje, quando o tempo já nos dá perspectiva e faz compreender a injustiça de muitos ataques de que foi vítima, principalmente pela influência atribuída ao príncipe consorte, o conde d’Eu – “o francês”, como foi chamado desdenhosamente – nos inspira essa figura de mulher. Aliás, essa nota de simpatia humana é possível senti-la do princípio ao fim do livro. Contudo, não lhe prejudica a verdade histórica. Pelo contrário, torna-o mais belo e mais vivo, pois essa admiração do biógrafo para com o biografado constitui, sem dúvida, uma das condições essenciais aos livros desse gênero. Assim, contando-nos a vida de uma princesa,

que três vezes foi a Regente do Império, o autor jamais esquece a mulher, a esposa e a mãe, que, na sua simplicidade, dão o tom mais humano e real à existência narrada.

Mas, se na harmonia e na graça com que teceu as páginas do seu livro, o autor confirma os seus dotes de escritor. Na abundância e na exatidão das informações percebe-se logo o historiador erudito. Realmente, o conhecimento que tem e nos transmite Pedro Calmon sobre a vida de D. Isabel, assim como sobre todo o longo período da história brasileira em que transcorre, é o mais completo. Dá-nos não só os pormenores, as minúcias muitas vezes importantes para explicar algum acontecimento, como as largas interpretações dos fatos. Uma observação, porém, talvez mostre melhor ao leitor o cuidado e o carinho do autor nesse particular. Há cerca de um ano Pedro Calmon foi aos Estados Unidos. Viu – e contou-nos aqui em magnífica conferência – tudo que vêem os viajantes. Mas, viu também o que um historiador deveria ver. E assim é que não deixou de percorrer os manuscritos que, juntamente com a sua rica biblioteca, Oliveira Lima, em má hora, legou à Universidade Católica de Washington, onde encontrou informações inéditas, que agora põe em circulação.

Desse modo, em *A Princesa Isabel*, aliás sem surpresa para os leitores, aliam-se magnificamente o bom gosto do biógrafo e a probidade do historiador. Equivalem-se num livro que é ao mesmo tempo – e isso é raro – útil aos eruditos e encantador para os leigos.

1º de abril de 1942

UNIDADE

Unidade é o pequeno jornal da Associação dos Estudantes da Bahia. Creio não ter dia certo para sair e, por isso mesmo, é mais livre do que aqueles obrigados a circularem pontualmente. Se o deixam circular como quer, muito bem. Se não, poderá cerrar as portas para o silêncio, que vale como um protesto. Só isso já seria bastante para assegurar-lhe um lugar próprio. Mas, o essencial é ser um órgão escrito pela mocidade e para a mocidade.

E quem sabe do papel sempre desempenhado na história das lutas brasileiras pela liberdade por esses jornaizinhos das Academias, e que tanto em Olinda, em São Paulo e Recife foram as primeiras tribunas de futuros estadistas e líderes, que encheram o cenário nacional com as suas marcantes personalidades, não poderá deixar de regozijar-se, vendo aparecer e prosperar na Bahia um órgão da juventude acadêmica também dedicado aos grandes anseios de liberdade. É que se as vibrantes palavras de fé e de esperança, que enchem todo o jornal dos rapazes das faculdades baianas, nos chegassem através da pena de prolectos escritores, talvez ficássemos a pensar que os ideais nelas contidos apenas representassem o eco das gerações que já vão passando, mas já sem sonoridade e atrativo para aquelas mais novas e que dentro em pouco as virão substituir. Mas, se as notas feridas pelos clarins da mocidade das academias são as mesmas, que fizeram a glória e a grandeza de tantas gerações brasileiras, não se poderá duvidar de que o ideal continua vivo e atual. E, quando desaparecerem os que hoje o sustêm, outros aí estarão prontos para tomar-lhes o lugar, levando para frente o archote, que mais dia menos dia, iluminará o Brasil.

Assim, constituindo-se uma bela e forte trincheira a serviço do pensamento democrático, *unidade* segue a mesma diretriz, que lhe é ditada pela tradição da nossa imprensa acadêmica. É como se víssemos ressurgir, para a mesma batalha e com o mesmo *penache*, o velho *Echo de Olinda*, onde estudantes, que então se chamavam Nabuco de Araújo, Ângelo Ferraz ou Cansação de Sinimbu apresentavam as armas

para a magnífica jornada liberal. Ou a *Voz do Beberibe*, onde pontificava o jovem Souza Franco. De São Paulo poderíamos lembrar a *Tribuna Liberal* e o *Ypiranga*. Todos eles formam essa cadeia ininterrupta de jornais acadêmicos, que, servindo desinteressadamente a nobres ideais, também prepararam o caminho em cujo chão, ainda hoje, vemos os passos dos jovens jornalistas e futuros grandes homens. Que assim seja com o órgão dos estudantes baianos. Sirva aos ideais democráticos. Abrigue idéias generosas. E que os seus redatores, armando-se cavalheiros nas justas da imprensa estudantil, continuem pela vida afora lutando pela mesma causa, tolerantes e intransigentes, e certos de que as idéias e não os homens é que são realmente grandes.

4 de abril de 1942

UM CRONISTA DA BAHIA

Nenhum serviço melhor poderia prestar o Museu da Bahia do que esse que está realizando com a publicação da copiosa obra inédita ou esparsa de Silva Campos, o cronista da Bahia do nosso tempo. Reúne-a, divulga-a e resguarda-a. Esse, sem dúvida, é o alto sentido do que está fazendo aquele centro de cultura, iniciando as suas publicações com dois volumes inteiramente dedicados aos trabalhos do historiador baiano.

Depois do tomo inaugural sobre a história das procissões da Bahia, as antigas e tradicionais procissões, que, durante muito tempo, foram não só um dos divertimentos prediletos da cidade, como típica demonstração da sua fé, sobretudo no que tinham de cor local e até de pitoresco, publica-se agora o segundo volume contendo crônicas e artigos de Silva Campos, todas elas ligadas ao passado de nossa terra. É bem possível que, hoje, ainda não possamos formar um juízo exato quanto à importância e ao valor que terá, no futuro, quando se quiser reconstituir a fisionomia da Bahia antiga, a obra realizada por esse investigador paciente e honesto, que rebuscou arquivos, consultou livros e, mais do que isso, colheu e recolheu com carinho a tradição oral do nosso folclore. Muitas vezes, para nós, seus contemporâneos, as anotações chegarão mesmo a parecer demasiadas ou enfadonhas, pois muitas delas ainda estão presentes às nossas lembranças. Entretanto, à medida que elas se forem perdendo, avultará o trabalho que fez com tanta dedicação esse amigo da Bahia. Será então o momento em que os estudiosos irão correr às páginas de Silva Campos como uma fonte abundante e inesgotável de informações indispensáveis para poderem recompor o retrato dessa Bahia histórica típica, e que aos poucos vai desaparecendo com a extinção de muitas das suas tradições a começar pelo caboclo do "Dois de Julho" até os ternos de Reis, hoje já tão deturpados na sua fisionomia antiga.

Sob esse aspecto cremos poder afirmar – ou pelo menos prever – que o trabalho efetuado por Silva Campos virá ocupar lugar igual ao que têm hoje em nossas letras as "Car-

tas” de Vilhena, o cronista do fim do século XVIII, e sem o qual seria impossível darmos qualquer passo na evocação da Bahia daquele tempo. No entanto, somente muito tempo depois de escritas, é que foram notadas essas “Cartas”, que os contemporâneos não haviam tido em maior estima. Felizmente, porém, não foi preciso tanto tempo para que aparecesse quem compreendesse o alcance e o mérito do que deixou escrito esse original cronista baiano, que parece ter trabalhado mais para a posteridade do que para o seu tempo.

Não seria, portanto, necessário dizer mais para que se tenha uma idéia da benemerência existente nessa obra realizada pelo Museu da Bahia, que preserva com sabedoria trabalhos valiosos para a nossa história. Cabe, porém, aqui não sabemos se um apelo ou um reparo. Pouco antes de morrer, Silva Campos fora incumbido pelo município de Ilhéus de escrever a sua história. Dedicou-se ao trabalho com a probidade que lhe era peculiar. Até com paixão. E, depois de um esforço considerável, tendo consultado milhares de documentos e centenas de livros e monografias, pôde escrever uma história completa da antiga Capitania até aos nossos dias. Terminou-a, contudo em má hora. Uma tempestade política local fizera mudar a direção do município e Silva Campos começou a encontrar mil obstáculos para o cumprimento do contrato e edição do trabalho. Acabou, se não há engano, por confiá-lo a uma repartição pública do Estado e, depois de algum tempo, não houve mais notícia dos originais. Estavam perdidos, declarou-se. E a morte do autor veio completar o esquecimento. Por que não tomará o Museu da Bahia a iniciativa de procurar e desenterrar o manuscrito de Silva Campos? Se Ilhéus já se não interessa pela publicação, poderá ele tomar a si a tarefa de editá-lo, prestando agora esse serviço além dos que já prestou com os volumes até agora divulgados e que serão, sobretudo no futuro, manancial farto de informações deixadas por esse cronista que amou a história da sua terra.

11 de abril de 1942

O BRASIL E O PAN-AMERICANISMO

O dia de hoje, dedicado às comemorações pan-americanas, parece próprio para relembrar-se através da História, a posição do Brasil em face desse ideal, que, há mais de um século, anima e aquece os corações dos homens livres da América.

Podemo-lo fazer com orgulho. Outros, pelas contingências dos acontecimentos ou pela sua grandeza, terão, talvez, mais serviços à causa do pan-americanismo. Nenhum, porém, em todo esse extenso curso da História, terá sido mais fiel e mais decidido do que nós. Somos da primeira hora. A idéia, que hoje se afirma vitoriosa sobre todo o Continente, não era ainda senão uma aspiração de êxito duvidoso quando, na época mesma da nossa independência o presidente Monroe anunciava ao mundo a decisão dos Estados Unidos de não permitirem a intervenção da Europa nos negócios das fracas e jovens nações americanas. Não demoramos em ouvir o chamado. E, mal se conhecia a mensagem do presidente norte-americano, logo o Brasil propunha a formação de uma aliança ofensiva e defensiva na base dos princípios contidos na mensagem. Circunstâncias alheias à nossa vontade fizeram que se não realizasse a sugestão brasileira. Demonstrava-se, no entanto, de maneira categórica, a orientação do espírito brasileiro. Dele não nos desviamos jamais. E, hoje, quando em todas as repúblicas americanas, vencidas antigas prevenções, que espíritos mesquinhos fomentavam dizendo ser a união de qualquer país latino-americano com os Estados Unidos a reprodução do entendimento entre a panela de barro e a de ferro narrada na fábula de La Fontaine, festeja-se o Dia do Pan-Americano, podemos ter a certeza de haver servido com constância e dedicação aos ideais de Bolívar e de Monroe.

É verdade que, muitas vezes, principalmente durante o Império, as diferenças políticas existentes entre o Brasil monárquico e as demais repúblicas sul-americanas foram causa de sermos mal compreendidos e mal vistos. Os caudilhos olhavam com desconfiança para o cetro de D. Pedro II. Mas, apesar disso, jamais deixamos de pregar e afirmar os mesmos

sentimentos de confraternização continental. Depois veio a República. Seria a consolidação, no Brasil, do pan-americanismo. Defenderam-no os seus estadistas. E, dentre estes, é justo destacar os nomes de Rio Branco, Rodrigues Alves e Joaquim Nabuco.

Marchávamos então para a formação da opinião pública americana, que Joaquim Nabuco nestas palavras antevira como o fundamento decisivo do ideal hoje celebrado: "Uma opinião pública americana polirá à maior perfeição as instituições públicas dos Estados Americanos, mas essa opinião está ainda em formação. A sua fase inicial ou preparatória será a publicidade continental; publicidade, não só desimpedida mas desapaixonada, clara e verdadeira, começando com a inviolável liberdade da imprensa. Quando essa opinião chegar a seu completo desenvolvimento, fazer parte da União das Repúblicas Americanas importa imunidade para cada uma delas, não só de conquistas estrangeiras, mas também de governo de arbítrio e suspensão da liberdade pública e individual". Dessa lição não desertamos. A ela somos fiéis, certos de que nos conduzirá à vitória por que lutam os povos livres da América.

14 de abril de 1942

ISTO É DEMOCRACIA

Mesmo entre os grandes homens não será difícil verificar-se que enquanto uns participam da História, tornando-a mais ou menos interessante, outros conduzem a própria História. Estes são os que conseguem se sobrepor aos acontecimentos, dando-lhes novos rumos e perspectivas. Com o vigor da sua personalidade e a força da sua vontade realizam o milagre de desviar o curso do destino, abrindo à humanidade caminhos imprevistos e que sem eles pareceriam impossíveis.

Neste caso está Franklin Roosevelt, cujo título, o seu grande título, não é o de ser presidente da maior democracia do mundo, mas o de ser tornado, pela decisão das atitudes e pela fé imanente nas suas palavras, o líder mundial da liberdade, o homem em cuja ação repousa, não apenas a confiança dos seus compatriotas, mas a esperança de milhões de seres humanos, que têm sede e fome de liberdade.

Tem por isso toda a oportunidade a publicação, em português, de trechos seletos desse campeão das liberdades humanas, e agora reunidos sob o título de *Nossa Democracia em Ação*. Recolhidos com inteligência, os conceitos de Franklin Roosevelt sobre a forma democrática de governo valem nesta hora de dúvidas, hesitações e conversações, como um verdadeiro catecismo, levando a todas as consciências, a todos os corações, a todos os lares do Brasil um raio claro de esperança e de fé.

É que nesse pequeno livro, que não chega a ter duzentas páginas, condensa-se toda a filosofia do estadista insigne, do cidadão e do homem, cuja vida e cujo esforço representam um labor ininterrupto em favor da disseminação e da vitória das idéias democráticas. Falando aos seus concidadãos ou aos estrangeiros, que de todo o mundo têm nesses dez anos últimos acorrido a Washington para ouvir-lhe a palavra calorosa de democrata, fazendo-se ouvir nas grandes solenidades norte-americanas ou em pequenos círculos culturais, a palavra do homem de convicções profundas jamais perde o mesmo tom de firmeza, de coragem, de decisão e de confiança na pregação do ideal a que consagrou a existência tor-

mentosa. De 1932 – quando teve de enfrentar a mais grave crise econômica da história do seu país – até 1942, em face da luta gigantesca em que se depara a América, as suas orações conservam a unidade perfeita de idéias e de fins, que somente podem ter aqueles que não vivem ao sabor do vento das oportunidades.

E, para dar ao leitor uma idéia desse livro de Franklin Roosevelt, não o poderíamos fazer de maneira melhor do que transcrevendo-lhe as palavras iniciais, lúcida e vigorosa lição sobre o que seja, na realidade, essa forma de governo e de vida:

“A salvaguarda do sistema da democracia representativa está baseada, em última análise, em dois princípios essenciais:

1º) que em períodos freqüentes os eleitores devam escolher novo Congresso e novo presidente e,

2º) que esta escolha deva ser feita livremente, isto é, sem quaisquer influências indevidas, favoráveis ou contrárias sobre a expressão da opinião pessoal e sincera do eleitor.

Essa é, afinal, a maior diferença entre o que nós sabemos ser a democracia e aquelas outras formas de governo que, apesar de nos parecerem novas, são essencialmente velhas, pois revertem aos sistemas de poder concentrado e que se perpetua, contra os quais o sistema democrático representativo foi lançado com êxito há vários séculos”.

Isto é que se chama democracia.

16 de abril de 1942

COMÉDIA INTERNACIONAL

Não é, certamente, nos campos de batalha que os acontecimentos internacionais, mau grado o malogro das tentativas alemãs contra as tropas soviéticas, têm presentemente o seu ponto mais alto, ou, pelo menos, mais interessante para a análise. Atualmente o grande fato é a revivescência das célebres reivindicações italianas sobre territórios franceses, e que, depois de um estágio de calma, voltaram a ser postas no cartaz pela imprensa do Duce.

Ninguém, no entanto, por menos perspicaz, seria capaz de acreditar que se trata de uma livre atitude dos fascistas italianos, até por que há muito que Hitler já negou ao seu parceiro do Eixo Roma-Berlim o direito de deliberar. Constitui, sim, uma simples farsa destinada a facilitar o jogo interno de Laval, fornecendo-lhe motivos e argumentos para entregar a esquadra francesa à Alemanha. Seria o preço da Córsega, Tunísia e Nice.

Impossibilitado pela opinião pública francesa de levar até as últimas conseqüências o seu desejo de colaboração com a tradicional inimiga dos povos franceses, Laval precisa de razões que o justifiquem numa deliberação de tal gravidade e que tanto repugna aos seus compatriotas. Mas, por que não havia Hitler, senhor de barão e cutelo de todos os povos ocupados e também da Itália, de fornecer-lhe os elementos de que precisa para, falando em nome de supremos interesses territoriais da velha Gália, fingir uma transação necessária abrindo mão da esquadra em troca da intervenção alemã em favor da França e contra as pretensões italianas? É essa a comédia, que se está representando no palco da imprensa manejada pelo ditador germânico. Os jornais italianos estão, agora, representando o papel que lhes cabe na partitura. Replicarão os franceses. Os ânimos ficarão exaltados. Depois, como feliz mediador, Hitler intervirá com o seu prestígio. Fará calarem-se os italianos. Dará à França as necessárias garantias sobre a conservação do seu domínio nos territórios ambicionados pelo Duce. E, então, como um corretor que recebe a sua comissão, corretor esperto e forte, Hitler tomará desde-

nhosamente com ar de pouco caso, o quinhão de direito: a esquadra. Poderão os franceses revoltar-se contra Laval? Não terá ele explicado aos seus compatriotas “que era indispensável”, mais valendo ceder-se alguns couraçados e cruzadores do que perder para a Itália os territórios contestados?

A farsa é hábil. Manejando os dois fantoches, que se chamam Laval e Mussolini, Hitler, afinal, será o único vencedor ao cair do pano no fecho dessa comédia dolorosa e triste, que os traidores da França estão ensaiando com cinismo para deterem o poder, que lhes mancha a honra, mas reafirma velhas tradições de torpeza.

21 de abril de 1942

A PRESSA DOS MOÇOS

Falando da infância do seu herói, conta-nos Maurois, em *A vida de Disraeli*, os temores do velho Isaac Disraeli pela sorte dos rapazes sôfregos pela realização de carreiras brilhantes.

Não teria, no entanto, esses receios quem acompanhasse a ascensão do nosso segundo Rio Branco. É verdade, que talvez malevolamente, muito se disse sobre ser o famoso chanceler um filho venturoso do Destino, que o brindara com uma trajetória muito acima dos seus méritos. Nada, porém, menos exato do que isso. Longe de uma vitória do acaso, o triunfo de Rio Branco é, essencialmente, a paciente conquista de um esforço continuado e tenaz de quem se preparara lentamente para o obter. Teve, sim, a oportunidade. Mas, de que lhe valeria tal oportunidade se não estivesse aparelhado para transformá-la em êxitos sucessivos nas causas do Brasil que defendeu? Durante mais de vinte anos, José Maria da Silva Paranhos, que a Princesa Isabel agalardoaria com o título de barão do Rio Branco, aprestara-se ignorado do grande público. Aproveitara a longa permanência na Europa, no seu modesto consulado de Liverpool, para pesquisar nos fartos arquivos europeus os documentos relativos ao Brasil, cujo conhecimento lhe valeria, pois lhe proporcionaram os elementos das suas futuras vitórias.

Poucos acreditariam que tais estudos de Rio Branco lhe serviriam algum dia. Contudo, proclamada a República, e vindo à tona a antiga questão das Missões, soaria a hora do "nume tutelar das nossas fronteiras". A vitória obtida com o laudo do presidente Grover Cleveland seria a pedra de toque da capacidade do diplomata, do historiador e do geógrafo, que se reuniam em Rio Branco. Depois viria o Amapá. E dez anos à frente do nosso Ministério das Relações Exteriores, entre triunfos consecutivos, completariam a auréola de imortalidade do antigo cônsul brasileiro em Liverpool.

Deslumbrados, no entanto, por essa glória refulgente, raros são os que se detêm para recordar os vinte anos de trabalho obscuro e tenaz de Rio Branco. São eles, porém, que

fazem da vitória do chanceler um alto exemplo, descoroçoando os que crêem nos êxitos fáceis. E isso se vê a cada passo nesse livro simples e despretensioso, que sob o título de *Reminiscências do Barão do Rio Branco* acaba de publicar um dos filhos do preclaro vencedor das nossas disputas internacionais de fronteiras.

Aliás, a alguém que lhe perguntara um dia sobre quais os atributos mais necessários à personalidade humana, respondera Rio Branco sem vacilações, falando pela própria experiência: “É a paciência, que se chama também resignação”. Assim compreende-se por que o Destino seria tão amigo desse homem extraordinário, cujo exemplo deve ser guardado pelas gerações mais moças, hoje em regra tão impacientes como aqueles por cujo futuro temia Isaac Disraeli.

30 de abril de 1942

DO FUNDO DA NOITE

“É o livro mais terrível, sensacional e maravilhoso que já li neste século.” Com estas palavras, calorosas e entusiasmadas, traduziu o presidente Roosevelt a sua impressão sobre o livro de Jan Valtin – *Do fundo da noite*. Certamente não se poderia dizer mais de algum trabalho do gênero do emocionante depoimento escrito pelo agitador alemão, que para sobreviver à sanha dos seus perseguidores de Moscou e Berlim, se esconde sob o pseudônimo de Jan Valtin. O importante, porém, é que, ao chegar-se à última linha desse alentado volume de oitocentas páginas, não se tem a impressão de haver demasia nas impressionantes referências de Franklin Roosevelt.

Prendendo o leitor do princípio ao fim, o autor narra de tal modo a sua existência inquieta, que se não tem tempo de sentir fadiga ante a extensão do livro. Às vezes cruel, brutal na maneira de expor os fatos e os momentos culminantes de uma vida singular, Jan Valtin traçou um dos mais emocionantes resumos desses dez anos, que vão de 1923 a 1933, e durante os quais comunistas e nazistas disputaram na Alemanha, através de lutas ásperas e sangrentas, a posse do poder, que iria cair nas mãos de Hitler. E, lendo-o, compreende-se melhor alguns dos motivos pelos quais o nacional-socialismo conseguiu esmagar a república democrática de Weimar e impor à nação alemã o seu regime de terror. É que a vitória de Hitler foi, em grande parte, uma consequência da tácita aliança formada entre comunistas e nacionais socialistas para o aniquilamento das agremiações democráticas alemãs, que viriam a sucumbir sob o peso dos dois inimigos, que se davam as mãos para um objetivo comum e de resultados tão dolorosos e nefastos, não só para os democratas, como para os próprios comunistas, que haviam feito o jogo de Hitler.

Assim, enquanto se desenvolve o drama pessoal do autor, membro da famosa GPU, mais tarde prisioneiro da Gestapo, condenado político, e, finalmente, incorporado ao próprio serviço de espionagem internacional da Gestapo, é possível acompanhar as profundas convulsões verificadas na Alemanha do tempo de Hindenburgo, e que viriam a reper-

cutir de maneira tão sangrenta na história da humanidade. E acompanhá-las através da ação implacável das duas organizações político-policiais mais brutais que se possa imaginar e cujos métodos de ação o autor revela com uma crueza impressionante.

Seria impossível condensar num pequeno artigo tudo o que vai por essa longa autobiografia, onde o sofrimento, a bravura e a emoção se entrelaçam do começo ao fim.

9 de maio de 1942

O 13 DE MAIO

Num país de inúmeros feriados e "facultativos" como o nosso é bem possível que seja um tanto impertinente pleitear-se qualquer aumento nesses dias de descanso.

No entanto, apesar disso, ainda me animaria a fazer a defesa do nosso 13 de Maio, que até alguns anos atrás, era considerado data nacional e obrigada a comemorações cívicas, lembrando a abolição da escravatura. Agora os feriados são outros. E o dia da abolição parece ter ficado num plano secundário. É injusto, parece-me. Questão de simpatia. Realmente, dentre as datas brasileiras celebradas com as honras de um feriado poucas terão a significação do 13 de Maio, que faz recordar não só o dia em que a Princesa Isabel colocou a sua assinatura na lei Áurea, mas também toda a memorável campanha abolicionista, a maior, a mais popular e a mais bela de todas as campanhas nacionais. E é, principalmente, este aspecto que dá a medida de grandeza da conquista social realizada com a abolição.

Na história do Brasil talvez não haja, se considerado através desse prisma de movimento, episódio comparável ao da libertação dos escravos. Durante dez anos, para não falarmos em tentativas esparsas e anteriores, a idéia da abolição sacudia a nação, agitando-a em torno de um debate apaixonado. E aos poucos, crescendo aqui e acolá, fazendo prosélitos do norte ao sul do país, o pensamento abolicionista transformar-se-ia numa torrente invencível. Conquistaria a mocidade das academias e a juventude dos partidos políticos, deixando de ser um caso partidário para tornar-se um invencível movimento de opinião no qual se davam as mãos, liberais, conservadores e republicanos. A própria família Imperial não esconderia as suas simpatias pela causa generosa. E as maiores inteligências do Brasil se colocariam ao serviço da libertação das senzalas. Numa atitude, que poderíamos, talvez, chamar de romântica vemos desfilar nesses dez anos de luta a melhor eloqüência brasileira. Os seus grandes líderes são Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, Jerônimo Sodré, José do Patrocínio, Gusmão Lobo, para citar apenas alguns dentre

os maiores. Pela palavra, pregando com tenacidade e desinteresse os ideais por que se batiam, eles haveriam de acabar ganhando para a causa abolicionista os aplausos da nação, ou pelo menos o seu sentimento. Preparavam assim os terrenos para que pudéssemos realizar festivamente, entre flores, aquilo que a outros povos custara imensos sacrifícios. E o "13 de Maio" viria como o epílogo natural e esperado de uma jornada épica, cheia de lances emocionantes e eloqüentes. Assim a abolição como movimento nacional de opinião, teria um lugar singular na história brasileira.

A República e a própria Independência, sob esse aspecto de conquista da opinião pública para uma idéia, não podem ser comparadas à Abolição.

Por que, então, não sagramos com um feriado, que faça recordar a mais bela das campanhas nacionais, o nosso 13 de Maio?

12 de maio de 1942

O TÚMULO DE CASTRO ALVES

Há alguns anos o Sr. Carlos Chiáchio iniciara, por intermédio de um movimento visando dar-se a Castro Alves o túmulo que falta até hoje ao poeta do Brasil. É que, mesmo depois de morto, os maus fados teimaram em perseguir o cantor, negando-lhe o pedaço de chão em que possa repousar solitário na sua imensa glória, e Castro Alves, o maior dos poetas brasileiros, apenas encontrara, para o seu sono eterno, o recanto, dado por empréstimo de um mausoléu alheio.

Entretanto a idéia generosa de Carlos Chiáchio não conseguiu transformar-se em realidade. E Castro Alves continuou sem o monumento funerário a que tem direito. Hoje a sugestão feita há anos volta a agitar-se. Retoma-a com o mesmo ardor e a mesma dedicação, o próprio Sr. Carlos Chiáchio, desta feita com o concurso de *Dom Casmurro*, jornal literário de repercussão nacional, e que resolveu emprestar o seu apoio à construção do mausoléu de Castro Alves.

Felizmente, porém, a idéia renasce vigorosa. Já ecoou na capital do país e é de crer que nada mais consiga detê-la em meio do caminho. Castro Alves terá o seu túmulo. O túmulo, que merece e que a Bahia lhe deve. E será tanto maior e mais expressivo quanto maior for o número dos que queiram concorrer com o seu óbolo, por mais modesto que seja, uma simples pedra, e que somada às outras, vindas de todos os recantos do Brasil onde haja um admirador do poeta dos Escravos, servirá para dar ao túmulo de Castro Alves o cunho de uma verdadeira sagração nacional.

Desmentiremos assim aqueles versos amargurados, que escreveu:

Sinto que do viver me extingue a lampa...
Resta-me agora por futuro – a terra,
Por glória o nada, por amor – a campa...

E isso para dar vida e realidade a este outro sonho do poeta:

O futuro... o futuro... no seu seio...
Entre louros e benções dorme a glória!

Portanto, que ninguém negue o seu apoio e o seu
concurso para dar-se a Castro Alves o mausoléu que falta.

14 de maio de 1942

O ÁLCOOL MOTOR

Depois de um período, há anos atrás, em que andou nos píncaros da lua, o álcool motor voltou a um relativo esquecimento. Fosse por isso ou aquilo, razões que não cabe agora examinar, começaram a circular várias versões sobre os seus inconvenientes. Falou-se que ressecava os motores, transmitia menor força, etc. etc. O certo é que depois disso os automobilistas começaram até a reclamar a percentagem de álcool obrigatoriamente adicionada à gasolina. Encerram-se assim as tentativas de introduzir em maior escala o combustível nacional.

Agora, no entanto, parece chegada a hora de voltar-se novamente, de bom ou mau grado, ao combustível produzido pela cana-de-açúcar. Já há quem o esteja usando, em face da crise atual de gasolina, em mistura com proporção de 50%, sem que daí tenha advindo qualquer dano ao perfeito funcionamento dos motores. Entretanto, os que assim agem fazem-no por conta própria e de maneira mais ou menos empírica, sem atender a quaisquer dos requisitos técnicos necessários à queima desse combustível.

Por que não cogitará, porém, o governo de divulgar as instruções indispensáveis à utilização do álcool motor? A adoção de tal medida, além de favorecer grandemente a maior economia de gasolina, objetivo em que está empenhado, evitaria, principalmente, a desmoralização do álcool motor. E este é mesmo o ponto primacial da questão. Realmente continuando como está sendo feita a utilização do combustível nacional, sem obedecer a regras técnicas, tanto na proporção da mistura com a gasolina como na adaptação dos motores a um combustível diverso daquele previsto na ocasião em que foram construídos, a conseqüência inevitável será o aparecimento de falhas e reclamações, que serão imputadas, não a esses erros técnicos, mas à má qualidade do combustível. E é isso que deve ser evitado.

No entanto, não o será se o governo ou algum outro órgão da administração, não tomar a si, e sem perda de tempo, a iniciativa de difundir todos os conhecimentos ne-

cessários à adoção do álcool motor, impedindo a sua desmoralização ao mesmo tempo que poderá conquistar todos os adeptos para uma campanha que visaria suprir, em grande parte, a falta de gasolina e até os inconvenientes decorrentes da situação criada em face do parco racionamento imposto pelas circunstâncias. A sugestão é barata. E, quando existe um extenso sistema de propaganda como o atual, não será coisa de assustar ninguém.

19 de maio de 1942

ASAS DO BRASIL

No quadro geral da guerra, o episódio que se acaba de verificar nas costas brasileiras e do qual resultou o afundamento de, pelo menos, um submarino das forças agressoras do Eixo não terá, talvez maior significação. Mas, para o Brasil, é um grande feito, menos pelo seu aspecto material, do que seu significado moral.

É que, abatendo um dos instrumentos da insídia nazista cuja missão está em violar o mais legítimo direito de nossa navegação, não só desagrava os insultos feitos à dignidade nacional, como nos dá uma redobrada confiança nas possibilidades e no preparo de nossas forças militares. Realmente, o fato vem demonstrar da maneira mais cabal que as jovens forças aéreas do Brasil já contam no seu corpo com homens em que à bravura, aliás tradicional em nossos soldados, se alia o preparo técnico indispensável às guerras do nosso tempo. E essa, para nós, é uma das faces mais importantes do que acaba de ser realizado de maneira tão eficiente.

Sobretudo por que, em regra, por um defeito que é muito nosso, costumamos ser os primeiros a não acreditar em nós mesmos, duvidando do que somos capazes e até do que temos feito, e o demonstram de modo irrefragável as páginas da história militar do Brasil. Envolvemo-nos freqüentemente num amargo e nocivo pessimismo quando tratamos de falar do que é nosso. E é justamente isso que vem pôr por terra quanto acabam de realizar com denodo e perícia os aviadores brasileiros empenhados na fiscalização e na segurança das nossas águas. Elevaram-se à mesma altura em que sempre estiveram, nos momentos precisos, os que os antecederam na responsabilidade de serem os guardas de nossa soberania e de nossa honra.

Aplaudamos, portanto, o feito de agora. Vale como um auspicioso indício, para dizer-nos que a gente de hoje é bem digna das gerações de ontem. No passado tivemos bravos soldados e marinheiros que por mais de uma vez, em todas as circunstâncias, honraram, até com os maiores sacrifícios, as ordens recebidas de um Caxias ou de um Tamandaré. Hoje te-

mos também, valentes aviadores, que singram os nossos céus prontos para repelirem, com maestria e bravura, qualquer tentativa destinada a violar os direitos do Brasil. Honra aos valentes navegadores do ar.

30 de maio de 1942

MÉDICOS E EDUCADORES

Sob este título – *Médicos e Educadores* – acaba o professor Clementino Fraga de reunir num pequeno volume algumas conferências e discursos proferidos sobre vultos ilustres da medicina nacional e que, aos labores de médicos, ainda juntaram os de educadores.

Das seis figuras de que nos fala, com tanta simpatia e justiça, três delas são de baianos: Carneiro Ribeiro, Francisco de Castro e Pacífico Pereira. Cada qual deles seria bastante, por si só, para honrar uma geração. Que se não dirá de uma época que produz, ao mesmo tempo, além de outras, três individualidades do porte das acima mencionadas? O fato deve ser assinalado. Serve para nos dar, a nós baianos, nítida consciência das responsabilidades que nos tocam para manter essa flama de inteligência, de cultura e de caráter, orgulho de nossa terra. Bem avisado, portanto andou o professor Clementino Fraga ao entregar à publicidade os perfis desses varões ilustres de que é, hoje, um dos mais lídimos continuadores. Divulga, assim, para as novas gerações, o testemunho e a admiração do discípulo.

Não cremos, entretanto, estar enganados ao dizer que nessa obra meritória, tanto pela forma como pelo sentimento, é possível perceber que dos três conterrâneos de que fala, nenhum impressionou mais o autor do que Carneiro Ribeiro. Embora não faltem calor e entusiasmo nas páginas dedicadas a Francisco de Castro, o grande mestre da linguagem e da medicina, ou aqueles em que trata de Pacífico Pereira, exemplo de dedicação à ciência e às grandes causas coletivas, é, principalmente, ao dizer-nos de Carneiro Ribeiro que mais comovida se mostra a alma do autor. Ficou-lhe indelével a lembrança do convívio com o mestre. Conservou-a envolta numa auréola de carinho e admiração. E, ao no-la transmitir, volvidos tantos anos, ainda aparece encimada pelo mesmo halo de entusiasmo em que se deve ter formado e crescido, para viver como uma dessas recordações que o tempo jamais consegue esmaecer. As palavras surgem cálidas, vibrantes, ressumando o mais puro sentimento. E a cada trecho é pos-

CLEMENTINO FRAGA
DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

MEDICOS EDUCADORES

CARNEIRO RIBEIRO
FRANCISCO DE CASTRO
OSVALDO CRUZ
PACÍFICO PEREIRA
AZEVEDO SODRÉ
MIGUEL COUTO



A NOITE EDITORA * RIO DE JANEIRO

sível compreender que traduzem, não apenas a admiração, que nasceu de um conhecimento feito através dos livros ou de ligeira convivência, mas alguma coisa de mais profundo, mais íntimo, e que aflui aos borbotões à pena do escritor ou à boca do orador, que fala, não pelo presente, mas por um passado que vive nele inapagável. Isso nos faz compreender melhor o mestre, que assim se estampou na memória do discípulo. E também o discípulo que assim paga – não com elogios, pois seria banal e avaro – com palavras cheias de unção, de carinho e de reconhecimento às lições em que foi tão pródigo e tão feliz o extraordinário educador de tantas gerações ilustres da Bahia.

23 de junho de 1942

DIA DOS ESTADOS UNIDOS

São velhas e boas as relações existentes entre o Brasil e os Estados Unidos. Vão perder-se no segundo ano de nossa existência como nação independente quando, em 1823, ao ter notícia da mensagem do presidente Monroe, base da doutrina que lhe imortalizou o nome, o Brasil propunha ao governo norte-americano a formação de uma aliança ofensiva e defensiva para a defesa da América Latina. Entretanto, nesses cento e dezenove anos de ininterrupta cordialidade, jamais a data magna da história dos Estados Unidos – o *Independence Day* – que hoje se celebra festivamente em toda a América, teve a significação de agora.

É que, ao nos associarmos ao júbilo dos filhos da livre pátria de Washington pela passagem do dia que marca a emancipação dos anglo-saxônios do Novo Mundo, não festejamos apenas uma data, que assinala o primeiro grito de liberdade no continente, mas valemo-nos de uma feliz oportunidade para testemunhar a nossa confiança e nossa esperança em que, na luta presente da humanidade, não perecerão os altos ideais por que se batem os descendentes dos pioneiros da *May Flower*. Fiéis às nossas tradições, comungamos das mesmas idéias, que animam na hora atual as energias norte-americanas.

De certa feita, falando em Washington, ao celebrar-se o centenário de Lincoln, Joaquim Nabuco, então nosso embaixador junto à Casa Branca, assim resumiu o destino comum da maior nação da América do Norte e da maior nação da América do Sul: “temos fatalmente que formar convosco uma unidade política moral e homem nenhum depois de Washington, fez mais que Lincoln para revigorar o magneto que nos atrai para vós. A liberdade americana criou-a Washington; Lincoln purificou-a”. É esse destino comum, essa unidade entre as duas novas e fortes nacionalidades, que cada vez mais, se integra na consciência coletiva dos dois povos. O que alguns anos atrás era apenas o sonho e o desejo dos estadistas de larga visão, que bem compreendiam o imperativo da aproximação dos Estados Unidos e do Brasil para a paz do

mundo e sobrevivência dos sentimentos e dos ideais de nossa civilização, raia hoje como aspiração nacional das duas coletividades. A semente lançada por vultos eminentes das duas pátrias desabrocha na hora oportuna.

Fecunda-a, se não a adversidade, pelo menos a incerteza dos dias que passamos e esse é o melhor penhor de solidez dos laços que nos unem aos Estados Unidos: somos amigos das horas más.

4 de julho de 1942

CONCÓRDIA NACIONAL

Depois de cinco anos de exílio – o tempo passa depressa – o Sr. Flores da Cunha resolveu entregar-se voluntariamente às autoridades brasileiras a fim de, segundo informam os telegramas, cumprir a pena que lhe fora imposta, num momento de infortúnio político, pelo Tribunal de Segurança.

A atitude do famoso caudilho gaúcho, que durante tantos anos dividiu entre os debates parlamentares e as lutas militares dos pampas as suas atividades de homem público, não pode deixar de sugerir múltiplos comentários, uns benévols, outros menos lisonjeiros. O certo, porém, é que a resolução agora tomada pelo Sr. Flores da Cunha, que troca o exílio, onde lhe não faltariam recursos financeiros, pela prisão, não nos pode deixar de levar o pensamento para o problema de anistia, a velha tradição brasileira.

Sempre fomos assim. Depois de serenados os temporais políticos, que motivaram, no curso da história do país, a imposição de penas aos vencidos, nunca faltou aos responsáveis pela direção nacional a compreensão precisa para apaziguarem os ânimos e restabelecerem a concórdia nacional através das medidas de sabedoria política concretizada nos vários decretos de anistia, que formam a tradição nacional nesse particular dos crimes políticos.

Para justificá-las e defendê-las perante a história bastaria lembrar o quanto contribuíram, mesmo nos momentos mais difíceis e agitados da nacionalidade, para o restabelecimento de uma ordem e de uma tranquilidade baseadas no respeito e no acatamento às autoridades. Não está aí a lição que nos é dada pelas lutas da Regência? Após dez anos de sucessivas guerras civis, que atormentaram o Brasil de norte a sul, e das quais a maior seria a dos Farrapos, cujo centenário ainda há poucos anos se celebrou festivamente no Rio Grande do Sul, somente a anistia concedida aos rebeldes conseguiria abrir para o Brasil uma nova era de paz e de concórdia nacional. E isso para não falarmos nos motivos sentimentais a que não poderiam ser estranhos todos os brasileiros, ao saberem expatriados homens ilustres e bravos.

Mas, se outrora houve motivos nacionais, que justificaram e exigiram a clemência capaz de congregar e harmonizar, hoje tais motivos são acrescidos pelos que decorrem da grave situação internacional, que atravessamos, e a qual, por si só, imporia a união real, efetiva, de todos os cidadãos. Vivemos num instante singular de nossa história. Singular e de apreensões. E, para vencê-lo, não será fator desprezível a concórdia nacional, ampla, completa, e que nada senão a anistia poderá conseguir de modo duradouro e sincero. Não uma anistia de caráter pessoal, que aviltaria os que a recebessem, mas uma anistia baseada na fraternidade nacional e que abrigasse quantos queiram e possam ajudar o Brasil.

11 de julho de 1942

ESTRELA DA LIBERDADE

Não poderia ser mais feliz a data escolhida pelos amigos da Liberdade para realizarem, na Bahia, as demonstrações de solidariedade e de confiança, que, hoje, se promovem, testemunhando a decisão com que nos colocamos, agora como sempre, ao lado das nações em luta para preservarem o mundo da escravidão totalitária.

14 de julho. Não é este apenas um dia da França, um dia do velho espírito gaulês. Não. É alguma coisa a mais: é um dia da humanidade. 14 de julho é o marco da nossa era. É o divisor de águas entre o mundo que passou, o mundo da opressão e do absolutismo, e o mundo que vivemos e queremos continuar a viver, aquele da liberdade, igualdade e fraternidade. É dele que parte o jato de luz que há mais de um século e meio nos serve de farol, de guia, para a conquista progressiva de uma existência melhor e mais justa. Por isso, se ao evocá-lo nos podemos lembrar da Marselhesa, é sobretudo o homem, os seus direitos, a sua liberdade, que as afirmam na grande data, que toda a humanidade livre, hoje celebra festivamente como um daqueles instantes em que a História mudou o seu curso. Assim como a queda de Constantinopla assinalou outrora um momento culminante na marcha dos acontecimentos históricos, a tomada da Bastilha fixa, para nós, a inauguração de nossa época.

Por isso mesmo a tomada, pelo povo francês, dos torreões, que simbolizavam, na capital da França, a absoluta supremacia do poder real, haveria de ficar na memória da humanidade como o passo inicial, decisivo e definitivo, de uma época em que os homens, fossem quais fossem as suas condições de nascimento e de vida, teriam assegurado o bem supremo da Liberdade. Sob as cinzas da Bastilha sepultava-se a escravidão.

Entretanto, passados 153 anos, outras Bastilhas, ainda mais cruéis e mais atrozés do que aquela abatida pelo povo de Paris, tentam levantar-se sobre os homens, arrancando-lhes todos os direitos e todas as conquistas obtidas naquele largo tempo. Cumpre-nos, pois, abatê-las enquanto é

tempo de fazer. Antes que se consolidem para sufocar a humanidade através de um longo período de sofrimentos e de escravidão. É essa a luta dos nossos dias. É essa a luta a que se propõe, hoje pelo espírito, amanhã pelas armas, se preciso, a mocidade baiana, que vibra tocada pelos sentimentos de liberdade, que foram sempre o apanágio de nossa gente. Honra lhe seja! Assim como os navegantes de outrora, que se orientavam pelas estrelas, a juventude baiana guia-se por essa estrela, de brilho singular nas trevas em que vivemos, a estrela do 14 de julho, em cuja luz se reflete a legenda magnífica: liberdade, igualdade, fraternidade.

14 de julho de 1942

QUEM DARÁ A MÃO?

Há cerca de sete anos, aí por volta de 1935, muito se falou no mundo, em paz. Nas conferências, nos banquetes, na imprensa, por toda a parte havia deliberado propósito de entoar alguns hinos às vantagens e à necessidade de se evitar para o mundo a catástrofe da guerra, cujos primeiros ventos começavam a soprar com a consolidação do domínio hitlerista na Alemanha.

Foi então por esse tempo que li em qualquer lugar o artigo de um escritor pessimista e que, em face das gerais reafirmações de paz, mostrava-se inquieto e dizia que quando muito se falava em paz era porque algo havia contra ela. Parece não ter errado muito. Não custou que todos os esforços pacifistas fossem vencidos e o mundo acabasse caminhando mesmo, e cada vez com mais rapidez, para o abismo em que se encontra, sem saber como e quando conseguirá sair.

De certo modo a velha leitura vem-me à lembrança diante das reiteradas e constantes afirmações todo o dia repetidas entre nós, presentemente, sobre a ingente e patriótica necessidade de nos unirmos para a salvação da Pátria. Não pode haver idéia mais lógica, mais natural do que essa. Tão normal que não seria sequer preciso enunciá-la se não sentissem os que a proclamam que há qualquer coisa a exigir que seja repetida como refrão. É que, assim como aquele tempo em que muito se falava em paz porque esta estava ameaçada, hoje também muito se fala em união por se perceber que ela ainda se não encontra completa e amadurecida.

Não basta, porém falar em união. As coisas não se consomem e realizam porque insistamos em repeti-las. É preciso algo mais do que isso: é mister saber como realizá-las. E no caso, francamente, ainda não sabemos de nada que possa concorrer com tal eficiência e prontidão para uma real e efetiva união de brasileiros de todos os quadrantes e de todos os credos como a anistia para os que nas lutas passadas se sujeitaram ao exílio ou à prisão, que os separa e priva de participarem do mesmo esforço da nação na hora presente. Não basta, pois, proclamar essa idéia incontestável e genero-

sa da concórdia nacional. O que é preciso é marchar corajosamente ao seu encontro e torná-la não uma frase, mas uma realidade sensível e palpitante. Não bastam as palavras: são precisos atos. Atos que vão de encontro ao desejo de quantos ainda podem e querem servir ao Brasil, que será mais forte, realmente uno, quando vencedores e vencidos se estenderem as mãos, passando uma esponja nas divergências de outrora. Resta apenas saber quem há de estender a mão primeiro.

25 de julho de 1942

OLHEMOS O PASSADO

Para que serve o passado das nações? Para que serve senão para inspirar e fortalecer as gerações, que se vão sucedendo, e dar a cada qual delas a consciência de que lhe assiste o dever de transmitir às que vêm, tão alto e tão puro quanto o receberam das anteriores, a flama da nacionalidade? Não servisse para isso e mais valeria que o esquecêssemos, pois, pelo menos, não sofreríamos o confronto. Não julgaríamos os que passaram, nem seríamos julgados pelas que virão.

Mas, o passado existe. Vive em cada consciência, vive em cada um de nós, e a ele não podemos fugir. Vive em todos os povos. E nos grandes e graves momentos ninguém se pode furtar a encará-lo e invocá-lo.

E, hoje, nas trágicas e brutais circunstâncias que pairam sobre nós, tanto quanto para o futuro, para o destino da nacionalidade, para a sorte dos nossos filhos, devemos ter os olhos fixos no passado e nas lições da nossa história. Sobre tudo, quando, embora com o coração enlutado, celebramos a "Semana de Caxias", expoente singular da nossa gente.

Realmente, na gravidade da hora presente, quando toda a nacionalidade vibra de indignação, repelindo a idéia de suportarmos acovardados a afronta recebida, não é senão o passado brasileiro, que crepita dentro de cada qual, apontando o caminho, exigindo o sacrifício, seja qual for, contanto que conservemos íntegra a honra? É que jamais transigimos com a dignidade do Brasil, fossem fortes ou fracos os que nos feriam a suscetibilidade. Ou não será isso que nos lembra a firme atitude do Marquês de Abrantes por ocasião da célebre questão Christie? Ou não será isso que nos ensina a decisão de Rio Branco ao ter de repelir a violação do nosso direito pela "Panther"? Ou não será isso que evocamos tendo presente a frase de Floriano, aos diplomatas estrangeiros que se viam descoroçados pela resposta incisiva – à bala! Ou não será isso que nos dita a energia de Venceslau Braz, declarando a guerra à poderosa Alemanha, ao ser torpedeado o quarto navio brasileiro? E é esse passado que não podemos embrulhar no farrapo de algumas frases.

Tenhamos o olhar fito e firme nos exemplos dos que nos antecederam na guarda do patrimônio moral e material do Brasil. Assim como nós, hoje, admiramos e nos orgulhamos daqueles que nos entregaram uma Pátria digna, façamos porque, amanhã, não se envergonhem de nós aqueles que tiverem de nos julgar.

22 de agosto de 1942

POR QUE LUTAMOS

Ao contrário do que costuma acontecer, a declaração de guerra do Brasil à Alemanha e à Itália, longe de trazer a intranquilidade, a agitação e a dúvida ao seio da população nacional, trouxe consigo a tranquilidade, a calma e a confiança. É que, antes de ser um ato do governo, o nosso definitivo rompimento contra as forças que buscam escravizar a humanidade e pô-la a serviço de uma raça, foi uma deliberação do povo, deliberação que os dirigentes do país sancionaram, dando a palavra decisiva há muito desejada por todos os brasileiros.

Realmente, não foi agora que a nação brasileira, de fato, se colocou ao lado das nações unidas. Fiéis às nossas tradições, conscientes de que não poderíamos permanecer indiferentes à luta em que se debate o mundo, já há algum tempo que se haviam tornado evidentes e flagrantes as demonstrações de estarmos identificados com a causa que é a nossa e tinha que ser nossa. É que, por mais que seja indiferente e o envolva um natural ceticismo, bem compreendera o povo ser a guerra atual alguma coisa de muito mais profundo do que uma guerra entre povos, disputando uma supremacia. Compreendera como já o fizeram todos os povos amigos da liberdade e de todas as conquistas, que terão de assegurar para o homem, no campo político e no campo econômico, um regime de liberdade e de justiça. Compreendera, enfim, que jamais poderia existir um Brasil nosso ao lado de uma Europa escravizada pelo totalitarismo.

Do norte ao sul as aclamações encheram o país num movimento uniforme, total, espontâneo e patriótico de apoio à palavra do governo e repulsa à agressão. Não basta, no entanto. Filiados às nações que se batem pela liberdade e conscientes de que lutamos por um futuro onde impere a liberdade em todas aquelas formas mais de uma vez enunciadas pelo presidente Roosevelt, necessitamos de um esforço continuado, tenaz, persistente, indefectível, para conseguirmos a vitória final e comparecermos à assembléia, que traçar a paz, com a autoridade moral, que jamais faltou ao Brasil no

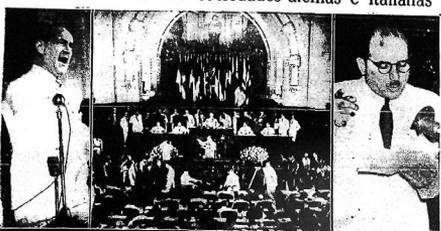
REPERCUTE NAS AMERICAS A RUTURA DE RELAÇÕES

Fechados em São Paulo e no Rio sociedades alemãs e italianas

RIO DE JANEIRO — O Brasil, ao mesmo tempo que se prepara para a chegada de milhares de refugiados alemães e italianos, fecha as portas para os cidadãos desses países que se encontram no Brasil. O fechamento das portas para os alemães e italianos, que se encontram no Brasil, é uma medida de precaução em face da situação política internacional.

PROIBIDA A MODIFICACAO DA LEI SOCIAL — Os deputados brasileiros não poderão alterar a Lei Social, que trata da concessão de cidadania aos estrangeiros, durante o período de guerra.

PROIBIDA A MODIFICACAO DA LEI SOCIAL — Os deputados brasileiros não poderão alterar a Lei Social, que trata da concessão de cidadania aos estrangeiros, durante o período de guerra.



Um momento após a abertura e halitadas anuais de encerramento da Conferência dos Chiberoses realizada no Palácio Tiradentes. À esquerda: o Sr. Davaloz. À direita: o Sr. F. de Azevedo. À esquerda: o Sr. F. de Azevedo. À direita: o Sr. F. de Azevedo.

GRANDE MANIFESTACAO PUBLICA DE PROSSEGUO AS MEDIDAS DO LIDARIEDADE AO GOVERNO DA REPUBLICA

IRRADIADO ONTEM UM DISCURSO DO INTER-VENTOR FEDERAL.

O Sr. Lins de Barros, ministro da Justiça, fez um discurso em defesa das medidas tomadas pelo governo federal em relação aos estrangeiros.

Após o término da sessão, houve uma manifestação pública em apoio às medidas governamentais.

Os participantes da manifestação expressaram sua solidariedade com o Brasil durante a guerra.

O discurso do Sr. Lins de Barros foi recebido com entusiasmo pela assistência.

As medidas tomadas pelo governo são consideradas necessárias para a defesa da pátria.

A manifestação terminou com um discurso de agradecimento ao interventor federal.

O Sr. Lins de Barros agradeceu a presença de todos os participantes.

A manifestação foi considerada um sucesso e demonstrou o apoio da população.

O Sr. Lins de Barros prometeu continuar a trabalhar pela defesa do Brasil.

A manifestação foi organizada por um comitê de defesa da pátria.

O Sr. Lins de Barros agradeceu a todos os que participaram da manifestação.

A manifestação foi considerada um sucesso e demonstrou o apoio da população.

O Sr. Lins de Barros prometeu continuar a trabalhar pela defesa do Brasil.

A manifestação foi organizada por um comitê de defesa da pátria.

O DESASTRE DO AVIÃO CONDUZINDO O CHANCELER ARGENTINO

O SR. GUINAZZI CONSEGUIU RECAVAR A PASTA EM QUE TRANSPORTAVA DOCUMENTOS DE GRANDE IMPORTANCIA

Um remador de registros salvou o ministro das Relações Exteriores argentino, Sr. Guinazzi, após o naufrágio de seu avião.

O avião, que transportava documentos de grande importância, caiu no oceano.

O Sr. Guinazzi conseguiu resgatar a pasta com os documentos.

Os documentos foram salvos e não houve vazamento de informações.

O Sr. Guinazzi agradeceu a todos os que ajudaram na resgate.

O desastre ocorreu durante uma viagem de trabalho.

O Sr. Guinazzi prometeu continuar a trabalhar pela defesa do Brasil.

A manifestação foi considerada um sucesso e demonstrou o apoio da população.

O Sr. Lins de Barros agradeceu a todos os que participaram da manifestação.

A manifestação foi organizada por um comitê de defesa da pátria.

O Sr. Lins de Barros prometeu continuar a trabalhar pela defesa do Brasil.

A manifestação foi considerada um sucesso e demonstrou o apoio da população.

O Sr. Lins de Barros agradeceu a todos os que participaram da manifestação.

A manifestação foi organizada por um comitê de defesa da pátria.

O Sr. Lins de Barros prometeu continuar a trabalhar pela defesa do Brasil.

A manifestação foi considerada um sucesso e demonstrou o apoio da população.

O Sr. Lins de Barros agradeceu a todos os que participaram da manifestação.

A manifestação foi organizada por um comitê de defesa da pátria.

O Sr. Lins de Barros prometeu continuar a trabalhar pela defesa do Brasil.

A manifestação foi considerada um sucesso e demonstrou o apoio da população.

O Sr. Lins de Barros agradeceu a todos os que participaram da manifestação.

DIVERSOS REPUBLICANOS FALARAO SOBRE A POSICAO DO BRASIL NA POLITICA INTERNACIONAL

O Sr. Lins de Barros falou sobre a posição do Brasil na política internacional.

Ele destacou a importância da defesa da democracia.

O Brasil deve manter sua neutralidade durante a guerra.

Os republicanos concordam com as medidas tomadas pelo governo.

O Sr. Lins de Barros agradeceu a todos os participantes.

A manifestação foi considerada um sucesso e demonstrou o apoio da população.

O Sr. Lins de Barros agradeceu a todos os que participaram da manifestação.

A manifestação foi organizada por um comitê de defesa da pátria.

O Sr. Lins de Barros prometeu continuar a trabalhar pela defesa do Brasil.

A manifestação foi considerada um sucesso e demonstrou o apoio da população.

O Sr. Lins de Barros agradeceu a todos os que participaram da manifestação.

A manifestação foi organizada por um comitê de defesa da pátria.

O Sr. Lins de Barros prometeu continuar a trabalhar pela defesa do Brasil.

A manifestação foi considerada um sucesso e demonstrou o apoio da população.

O Sr. Lins de Barros agradeceu a todos os que participaram da manifestação.

A manifestação foi organizada por um comitê de defesa da pátria.

O Sr. Lins de Barros prometeu continuar a trabalhar pela defesa do Brasil.

A manifestação foi considerada um sucesso e demonstrou o apoio da população.

O Sr. Lins de Barros agradeceu a todos os que participaram da manifestação.

CONSAÇRACAO DO IDEAL PAN-AMERICANO

Apenas a Argentina e o Chile não romperão imediatamente

O Brasil defende o ideal pan-americano e a defesa da democracia.

Os países latino-americanos devem unir-se para enfrentar a guerra.

O Brasil é um país democrático e defende os valores da liberdade.

O Sr. Lins de Barros agradeceu a todos os participantes.

A manifestação foi considerada um sucesso e demonstrou o apoio da população.

O Sr. Lins de Barros agradeceu a todos os que participaram da manifestação.

A manifestação foi organizada por um comitê de defesa da pátria.

O Sr. Lins de Barros prometeu continuar a trabalhar pela defesa do Brasil.

A manifestação foi considerada um sucesso e demonstrou o apoio da população.

O Sr. Lins de Barros agradeceu a todos os que participaram da manifestação.

A manifestação foi organizada por um comitê de defesa da pátria.

O Sr. Lins de Barros prometeu continuar a trabalhar pela defesa do Brasil.

A manifestação foi considerada um sucesso e demonstrou o apoio da população.

O Sr. Lins de Barros agradeceu a todos os que participaram da manifestação.

A manifestação foi organizada por um comitê de defesa da pátria.

O Sr. Lins de Barros prometeu continuar a trabalhar pela defesa do Brasil.

A manifestação foi considerada um sucesso e demonstrou o apoio da população.

O Sr. Lins de Barros agradeceu a todos os que participaram da manifestação.

A manifestação foi organizada por um comitê de defesa da pátria.

VAI HAVER UM POSTO DE SALVAMENTO NA PRAIA DA BARRA

JA' NO PROXIMO DOMINGO COMEÇARÁ A FUNCIONAR - OS ENCARREGADOS CONSELHARAO OS BANHISTAS E PRESTARAO OS SOCORROS NECESSARIOS

Um posto de salvamento será instalado na praia da Barra.

O serviço será prestado por voluntários treinados.

O objetivo é salvar vidas e prestar socorro aos banhistas.

O Sr. Lins de Barros agradeceu a todos os participantes.

A manifestação foi considerada um sucesso e demonstrou o apoio da população.

O Sr. Lins de Barros agradeceu a todos os que participaram da manifestação.

A manifestação foi organizada por um comitê de defesa da pátria.

O Sr. Lins de Barros prometeu continuar a trabalhar pela defesa do Brasil.

A manifestação foi considerada um sucesso e demonstrou o apoio da população.

O Sr. Lins de Barros agradeceu a todos os que participaram da manifestação.

A manifestação foi organizada por um comitê de defesa da pátria.

O Sr. Lins de Barros prometeu continuar a trabalhar pela defesa do Brasil.

A manifestação foi considerada um sucesso e demonstrou o apoio da população.

O Sr. Lins de Barros agradeceu a todos os que participaram da manifestação.

A manifestação foi organizada por um comitê de defesa da pátria.

O Sr. Lins de Barros prometeu continuar a trabalhar pela defesa do Brasil.

A manifestação foi considerada um sucesso e demonstrou o apoio da população.

O Sr. Lins de Barros agradeceu a todos os que participaram da manifestação.

A manifestação foi organizada por um comitê de defesa da pátria.

Enquanto o Brasil finalmente decidia o seu lado na Guerra, Luiz Viana Filho comemorava o apoio às Forças Aliadas, compostas por países de tradição democrática.

mundo internacional. Precisamos preparar-nos e enfrentar a guerra como ela é e como exige. Sem descanso, sem medir sacrifícios, sem egoísmo. Cada qual tem de fazer o seu quinhão. Nos campos, nas fábricas, nas armas, temos de agir e pensar como uma nação em guerra. Foi assim em 1917. Há de ser assim em 1942. Pois é o mesmo Brasil que se levanta pelos mesmos ideais que sempre o animaram e conduziram. Os ideais da liberdade, da fraternidade e da paz, que a ambição dos ditadores tem tentado afogar na opressão. E, mais do que isso, estamos de pé pelo Brasil.

24 de agosto de 1942

UM HOMEM FIEL

Dentre os vultos surgidos com a revolução de 1930, Lindolfo Collor foi dos poucos, que se mantiveram fiéis aos princípios básicos da Aliança Liberal, o partido que conseguia popularizar todos os anseios nacionais no sentido de uma ampla democratização das instituições republicanas. De fato, a campanha da qual se originaria a insurreição armada não despertara na ocasião o entusiasmo e as esperanças brasileiras senão pelas largas reformas de costumes políticos com que acenou à nação, assegurando-lhe que da vitória emergiria um regime onde os direitos e as liberdades fossem alguma coisa de intangível. Desde a liberdade de imprensa até o direito do povo, através do parlamento, sancionar os impostos que lhe fossem exigidos, tudo quanto pregou e prometeu a Aliança Liberal significou a integração do Brasil numa real e efetiva democracia.

Bem cedo, no entanto, as circunstâncias, depois do triunfo, imporiam extensas modificações. E a Aliança Liberal, rapidamente, agonizou e morreu. Disso o primeiro sintoma grave foi o ataque ao *Diário Carioca*. E foi justamente nesse momento que Lindolfo Collor, o ministro Lindolfo Collor, abandonou o ministério do Trabalho, partindo para os pagos gaúchos, não como quem se retira desiludido e vencido, mas como alguém que se dispõe a renovar a luta pelo ideal. Retomava a pena do jornalista e a palavra do tribuno, preferindo os percalços do ostracismo às comodidades e proventos do governo.

Havia dez anos que Lindolfo Collor recusando todas as tentações do Poder, permanecia na sua batalha. Fiel às suas convicções democráticas, firme no posto, onde o menor sacrifício fora o exílio, não deixara de pelear pelos ideais de liberdade, que animam os soldados em luta contra o totalitarismo. E nessa trincheira, longe do Poder, mas cercado pelo respeito dos seus concidadãos, a morte o surpreendeu, antes que pudesse assistir à vitória dos ideais de que se fizera um dos melhores e mais aguerridos defensores. Não lutou, porém, em vão. E nesse sentido são singularmente expressivas

as homenagens tributadas à sua memória. Elas são a melhor prova – principalmente se lembramos ter desaparecido pobre depois de um longo ostracismo político – de haver lutado por algumas idéias que ainda vivem no coração do Brasil como as melhores reservas do seu patrimônio espiritual. Patrimônio do qual, passada a tormenta, há de se levantar o Brasil de amanhã.

24 de setembro de 1942

POSIÇÃO MILITAR DA BAHIA

Se deixarmos, neste fim de semana, que o tapete mágico da História nos transporte para o passado, e fizermos um confronto entre o que fomos e o que somos, talvez seja um dos aspectos mais surpreendentes ver-se as transformações verificadas na posição militar na Bahia dentro do Brasil.

Realmente, já nos apresentamos como uma das cidades mais bem providas no campo guerreiro. Cercada pela cinta de fortalezas tão bem descritas pelo nosso Vilhena, e que tinham como sentinela a famosa Casa da Torre, foi a antiga capital do Brasil uma dessas praças quase invulneráveis. E não só pelo sólido sistema de defesa, mas também pelo seu espírito de decisão, de coragem, e de sacrifício, que as lutas adestraram. Por várias vezes tivemos de enfrentar poderosos inimigos e não há notícia de que tenhamos fraquejado. Pelo contrário. Pelejando ao lado de tropas aguerridas de diversas nacionalidades jamais fizemos má figura. Aqui, conosco, ombro a ombro, estiveram italianos de Banholo e espanhóis de Heitor de la Calche. Bateram-se tropas de Portugal. Houve batalhões de negros e de índios. Conhecemos Camarão e Távora. E tudo isso nos deu um *panache*, um garbo, talvez certo orgulho da bravura com que, em todos os transes, nos soubemos portar. Sem jactâncias, mas sem fraquezas.

Contudo, passadas as guerras da Colônia e as lutas da independência, entramos num período de paz apenas interrompido pelas rebeliões da época da Regência. Vieram novas concepções da guerra. Aos poucos, as nossas fortalezas tornaram-se obsoletas até se transformarem em simples monumentos de valor histórico. E, como se não cuidasse de substituí-las pelas armas da guerra moderna, a cidade, outrora tão cheia de tropas, foi ficando deserta de soldados. Talvez perdesse com isso, não a sua coragem, mas o seu espírito bélico. Esse espírito militar que somente se forma na caserna.

Agora, porém, estamos na hora de fazê-lo renascer. Pela sua posição geográfica, a Bahia, possivelmente, terá sempre um grande papel a desempenhar na história militar do Brasil e seria injusto que o ignorássemos, deixando-nos

ficar nessa gradativa penumbra, que fez da Bahia, para os militares do Brasil, um lugar onde quase nada esperam senão o esquecimento, talvez a preterição pelos que vivem nos grandes centros militares do país. É aliás, com entusiasmo que temos observado, através da dedicação e do cuidado com que vem adestrando as forças sob o seu comando, a nítida consciência que tem da importância militar da Bahia o coronel Pinto Aleixo. Possuindo, além das virtudes do soldado, uma perfeita visão do conjunto brasileiro, não é apenas movido pela energia do disciplinado que tem o ilustre militar se dedicado com tanto afinco em fazer das poucas forças locais alguma coisa em que a qualidade possa suprir a quantidade. É sim, por estar imbuído da convicção de que a Bahia, pela sua situação geográfica, deve conservar sempre aquele mesmo preparo moral dos tempos em que foi a maior praça forte da América do Sul. Esse o relevante serviço que a Bahia, e também o Brasil, estão devendo ao coronel Pinto Aleixo, que pleiteia para nós uma posição digna do nosso passado e alentadora para nosso presente.

10 de outubro de 1942

PROFESSOR EMÉRITO

A Faculdade de Medicina acaba de conceder a Clementino Fraga um título, que raramente tem conferido aos mestres que lhe enaltecem o passado tão cheio de altas tradições de cultura, de inteligência e devoção ao magistério: o título de "Professor emérito".

Evidentemente, seria supérfluo pretendermos assinalar aqui a justiça do preito tributado, pois ao voto da Congregação, juntam-se os votos de toda a cultura baiana. Contudo, talvez não seja demais ressaltar que para conquistar a láurea de agora, entre os aplausos dos seus pares e os dos que vivem fora da medicina não bastou ao professor Clementino Fraga ser apenas um homem de ciência. Teve de ser alguma coisa mais: um artista. Realmente, entre os mestres da medicina brasileira, segue o ilustre professor a mesma tradição de cientistas que cultivaram as belas letras, e dos quais é, possivelmente, Francisco de Castro, também baiano, a expressão mais alta. Aliou a ciência ao humanismo. Entrou pelos grandes clássicos, conviveu com os expoentes da literatura moderna, e sempre encontrou oportunidade para entrelaçar algum conceito científico a uma frase onde se revela o literato. Mas além de haver realizado essa obra que mostra quanto devem andar juntas a medicina e as boas letras, entre estas contemplando aquela, Clementino Fraga fez mais do que isso: proclamou-o. É esse o alto sentido do livro em que reuniu, ainda há pouco, alguns dos seus trabalhos, todos eles orientados por essa preocupação de apurar nos seus discípulos – e que são tantos – o gosto pelas leituras e pelos pensamentos, que, parecendo distantes do campo médico, dele se encontram tão próximos e a ele tanto são necessários para o perfeito desempenho da missão do médico ou do professor, àquele para melhor compreender os doentes que dele se acercam em busca de uma esperança e a este para transmitir com nitidez e perfeição os conhecimentos reclamados pelos alunos no âmbito de algum ambulatório.

Assim, manejando com igual perícia a arte do diagnóstico e o cinzel do artista que é, Clementino Fraga se fez

credor da láurea com que a Faculdade de Medicina quis assinalar os serviços do emérito professor. Convém fixar-se o exemplo. Sobretudo para que continue na Faculdade de Medicina essa bela tradição que afinal, tem inspirado os mais ilustres dos seus filhos.

20 de outubro de 1942

XAVIER MARQUES

Menos de um ano decorrido após as festividades com que a Bahia, orgulhosa e reconhecida, celebrou os oitenta anos de Xavier Marques, glorificando-o no momento em que atingia a idade tida pelos romanos como *provecta*, e tocava a todos nós, seus amigos e admiradores, a tristeza de acompanhá-lo à última morada. Infelizmente, ausente da capital, não estive entre os que lhe renderam as homenagens de que se fizera credor através de uma vida consumida na perseguição do ideal a que, desinteressadamente, consagraria uma existência inteira de amor às letras, como romancista, contista e ensaísta.

Não é, no entanto, a beleza e a harmonia das obras do homem de letras, que desejo acentuar aqui, pois tão justamente celebradas, já dispensam qualquer elogio. É antes o esforço, a tenacidade, e o devotamento, que as tornaram realidade inapagável em nosso patrimônio literário, que mais se torna necessário ressaltar, sobretudo para que se não pense, erroneamente, ser a glória de Xavier Marques o fruto de horas descuidadas de uma vida fácil. E isso porque em verdade, atrás de cada uma das páginas, que lhe sobrevivem, e que sobreviverão a nós, há muito trabalho, muito sacrifício, muitas horas roubadas ao descanso ou a atividades em regra mais bem recompensadas do que os labores dos escritores.

Faz justamente um ano, ao aproximar-se a data em que Xavier Marques completaria o seu octogésimo aniversário, procurei-o para pedir-lhe alguns apontamentos autobiográficos. A princípio esquivou-se. Ele, que tanto fizera, julgava nada ter para dizer. Mas, vencido pela insistência com que lhe falei, acabou cedendo à solicitação. E, embora já quase cego, traçou numa letra irregular os apontamentos, que lhe pareceram capazes de evocar o caminho percorrido naqueles largos anos, desde o instante em que se iniciara na sua querida Itaparica até ao ocaso luminoso, cercado pela admiração nacional, e detentor de láureas tão significativas. E é desse escasso depoimento autobiográfico que julgo dever retirar duas breves linhas capazes de exprimirem o trabalho, o de-

nodo, e a fidelidade que existem na carreira de escritor de Xavier Marques. Assim é que escrevera ele em meio aquelas curtas reminiscências: "X. M. trabalhava de dia na imprensa e as noites consagrava aos seus trabalhos literários. Foi assim que, sem faltar aos deveres de jornalista, escreveu as obras, que constituem a sua bagagem de homem de letras, de romancista e ensaísta". Não sei se faço mal em revelar essas notas apenas confidenciais a um amigo. De qualquer forma ele me perdoará, pois não é só por ele que as divulgo, mas por quantos trabalham escrevendo e, em regra, são tidos como homens que não trabalham. Bem poucos, no entanto, os que conseguem atingir as cumeadas de onde o autor de *Jana e Joel* se projetará para a posteridade.

3 de novembro de 1942

DUNQUERQUE

Talvez seja um tanto estranho falar-se em Dunquerque a esta altura da guerra, quando dois anos já se passaram sobre a famosa retirada e tantos e tantos acontecimentos encheram de emoção o espírito da humanidade. Não o é, no entanto. Além do valor militar do feito, que atravessará o Tempo, servindo de motivo para os temas de estudos dos estados-maiores, que se debruçaram sobre o milagre de Dunquerque com admiração idêntica àquela com que ainda hoje evocamos a retirada dos dez mil, a travessia dos Alpes por Aníbal, ou as vitórias de Napoleão nas planícies da Itália, o grande episódio militar britânico encontrara agora o contraste, que, não só o fará maior, mas também mostrará o poderio naval inglês, pedra angular do salvamento de trezentos mil soldados acossados e desbaratados após a queda da Bélgica.

De fato, na ocasião, não se cansou a propaganda alemã de encontrar em Dunquerque pretexto para muitas palavras e comentários tendentes a incutir no espírito público a idéia de um malogro inglês, senão do próprio esboroamento do Império, que se retirava batido do Continente. A verdade era outra, porém. Longe de representar um malogro, Dunquerque fora a maior demonstração de perícia, de resolução e de bravura proporcionada pelo atual conflito. Tão grande que jamais se repetirá. Tão excepcional que os técnicos da arte da guerra consumirão anos e anos e não conseguirão explicar cientificamente, dentro dos elementos normais das batalhas, como foi realizado o "milagre". E não custará muito, talvez, para que a Alemanha seja a primeira a compreender com amargura que somente um povo, que sendo Senhor dos mares, tivesse as supremas virtudes de tenacidade, poderia efetuar a retirada épica. Isso lhe será ensinado pela atual campanha da África. Compelido entre ingleses e norte americanos, que restará, então, a Von Rommel senão a esperança de poder realizar sobre as águas do Mediterrâneo um novo Dunquerque? Não o conseguirá, entretanto. À Alemanha, para fazê-lo, faltará uma esquadra, faltará o domínio aéreo, faltará tudo. E não lhe ficará senão a triste e melancó-

lica perspectiva de abandonar nas areias do deserto uma das suas melhores organizações militares, o famoso *Africa Korps*. Nesse dia, então, a Alemanha compreenderá quanto há de grandeza na retirada, que salvou o mundo, e verá que não a podendo repetir terá apressado os últimos dias dessa velha e mórbida ambição de dominação universal. A velha ambição que se disse ser do Kaiser, que se diz ser de Hitler, mas que, infelizmente é do povo ao qual cabe a tara deixada no mundo pelos hunos.

11 de novembro de 1942

AMIGOS DA AMÉRICA

Dentro dos mesmos moldes da conhecida "Fraternidade do Fole", acaba de ser fundada, no Rio, a "Sociedade dos Amigos da América". Em outra ocasião bastaria o nome para que acoressem a ela, engrossando-lhe as fileiras, quantos se julgam realmente integrados nesse alto sentimento de comunhão continental. Hoje, no entanto, quando os amigos da América andam por aí tão falsificados quanto os perfumes franceses, que nada têm de Paris senão o nome, talvez não seja demais uma palavra, pedindo para a nova organização o apoio de todos os americanistas.

De fato, a "Sociedade dos Amigos da América" traz para as atividades a que se propõe o penhor do nome do seu principal idealizador, o general Manuel Rabelo. Basta isso para que se saiba estar diante de alguma coisa profundamente honesta, integralmente honesta, dentro do mais amplo significado possível do vocábulo. É que ao contrário do acontecido com muitos outros, mesmo entre os seus camaradas de armas, que se deixaram empolgar pela disciplina espartana das *panzerdivisione*, e até pela própria organização totalitária, o ilustre militar jamais conheceu um instante de vacilação, inclinando-se para os regimes cuja finalidade era transformar a humanidade num imenso rebanho inconsciente conduzido por três ou quatro aventureiros felizes e audazes. Dentro da confusão, ele continuou tal qual era. Não pretendeu oprimir, nem acreditou ter encontrado o caminho milagroso de uma nova Meca. E por isso, no momento em que os sinos da Liberdade soaram, convocando todos para a nova cruzada em que o Brasil se empenhou com alegria de coração, não necessitou o general Rabelo mudar de camisa ou de idéias. Apenas permaneceu como sempre foi democrata e americanista. Prosseguiu dentro daquela mesma linha de procedimento, que fez dele um homem do qual se não conhecem ações mesquinhas. Um homem que honra a sua classe.

É, pois, confiados no seu patrono que iremos ajudar a campanha da "Sociedade dos Amigos da América", pagan-

do-lhe os navios do Eixo afundados pelas armas da Liberdade,
a fim de que esta tenha cada vez mais navios sobre todas as
rotas do mundo.

14 de novembro de 1942

CÂMBIO, BICHO E BOATO

No Brasil, até certo tempo, houve três coisas respeitáveis e de interesse mais ou menos geral: o câmbio, o jogo do bicho e o boato. O primeiro fez horrores no tempo da República Velha. Deu dores de cabeça a muito Presidente. Campos Sales mesmo vivia em sobressaltos por causa do câmbio, que desde o tempo de Deodoro vinha sendo o motivo predileto das oposições. Quando baixava à casa dos '16' era um Deus nos acuda. O mundo parecia vir abaixo. E o Sr. Artur Bernardes não conheceu maiores tormentos do que aqueles proporcionados por aquele eterno inimigo dos governos. Aliás, herdara o mal da administração Epitácio Pessoa, que emitira apólices e contraíra o empréstimo de 50 milhões de dólares, quantia hoje bem modesta.

E, no começo da Segunda República, o câmbio ainda alcançou certa notoriedade, figurando no noticiário dos jornais entre os fatos de real importância da vida nacional. Era uma espécie de termômetro, que o público consultava lembrando-se de Pedro II, em cujo reinado a paridade do mil réis com a libra era coisa que não espantava ninguém. Mas, havendo chegado à casa dos '6' no governo do Sr. Washington Luiz, o câmbio continuou a descer tanto que terminou entre o desprezo e a indiferença do público. Como o general, morreu ao amanhecer... Ninguém falou mais dele. Ficou esquecido. E talvez não seja exagero dizer-se que já não faltará quem nem saiba mais o que é câmbio.

Restavam assim o jogo do bicho e o boato. Aquele, entretanto, também não escaparia. Ou, pelo menos, não conseguiria conservar-se entre as sérias instituições nacionais, movimentando diariamente quantias verdadeiramente extraordinárias e embarçando por vezes os serviços telefônicos, que não podiam atender ao mesmo tempo a curiosidade de milhares e milhares de pessoas interessadas em saberem qual o "bicho" do dia. Perseguido pela polícia, considerado ilegal numa época em que os grandes cassinos devoravam fortunas num abrir e fechar de olhos, também o bicho não alcançaria permanecer como o Grão-senhor a que chegara tangido pelo

gênio do barão de Drumond. Iria fazer companhia a velharias que, ainda em 1930, preocupavam o Sr. Getúlio Vargas e acabaram perdendo o sentido.

Desse modo, somente o boato permanece de pé. Continua a passear pelas capitais com ares de importância. Às vezes dá-se ao luxo de viajar pelo interior. Veraneia nas praias e faz estações de águas. Deve-se, aliás, reconhecer que ultimamente andou em crise, quase desacreditado. Mas, salvou-se. Ganhará com isso novo prestígio, rindo-se, talvez daqueles que já não confiavam na sua palavra honrada e na sua perspicácia singular.

24 de novembro de 1942

O VELHO SEABRA

Quando alguém se lembrar de escrever a vida de Seabra, certamente uma das existências mais interessantes e movimentadas graças aos seus contrastes e imprevistos, terá de haver um capítulo sobre o Seabra da Câmara dissolvida pelo golpe de Estado de 1937. É para ele que deixo aqui algumas notas.

A Câmara eleita em 1935 reunira alguns velhos nomes famosos na política brasileira, e dentre eles ressaíam os dos Drs. Artur Bernardes, Borges de Medeiros e Seabra, deputados sobre os quais recaía a curiosidade dos mais jovens. Cada qual tinha o seu "cartaz", lembrava episódios de um Brasil que já desaparecera e prelibava-se o sabor que seria o de assistir debates com a participação daqueles azes meio lendários. A verdade, no entanto, é que somente Seabra, o velho Seabra, como todos nós o chamávamos, corresponderia à expectativa. Era o único capaz de adaptar-se e que conservava a verve e a agilidade mental indispensável a um parlamentar. Conta Suetônio que, chegado a certa idade, já coberto de triunfos, César temia as batalhas por julgar que as vitórias não lhe aumentariam a glória enquanto uma derrota seria de efeitos imensos sobre o seu poder. Borges de Medeiros e Artur Bernardes talvez também pensassem assim. Não estimavam expor-se à sorte dos debates, mantinham-se esquivos, buscando, possivelmente, proteger com uma névoa de mistério o mesmo prestígio de outrora. O velho Seabra, porém, era o contrário disso: parecia não se lembrar dos altos cargos ocupados nos últimos quarenta anos e isso poupava-o de qualquer constrangimento, permitindo-lhe que se atirasse às discussões e à tribuna com o ardor e a coragem de quem nada tem a perder e sim a ganhar. As batalhas seriam para ele um motivo sempre novo de glórias. E pareciam satisfazer-lhe a ambição ainda tão forte quanto a que devia existir no peito dos que buscavam abrir caminho para posições desconhecidas. A tribuna, com as indiscrições a que muitas vezes força os oradores comprometendo-os, não o assustava. Enquanto os dois outros antigos chefes de clã preferiam o silêncio, que

compensavam através de conversas discretas e veladas, o velho Seabra continuava a amar a cena aberta e ampla. E que ator! Imperturbável, estimando os apartes que para ele representavam boas achas de lenha atiradas à fogueira da sua dialética, tinha o dom de saber prender os auditórios, mantendo-os numa constante expectativa em torno dos imprevistos, que eram as suas respostas ágeis, muitas vezes mortais. Por isso, mal pedia a palavra, e se levantava da cadeira onde se sentava entre os deputados de São Paulo, ninguém permanecia indiferente ao espetáculo. Pelos próprios corredores do Palácio Tiradentes a notícia corria célere: “O Seabra vai falar”. E o plenário enchia-se rapidamente. Realmente, era um espetáculo ver-se na tribuna aquele velho ator, velho mas ainda tão rijo e tão cheio de colorido e de graça, e que conhecia todos os efeitos da palavra e da mímica fazendo-a ora trágica, ora cômica, ora causticante.

E ainda estou a lembrar-me no dia em que, subindo à tribuna para estranhar a apatia da Oposição em face dos acontecimentos políticos do país, o velho Seabra – ele que em outros tempos jamais perdera as oportunidades – estigmatizou aquele triste prenúncio com uma frase e uma imagem, que logo ganhariam mundo e celebridade: “A oposição está fazendo *crochet*”, dissera. Dissera uma verdade. Adivinhara. Quando uma oposição começa a fazer *crochet* é sinal de que dentro em pouco todo o país estará também indiferente aos negócios públicos, desinteressado do rumo e da sorte do país. De fato, assim foi. E o velho Seabra, o antigo lutador, que se opusera a Floriano e suportara dois exílios por causa das suas idéias de democrata, deve ter morrido levando a mágoa de assistir na velhice aquilo que jamais imaginava na mocidade: o país fazendo *crochet*. Ele que não temia as derrotas, pois só ambicionava as batalhas.

8 de dezembro de 1942

O CLARIM CONTINUA

O velho Seabra, que todos nós acompanhamos ontem ao Campo Santo, onde sob, a sombra de árvores amigas, ele encontrará, ao lado de Castro Alves, o cantor da Liberdade, o repouso, que não tivera ou não quisera ter em vida, o velho Seabra pode ser tido, apesar de todas as refregas que lhe agitaram a existência tumultuosa, como um homem feliz. Como sempre desejara, teve por mortalha a sua beca de professor de direito, descansa no regaço da terra baiana, e baixa à sepultura entre os braços do povo. Por tudo isso, lembrando o conceito do Filósofo, que afirmara somente se poder ter por certo se um homem fora ou não feliz no dia seguinte ao da sua morte, bem podemos dizer que Seabra foi feliz.

Realmente, que fim teria ele desejado para uma vida inteira consagrada aos ideais de democrata impenitente e de liberal intransigente senão aquele a que ontem assistimos, vendo-o atravessar, entre alas do povo, as ruas da cidade que remodelou, e onde sempre encontrou as reservas de energia e de estímulo para continuar o combate, o bom combate a que se lançara desde os anos da adolescência? Certamente, se estivesse no poder de alguém traçar-se o seu próprio destino, o velho Seabra não teria pedido à Providência uma apoteose diversa daquela com que a Bahia o enterrou. Ele, que surgira na praça pública para os prélios iniciais de uma grande vida de homem público; que em quarenta e sete anos de República não conhecera outro ambiente senão o da tribuna popular, falando ao povo e para o povo; que jamais recebera o contato das multidões, onde se inspirava, e que não conheceu outro credo político além daquele no qual o primeiro direito é o de falar livremente, sentindo a cada passo e a cada instante os anseios, as esperanças e as angústias da alma popular, não poderia ter ambicionado, como ato final da vida do batalhador, um espetáculo diferente daquele que a Bahia nos proporcionou em honra da memória do campeão de cujas mãos já quase nonagenárias apartava-se o lábaro sagrado dos grandes ideais democráticos. De fato, nada faltou para dar ao enterro de Seabra o colorido popular, espontâneo e comovente, que ele teria

desejado, menos como a satisfação de uma vaidade do que como uma demonstração de haver ele permanecido até ao fim fiel aos seus princípios partidários e democráticos, também, e por isso mesmo, permanecido fiel aos sentimentos caros à sua gente. A gente da Bahia, que, naquelas extraordinárias manifestações, parecia ratificar a orientação por ele jamais abandonada. A bússola estava certa. E tudo foi tão próprio, tão adequado, que não podemos deixar de acentuar o tom e o sentido das palavras do interventor Renato Aleixo, saudando o grande morto como o “campeão da liberdade e da democracia” tombado justamente no instante em que deve ser mais ingente a nossa luta contra o totalitarismo. E lembramo-nos então dessas palavras de Rui, concitando-nos a que continuássemos na luta quando silenciasse a sua voz apostolar: “Mas por um que se vai, milhares de outros aí se acham para embocar os clarins de alvorada. Não deixem expirar os sons, que enchem estas terras benditas. Não a deixem adormecer outra vez no esmorecimento da luta começada”. Também Seabra, pelos exemplos da sua vida de combatente, não quereria outra coisa senão saber que a Bahia não deixará apagar-se o som do clarim, que sempre encheu estas terras e estes céus.

12 de dezembro de 1942

O CASO DARLAN

No cenário da guerra atual, poucas atitudes individuais terão sido tão discutidas quanto a do almirante Jean Darlan. Chefe da esquadra francesa; partidário da paz com a Alemanha, em 1940, colaborador direto do governo de Vichy; propugnador de uma política de aproximação entre a França e o nazismo; signatário do armistício de Argel; e, hoje, arauto da formação de um exército Imperial Francês, que se destine a apressar o esmagamento de Hitler. É essa a síntese das posições contraditórias e surpreendentes desse marinheiro esperto, para o qual os correligionários do general De Gaulle pedem o fuzilamento, e que outros dirão ser um gênio político, cujo espírito pragmático tem o faro das oportunidades.

Evidentemente, seria um tanto ridículo desejarmos falar daqui, desse assombroso caso Darlan como quem sobe a um pretório para condenar ou absolver algum acusado, encarando-o em si mesmo, como um caso concreto, pois esse julgamento pertence à História. No momento, não é Darlan que deve ser julgado. Cabe-nos, sim, responder, apenas a esta pergunta: deveriam os aliados ter aceito o apoio do almirante francês, como o fizeram, mau grado os protestos do heróico general De Gaulle, o homem da primeira hora, da hora incerta, ou deveriam ter recusado a mão que lhes era estendida, prolongando assim por mais um ou dois meses com o sacrifício de milhares de vidas, a luta no norte da África? Sem nenhuma dúvida, antes de pretendermos entrar pelos meandros morais da alma contraditória, talvez surpreendente, de Darlan, aquela é a questão que temos de julgar. E é justamente dentro desse prisma que, pesadas todas as circunstâncias, não vemos como se concluir senão pela sabedoria dos que aceitaram a colaboração, que lhes era oferecida. Basta que consideremos, não o caso Darlan, mas qualquer outro caso em que homens empenhados na vitória de um ideal, em luta pela consecução dos seus objetivos, vissem acercar-se deles, oferecendo-lhes força, prestígio, facilidades para o triunfo ambicionado, algum adversário da véspera que, dizendo-se arrependido, desejasse ficar ao lado deles, sem restrições ide-

ológicas a sua bandeira. Que deveriam fazer? Assistir-lhes-ia, porventura, o direito de pedirem a exibição de uma folha corrida? Seria sensato arriscarem a sorte dos objetivos essenciais a fim de entabularem uma discussão estéril e inoportuna? Nunca. O contrário seria sacrificar a meta final em troca de um desarrazoado ajuste de contas. No caso, e não só nele, mas também em face de qualquer outro semelhante, o caminho único é estendermos a mão ao adversário da véspera, sopitar queixas e ressentimentos, e recebê-lo de braços abertos a fim de podermos caminhar juntos – e mais fortes – em busca da vitória do ideal. Este é que importa e deve ser mantido na sua integridade, pois ao lado dele os homens e o seu passado são inteiramente secundários, salvo para a posteridade, que os julgará melhor do que nós. Darlan também é assim. Arrependeu-se. Quer auxiliar as Nações Unidas. Estas não poderiam deixar de acolhê-lo, sob pena de praticarem um erro de conseqüências imprevisíveis.

21 de dezembro de 1942

UM EQUÍVOCO

Num artigo em que há muito de generosidade e de patriotismo *O Imparcial* acaba de lançar um apelo, que não poderá deixar de ser grato ao sentimento baiano, e por isso mesmo destinado à maior repercussão nessa grave hora da vida brasileira. Assim é que escreveu ontem aquele matutino, abrindo a sua página de comentários redacionais:

Ninguém pode alegar situação de exilado: porque o lugar de todos é aqui, para uma cooperação comum na árdua tarefa pela sobrevivência do Brasil. E não haverá dever mais sagrado que esse, que repete simplesmente, gravemente, aquela ordem de Barroso em Riachuelo.

Se fosse mister, desde que se trate de um baiano e dos mais dignos, daqui gritaríamos: Dr. Otávio Mangabeira, o Brasil e a Bahia o estão chamando! E estamos certos de que ele atenderia, como deve estar se aprestando para se apresentar à mobilização de guerra do Brasil.

Não faríamos a esse conterrâneo a injustiça de não confiar nos seus aprestos para o regresso à Pátria, nesta hora angustiada, quando os homens nada valem, diante dos supremos interesses nacionais. Outros estão no mesmo caso, e virão. Estão vibrando os clarins militares da convocação. Brasileiros, a postos! Ninguém há de estar ausente, neste ano e nesta suprema hora brasileira.

Quem não subscreveria esses lúcidos conceitos inspirados no melhor desejo de contribuir para uma real e efetiva união nacional, verdadeira união sagrada pela defesa do Brasil? Entretanto, apesar disso, encerram as expressões do articulista, na parte que se refere ao Dr. Otávio Mangabeira, um equívoco merecedor de retificação, pois, sem ela, talvez ficasse ao público a impressão de que, mau grado os ventos da guerra, infelizmente desencadeados sobre a nação, estaria aquele ilustre homem público se eximindo, graças às agruras de um exílio, de participar conosco do quinhão de trabalho, e de sacrifício que terá de pesar sobre todos os brasileiros. Realmente ao emitir o apelo do qual ressuma o mais acendrado

civismo, esqueceu-se o articulista do *O Imparcial* que o Dr. Otávio Mangabeira, além de exilado, se encontra condenado pelo Tribunal de Segurança, não podendo assim retornar livremente ao Brasil. E é justamente por causa de situação como aquela em que nos deparamos, que a História, inclusive a nossa, nos aponta a anistia como o caminho mais seguro para o fim das dissensões internas em benefício dos supremos interesses coletivos, que reclamam a união como a mais sábia diretriz dos que governam e o primeiro dever dos que dissentiram no passado.

4 de janeiro de 1943

FEIJÓ

Continuando os seus trabalhos em torno da época atribulada da Regência, acaba o Sr. Otávio Tarquínio de Souza de publicar a biografia do debatido padre Feijó, certamente uma das figuras mais ricas de colorido da galeria dos homens de governo do Brasil. E, debruçando-se sobre a vida do biografado com paciência igual àquela que já revela ao escrever sobre Bernardo de Vasconcelos e Evaristo da Veiga, que, juntamente com Feijó, constituem as três personagens de maior relevo do período da Regência, o Sr. Otávio Tarquínio não poupou canseiras para proporcionar um trabalho profundamente honesto, e no qual o cuidado e o rigor do investigador sobrelevam qualquer outro aspecto. Poder-se-á divergir de algum conceito, discordar de alguma conclusão – o que seria perfeitamente natural num estudo em torno de uma figura como a de Feijó –, mas o que jamais se poderá negar ao autor é a valiosa contribuição trazida para a compreensão daquele homem enérgico, demasiadamente enérgico, teimoso, contraditório, e que ascenderia da condição de “filho de pais incógnitos” até ao mais alto cargo público do seu tempo.

De fato, apesar de biografias anteriores, entre as quais é justo assinalar a de Eugênio Egas, o Sr. Otávio Tarquínio conseguiu reunir no seu trabalho um material de tal modo abundante, inteligentemente selecionado, que não haverá exagero em dizer-se que a História progrediu com esse livro erudito, consciencioso, arguto, que é o *Diogo Antonio Feijó*, do ilustre historiador da Regência. Realmente, esse título de historiador da Regência é o que cabe – *par droit de conquete* – ao Sr. Otávio Tarquínio de Souza, que, num raro exemplo de tenacidade, talvez de paixão por uma das mais interessantes fases da vida nacional, se tem mantido absolutamente fiel aos estudos com que tanto tem servido às letras históricas brasileiros. Sulcando durante largos anos as melhores fontes de informação sobre a época a que dedicou as suas investigações, o autor de *Bernardo Pereira de Vasconcelos e seu tempo* conseguiu adquirir uma segurança, que lhe permite dominar inteiramente o assunto. Por isso mesmo, é claro.

Sabe dizer o que quer, pois não lhe tolda o espírito qualquer vacilação. E daí a precisão com que ao definir, por exemplo, os anos anteriores à Regência, se refere àqueles “dois anos e meio de camarilhas, de onipotência do monarca com todos os seus maus e bons momentos, maus e bons caprichos, os princípios constitucionais espezinhados pelos expedientes odiosos da justiça de exceção e das comissões militares”, que “tinham criado aquela apática indiferença política” da qual surgiram a intranquilidade e a confusão capazes de permitirem a ascensão de Feijó

É que, somente como o fruto da época preparada pelo arbítrio de Pedro I, que virtualmente se transformara num ditador, será possível conceber a ascensão de uma figura como a de Feijó, tão cheia de falhas e deficiências como estadista, embora tão curiosa, extraordinariamente interessante se estudada como a de um espírito absolutamente íntegro, e tão fiel aos seus princípios de legalidade que não vacilaria, apesar de gravemente enfermo, em desfraldar a bandeira da revolução – ele que fora o supremo defensor da ordem – como o remédio extremo para salvar o direito de representação do povo no governo do país. Assim foi Feijó. Regente em 1835 e revolucionário em 1842.

E é a trajetória dessa vida, intensamente movimentada que o Sr. Otávio Tarquínio nos conta, através de uma farta documentação, num livro do qual não é demais prever-se que se tornará clássico no assunto.

7 de janeiro de 1943

OBRAS COMPLETAS DE RUI BARBOSA

Há muito que os trabalhos de Rui Barbosa, sobretudo os principais (e isso para só falarmos dos que chegaram a ser editados), ou constituem raridades bibliográficas inacessíveis ao grande público, ou circulam em edições incorretas e por isso mesmo sem valor. Vai daí, para quantos se interessam pela crescente divulgação das idéias de que foi ele, em mais de cinqüenta anos de vida pública, o defensor e o propagador incansável, não só no Brasil, mas também fora das nossas fronteiras, como aconteceu em Haia e em Buenos Aires, que sempre constituiu velha aspiração, a publicação das *Obras Completas* do lutador em cujas páginas, ao par dos primores do orador, do vigor do dialecta e da cultura do erudito, encontrarão as gerações novas do país o exemplo extraordinário de quem "estremeceu a Pátria, viveu no trabalho e não perdeu o ideal".

Mas, embora já datem de alguns anos os esforços desenvolvidos para a consecução daquela aspiração, que visava reunir em volumes acessíveis aos leitores brasileiros os trabalhos do parlamentar, do jornalista, do jurista, do conferencista, do orador, e do homem de letras, empecilhos vários, mau grado a dedicação do Sr. Américo Jacobina Lacombe, o ilustre e diligente diretor da Casa de Rui Barbosa, haviam obstado o início da publicação. Pode dizer-se até que certo ceticismo chegara a tornar apreensivos os menos crédulos.

Por tudo isso não há de ser sem alegria que registremos o passo inicial, no terreno das publicações, das *Obras Completas de Rui Barbosa*. De acordo com o plano aprovado pelo ministro Gustavo Capanema o volume de agora, que assinala um grande acontecimento na vida intelectual do país, representa o Tomo I do Volume IX (1882) e encerra o famoso parecer de Rui Barbosa sobre a "Reforma do Ensino Secundário e Superior", trabalho que, juntamente com os que realizou no parlamento da Monarquia sobre o ensino primário, valeria ao seu autor o título de Conselheiro de Estado.

No caso, porém, o importante, ou pelo menos, o essencial não é estar inaugurada essa coleção, que realiza ve-

OBRAS COMPLETAS
DE
RUI BARBOSA

VOL. IX. 1882
TOMO I

REFORMA DO ENSINO
SECUNDÁRIO E SUPERIOR



MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E SAUDE
RIO. DE JANEIRO

lha aspiração dos ruístas. O principal é a maneira criteriosa, honesta, com que se inicia. Realmente, além do magnífico aspecto material, o volume revela, embora sem surpresa para os que conhecem o diretor da Casa de Rui Barbosa, o cuidado com que foi feito. Desde o prefácio sóbrio, mas nem por isso menos valioso pela precisão dos informes e a elegância dos conceitos, onde não se disse nem mais nem menos do que era necessário, e do qual se incumbiu o Sr. Thiers Martins, até a revisão em que foi observada absoluta fidelidade ao original, cujos próprios defeitos ou foram mantidos ou corretos com uma advertência para o leitor, tudo demonstra um esforço sincero de realizar alguma coisa digna de Rui Barbosa. Desse modo, quantos ansiavam pelo aparecimento das *Obras Completas* estão bem pagos pela demora, pois esse bom começo dá-nos a certeza de que se irá fazer um trabalho sério, coisa pouco comum entre nós.

1º de fevereiro de 1943

SALÕES DO IMPÉRIO

Em regra, e principalmente até alguns anos atrás, a história do Brasil, segundo costumavam vê-la os nossos escritores, não passava de um amontoado de fatos de natureza política e administrativa. Felizmente, porém, isso já passou. Compreendemos que, entrelaçados aos acontecimentos de ordem política e burocrática, havia ainda muita coisa mais capaz de nos dar a explicação e a verdadeira fisionomia da vida nacional através do tempo.

E ainda agora as investigações históricas, no Brasil, acabam de ser enriquecidas pelo Sr. Wanderley Pinho, com um trabalho – *Salões e Damas do Segundo Reinado* – cujo primeiro mérito, embora não seja o único, é haver desvendado um campo até hoje inteiramente abandonado pelos nossos estudiosos. Realmente, elegendo para campo das suas pesquisas a vida social, a vida elegante dos salões brasileiros, desde o tempo de D. João VI, conseguiu o autor compor um trabalho verdadeiramente original em nossa literatura, e cujo valor é tanto maior quando pensamos na pobreza quase franciscana das fontes de informação existentes sobre o assunto. Pode dizer-se que, salvo o depoimento de autores estrangeiros, que por aqui espaiçaram, bem pouco possuíamos capaz de nos fornecer uma visão da maneira pela qual a sociedade elegante do Brasil vivera, amara, e se divertira no século XIX. Mas, trabalhando com carinho o seu assunto, reunindo informes esparsos, recolhendo depoimentos, confrontando e separando, o Sr. Wanderley Pinho realizou obra valiosa e interessante. Com muita simpatia e discrição fez reviver, para encanto da curiosidade dos leitores, aquela sociedade imperial tão cheia de preconceitos e também muito ciosa do seu direito de se divertir ao modo do seu tempo. Reuniões, banquetes, bailes, teatros. Aí, com as suas grandes damas, os pró-homens, e os seus poetas, se reunia o que o Brasil de então tinha de mais graduado na nobreza, na política, e no comércio. Na Corte, e nas Províncias da Bahia, São Paulo e Pernambuco, sob os auspícios de anfitriões generosos, ou de inteligentes e espirituosas senhoras, em cujos hábitos e boas maneiras se refletiam

costumes da sociedade européia, encontravam-se os trezentos de Gedeão, para conversar, dançar, amar, divertir-se. Os clubes ainda não haviam substituído as reuniões particulares, e apenas o “Cassino Fluminense” conseguira o prestígio dado pela presença do Imperador e da Imperatriz. Tudo era o salão. Havia-os para todos os gostos. Desde aqueles onde a dança ou o recitativo era o *leitmotiv*, até aqueles onde a política dominava, como acontecia no famoso “Clube da Joana”, que não era mais nem menos do que a residência de Paulo Barbosa, e os em que predominava a nota literária, e é o caso do salão de Francisco Otaviano.

E são esses salões justamente famosos no seu tempo, a sua história, os seus hábitos, e os seus freqüentadores, que o Sr. Wanderley acaba de incorporar à história brasileira, retirando-os do relativo esquecimento e total desconhecimento em que estavam sepultados. Pormenores – aqui um caso amoroso desse D. Juan que foi o Nabuco, mais adiante uma simpatia vacilante do admirável Francisco Otaviano –, mas pormenores que dão à evocação da sociedade imperial um colorido muito mais vivo e real do que a monótona descrição das quedas e ascensões de ministérios, muitos deles reflexo desses salões onde, às vezes, se traçaram rumos para a vida nacional. O certo é que pela mão do Sr. Wanderley Pinho os “salões” do Império acabam de ingressar na História do Brasil, que, assim, ficará mais bonita.

10 de março de 1943

PODEMOS NOS ENCONTRAR?

Sem dúvida a pergunta que sugere o discurso último do vice-presidente dos Estados Unidos não é outra senão a que encima estas linhas. Democrata na mais completa acepção do termo, almejando para o mundo de amanhã um sistema de vida e de governo capazes de nos proporcionarem uma ampla e real democracia, que se estenda desde o campo político até aos campos sociais, raciais e econômicos, proporcionando a cada indivíduo, sem distinção de fortuna, cor, ou de sexo, iguais oportunidades para construir livremente a sua própria vida e manifestar as suas idéias, o vice-presidente Wallace, no entanto, não alimenta qualquer ilusão sobre somente ser isso possível se houver um efetivo e sincero entendimento entre as democracias e o marxismo. Ou melhor, entre a Rússia e os povos de língua inglesa.

De fato, bastará alguém recordar as divergências, os atritos, as lutas, que nos últimos vinte anos antes da guerra atual, tiveram a sua origem nas diferenças ideológicas, que separaram os povos em três grupos perfeitamente distintos na sua maneira de compreender a vida, para que se não possa acreditar na possibilidade de uma paz duradoura sem a eliminação dessas fontes de intranqüilidade internacional. A vitória – a nossa vitória – poderá eliminar o nazismo. Mas, duas grandes e fortes correntes doutrinárias ainda se defrontarão: o marxismo e a democracia. Poderão se entender? Poderão estender-se as mãos sincera e confiadamente, para, juntas, construírem, dentro da paz, o mundo do futuro? Muito bem inspirado, o Sr. Wallace acredita que sim. Não vê barreiras intransponíveis, impedindo aquele entendimento. Sujeitou-o, porém, a duas condições: às modificações ocorridas dentro do próprio marxismo, e a capacidade das democracias em transigirem e se adaptarem a alguns postulados marxistas. E somente quem desejasse tomar, diante do problema, a posição das avestruzes diante das tempestades poderia pensar de modo diverso.

Há porém, um ponto a assinalar-se: é o muito que a democracia e o comunismo já caminharam, convergindo para

uma possível e maior aproximação. Realmente, quem se detiver no exame da evolução do comunismo dentro da própria Rússia verá de logo as modificações sofridas, e que nos fazem lembrar os largos recuos, que marcam o desenvolvimento da Revolução Francesa. Mas, se o sistema russo apresenta sensíveis alterações em relação à sua existência inicial, quer sob o ponto de vista da liberdade religiosa, quer sob o ponto de vista político, tendendo cada vez mais para a realização de democracia política, também os regimes democráticos apresentam evidentes sinais de transformação, principalmente no campo econômico e social, e que demonstra quanto já foram suscetíveis de sofrerem as influências de certos princípios marxistas.

Não é, pois, com o coração amargurado e dominado pelo ceticismo que devemos encarar a hipótese formulada pelo vice-presidente Wallace. Longe disso, podemos acreditar que nada impedirá esse entendimento, essa política de mão estendida, que será o único penhor seguro de uma paz duradoura. E talvez, mais do que isso: de uma paz justa. Podere-mos nos encontrar.

12 de março de 1943

DOIS CONCEITOS

Não é raro acontecer que, devido à ação do tempo, deixemos de reconhecer pessoas, ideais, ou coisas a que os anos foram emprestando novos traços ou expressões características. É justamente o que acaba de ocorrer conosco ao nos depararmos com um artigo em que o Sr. Almir Andrade, de quem somos antigos admiradores, procura definir o que seja democracia. Não diremos ter ficado surpresos, pois no Brasil, depois de já havermos visto vestir-se uma camisa verde em Castro Alves, nada mais nos deve surpreender. Contudo, é principalmente como tema para debate e meditação que nos pareceu interessante transcrever aquilo que o autor chama “os seis princípios fundamentais da democracia”, e que são os seguintes:

I) O respeito à personalidade, em suas prerrogativas de independência e Liberdade socialmente útil; II) O respeito ao valor do trabalho, ou seja, a valorização do homem pelo que trabalha e produz, e não pelos privilégios que haja adquirido; III) A equidade: a decisão de dar a cada um o que é seu, segundo as suas necessidades e de acordo com as suas capacidades; *neminem laedere, suum cuique tribuere*; IV) A igualdade de oportunidade, concedida a todos os homens na luta pela vida, para que se revelem, em seu justo preço, todos os valores materiais e morais; V) a fraternidade e a solidariedade humana, produzindo cooperação de todos os homens para o bem comum; VI) O bem-estar de cada um e de todos, a felicidade social como objetivo supremo da vida política, superior ao Estado e aos fins políticos do Estado.

Aí, para o Sr. Almir Andrade, a cartilha democrática. Nela, por certo não se reconheceria qualquer dos famosos doutrinadores da democracia, desde Rousseau até Kelsen. Por quê? Simplesmente, porque, para chegar ao resultado e às conclusões a que atingiu, o autor desses seis princípios fundamentais, a exemplo do que fazem os próprios inimigos da democracia, esqueceu-se que a democracia não é um fim,

mas apenas um meio, um caminho, um sistema para se alcançar determinados fins, determinados objetivos. E o que ele nos proporciona são apenas objetivos, que poderão ser de qualquer regime, seja de uma democracia, seja de uma autocracia, ou melhor, de uma ditadura.

Mas, quando se procura definir um regime político, o essencial está em fixar quais os meios de que se valerá para conseguir realizar determinadas idéias. E é justamente sobre esse aspecto que o autor silencia inteiramente, valendo-se do artifício de algumas frases capazes de iludirem os desavisados. É assim que nos fala da "liberdade socialmente útil", da "igualdade de oportunidade", "do bem-estar de cada um e de todos", mas sem dizer quem determinará qual essa "liberdade", se a lei ou o arbítrio de algum indivíduo, ou como se avaliarão essas "oportunidades" e esse "bem-estar". Sob tais aspectos pode dizer-se que os conceitos básicos do Sr. Almir Andrade estariam mais próximos do totalitarismo do que da democracia.

Devemos, porém, confessar que se tratando de um escritor da responsabilidade intelectual do autor de *A verdade sobre Freud*, os conceitos trouxeram-nos alguma confusão. Por isso tivemos de dar um passeio pelas páginas do presidente Roosevelt, que, mais modesto resume apenas nestes dois conceitos os "princípios essenciais" da democracia: I) que em períodos freqüente os eleitores devam escolher novo Congresso e novo presidente: II) que esta escolha deva ser feita livremente, isto é, sem qualquer influências indevidas, favoráveis ou contrárias, sobre a expressão da opinião pessoal e sincera do eleitor". E somente assim, confortados, pudemos reconhecer a democracia, que se escondera sob a *maquillage* do meu amigo Almir Andrade.

19 de março de 1943

A ESCOLA AGRÍCOLA

Entre festas como é natural, acaba de inaugurar-se a Escola Agrícola de Cruz das Almas. Isso significa que depois de uma vida mais ou menos agitada, que a fez andar entre S. Bento das Lages e a Hospedaria de Mont Serrat encontrou afinal a nossa Escola Agrícola um pouso digno, confortável, talvez luxuoso, segundo afirmam alguns. É muito, portanto; sobretudo para quem viveu horas atribuladas. Mas, não é tudo.

Realmente, a uma escola, que aspira ser um centro honesto de ensino e de trabalho, possuir um teto capaz de proporcionar-lhe o ambiente conveniente às investigações, às experiências, às aulas, representa um quinhão considerável. Contudo, estará muito longe de ser o principal. É que, em estabelecimentos do gênero do que se acaba de instalar num aprazível recanto do interior do Estado, o essencial não é a fachada, não são os pavilhões vastos, os laboratórios providos de material, mas o carinho, o zelo, a probidade, o amor que lhe dediquem professores e alunos num honesto esforço para fazerem ciência em vez de se limitarem a um mínimo de deveres, que justifiquem os ordenados para os primeiros e diplomas para os últimos. Todos nós sabemos quanto eram acres as queixas remoídas em torno do fato de não possuírem os que se votavam, na Bahia, ao estudo da agronomia, campos apropriados para as suas experiências e observações. Hoje, a lacuna está desaparecida. Sobra-lhes terra. Não lhes falta conforto. E o próprio isolamento deve ser benéfico ao trabalho. Vale dizer que a administração deu tudo quanto se lhe pedia. Resta-nos esperar que os outros dêem aquilo que está acima das forças e do poder da administração: a sinceridade de propósitos, a fim de que a nossa Escola Agrícola, aliando à beleza material a capacidade científica, se transforme num centro de cultura tão famoso quanto são os outros congêneres do sul e do centro do país.

Creemos que tais palavras serão recebidas como um incentivo. Pelo menos, é esse o nosso desejo. O governo inaugurou uma "bela escola". Aos que viverem nela cumpre fazerem porque seja também uma "boa escola". Isso é o principal.

4 de maio de 1943

MENSAGEM ÀS MÃES

Difícilmente, uma simples fotografia poderia falar-nos tanto, na sua nudez, quanto essa que *A Tarde* anteontem publicou sobre as mães espanholas detidas, por motivos políticos, pelo regime do caudilho Franco. Sem a legenda, que a explica, seria até uma fotografia alegre. Principalmente nos tempos atuais, quando quase apenas nos chegam vistas sobre os horrores da guerra, ruínas de cidades, populações famintas, prisioneiros esfarrapados, ou mortos estendidos pelos campos de batalha. De fato, em vez de sombras e destruições, o que ela nos mostra é um quadro de vida, cheio de sol, crianças brincando no regaço materno. Aquece-a o forte sol da Espanha e alegra-a a inocência das criancinhas.

Mas, se nos lembrarmos do contraste existente entre aquele sol e aquelas crianças e a angústia, o sofrimento, a brutalidade, que se derramam invisivelmente por aquele quadro da Espanha totalitária, poderemos, por certo, avaliar o ódio e o mal de que são capazes os regimes nos quais se apagou a luz da liberdade e se extinguiram os direitos mais sagrados do homem. As próprias mães já não têm o direito de criar os filhos no recesso do lar, e, como uma esmola que lhes fosse atirada pelos últimos resquícios de humanidade da barbaria, apenas dispõem de alguns instantes para levá-los ao sol, fugitivas das masmorras onde expiam o crime, o alto crime de não quererem pensar pela cabeça do caudilho venturoso. E, assim, entre o sofrimento daquelas mães, o ódio somando-se ao ódio, a dor juntando-se à dor, crescem entre os horrores da prisão, milhares de desventuradas crianças, concebidas na guerra, nascidas na guerra, e criadas sob o estigma da brutalidade totalitária. Não pecaram, nem têm crime. Mas deverão penar e purgar o quinhão amargo dos vencidos, pois nem sequer em respeito a elas a generosidade tocou o coração dos vencedores. Por toda a vida, talvez inconscientemente, terão de trazer gravada na alma a marca indelével da prisão.

A cena, entretanto, o espetáculo, o bárbaro espetáculo da Espanha totalitária, talvez mais bárbaro do que aqueles da antiga Roma, vale, porém, como uma mensagem

dirigida ao coração de todas as mães. Somente elas, na sua ternura, no seu carinho, no seu amor, poderão compreender em toda a extensão a infâmia dos regimes em que os homens, em nome de um credo inspirado na força, e para o qual não há maior crime do que a crença na liberdade, não poupam sequer a inocência das crianças.

7 de maio de 1943

A BIBLIOTECA

Entre as normas de sabedoria postas por Benjamin Franklin na boca do Bom Homem Ricardo, poucas serão tão úteis quanto aquela que nos aconselha a aprender com a experiência alheia. É sempre mais barato do que pagarmos o preço da nossa própria experiência.

Essas as cogitações que nos acorreram ao lermos um telegrama anunciando o incêndio da Biblioteca Nacional do Peru, pois o fato deverá servir para tomarmos as cautelas e providências há muito reclamadas pela nossa Biblioteca Pública. Realmente, bastará pensar-se um pouco no que é, no que representa para a nossa cultura, e na precariedade das instalações da nossa Biblioteca para compreender-se a urgência da realização, aí, de obras de proteção contra o fogo. Não basta, aliás, dizer-se que são cerca de cinqüenta mil volumes, num valor de dez mil contos, pelo menos, colocados num prédio sem qualquer garantia contra os riscos de um incêndio. A verdade, infelizmente, não é apenas isso, que já seria muito. Teremos de acrescentar que se trata de um edifício velho, todo de madeira, e cuja instalação elétrica é pavorosamente deficiente, sujeita a freqüentes circuitos, cujas lâmpadas se queimam numa média de quarenta por mês, num eloqüente testemunho da ameaça, que paira, permanentemente, sobre a nossa Casa dos Livros. Parece-nos não ser preciso dizer mais.

Mas, já que começamos a falar da velha instituição fundada pelo padre Agostinho Gomes, não pararemos aqui. Amigos da Biblioteca, onde, a exemplo de tantos outros freqüentadores, sempre encontramos as informações e os livros que nos têm sido necessários, diremos mais algumas coisas. Não sobre a sua riqueza em obras de valor bibliográfico, mas sobre a sua pobreza, pois, no caso, se é útil falarmos do patrimônio que lhe está confiado, não será menos útil dizer-se alguma coisa sobre os perigos e as lacunas existentes. Quanto aos perigos, além do maior, que é o incêndio, existem outros, mais lentos, menos visíveis, mas nem por isso menos aflitivos: são os que decorrem do caruncho, do cupim, da traça e de todos esses minúsculos e tenazes inimigos dos livros. Não

há biblioteca, que consiga livrar-se deles inteiramente. Mas, quando se trata de uma das proporções da Biblioteca Pública e com a deficiência de meios, sobretudo de pessoal, que nela se verifica, somente o heroísmo pode explicar não ser muito pior o estado de conservação dos seus cimélios. Ao lado disso, infelizmente, estão as deficiências, imperdoáveis numa instituição que já atingiu o nível da nossa Biblioteca. De fato, a falta de verbas adequadas está concorrendo para que daqui a vinte ou trinta anos já não preste aos seus leitores os mesmos serviços de agora, pois a verdade é que a Biblioteca está “envelhecendo”. Cada vez se publica mais caro. E, como as verbas para aquisição de livros continuam mais ou menos as mesmas, a conseqüência é tornar-se cada vez maior o número de livros que a Biblioteca não pode comprar.

Talvez nos digam que o que aí está é fruto de pessimismo. Paciência. De qualquer forma são palavras do coração.

13 de maio de 1943

BANDEIRAS

Lembrando menos os feitos militares do que as graças da Providência, no curso da árdua campanha do Paraguai, conserva-se na sacristia da Igreja de Santana um dos velhos pavilhões desfraldados sobre as macegas de Tuiuti, cujo feliz desfecho hoje se comemora. Reconhecido à padroeira, trouxe-o dos campos de batalha para o remanso de uma sacristia o tenente coronel Francisco Vieira de Faria Rocha, que em Tuiuti, sob as ordens de outro bravo baiano, o famoso general Argolo e ao lado de Deodoro e Figueira de Melo, comandou o 40º batalhão de voluntários. Assim, se recorda a fé do devoto, a bandeira, que hoje já se não agita ao sopro do pampeiro, que a viu tremular como uma flama de vitória, também evoca a participação da Bahia no triunfo hoje celebrado.

Realmente, aí estivemos. Com aquele entusiasmo patriótico, aquele afã de defender a Pátria, que nos fez enviar de pronto, logo no primeiro ano de guerra, mais de dez mil homens e contribuir espontaneamente, com donativos particulares superiores a duzentos contos de réis, também tivemos o nosso quinhão de sacrifício e de glória na vitória magnífica, na qual a surpresa do inimigo não conseguiu vencer a bravura e a prudência, que Mitre, mais tarde, lembraria como uma das grandes qualidades do nosso general. Atacando-nos inopinadamente, Lopez acreditara compensar com o imprevisto, a exemplo de outros guerreiros, a inferioridade numérica, em que se encontrava depois dos revezes anteriormente sofridos. Lançaria as suas forças pela frente e pelos flancos, e imaginava assim arrebatá-los a direção militar da luta. Equivocou-se, porém. Vinte mil brasileiros, a cujo lado formavam dez mil argentinos e uruguaios, barraram-lhe o passo. E a luta, que se iniciara ao meio-dia, quando um foguete à Congrève anunciou o ataque, findava às quatro horas e meia da tarde, assinalando uma das mais importantes vitórias das nossas tropas. Tivemos mais de três mil homens fora de combate e as baixas argentinas e uruguaias montavam a novecentos. Era o preço da vitória. Para ela a Bahia contribuíra com o sangue dos seus filhos e a bravura e a diligência de Argolo, o "valen-

te general Argolo”, como o chamou Osório ao comentar a batalha. Foi portanto, bastante feliz a idéia dos que escolheram o dia de hoje para ser entregue a bandeira, que inspirará os componentes do 18º R. I. Eles serão dignos dela. E amanhã, quando passarem as horas tormentosas da guerra, o pavilhão que hoje recebem entre a emoção e os aplausos da Bahia poderá descansar como um símbolo de honra e de bravura igual àquele que, depois de ter tremulado em Tuiuti, se guarda na Igreja de Santana.

24 de maio de 1943

JORNAL DE CRÍTICA

A fim de salvá-las da vida efêmera dos artigos de imprensa, acaba o Sr. Álvaro Lins de reunir num volume, aliás o segundo de uma série a que denominou *Jornal de Crítica*, algumas das suas críticas literárias. Devemos dizer que fez bem, pois, mau grado as animosidades despertadas por tarefa tão ingrata quanto é a do crítico, ou as divergências que possam suscitar algumas opiniões emitidas, a verdade é que, tendo colocado as suas crônicas num ponto em que o particular não se sobrepõe aos conceitos de ordem geral, há sempre o que aprender nos trabalhos do jovem crítico, talvez o mais moço dos críticos nacionais.

Como é natural em trabalhos dessa natureza, *Jornal de Crítica* será, certamente, motivo de controvérsias e debates, pois é do seu destino atrair a cólera de quantos se consideram ofendidos pelo pouco que se lhes concedeu diante do muito, que esperavam. Aliás, já o velho Taine escreveu que "um crítico é um espinheiro numa estrada: a todos os carneiros que passam ele tira um pouco de lã". Os carneiros é que jamais se conformaram com a lã perdida. E, por isso mesmo, apesar de todo o bem com que se agraciou a crítica, não tem sido pouco o mal que dela se tem dito. Diderot chamava-a "o flagelo e o desgosto dos que trabalham", e Racine, falando dos críticos, dizia: "eles esperam sempre a ocasião de alguma obra de êxito, para a atacarem".

É possível que tais conceitos se nos afigurem exatos quando nos lembramos de um Zoilo, ou de um Scuderi. Mas, se ao invés disso nos voltarmos para os serviços prestados às letras por um Sainte Bauve, por Pope, um Tame, um Schrer, um Bielinski, um Menendez Y Pelayo, veremos que a balança ainda acusa saldo considerável a favor da crítica, da boa crítica, daquela que, embora errando às vezes, como é humano, procura colocar-se ao serviço do aperfeiçoamento das letras e da orientação do público, inspirando-lhe "o desejo de ler e reler os mestres", como queria Sacy. E, em certos casos, poderíamos até ir mais longe, e reconhecer os serviços prestados pela má crítica. Villemainx, referindo-se aos

críticos, que tanto atormentaram Voltaire, lembrava que “a necessidade de responder-lhes aumentou a coleção das suas obras, podemos perdoá-los, é um serviço que a crítica injusta empresta ao público”.

No caso, porém, do autor do *Jornal de Crítica*, que já se incorporou à história da vida literária do Brasil, a primeira coisa a reconhecer – e nisso não vai qualquer novidade – é tratar-se, não de um arrivista, mas de um crítico senhor do seu ofício. Informado, culto, perspicaz, ele poderá ter erros, pois deles só ficam imunes os que não escrevem, mas, afinal, o que avulta e terá de avultar, é o valor de uma obra honesta, lúcida, e também cheia de paixão – a paixão das boas letras.

15 de julho de 1943

DEMOCRACIA E DITADURA

O espetáculo proporcionado pela Itália, após a queda do ditador que durante vinte anos oprimira os velhos sentimentos democráticos da pátria de Garibaldi, é dos mais deploráveis. A cada passo, na incerteza e na contradição das palavras dos atuais dirigentes italianos, o que se sente é a incapacidade, o desconhecimento dos problemas de governo com que, inopinadamente se deparam. Não sabem o que fazem, nem sabem o que fazer.

No entanto, o triste espetáculo é uma das consequências normais dos regimes ditatoriais, que jamais deixam o poder, como é inevitável, sem provocar as perturbações agora verificadas na Itália. Justamente o oposto do que ocorre nas democracias, onde, graças ao seu mecanismo as substituições governamentais em graves momentos da vida da nação se verificam tranqüilamente, sem maiores prejuízos e percalços, pois são da essência do próprio regime.

É possível estarmos esquecidos de que na Inglaterra, nos meses que se seguiram imediatamente à ruptura das hostilidades, também uma crise, tão forte e tão grave quanto a que assinalou a queda de Mussolini, sacudiu o governo chefiado pelo pacífico e ingênuo Chamberlain. Que aconteceu, entretanto? Como se fosse a coisa mais natural do mundo, desde que lhe faltava o apoio da maioria parlamentar, Chamberlain deixou o poder e entregou a Winston Churchill o bastão de comando. Mudou a orientação do governo. Mas, tudo se processou dentro dos quadros legais e tão calmamente, que vinte e quatro horas depois já todo o Império Britânico, apesar da sua vastidão, se integrava, sem maiores transtornos na orientação política impressa pelo novo primeiro ministro.

De fato, essa possibilidade de pacíficas mudanças de governo é uma das vantagens mais concretas com que as democracias se apresentam sobre as ditaduras, que, dada a sua falta de flexibilidade não conhecem outro processo além do da violência, tanto para viverem como para morrerem. Mas, não é só. Enquanto as ditaduras – e é o que está acontecendo na Itália – suprimindo todo o direito de liberdade e de crítica

não permitem que se formem, na oposição, novas equipes de valores, que pelo próprio exercício da sua função crítica, ficam integrados com os problemas da administração, e, portanto, aptos para conduzi-los num momento determinado, as democracias, graças à discussão livre, tem sempre à mão uma imensa reserva de homens, que, tão bem quanto os próprios dirigentes, conhecem todas as questões governamentais. Por isso é que Churchill pode substituir Chamberlain, como Chamberlain substituíra Baldwin, sem que haja qualquer solução de continuidade, pois cada qual, esteja no poder ou fora dele, é sempre um homem perfeitamente informado e conhecedor das questões da nacionalidade. E assim, revezando-se entre o poder e a oposição, aquele que ontem detinha o governo amanhã passa a exercer a função crítica.

Na Itália, porém, como acontece nas ditaduras, abolida a liberdade de crítica, o governo e os seus problemas, passam a ser alguma coisa misteriosa confinada no ambiente estreito e vicioso das camarilhas de modo que qualquer mudança traz como conseqüência a elevação ao poder de personalidades inteiramente alheias à marcha dos negócios públicos. E assim, chegada a hora, que é fatal, da substituição do ditador e dos seus sequazes, vê-se a nação a braços com uma crise igual à que, hoje, assoberba o povo italiano, inteiramente desorientado, sem chefes que conheça e nos quais possa confiar, e sem homens integrados com a realidade de uma situação que a propaganda oficial dos ditadores é a primeira a deformar e esconder.

Felizmente, porém, tudo isso acontece bem longe de nós. Na Itália. Mas de qualquer forma, para as gerações que ainda se não aperceberam bem de todo o mal causado ao mundo por essa onda de totalitarismo, que avassalou milhões de consciências iludidas, vale o exemplo, que põe a nu um dos aspectos mais cruéis das ideologias ditatoriais, incapazes de darem ao homem os bens iminentes aos regimes onde a liberdade de pensamento vive ao abrigo da lei.

12 de agosto de 1943

A TESE LEVI CARNEIRO

Mau grado a observação do Sr. Austregésilo de Ataíde quanto a haver esvoaçado sobre a Conferência Inter-Americana de Advogados o espírito de Munique – o triste espírito dos que se deixam vencer pelo egoísmo e transigem com todas as formas de opressão sob a ilusão de salvarem alguns destroços do seu conforto – a reunião dos advogados do continente ainda nos pode oferecer alguma coisa de alentador para o ideal.

Dois fatos, sobretudo, dentre os que chegaram até nós, devem merecer a atenção pública – a tese do Sr. Levi Carneiro, e as recomendações da Comissão de Direito Constitucional.

Dando um balanço na história da vida da humanidade, a tese sustentada pelo ilustre Sr. Levi Carneiro visa pôr por terra o velho princípio do direito internacional, que exige de cada Estado o mais completo alheamento em face à organização interna dos demais. Cada qual se organizaria e viveria como melhor lhe parecesse. Uns prefeririam os regimes ditatoriais. Outros seriam democráticos. E, peado pelo direito internacional, nenhum Estado, ou grupo de Estados, poderia tentar intervir, influenciando para que fosse assegurado a todos os homens, sem distinção de credos, de nacionalidade, ou de idéias um mínimo de direitos inseparáveis da dignidade humana. É contra essa fórmula que se insurge o jurista nacional. Segue assim, a trilha de outros juristas e estadistas, que já haviam compreendido os males causados à humanidade por aquela atitude de indiferença, talvez doutrinariamente bela num mundo de santos, mas que, de fato, tem custado rios de sangue. É que todas as ditaduras, todos os regimes de opressão, tendem sempre, não apenas para a violência no campo interno, mas também no terreno internacional, a provocar guerras e conflitos como o atual.

Desse modo, tanto em nome da paz universal, como para ressaltar os direitos dos indivíduos, o direito internacional já se não poderia manter numa posição de tolerância ante a organização interna dos Estados. Teria de permitir que os

Estados, no propósito de garantirem a paz do mundo, não pactuassem com a implantação e existência dos regimes privados da liberdade de religião, da liberdade de pensamento e da liberdade de palavra, pois somente assim poderão sanear os ambientes internos evitando que pela vontade unipessoal, onipotente dos ditadores, se preparassem as atmosferas donde, certamente, acaba germinando a guerra e o sacrifício das liberdades essenciais ao pleno desenvolvimento da pessoa humana.

É o que pleiteia e defende o Sr. Levi Carneiro, por certo partidário da chamada escola jurídica de Vieira, para a qual o direito internacional seria a cúspide de todos os direitos. Não se satisfaz, porém, o ilustre jurista com as fórmulas anódinas, e que se contentam com rótulos democráticos em regimes onde nada existe de democracia e de liberdade. E, coerente com as suas idéias, bate-se por que as Nações Unidas formulem, de modo expresso, quais os "direitos do homem, que caracterizam a democracia". Evitar-se-ão assim as mistificações e falsificações como a da Alemanha, que sempre se teve como um país democrático, embora ninguém pudesse pensar senão pela cabeça do ditador e falar pela boca de Goebbels, chefe da propaganda germânica. Seria esse o primeiro passo para que, preservando a tranqüilidade do mundo e os direitos essenciais ao homem, o direito internacional colocasse fora da lei todos os regimes que não fossem realmente democráticos, como, em tão boa hora, almeja o Sr. Levi Carneiro, levantando a tese onde se poderão abrigar a paz e a liberdade.

20 de agosto de 1943

IDEALISMO E REALISMO

Após doze anos em que foi o “segundo” na Secretaria de Estado onde o Sr. Cordell Hull é o primeiro, o Sr. Sumner Welles acaba de se retirar para o repouso da vida privada. E, quer pelos serviços prestados à nação americana, quer pela aura de mistério que envolveu a sua demissão, nenhum jornal do mundo terá deixado de assinalar, como um desses fatos em que adivinhamos alguma gravidade, a saída do ilustre Subsecretário de Estado norte-americano, ao qual se tem atribuído eficaz participação, sobretudo nas relações dos Estados Unidos com a América Latina. O *The New York Times*, por exemplo, lastimando o afastamento do homem público, não se furtou a externar o pesar com que via ser a nação americana privada do espírito realista do Sr. Sumner Welles.

De mim porém, se alguma coisa tivesse a lamentar por certo que não seria a disponibilidade desse espírito realista. Ele pode ter sido útil à política americana, pode ter bem servido aos desígnios da Secretaria de Estado de Washington, mas não creio que seja o que os povos de toda a América Latina estejam, neste momento, a pedir à Pátria de Jefferson. Pelo contrário, o que almejamos dos Estados Unidos não é esse espírito realista, mas o generoso idealismo, que caracteriza a nação americana. Na verdade, o que aquele espírito chamado realista significa nas relações das chancelarias é quase sempre o descaso e desprezo pela sorte dos outros povos, contanto que daí advenha – ou pelo menos se acredite advir – qualquer benefício para os países que nele se inspiram. Foi ele que tolerou Munique na esperança de que do sacrifício de povos e ideais poderia germinar algum bem para os que transigiam com a agressão de Hitler e Mussolini. Foi ele que fez as democracias européias cruzarem os braços ante o esmagamento da república espanhola e a ascensão do caudilho Franco. É ele que tem dado a mão e apoiado, no mundo, e em nome de povos lididamente democráticos, a todas as ditaduras semeadas pela face da terra. Quais tenham sido os resultados dessa política chamada realista, nós bem o sabemos.

É justo, portanto, aspirarmos que, no lugar desse malfadado realismo possamos ver um certo idealismo, pois somente nessa base será possível estabelecer-se entre os povos, não os simples entendimentos entre governos, mas a real aproximação das nações. Em vez do realismo, que se manifesta através do egoísmo dos que almejam para si a liberdade, as garantias dos direitos do homem, e as formas democráticas de governo, enquanto permanecem inteiramente indiferentes à desgraça e à opressão dos outros povos, preferimos o idealismo daqueles que, por não desejarem o bem apenas na sua própria casa, também desejam vê-lo partilhado e estendido ao maior número possível.

Não sei como o próprio Sr. Sumner Welles pensaria a respeito. É até possível que como o Figaro, ele também nos pudesse repetir aquela frase da personagem: *Ma, per Dio, l'utilità!*. Contudo, francamente, se o ilustre estadista foi dos que leram por aquela cartilha do realismo, sinônimo de um egoísmo cruel entre os povos, por certo já havia passado a sua hora. Hoje, o que o mundo espera é uma forte lufada de idealismo para redimir os crimes cometidos e tolerados em nome das soluções realistas.

4 de outubro de 1943

POR QUE LUTAMOS

Assim como o historiador de hoje não consegue separar das campanhas de Napoleão as proclamações do grande Corso, ou omitir na descrição das vitórias de César os seus discursos, também os que, amanhã, se entregarem à tarefa de recompor as horas cruciantes em que vivemos não alcançarão retirar dos seus painéis as orações de Winston Churchill. É que, no monumento da Vitória, a palavra do primeiro ministro britânico ocupará um lugar ao lado dos triunfos militares e do sacrifício dos que sonharam, e morreram, por um mundo melhor.

É bem possível, aliás, que nem todos se tenham apercebido com exatidão da influência exercida, na hora em que tudo pareceu perdido, pela eloqüência do velho parlamentar, cuja franqueza, por vezes rude, mas sempre grandiosa, transformou-se na inspiração e no arrimo de quantos já haviam desesperado. E daí a justiça com que a Universidade de Harvard, ao conferir a Churchill o diploma de Doutor em Leis, fez gravar no pergaminho estas palavras simples e verdadeiras: "Winston Leonard Spencer Churchill, Doutor, em leis; um historiador que escreveu páginas gloriosas na história britânica; um estadista e guerreiro cuja tenacidade e coragem modificaram a sorte na hora mais negra da Liberdade". Resume-se aí o momento mais alto de uma grande existência, que bem servindo à Pátria serviu a toda a Humanidade, defendendo-a e livrando-a da escravidão totalitária. Sagrando-a e apontando-a à gratidão dos pósteros, nessa solenidade em que os clarins soaram como uma alvorada de triunfo, a Universidade de Harvard ao exprimir pela voz do seu Presidente, James Conant, o reconhecimento de uma corporação tradicional no mundo do pensamento e da cultura, bem traduziu os sentimentos e as emoções de quantos, fiéis à inteligência e ao direito na luta sustentada contra o fanatismo e a força, não se deixaram avassalar pela onda de egoísmo e de covardia derramada sobre a face da Terra.

E também a todos esses, que se não renderam e se não corromperam, dirigem-se, como se apontassem um caminho,

mostrando-lhes os motivos por que continuam a lutar, as palavras com que Winston Churchill agradeceu a homenagem:

Não estamos em guerra com raças em si mesmas. Como dissestes, senhor presidente, a tirania do governo é o nosso inimigo: a tirania é o nosso inimigo, sejam quais forem os disfarces com que apareça. Qualquer que seja a linguagem em que fale, interna ou externamente, devemos estar para sempre em guarda; e mesmo mobilizados e vigilantes, prontos para reagir à sua ameaça.

A frase vale como uma legenda. A legenda dos homens livres, em luta contra todas as formas e disfarces da ditadura. Até porque, se não fosse por ela, pelas idéias que contém, dificilmente saberíamos por que lutamos.

12 de outubro de 1943

EDMUNDO BITTENCOURT

Em relação a Edmundo Bittencourt seria muito banal dizermos que o seu desaparecimento abre um grande claro nas fileiras do jornalismo nacional, embora isso seja perfeitamente exato. É que se nos voltarmos por um instante, para lembrar o que foi a vida desse homem de imprensa, o que representou na existência do país, o que fizeram as suas campanhas, compreenderemos, sobretudo, que ele pertenceu a uma espécie de jornalistas, que, em pouco, talvez esteja inteiramente desaparecida, a dos jornalistas que fizeram a nação interessar-se pela causa pública, pensar e escolher.

Realmente, surgindo em campo, com o *Correio da Manhã*, nos albores do século, ele não tardará, pela soma de qualidades, que lhe marcavam o temperamento e a inteligência, em filiar-se àquela cadeia de homens de imprensa para os quais o jornal era, acima de tudo, uma tribuna e uma trincheira, de onde se discutiam e defendiam idéias e opiniões. E não há exagero em dizer-se que, conquistando esporas de cavaleiro, ele de logo ganhara o seu lugar na mesma galeria onde se inscreveram os nomes de Evaristo da Veiga, Saldanha Marinho, Ferreira de Araújo, Quintino Bocaiúva, Alcindo Guanabara, e Rui Barbosa, o maior de todos. Edmundo Bittencourt marcou uma época na imprensa nacional. E se seria injusto dizer que foi o último, não é demais afirmar-se que foi dos derradeiros a conseguirem perante o público, essa identidade entre um jornal e um jornalista. O *Correio* era ele. Para o leitor o que importava não era ler o jornal, era saber a opinião do jornalista, tão pessoal, e tão cheio de personalidade. Inconfundível, poderemos afirmar.

Hoje, no entanto, qual o jornalista capaz de almejar uma carreira e uma posição como a que teve Edmundo Bittencourt e foi o apanágio de muitos outros? Certamente, nenhum. Para isso faltar-lhe-ia o clima, o ambiente, o meio próprio, e necessário. Depois de se haver inventado o totalitarismo, e nos países onde medraram os seus princípios, os jornalistas tiveram de ceder passo. Há jornais, mas não há jornalistas, no sentido que teve a palavra, durante muito tempo, no Brasil.

Por isso mesmo, se a morte de Edmundo Bittencourt, nos enche de tristeza, a lembrança do que ele foi, do que ele pode ser, deve infundir a todos nós, que vivemos numa época em que há jornais mas não há jornalistas, profunda melancolia. Dele temos de nos despedir como um dos últimos remanescentes de um período que proporcionou à nação para orientá-la e atrair-lhe a atenção para os interesses públicos uma corte de bravos lutadores, e dos quais Edmundo Bittencourt foi dos mais aguerridos e destemidos.

22 de outubro de 1943

O MANIFESTO REPUBLICANO

Em 3 de dezembro de 1870, se se perguntasse a algum carioca qual o grande fato do dia, por certo que ele não vacilaria para apontar a representação de "O Guarani", de Carlos Gomes, e que, pela primeira vez era levado à cena no Brasil.

No entanto, nesta mesma data outro acontecimento, e de muito maior repercussão, ocorria na capital do Império: a publicação do manifesto republicano de 1870 e do qual eram signatários Saldanha Marinho, Aristides Lobo, Cristiano Otoni, Ferreira Viana, Lafaiete Pereira e Quintino Bocaiúva, entre outros. Talvez seja mesmo, dos documentos políticos brasileiros um dos de maior monta. Encerrava a semente de uma idéia. E como são as idéias que, em grande parte, movem o mundo, o manifesto haveria de mover o Brasil, conquistando-o para a idéia republicana. Mas, apesar de passados tantos anos, ainda é interessante relembrarmos o que pediam e o que queriam aqueles idealistas de 70. Inicialmente eles começavam por fixar a própria posição em que se colocavam, e faziam-no nestes termos: "Como homens livres e essencialmente subordinados aos interesses da nossa pátria, não é nossa intenção convulsionar a sociedade em que vivemos. Nosso intuito é esclarecê-la. Em um regime de compressão e de violência, conspirar seria o nosso direito. Mas no regime das ficções e das corrupções, em que vivemos, discutir é o nosso dever". Em seguida, depois de negar autoridade a uma constituição outorgada, como foi a de 1824, eles assim definem a situação do país:

O último presidente do conselho de ministros do ex-imperador dos franceses, em carta aos seus eleitores, deixou escapar a seguinte sentença: A perpetuidade do soberano, embora unida à responsabilidade, é uma coisa absurda, mas a perpetuidade unida à irresponsabilidade é uma coisa monstruosa. Nessa sentença se resume o processo do nosso sistema de governo.

Não se esquecia o manifesto – e esse foi justamente um dos pontos básicos de toda a propaganda republicana – de pleitear a federação como imperativo decorrente da própria geografia do país. E, fazendo um confronto entre a centralização e a descentralização, assim concluíam os homens de 70, que, hoje, talvez entrassem na designação genérica de leguleios: “Se carecêssemos de uma fórmula para assinalar perante a consciência nacional os efeitos de um e outro regime, nós o resumiríamos assim: Centralização - Desmembramento. Descentralização - Unidade”. Assim, nessa linguagem incisiva, reservava o manifesto a parte derradeira para afirmar as convicções democráticas dos signatários, que teriam tempo suficiente para ver que de fato, as idéias defendidas no manifesto de 3 de dezembro eram mais importantes do que a representação de “O Guarani”. Aliás, nem todos pensam assim...

3 de dezembro de 1943

ALEGRIA POR DECRETO

Publicou o *Diário Oficial* de ontem as normas, que deverão assinalar, no próximo dia 1° de janeiro, a entrada em vigor do novo quadro territorial do país. Concebidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, foram elas aprovadas e mandadas obedecer por um decreto federal. Assim, não há que tugar nem mugir. De norte a sul, no litoral e no sertão, terão de ser zelosamente cumpridas.

Deve, aliás, ser reconhecido que nada escapou à visão e previsão dos organizadores das disposições a serem seguidas naquele dia, e sob o patrocínio das Prefeituras. Nesse particular o trabalho do Instituto muito se assemelha pela riqueza dos pormenores, a um desses "Secretários dos Namorados". Até a hora em que deverá ser instalada a sessão está posta em letra de forma. Também não faltam os 'vivas!' que deverão estrondear pelas salas, testemunhando a satisfação, real ou fingida, dos presentes. E, assim, conseguiu o Instituto de Geografia realizar uma obra prima de humorismo, fazendo que a alegria deixe de ser alguma coisa espontânea, para ser a conseqüência obrigatória de um decreto.

É possível, por certo, que haja quem pense estamos exagerando. Entretanto, para que bem se compreenda nada mais fazemos do que anunciar fatos, basta ver-se que, não havendo sequer omitido o modelo da ata a ser lavrada após a solenidade, também não se esqueceram os seus redatores de lá colocarem este trecho: "Prolongadas salvas de palmas aplaudiram e festejaram o momento em que entrou em vigor o novo quadro territorial, exprimindo ao mesmo tempo a solidariedade ao alto pensamento da fórmula ritual pronunciada".

Desse jeito, também as palmas passaram a ser obrigatórias, por decreto. A verdade, no entanto, é que poucos no Brasil, sobretudo nesse grande e abandonado sertão brasileiro, estarão interessados ou contentes por causa da nova divisão territorial. Pelo contrário, o que há é receio. Receio de que amanhã, com essa facilidade de fazer decretos, se venha a retalhar o Brasil de acordo com algum figurino de última

hora, e estranho às tradições do país. Contudo, na ata deverá constar que houve “prolongadas salvas de palmas”, tenha ou não havido. É de lei. Para quê, não sabemos. Pois tanto pode ser para enganar o próprio Instituto Brasileiro de Geografia, que acabará esquecido de que os aplausos são da ata e não do público, como para querer nos habituar a essas particularidades dos regimes fascistas, sempre pródigos nessas enações e formalidades em que os aplausos e os ‘vivas!’ são de encomenda.

16 de dezembro de 1943

BAIANOS

A fim de recolher as doações feitas por uma das filhas do barão de Cotegipe, ao Museu Histórico Nacional, será aí criada a sala com o nome do ilustre estadista do Império. Assim, para lembrança das gerações futuras, reunir-se-ão num mesmo local vários objetos ligados à vida política do eminente baiano, e que servirão não só para recordar uma das figuras mais brilhantes do período imperial, mas também uma fase em que a Bahia haveria de preparar, para a glória do Brasil, algumas das suas mais fortes personalidades.

Realmente, como se os bons fados se esmerassem em preparar para a Bahia os filhos que lhe valeriam o epíteto de Virgínia Brasileira, é curioso observar a prodigalidade com que demos ao país nomes e vultos dos mais eminentes, quer na política, quer nas letras. Aqui nasceriam os dois Ferreira França e os dois Rebouças. E, da fase da Independência, são os nomes de Abrantes, Montezuma, e Jequitinhonha. Depois, seguem-se Rio Branco, Nabuco de Araújo, Cotegipe, Saraiva, Dantas, Ferraz, Junqueira e Zacarias. E cada qual seria bastante, por si só, para marcar, com um clarão de inteligência, de talento e de capacidade a sua época. Por isso mesmo o Império é a fase dos estadistas baianos. E não convém esquecer que é o período mais brilhante da nossa História. Contudo, não é apenas na política que se assinala essa grande geração de baianos – nas letras, é daqui que sai Castro Alves.

Felizmente, porém, mesmo depois de proclamada a Primeira República, e quando já haviam desaparecido quase todos aqueles vultos eminentes do Império, ainda continuamos a honrar as tradições que nos apontavam como um manancial de estadistas, de homens públicos capazes de servirem ao país com um largo espírito de dedicação, de tolerância, e de inteligência. Como acontecera desde a proclamação da Independência, jamais alguém se animaria no Brasil, por exemplo, a organizar um ministério onde não figurasse algum representante da Bahia. E, de fato, do período republicano são os nomes de Rui Barbosa, Manuel Vitorino, Severino Vieira, Seabra e Miguel Calmon, para apenas falarmos de alguns mortos.

Entretanto, se a próxima inauguração da sala com o nome de barão de Cotegipe nos levasse a correr a vista pelo atual panorama do país, a fim de verificarmos, passando os olhos pelos rostos da administração, quais os baianos que daqui a meio século poderão dar o nome a alguma sala do Museu Histórico, por certo o espetáculo nada teria de animador. Os baianos como que estão ausentes. E se não quisermos acreditar que hajam desaparecido, seremos levados a suspeitar que os ares de hoje não são propícios àquelas qualidades que foram a grandeza e o apanágio dos estadistas baianos do Império e da outra República.

23 de dezembro de 1943

UM GRANDE PANFLETO

Nesses longos e tristes anos que temos vivido, o livro agora publicado pelo Sr. João Mangabeira sobre Rui Barbosa é, sem dúvida, uma dessas páginas que consolarão as gerações futuras, fazendo-as compreender que, mau grado essa aparência de letargia em que nos vimos desgraçadamente envolvidos, ainda existe alguma coisa incorrupta e incorruptível: o exemplo e o espírito de Rui Barbosa.

Por isso mesmo, ao meu ver, essas páginas profundamente eloqüentes, tão cheias de beleza e inspiração, e que a alguém se afiguraram uma apologia, antes de serem um estudo crítico, são, antes e acima de tudo, um panfleto. De fato, pelo que ela é para nós, a vida de Rui Barbosa, nos seus aspectos políticos, na sua luta apostolar em favor da Liberdade e do Direito – os dois fundamentos primaciais da Democracia – constitui por si só, apenas pelo seu enunciado, o mais veemente, o mais alto dos protestos contra os regimes fundados no arbítrio e nascidos da ilegitimidade de uma usurpação. Assim, queira ou não o Sr. João Mangabeira, estamos diante de uma obra que não há de ser julgada somente “segundo o seu plano, o seu objetivo, a sua execução”. E, que, tivesse ou não intenção de escrever um panfleto, cujas páginas, de espaço a espaço, nos devem fazer corar de pejo ao pensarmos na inação com que temos, de braços cruzados traído os mais altos e mais nobres ideais da nacionalidade, aqueles pelos quais Rui se sacrificara e que são, na realidade os da nossa cultura e dos nossos sentimentos, a verdade verdadeira é que o trabalho do Sr. Mangabeira tem o sabor desses panfletos, que, outrora, abalaram consciências e fizeram, não raro, mudar os rumos dos ventos das nacionalidades. Publicado em outra oportunidade que não a de agora, quando o mundo se empenha numa das suas mais cruentas guerras ideológicas, o trabalho do Sr. Mangabeira poderia ser visto como a contribuição, o testemunho, que sobre a vida do grande homem, com o qual tivera a ventura de privar na intimidade, nos desejasse proporcionar o seu autor. Seria um serviço às letras, à história, de certo modo ao próprio Rui. Hoje, no entanto, além de tudo

COLEÇÃO DOCUMENTOS BRASILEIROS

DIRIGIDA POR OCTAVIO TARQUINIO DE SOUSA

40

JOÃO MANGABEIRA

RUI

O Estadista da República

EDIÇÃO ILUSTRADA



1943

Livraria JOSÉ OLYMPIO Editora

Rua do Ouvidor, 110 — Rio de Janeiro

Para Luiz Viana Filho, o livro de Mangabeira, mais que idéias, apresenta o exemplo de vida deixado por Rui Barbosa, um "protesto contra regimes fundados no arbítrio".

isso, e mais do que tudo isso é um nobre serviço prestado à República, à República como a desejaram os seus fundadores e construtores, isto é, à República que pusesse todos os cidadãos ao abrigo das violências do Poder, à República que erigisse o voto em "praça de armas do cidadão", à República onde se não esmagasse a liberdade da palavra e do pensamento, à República onde a lei estivesse acima da vontade dos governantes e a justiça a salvo de todas as perseguições.

Pois bem, contando-nos de modo eloquente, as atitudes e as atividades políticas de Rui Barbosa nos trinta e quatro anos em que este serviu à República, ensinando "mais com o exemplo do que com a doutrina", o Sr. Mangabeira revive aos olhos da nação alguns dos momentos culminantes, não apenas da vida de um homem, mas da própria nacionalidade brasileira nos dias em que, ao sopro da energia formidável do Apóstolo, começámos a praticar a democracia, tão cedo imolada pela cobiça dos homens. E é no curso dessas três décadas e meia que a vida do estadista da República se confunde com a própria história política do país, que o autor de *Rui, o Estadista da República*, relembrando episódios, confrontando atitudes, rememorando frases e analisando situações, nos oferece os mais acendrados exemplos de dedicação à causa pública e aos ideais pelos quais, incessantemente, como se se comprouvesse em sorver a cicuta para edificação dos seus semelhantes, se sacrificaria Rui Barbosa. Sobre o seu sacrifício levanta-se, porém, a sua glória e a sua imortalidade, ambas, como sempre, indiferentes a "quantos poderosos naqueles dias combateram Rui, perseguiram-no, negaram-no, preteriram-no nos postos do comando; contra ele urdiram, teceram, conspiraram".

Assim, mantendo do princípio ao fim, o tom inflamado e vigoroso que nos levou aos páramos da eloquência de que é um dos expoentes, no Brasil, o Sr. João Mangabeira, fiel à memória e aos ensinamentos do Apóstolo, escreveu um livro que deverá ser para todos nós brasileiros e democratas, não apenas um toque a rebate, um chamamento aos deveres cívicos de que nos temos alheado nessa hora trágica para a Liberdade e para o Direito, mas um motivo para que sintamos o sangue nos corar as faces ao repetirmos estas palavras de Rui evocadas pelo Sr. Mangabeira:

Povo Brasileiro! Reclamai e vos escutarão; exigi e tereis; ordenai e sereis obedecido; sabeis querer e tudo se vos cederá! Uma nação não se deve recear senão da sua própria inconsciência, da sua própria relaxação, da sua própria covardia. Despiram-vos da vossa soberania, roubaram-vos a liberdade, subtraíram-vos a justiça, puseram-vos fora da lei. É todo o vosso patrimônio moral que se foi... O Brasil não cabe entre as quatro tábuas de uma tumba, onde entrou o regime do caudilhismo, da improbidade e da bancarrota.

Desse modo, reconstituindo a vida política de Rui, tornou-se o Sr. Mangabeira um Sagitário, cujas setas, atingindo o alvo a que se destinam, nos convidam a um exame de consciência para que cada qual, de si para si, pese se tem sido fiel aos ensinamentos daquele que ensinou "mais com o exemplo do que com a doutrina".

19 de fevereiro de 1944

O IDEALISMO DE WILSON

Não somente a vinda à Bahia do Sr. Willian Rex Crawford, adido cultural da embaixada americana no Brasil, mas os próprios títulos do que nos asseguram ser homem de inteligência, oferecem oportunidade para abordar o tema das relações com a grande democracia de Lincoln. Menos, aliás, para falarmos das nossas tradições de boa amizade, e que remontam aos primeiros anos da Independência, do que para aflorarmos algumas conjeturas em torno do assunto.

Habitualmente, muito propensos a dar exagerada importância às aparências, costumamos acreditar que tudo vai bem ou mal devido a alguma exterioridade sem qualquer significação real. Isso é um erro, e mais do que isso, um mal. Devemos encarar os fatos como eles são, e não como parecem ser. Ora, no caso das relações entre o Brasil e os Estados Unidos a verdade é que, embora esses cento e cinqüenta anos de amizade, de compreensão, e de admiração, tenham preparado o terreno para as horas atuais, entramos numa fase inteiramente diversa da que tivemos até agora. Até há poucos anos éramos dois povos amigos, mas bastante distantes. Mesmo sob o ponto de vista cultural, tanto havíamos vivido sob a influência da França, que somente depois da República – e isso mesmo em relação a assuntos jurídicos – lograram alguma divulgação os autores norte-americanos. A conseqüência é que os nossos entendimentos, a nossa amizade, eram alguma coisa a ser construída apenas, e facilmente, pela diplomacia. A falta de contato direto acarretava inexistência de pontos de atrito. Eram relações entre dois governos, ou pouco mais que isso. O povo, por essa intuição que nos tem feito compreender a lógica dessa política, apenas sancionava a atitude dos estadistas.

Poderíamos dizer que, hoje, é idêntica a situação? Nunca. Vivemos um novo período. Em vez de distantes, aproximamo-nos. Surgiram inúmeros pontos de contato imediato, direto, não apenas entre os dois governos, mas entre os dois povos. E não se pense serem eventualidades da guerra. Possivelmente, continuarão, portanto, novas necessidades e aspectos nas relações entre as duas nacionalidades.

Mas, ao falarmos da política exterior da América, não poderíamos omitir, no momento, o nome de Walter Lippmann. Autor de um livro de repercussão, antigo publicista, Lippmann aparece agora entre outras coisas, defendendo a tese de uma política externa baseada no interesse e sem qualquer consideração às instituições vigentes em cada país. E, documentado o que diz, argumenta com o caso da Rússia do czar e do comunismo, ambos regimes antagônicos ao americano, mas que não impediram as boas relações entre os dois povos. Até onde será isso exato, é difícil dizê-lo. Até porque, se em relação aos soviéticos ainda é cedo para uma afirmativa daquela ordem, em relação ao czarismo temos a considerar o tempo e a distância que separavam a América da Rússia.

Aliás, a tese Lippmann não se nos afigura feliz; é muito oportunista para que possa merecer a sanção do tempo. Não nos devemos esquecer, por exemplo, que uma tese como a de Monroe, apesar das múltiplas transformações porque tem passado, vive não pelo que representa de interesse, de material para a América, mas pelo sopro de idealismo, que a tem impulsionado através dos tempos.

Wilson, cuja visão de estadista podemos, hoje, compreender muito melhor, e cujo idealismo mostrou ser mais sólido e verdadeiro do que o realismo de Lodge, sempre foi infenso às relações externas apoiadas apenas no interesse. É que para ele havia alguma coisa de mais sólido, de mais duradouro do que esses interesses, que flutuam ao sabor de governos que passam. E essa alguma coisa é o ideal, a comunhão de sentimentos, a identidade de cultura e que sobrepondo-se aos próprios governos vence as circunstâncias e o tempo. Por isso mesmo, os votos de todos nós, que sabemos da responsabilidade da América nos destinos e na paz do continente, devem ser para que o pensamento americano continue a ser inspirado pelo idealismo de Wilson, e compreenda que não há apenas interesses a defender e governos a envolver numa órbita de influências, mas sobretudo povos a conquistar pelo sentimento e pela identidade de cultura.

20 de março de 1944

A POLÍTICA E OS INTELLECTUAIS

Acabo de ler – e com espanto, devo confessar – o artigo em que o Sr. Almir de Andrade, sem pesar as suas responsabilidades de autor de várias obras honestas, explana e defende a seguinte tese, a propósito da posse do Sr. Getúlio Vargas na Academia de Letras: somente hoje, depois do chamado Estado Novo, é que se verificou no Brasil, uma independência entre o mundo político e o mundo intelectual. Isto é, enquanto antes veríamos os escritores inteiramente divorciados do panorama político, atualmente, ao contrário disso, estariam os homens de pensamento participando da direção do país.

Aí, em poucas linhas, a tese que o Sr. Almir de Andrade lançou aos quatro ventos. Ora, a verdade é que não poderia ser menos feliz o autor da *A verdade contra Freud*. De fato, se apreciarmos o panorama brasileiro antes e depois do Estado Novo, e fizermos um confronto entre as duas épocas, o que iremos encontrar é justamente o oposto do que afirmou aquele escritor. Passemos, por exemplo, uma rápida vista d'olhos sobre o Império. Lá divisaremos metidos nos seus fardões de ministro o poeta Pedro Luiz, e o grande Francisco Otaviano. Também aí encontraríamos Lafaete e o Barão Homem de Melo. E, no Parlamento, bastaria citarmos os nomes de José de Alencar, Nabuco e Rui Barbosa.

Bem mais expressivo, no assunto, é um exame das fileiras parlamentares da República. Lembremos alguns dos grandes nomes de intelectuais dessa fase que vem até o Estado Novo, e vejamos se os encontramos divorciados da política, da direção do país, ou se vamos encontrá-los integrados nas hostes partidárias da Velha República. Humberto de Campos, por exemplo. É desnecessário fazer-lhe o elogio. Pois bem, lá está ele sentado na Câmara como representante do Maranhão. Também deputado foi Coelho Neto. Como o foram Afrânio Peixoto e Artur Neiva, representando a Bahia que, antes, também elegera Eduardo Ramos, Xavier Marques, Teodoro Sampaio, e Clementino Fraga. Também não foram estranhos à vida parlamentar da República os

nomes de Medeiros e Albuquerque, Augusto de Lima, João do Norte, Alcântara Machado, e Miguel Couto. Isso para não citarmos senão aqueles que nos ocorrem no momento, mas que já serão suficientes para se perceber que longe de haver existido esse divórcio entre o mundo político e o mundo intelectual brasileiro, antes de 1937, o que podemos afirmar, sem qualquer receio, é que sempre participaram da vida partidária nacional as melhores das figuras intelectuais do Brasil. Hoje, sim, talvez coubesse a tese do Sr. Almir de Andrade, que, certamente, não há de nos apresentar como prova da integração dos intelectuais na direção do país sob o Estado Novo o fato de haver alguns escritores empregados no Departamento de Imprensa e Propaganda, ou de haver um romancista alcançado uma vaga de fiscal de consumo em Macaé. Sem dúvida o Sr. Almir de Andrade não foi exato. Cumpre restabelecer-se a verdade.

4 de abril de 1944

LIBERDADE PARA MOTA LIMA

Para certas pessoas, mais do que para outras, deve ser profundamente melancólico assistirem e pensarem no que por aí vai. Justamente por terem sido homens de luta, o esforço que despenderam talvez acabe por lhes parecer alguma coisa inútil caso não percebam que mau grado todas as voltas e recuos que assinalam as ditaduras, o mundo marcha sempre para mais perto da Liberdade.

Deve estar nesse caso o jornalista Pedro Mota Lima, atualmente no presídio político da Ilha Grande, onde cumpre a pena imposta por um crime político, e para o qual, por ocasião da recente visita do Sr. Getúlio Vargas à Associação Brasileira de Imprensa, pediram os jornalistas a graça do indulto. De fato, Mota Lima é dos mais antigos batalhadores da imprensa nacional, onde se tem assinalado por ininterrupto idealismo. Vem dos tempos de Rui. Ainda há pouco, no livro que escreveu sobre o estadista da República, lembrava o Sr. João Mangabeira um episódio ocorrido há vinte e dois anos atrás e no qual figura o Sr. Mota Lima no momento em que, prisioneiro do Estado de Sítio decretado por ocasião da revolução de 1922, devia ser levado a Rui para que este visse com os próprios olhos o jornalista egresso da prisão. E se o fato nos faz lembrar que já àquele tempo purgavam os jornalistas as suas penas, também nos evoca nem só as reações provocadas por tais acontecimentos – protestos no Senado, na Câmara, nos jornais, e, por fim os agitados habeas-corpus, muitos deles vitoriosos, requeridos ao Supremo Tribunal Federal – mas também as antigas atividades do jornalista Mota Lima em prol do aperfeiçoamento do nosso regime democrático que então se atacava por ser imperfeito. (Que tolos são os homens!) Mas, são águas passadas.

O certo é que depois de formar nas fileiras da Reação Republicana, em 1922, Mota Lima conservou daí por diante, sempre levantada a sua bandeira de idealista. Em 1924, o 5 de Julho encontrou-o tão fiel quanto fora ao movimento do Forte de Copacabana. Depois veio 1930. Era a revolução feita para assegurar ao Brasil aquelas liberdades pelas quais

clamava desde a Proclamação da República. Pelo menos, a plataforma da Esplanada do Castelo era peremptória. Hoje o jornalista Mota Lima está no presídio da Ilha Grande. Não há Câmara, não há Senado, não há habeas-corpus. Mas confiemos em que o indulto há de sorrir a Mota Lima, por cuja liberdade estamos, nós jornalistas, pedindo neste momento, e em cuja tristeza também estou a pensar.

22 de abril de 1944

EXEMPLO INGLÊS

Qualquer pessoa mais ou menos familiarizada com o pensamento de Rui Barbosa bem sabe o entusiasmo que nele sempre despertaram as instituições democráticas da Inglaterra. Basta lembrar que de certa feita ele repetira esta frase de Thiers: "Durante toda a minha vida tenho repetido e continuarei a repetir: se, à maneira do escultor, que modela entre as mãos o barro plástico, eu pudesse afeiçoar a meu gosto o meu país, faria dele, não uma América mas uma Inglaterra". E acrescentava Rui: "Essas palavras constituem a melhor versão, que eu poderia dar do meu sentimento". É que para ele "os governos bons são os temperados e fiscalizados pela discussão".

Pois bem, embora passado meio século, e meio século de tantas vicissitudes, quantas são as que assinalam as cinco décadas últimas, a verdade é que, ainda hoje, Rui, por certo, não teria de que se arrepende na sua admiração. E disso os recentes ataques sofridos pelo premier Churchill, a propósito das suas afirmações em torno do caudilho Franco, constituem testemunho eloqüente.

De fato, se há um homem que se possa orgulhar de haver prestados serviços jamais ultrapassados à Inglaterra, esse homem é Winston Spencer Churchill, o bravo organizador da resistência britânica nas horas amargas e inquietas de 1940. Ninguém, mais do que ele, terá direito à gratidão e à admiração do povo inglês, e por várias vezes, quer na imprensa, quer no parlamento, quer em manifestações populares, isso já tem sido demonstrado. Nada disso, entretanto, impede que o insuperável organizador da Vitória seja objeto dos mais severos ataques, das críticas mais inclementes, das censuras mais vivas, uma vez que a sua maneira de conduzir a administração não seja aquela desejada pelo povo inglês, que, mesmo em meio à refrega, em plena batalha, não abre mão dos seus direitos de apreciar livremente, sem censura de qualquer espécie, livre de ameaça de qualquer justiça especial, os atos do seu governo, pois bem sabe que isso é fundamental numa democracia que não pretenda ser apenas uma

caricatura de democracia. Por isso, quando Churchill, num momento verdadeiramente infeliz, tira a máscara de descendente de Marlborough para preconizar uma política de tolerância, de apaziguamento (como se estivesse possuído do espírito de Munique), em relação ao ditador espanhol, vemos a imprensa inglesa protestar, secundando os protestos já ouvidos no parlamento, para dizer que não é esse o pensamento do povo inglês, que mal compreenderíamos se sacrificando nos campos de luta, em nome da liberdade dos povos, se pudessemos admitir que, cessada a luta, o vissemos estender a mão, satisfeito, a todos os Francos, para desejar-lhes boa sorte. Felizmente, porém, num país livre, os governos não dizem tais coisas entre os incensos da propaganda oficial. O povo também fala, mesmo contra Churchill. Ninguém acredita em homens infalíveis.

1º de junho de 1944

A BAHIA E O MAR

Desde que nasceu, fincada a primeira pedra por Tomé de Souza, a Bahia tem estado fundamente vinculada ao mar. O próprio fundador, estendendo a vista sobre o vasto mediterrâneo, que banha as praias do recôncavo e entra pelos esteiros e lagamares, deve ter compreendido a excelência da posição, fácil de abastecer através do porto franco e, também fácil de defender de cima das escarpas que correm quase a pique até o mar. E, para completar a ação da natureza, que parecia ter modelado a obra para entregar ao homem quanto então necessitava para fazer da Bahia ponto de escala entre a Europa e o Oriente, ali estava, pouco adiante, aquela enseada protegida, defendida contra os vendavais, própria para o reparo e cremação das naus, e a que logo chamaram a Ribeira das Naus.

E o tempo só fez mostrar quanto o destino da Bahia estava vinculado ao mar. É a nossa chave. Se o temos, tudo vai em segurança. Se o perdemos, não há como manter a cidade. Começou assim na época dos holandeses. De parte a parte, entre portugueses e flamengos, as vitórias e derrotas se decidiram pelo domínio das águas. Na guerra da Independência também continuou a ser assim. Cochrane e João das Botas eram imprescindíveis para completar os prodígios de Lima e Silva. E ainda no curso das nossas revoluções – a Sabinada é um exemplo – foi o domínio do mar pelos imperiais o que lhes assegurou o triunfo.

Talvez por isso mesmo dado esse longo e constante trato com o mar, tivemos em certo tempo todas essas características que marcam uma população voltada para o oceano. Além do nosso comércio, que se expandiu por toda a América, levado por embarcações baianas, muitas delas, aliás, dedicadas ao tráfico ilegal – como também aconteceu com os primórdios da marinharia inglesa –, tivemos a nossa construção naval, e fizemo-nos um celeiro de homens do mar. Ainda está na memória de grande parte da população o que foi o velho Arsenal da Marinha cheio de hábeis técnicos e contando com artífices, que se orgulhavam da sua profissão. E tudo

isso representava a velha aliança da Bahia com o mar. Entretanto, surgidas à época do ferro e do aço, decaíram nossas construções navais. Enferrujaram-se os estaleiros. Desapareceram os operários. E aos poucos, quase nada restou senão esse encantamento com que ainda olhamos para o azul das águas quietas.

Por isso mesmo, devem encher-nos de satisfação as palavras em que o almirante Lemos Bastos, agradecendo as tradicionais manifestações do Comércio por ocasião do "11 de junho" anuncia a restauração daquelas boas tradições baianas, do Arsenal de Marinha. Isso significa que a Marinha voltará a florescer no velho berço. E nele encontrará gravadas essas palavras de Rui Barbosa, um amigo que jamais lhe faltou na sua admiração e nos seus serviços: "O mar é uma escola e resistência. Às suas margens os invertebrados e os amorfos rolam nas ondas e somem-se no lodo, enquanto os organismos poderosos endurecem às tempestades, levantam-se eretos nas rochas e criam ao ambiente puro das vagas imensas a medula dos imortais".

14 de junho de 1944

LUIZ TARQUÍNIO

Por uma deformação que tem feito só lograrem repercussão nacional os vultos refletidos pelas lantejoulas da metrópole brasileira, acredito que a evocação do nome de Luiz Tarquínio, nascido em 24 de julho de 1844, na Bahia, onde grandes comemorações lhe estão assinalando o centenário, não suscitará, fora da terra natal, maiores lembranças ou emoções. A Província onde viveu e atuou se lhe deu o clima propício às realizações que o imortalizariam, também concorreu para tornar-lhe a glória muito mais tardia na sua afirmação no cenário histórico do país. Entretanto, Luiz Tarquínio não é mais nem menos do que o pioneiro da justiça social no Brasil. Sem dúvida um grande título, e por si só suficiente para mostrar o lugar que terá de caber, entre os grandes brasileiros, a uma figura de tais proporções.

Melhor, porém, do que qualquer elogio cabe rememorar o edificante exemplo de trabalho, de inteligência, e de solidariedade humana que irradia de toda a sua vida. Luiz Tarquínio nasceu paupérrimo e morreu rico. A fortuna, no entanto, o que é bem raro, jamais concorreu para corromper os ideais de justiça social, que deve ter acalentado nos dias amargos da juventude desamparada. Por toda a vida ele conservaria a lembrança das vicissitudes dos primeiros anos, e seria animado pela consciência de que os pobres também têm o direito a partilhar dos bens materiais. Por isso mesmo, foi em plena prosperidade que realizou a obra que assinalaria de maneira indelével a ação de autêntico reformador social.

De fato, numa época em que mal saíramos do regime do trabalho escravo, Luiz Tarquínio, como acentua o Sr. Péricles Madureira de Pinho no magnífico ensaio em que lhe estuda a personalidade, era um homem de negócios que "falava em direito de trabalhadores, em justiça de salários, em necessidade de sanear os ambientes de trabalho". E não só falava senão também tornava realidade dentro da organização de que seria o fundador.

Mas, ao falarmos do que significa na história social do Brasil, a arrojada tarefa levada a cabo por Luiz Tarquínio,

O MAJOR VILAGA VAI DEIXAR O ABASTE- CIMENTO

Nos círculos bem informados, afirma-se que vai datar a Superintendência do Abastecimento do major Armando Vilaga, que, sendo também chefe de polícia, carece da mais tempo para atender aos múltiplos serviços da sua Secretaria.

Para o cargo de Superintendente do Abastecimento, será convidado pelo sócio vilagista, um representante do próprio círculo.

Letícia da Guarda Civil (oficial — julho) — Contingente do Q. G. da Força Policial (julho) — C.I.P.P. da Força Policial (julho) — Centro de Educação Física da Força Policial (julho) — Esquadrão de Cavalaria da Força Policial (julho).

Delegacia Fiscal neste Estado, foi Tam concedido créditos:

de R\$ 220.000, para pagamento de abonos familiares pelas atividades fiscais de R\$ 600.000, para despesas do 10º Distrito de Fiscalização do Departamento Nacional de Portos, Rios, e Canais para pagamento de doze engenheiros classe L., do 4º e do 19º Distritos das Divisões de Águas e dos Instintos Oscar Torres e Antonio Evangelista Pereira Mota.

CAOS ECONOMICO

A crise por que passa a Alemanha, onde a Weimach discorda do partido nazista, tem suas raízes mais profundas na perda sucessiva de riquezas, devido a uma perda sucessiva de riquezas minerais e agrícolas até bem pouco tempo atrás. Por diversas vezes, os chefes nazistas em discursos pronunciados antes e no curso desta guerra, referiram-se ao "futuro equilíbrio financeiro" quando estivesse realizado o "Drang Nach Osten", a marcha para o oeste, com ponto final no Cáucaso e Oriente Médio. A imprensa alemã da época, via-se das "nossas riquíssimas regiões da Ucrânia", ufanando-se mais ainda do "nosso petróleo do Cáucaso". Hitler chegou mesmo a declarar que a economia alemã seria a mais sólida de quantas existisse.

Não resta dúvida que o povo alemão, usufruindo das conquistas sucessivas de Hitler, vivia empastado, todo o seu apoio a Ignominiosa guerra de conquista, necessitava internamente com a formação da "cinza de espaço vital". O exército que sempre tivera em mira a realização hitlerista, batia palmas ao "Fuehrer", sendo que o próprio estado maior, dentes reservados em relação aos países nazistas: passava a figurar como conselheiro principal e inspirador da sua política pelo domínio do mundo.

A unidade alemã em torno a esta aventura veio a quebrar-se com as derrotas sucessivas nos campos de batalha, em 1943. Desaparecidas as "imensas riquezas", os próprios milionários alemães — conta da catástrofe sofrida. O monstruoso crime de Intronização a que todos os alemães se empenharam em suas espontâneas colaborações, já aparece ante os seus olhos cobardes de tanta cupidez.

A atual crise alemã tem duas faces distintas: a política, com as correntes de opinião divergentes da orientação de Hitler e que terá fim com a terminação do conflito; e a econômica que mais gra-

veza com eles poderão contar nos momentos difíceis". E conclui: "Para completa realização do seu programa, a direção vos pede autorização para despesar com socorros, auxílios e prêmios aos bons operários, a quantia equivalente a 10% da que for levada à conta de Laureos Expedientes".

É possível que ao falar de 10%, incluindo das idades do mesmo tempo, não cause espanto nem admissão mais a enumeração desse amplo programa de empuro ao trabalhador. Mas, se nos lembrarmos que foi idealizado e realizado há mais de quarenta anos, por certo que nos permitirá avaliar a grandeza do homem que lhe deu vida.

E ao lado desses fatores de assistência material ao operário, e nos quais não se incluía a falta de fomento de médicos e remédios gratuitamente, quanto a concessão de férias remuneradas às paritárias e a quantos delas realmente necessitassem, não se esqueceu Luiz Tarquino da parte espiritual, que sempre teve como essencial. Ele, que mal ruzera frequentar um curso primário e tivera por isso mesmo de vencer os obstáculos do autodidatismo, bem podia compreender o drama de quantos não dispõem de recursos para estudar. Daí o dever de que errou todas as noites, em sessões culturais destinadas a melhorar o nível intelectual dos operários.

Um pequeno jornal, do qual seria ele o mais assíduo colaborador, era o veículo das fabricas. As representações teatrais de que participavam tanto os filhos dos operários quanto os filhos do próprio Luiz Tarquino, eram frequentes. E acima de tudo o conteúdo, erodir destilado não são as crianças quando dos Estados Unidos. Ana Choney, neta de direita do Harpio Institute. E de Luiza Salgueiro discipula da viúva de Froebel, tinha a sua carga o "Kindergarten". Assim, através dum trabalho árduo,

EXPORÇÃO DE GENE- ROS ALIMENTICIOS

Sairão somente do país com licença prévia

RIO, 24 (A TARDE) — A Diretoria das Rendas Aduaneiras expediu a seguinte circular: "Declaro aos ares, intencionalmente as alfândegas e administradores das mesas de rendas alfandegadas do país, para seu conhecimento e devidos efeitos que as exportações de arroz, feijão, milho e cebola de qualquer Estado para o exterior ficam sujeitas a licença prévia do setor do controle do abastecimento nacional da Coordenação da Mobilização Econômica residente à Av. Almirante Barroso n. 54. 119 andar, nesta capital, competindo-lhes expedir o arroz do Rio Grande do Sul pelo Instituto Sul Riograndense do Arroz. Declaro, outrossim, que quanto às importações do exterior de gêneros alimentícios para qualquer Estado, fica o mesmo com a atribuição de autoridade ao próprio Estado, e os preços tetos continuam os demais gêneros que de exportação ou de importação, sujeitos ao controle das comissões de abastecimento dos Estados ou regiões que se habilitarem".

FOI VER O CROMO DE SANTA LUZIA

Chegou, ontem, a esta Capital, cinco quilos de minério de cromo, produzido no Brasil, pelo Sr. William Johnston Junger, geólogo da Comissão Norte Americana de Gema.

Note, as primeiras horas da manhã o silêncio que se fez para a Cidade de Santa Luzia, em São Paulo, Luiz Tarquino, concomitantemente com a fabrica, constrói a "Vila Oespiria". Era um conjunto de 238 residências destinadas

VAI SER FEITA A IDENTIFICACAO DAS PROVAS

Um aviso do D. S. P.

O D.S.P. está avisando aos candidatos que prestaram as provas de português e aritmética, para auxiliar de escritórios, que a identificação pública das mesmas, seguida de vistas, terá lugar quinta-feira, 27, a partir das 10 horas da manhã, no seu edifício sede. É importante que os candidatos se apresentem para identificação. Fora do horário preestabelecido nenhum candidato poderá ser admitido. São ao próprio candidato a dar vista de sua prova e para qualquer enquadramento que interesse tomar, o candidato deverá utilizar livro preto comum, não sendo permitido uso de lápis azul ou caneta-tinteiro. A apresentação dos recursos deverá ser feita até às 13 horas de sexta-feira, 28.

AUXILIOS TUBERCULOSOS PELA F. STA TERESINHA

A Fundação Anti-Tuberculose Santa Teresinha já funcionando no novo e amplo hospital, tem a sua despesa diariamente aumentada, em virtude do número sempre crescente de doentes que procuram aquela instituição particular, para tratar-se. De aí as frequentes apelos que, em sua direção dirigiu ao público, para que sejam enviadas doações, principalmente agora quando se acha em funcionamento e prevenção para abrir, por os filhos de tuberculosos.

Do decorrer do mês de Junho, a despesa do Hospital Santa Teresinha distribui o seguinte: este condecorado 38 latas: farinha de milho de milho: 96 quilos; semolina: 50 quilos; creme de leite: 50 quilos; macarrão: 30 quilos; café: 376 pacotes; feijão: 60 quilos; açúcar: 60 quilos; cobertores: 30; sapatos: 30; e passas de boque, 500,00.

A experiência do empresário Luiz Tarquino na Bahia foi apontada, neste e em outros artigos de Luiz Viana Filho, como pioneira na assistência social da indústria.

o primeiro passo consiste em situá-la no tempo. Foi em 1891. No mesmo ano, portanto, da encíclica *De Rerum Novarum*. Nesse ano, já plenamente vitorioso na vida, tendo efetuado várias viagens à Europa, Luiz Tarquínio, associado a Miguel de Moraes e Leopoldo José da Silva, funda a sua fábrica de tecidos, e instala-a no bairro da Boa Viagem, na Cidade do Salvador. Até aí nada de mais. O extraordinário está nos cuidados com que se volta para a situação dos operários, buscando ampará-los moral e materialmente. Busca elevar-lhes o nível material da vida ao mesmo tempo em que procura instruí-los, fazendo-os compreender a dignidade que existe no trabalho. E é na consecução de tais objetivos que se revela o homem de larga visão social. Sobretudo porque, longe de invocar razões filantrópicas para as suas idéias "avançadas", Luiz Tarquínio fundamenta-as com motivos dogmáticos. E é assim que se dirige aos seus operários: "Um patrão precisa mais do bom operário do que este do patrão: e por isso é sempre do interesse dele melhorar as condições, conservar junto a si e promover o engrandecimento daqueles que mais o podem auxiliar, quer por sua inteligência, quer por sua dedicação". Quem antes dele teria usado tal linguagem no Brasil? Uma linguagem que na época afigurava-se escandalosamente revolucionária.

Inicialmente, e muito antes de Carlos Alberto de Menezes, em Pernambuco, e Jorge Street em São Paulo, Luiz Tarquínio, concomitantemente com a fábrica, constrói a Vila Operária. Era um conjunto de 258 residências destinadas aos operários. Alojamentos confortáveis; higiênicos, cada qual com um pequeno jardim à frente, e que seriam alugados a preços módicos até serem ocupados sem remuneração pelos trabalhadores que contassem mais de cinco anos de serviço. Idéia que, juntamente com outras que lhe norteavam o ideal, ressalta desse trecho de um documento então submetido à apreciação dos acionistas: "Alojamentos confortáveis, baratos para uns, grátis para os que trabalham há mais de cinco anos, instrução, água, luz e serviços médicos, todos gratuitos, já fornecidos. Isto porém, não basta, é preciso que depois de 10 anos de bom trabalho e comportamento o operário pelo menos tenha uma casinha sua, onde possa alojar-se e a sua família, sem precisar lembrar-se do senhorio; é preciso que não haja mais crianças que deixem de freqüentar as escolas

por falta de roupa; é preciso que aqueles que se sentirem enfraquecidos pelo trabalho e pelas moléstias possam em lugar apropriado refazer as forças perdidas sem cogitar dos meios para isto necessários; é preciso finalmente que o operário da Companhia veja nela uma mãe carinhosa e grata com que ele poderá contar nos momentos difíceis”.

E concluía: “Para completa realização do seu programa, a direção vos pede autorização para despender com socorros, auxílios e prêmios aos bons operários, a quantia equivalente a 10% da que for levada à conta de Lucros Excedentes”.

É possível que ao leitor de hoje, imbuído das idéias do nosso tempo, não cause espanto nem admiração maior a enunciação desse amplo programa de amparo ao trabalhador. Mas, se nos lembrarmos que foi idealizado e realizado há mais de quarenta anos, por certo que nos permitirá aquilatar da grandeza do homem que lhe deu vida.

E, ao lado desses fatores de assistência material ao operário, e nos quais se incluía tanto o fornecimento de médico e remédios gratuitamente, quanto a concessão de férias remuneradas às parturientes e a quantos delas realmente necessitassem, não se esqueceu Luiz Tarquínio da parte espiritual, que sempre teve como essencial. Ele, que mal pudera freqüentar um curso primário e tivera por isso mesmo de vencer os obstáculos do autodidatismo, bem podia compreender o drama de quantos não dispõem de recursos para estudar. Daí o desvelo de que cercou todas as iniciativas culturais destinadas a melhorarem o nível intelectual dos operários. Um pequeno jornal, do qual seria ele o mais assíduo colaborador, circulava na fábrica. As representações teatrais de que participavam tanto os filhos dos operários quanto os filhos do próprio Luiz Tarquínio, eram freqüentes. E acima de tudo o conjunto escolar destinado não só às crianças quanto aos adultos. Para dirigi-lo viera dos Estados Unidos, Ana Cheney, antiga diretora do Harpto Institute e D. Luiza Stelinneg discipula da viúva de Froebel, tinha a seu cargo o *kindergarten*.

Assim, através de uma arrojada iniciativa, que bem lhe assegura o título de pioneiro da justiça social no Brasil, Luiz Tarquínio, na Bahia, rompia com todos os conceitos e preconceitos do seu tempo para modelar uma organização

na qual se defendia o Capital, dignificando e amparando o Trabalho. Naturalmente, pois isso aconteceu há mais de meio século, a audácia do reformador havia de custar tropeços e dissabores. Uns tiveram-no como louco ou visionário. Outros, a exemplo do que aconteceu com Rui Barbosa, Rodolfo Dantas, Frontin, e tantos outros, acoimaram-no de comunista. Muitos acionistas procuraram desfazer-se às pressas das suas ações, cuja segurança acreditavam ameaçada nas mãos desse homem que tinha a estranha idéia de cuidar do conforto e do bem-estar dos seus operários. Ele, no entanto, prosseguiu, e o tempo se incumbiu de lhe dar razão.

E hoje, quando celebramos o centenário do seu nascimento, podemos compreender a força de uma inteligência e de um coração, cujo poder de penetração fizeram que Luiz Tarquínio tanto se antecipasse aos seus contemporâneos brasileiros na solução da questão social, vendo o que outros não viam, e realizando o que se imaginava simples utopia de um homem que por se ter alçado da pobreza não esquecia os seus sofrimentos. Dele, por certo, ainda haveria muito que dizer. Mas o que aí fica já é bastante para marcar o perfil do pioneiro, que, como todos os pioneiros, somente pode ser avaliado em toda a sua grandeza pela posteridade, pois esta, como dizia Voltaire, costuma ver com olhos diferentes.

E Luiz Tarquínio é desses vultos que o passar dos anos torna sempre maiores, por terem sonhado e agido dentro de uma medida muito além do seu tempo.

26 de julho de 1944

CHURCHILL E OS ITALIANOS

Foram de tal ordem as conseqüências advindas a todos os povos onde se instalou o fascismo, sob as várias formas por que se alastrou no mundo, que uma das mais ingentes tarefas dos Estadistas – aqueles que se escrevem com “E” maiúsculo – será reeducar o povo, incutindo-lhe noções honestas e precisas em torno de alguns problemas propositadamente envoltos na névoa da confusão, pelos órgãos da propaganda oficial.

Está nesse caso, por exemplo, a questão das eleições. É evidente que todas as nações sufocadas pela opressão se mostram ansiosas pela hora em que possam, através do voto, escolher os seus legítimos mandatários. Cumpre, no entanto, não esquecer que a eleição em si não é bastante, pois eleições houve na própria Itália de Mussolini, do mesmo modo que se realizaram na Alemanha, em Portugal, na Espanha, e em outros países onde não havia nem sombra de liberdade. O importante é que haja eleições legítimas, e que permitam a real manifestação da vontade de cada nacionalidade. O mesmo ocorre com a liberdade. Que é a liberdade? Há alguns anos atrás ninguém julgaria necessário dizer o que fosse, pois estava na consciência de qualquer pessoa distinguir se existiam ou não as condições essenciais para se afirmar se um regime político assegurava realmente a existência da liberdade. Hoje, porém, o próprio Churchill, com a clara inteligência que lhe é peculiar, considerou imprescindível, ao dirigir-se aos italianos, enunciar algumas perguntas cujas respostas valem como contraprova, para saber-se se num país há, de fato, liberdade. E é dessa nobre mensagem endereçada aos italianos que o grande primeiro-ministro assim situa o problema, numa lição destinada a esclarecer-lhes o pensamento conturbado por anos a fio de mentira fascista:

Já se disse algures que o preço da liberdade é a vigilância eterna. Mas o que vem a ser liberdade? Nada mais simples do que submeter a pergunta a experiências práticas, tais como: Há direito de se expressar livremente a opinião e de se criticar o governo no poder?

Tem o povo o direito de afastar os governos que desaprove e existem meios constitucionais através dos quais possa manifestar sua vontade?

Há tribunais de Justiça livres de coerção e de violências exercidas pelo poder executivo e afastados de ligações com quaisquer partidos políticos em particular?

Aplicarão esses tribunais uma legislação clara e estabelecida, coerente com os amplos princípios de decência e de justiça?

Há tratamento igual para pobres e ricos, para pessoas particulares e para autoridades do governo?

Serão os direitos individuais mantidos, assegurados e exaltados, com a necessária salvaguarda de seus deveres para com o Estado?

É pena se terem tornado necessárias lições como essa de Churchill. A verdade, entretanto, é que valem como lúcida advertência para que a Vitória não se transforme em nova oportunidade para a ambição dos que pretendem ressuscitar o fascismo sob a capa de novos nomes e novas fórmulas, graças à avassaladora confusão criada nas trevas do silêncio e do medo.

20 de setembro de 1944

PROPOSTA DO BRASIL

Não é difícil que daqui a alguns anos apareça quem diante da estupidez desta guerra deseje saber como Hitler e Mussolini conseguiram fazê-la, levando para a morte milhões de alemães e italianos. Por que modos terão induzido milhões de seres humanos a se sacrificarem voluntariamente fascinados por uma brutal concepção de conquista?

Creio que a resposta não é custosa. Principalmente através de dois meios lograram os dois ditadores os intentos da sua desvairada ambição: pela escola e pela supressão da liberdade de manifestação do pensamento. Foram essas, sem sombra de dúvidas, as duas armas de que se valeram internamente para prepararem a agressão.

E daí a importância que terá na futura organização da Paz, o estabelecimento de medidas internacionais destinadas a evitar que outros ditadores possam lançar mão de meios idênticos. Por isso mesmo é grato vermos que acaba de ser encaminhada à Comissão Preparatória e Consultiva de após-guerra a proposta da Comissão Brasileira de Cooperação Intelectual, sugerindo a organização de um Departamento Internacional de Educação. Tal Departamento estruturado em moldes semelhantes à atual Organização do Trabalho, teria a seu cargo impor certas normas educacionais, que compulsoriamente deverão ser adotadas por todos os países. Princípios de ordem geral mas que visarão evitar que os governos tirem às escolas o caráter educacional, que devem ter e transformem-nas em centros de propaganda e preparação, que longe de levarem à Paz e à Liberdade incutam no espírito plástico das crianças idéias de guerra e de opressão. E, por certo, não faltaria a um Departamento Internacional de Educação o que fazer. Tocá-lhe-ia, por exemplo, impedir que de permeio com os cursos se fosse envenenando a inteligência das pequenas vítimas indefesas, fazendo-as crer nos tabus dos homens providenciais, dos homens infalíveis, e por cuja cabeça devem todos pensar sem tugar nem mugir. Do mesmo modo que teria de obstar a que se desenvolvesse entre as crianças o gosto pela guerra, pela conquista, pela glória trágica dos campos de batalha.

Nesse particular, aliás ninguém ignora os métodos impostos por Mussolini através a arregimentação dos inocentes *ballilas* e da *giovenezza*. Fomentou-se todo um sistema de educação paramilitar. E mal as crianças italianas começavam a andar iam insidiosamente sendo preparadas para a guerra. Tinham a sua fardinha e recebiam fuzis de brinquedo. E por qualquer 'dá cá aquela palha' tinha-se uma parada. Fulano de tal fazia anos, eis crianças a desfilar como um exército de Liliput. Festejava-se tal acontecimento: eis os colégios marchando ao som dos tambores. E assim se preparou a desgraça da Itália, como sempre acontece nas ditaduras. O silêncio coroava a obra do ditador. O mesmo na Alemanha, na Espanha, etc.

Assim, para que o mundo tenha Paz e Liberdade – e isso não exclui a existência de exércitos fortes – não basta vencer o nazismo nos campos de batalha, mas evitar que ele continue, nas escolas, a preparar climas de guerra e de ditadura. De fato, somente com uma educação adequada à democracia lograremos não seja perdido o sacrifício dos que se estão batendo pelo ideal de um mundo melhor, pois tudo será vão enquanto o fascismo dominar os centros de educação. E é essa ameaça que o mundo terá de extirpar, seja por meio de um Departamento nos moldes propostos pela Comissão Brasileira de Cooperação Intelectual, seja graças a qualquer organização semelhante, contanto que as crianças não continuem a sonhar com tambores e paradas, cegas diante do Poder, caminhos abertos para os pesadelos do futuro.

28 de setembro de 1944

UM MUNDO MELHOR

Nesses quatro anos de sacrifícios insuperáveis, se alguma coisa tem animado todos os povos conquistados ou em luta contra a barbaria nazista é a esperança de um mundo melhor. Pode dizer-se que só a chama dessa esperança, que aquece o coração dos homens em meio à tormenta, lhes tem permitido encontrarem energias e coragem para enfrentar e vencer os inimigos.

E, por isso, em cada canto da terra vemos se multiplicarem os exemplos de heroísmo ditados pela confiança em que o sacrifício não será em vão. Da morte, das ruínas, e da miséria semeadas pela guerra há de surgir alguma coisa, que seja, na realidade, a recompensa concedida pela humanidade aos que tombaram, ou voltam mutilados. E não só eles crêem estar construindo, com o seu sangue e sua dor, esse mundo melhor de amanhã, que será o abrigo dos seus filhos para uma vida digna, mas também isso lhes tem sido prometido por todos os grandes líderes democráticos. De todos os lados, animando-os para as árduas pelejas, e como a assegurar-lhes cada vez mais que nenhum esforço será perdido, levantam-se vozes a repetirem – como se fosse um refrão – que a vitória e a paz trarão esse mundo melhor. Seja nas grandes conferências internacionais, seja nos artigos dos jornalistas, seja nas proclamações dos mais renomados cabos de guerra, seja nos serviços de propaganda, jamais falta uma nota, um colorido, uma palavra, que significa a reiteração daquela promessa acalentada por todos os povos oprimidos ou em luta.

Acreditamos, porém, ser muito vaga e informe, para exprimir quanto realmente almejam os que estão morrendo, essa fórmula definida por “um mundo melhor”. De fato, que mundo será esse? Quantas idéias e convicções, até as mais diversas, não poderão caber dentro dessa promessa plástica de um mundo melhor? Quem nos dirá que muitos, ao nos falarem sorridentes num mundo melhor, não estarão a conceber sistemas brutais de opressão ou de farsa?

Daí, aliás, a alegria e a confiança com que devem ter sido lidas e recebidas as palavras do general Cordeiro de

Farias na mensagem dirigida ao povo gaúcho, no momento em que partiu para os campos de batalha da Itália. Também ele nos fala de que “há de surgir, como prêmio aos esforços de todos um mundo melhor”. Mas não parou aí. E, como se desejasse esclarecer o próprio pensamento e as próprias esperanças, acrescentou que será “um mundo, enfim em que imperem os ideais de liberdade e justiça”. Foi oportuno que o fizesse. Por que na realidade esse mundo melhor ansiado e ambicionado por todos os povos em guerra contra o nazismo, não poderá ser outro senão aquele em que, varridas todas as ditaduras, se assegure a todos os homens um regime de justiça e de liberdade. Liberdade de crença, liberdade de reunião e de pensamento, liberdade para a escolha dos governantes. Então, sim, estaremos a caminho de um mundo realmente melhor.

24 de outubro de 1944

OS HOMENS BONS E O BEM COMUM

Durante muitos anos os historiadores brasileiros ficaram com água na boca ao ouvirem falar dos preciosos documentos existentes no Arquivo Municipal da Bahia, e inacessíveis aos que não podiam manuseá-los nos originais. Lembra-me ainda do interesse e curiosidade com que o meu erudito amigo, o Sr. Luiz Camilo de Oliveira Neto, aí por volta de 1940, instava comigo para conseguir do Sr. Isaías Alves a publicação dos valiosos cimélios. Infelizmente, àquele tempo não foi possível proporcionar aos historiadores nacionais o apetecido manjar.

Entretanto, o que se não pode fazer em 1940, veio a ser realidade em 1945, graças ao esforço dedicado e honesto do Sr. Osvaldo Valente, e ao apoio que teve do Sr. Elísio Lisboa. Bem haja, pois, aos que levaram a cabo a útil tarefa de iniciar a publicação dos *Documentos Históricos do Arquivo Municipal*, cujo primeiro volume, contendo as Atas do Senado da Câmara da Bahia, de 1625 a 1641, acaba de ser posto à mão do público brasileiro. E não passarei adiante sem primeiro acentuar o carinho e escrúpulo, que nortearam a edição, tudo revelando o critério, o zelo, e o cuidado que pôs no trabalho o atual diretor do Arquivo Municipal.

Mas, que vêm a ser essas tão decantadas atas do Senado da Câmara da Bahia? Apenas isto: o espelho fiel, refletindo a formação e a vida da nossa cidade, desde o momento em que tiveram de deixá-la os invasores holandeses. De fato àquele tempo, talvez porque não existia censura, todo o espírito de autonomia, de altivez, de coragem cívica, que sempre distinguiu os baianos, na Colônia e no Império, aflorava primeiro no Senado da Câmara. Era aí que, para tratarem do "bem comum" – como se dizia ao tempo – se reuniam os eleitos dentre os "os homens bons" da cidade. E a verdade, verdade que talvez espante as gerações de hoje, era que nem só havia os homens bons, senão também que, congregados no Senado da Câmara, eles tratavam denodadamente do bem comum. Isto é, cuidavam do que interessava à população colonial. Desde as coisas mais altas, como os assuntos ligados

Documentos históricos do Arquivo Municipal

Atas da Câmara
1625-1641



1.º Volume

Prefeitura Municipal do Salvador - Bahia

A importância do resgate de arquivos históricos, como estes do século XVII, foi destacada por Luiz Viana Filho, que usou os documentos em suas pesquisas.

à guerra da Holanda, até as mais corriqueiras, ou aparentemente assim, tais como o preço dos gêneros ou os impostos a serem cobrados. E como o faziam! Com que coragem! Opunham-se até ao Rei. Um exemplo: em 1626 era o Senado da Câmara, com o apoio do povo, que tomava a iniciativa de mandar suspender (alevantar era como se dizia) a cobrança dos tributos lançados após a invasão holandesa. Não esperavam a palavra do Rei ou do Governador.

E quanto aos interesses mais imediatos e diretos da população, não eram menos diligentes os eleitos dentre os "homens bons". Vejamos. Diz uma postura de 1625: "que nenhuma pessoa venda peixe grosso senão a peso, a saber cavala, garoupa, mero, vermelho, a vintém o aratel, e xaréu, tainhas grandes, dourado, e alcavora, a quinze réis" (bons tempos). E como insistissem os "atravessadores", hoje chamaríamos açambarcadores, mandou o Senado da Câmara demolir as casas dos que ficavam perto do mar, para comprarem o peixe que revendiam caro, com prejuízo do povo. Também cuidavam da carne verde, que fazia parte do "bem comum"; assim é que, em 1634, "assentaram que a Carne se vendesse, (e não faltava) hoje por diante a doze réis e meio o aratel".

De notas como estas estão cheias as atas do Senado da Câmara, germen, no Brasil, das malfadadas Câmaras. Mas, três séculos passaram. Hoje, tenho ouvido dizer várias vezes, o povo não precisa mais de intermediários. Basta uma cabeça só. Louvado seja Deus! Acabou-se essa história dos "homens bons". Resta apenas saber, diante do que por aí vai, se com a mudança tem realmente ganho aquilo que, no Brasil de 1600, se chamava "o bem comum". Bem da Pátria, bem da cidade, bem de todos nós que precisamos ler documentos do século XVII para sabermos que na Bahia já houve carne, peixe barato, farinha, e até homens que cuidavam dessas coisas sem importância. Sem dúvida, revelando-nos aquele velho Brasil, o Sr. Osvaldo Valente prestou ótimo serviço às letras históricas nacionais.

16 de fevereiro de 1945

BREVIÁRIO DA BAHIA

Acabo de ler o mais belo livro que já li. O seu título: *Breviário da Bahia*. O seu autor: Afrânio Peixoto. Naturalmente, não faltará quem discorde. Será, porém, por não ser baiano. Realmente, se tudo é relativo, é justo, que os livros, e o nosso gosto por eles, também o sejam. E o que agora publicou o meu querido amigo Afrânio Peixoto é aquele em que já vi se dizer melhor da Bahia. Melhor com letra grande. Melhor por todos os títulos. Melhor pelo estilo, pela erudição, pelo carinho. Vale por um monumento à Bahia. É o nosso Arco do Triunfo.

Apenas com uma diferença: o que nenhum escultor lograria realizar, tanto é o que temos e o que temos dado ao Brasil, fê-lo Afrânio Peixoto nesse livro de justo amor filial, no qual, sem precisar ir à apologia, como confessa, condenou, através de pequenas crônicas, dignas do artista que as escreveu e do motivo que as inspirou, tudo quanto teve e tem a Bahia, essa grande Bahia, tão pródiga em dar ao Brasil homens privilegiados, que Dom Francisco de Lemos de Faria Coutinho, Bispo de Coimbra e Reitor da Universidade, costumava perguntar admirado: "Há na Bahia alguma fonte de talento?".

Mas, seja-nos permitido insistir: jamais se disse tanto e melhor da Bahia. No *Breviário* do Sr. Afrânio Peixoto está tudo. É a Bahia mesma que aí se nos apresenta, num retrato, ou em muitos retratos, que a fixam desde a época colonial, tal qual tem sido através do tempo, sempre a mesma, na paz ou na guerra: "inteligente, ajuizada, boa... E, sobretudo, desprendida e abnegada". Realmente, nada falta, nesse monumento em que se inscrevem nossas glórias, nosso passado, nossa vida. Desde as igrejas até as ladeiras... e o azeite de dendê. Nossos estadistas: Zacarias, Ferraz, Saraiva, Dantas, Cotegipe, Rio Branco e Rui. Também os santos: Anchieta e Madre Vitória da Encarnação. Os sábios: Alexandre Ferreira e Francisco de Castro. Os poetas: Castro Alves, Junqueira Freire e Aloísio de Carvalho. Os heróis: João das Botas e o visconde de Itaparica. Os historiadores: Frei Vicente do Salvador,

Vale Cabral, Sacramento Blake e Silva Campos. E as heroínas: Joana Angélica, Maria Quitéria, Ana Nery. Excuzes du Peu... Assim, desafiando esse interminável rosário baiano de belas coisas, grandes feitos, e notáveis homens, teceu o Sr. Afrânio Peixoto o magnífico trabalho, que testemunha à *terra-mater* todo o amor do seu grande filho, "amoroso incondicional". Mas, seja falando das comidas baianas, do Senhor do Bonfim, ou do Dois de Julho, não precisou senão dizer a verdade. Verdade passada e presente, simples e bonita, realçada com toques de mestre, aos quais o gênio do escritor imprimiu uma nota inconfundível de ternura. Tem, pois, razão o Sr. Afrânio Peixoto ao pretender que o seu *Breviário* seja feito de "orações à Bahia". Orações que, pelo tempo afora, estou certo, os baianos repetirão agradecidos ao seu grande conterrâneo, e fazendo porque, no Brasil livre que se anuncia, continuemos dignos daquele passado maravilhoso, pelo talento, pela bravura, e pela dignidade de nossas ações. É o mais belo livro que já li.

22 de fevereiro de 1945

TRISTE BALANÇO

A sensacional entrevista com que o Sr. José Américo quebrou os sete anos de tumular silêncio nacional, representa o primeiro balanço do que fez o famigerado Estado Novo. Balanço resumido, breve, ligeiro, mas pelo qual já será possível à nação desligar a "Hora do Brasil", e refletir um pouco sobre o caminho pelo qual está sendo conduzida.

Realmente, com um perfeito senso de objetividade, inteiramente escoimado de frases feitas, falando de maneira direta e incisiva o Sr. José Américo não somente disse o que está na consciência de uma grande massa da população brasileira, mas também teve a virtude de alertar quantos, por inadvertência, ainda tivessem alguma ilusão sobre a marcha acelerada com que estamos sendo levados para uma das maiores crises econômica e financeira do Brasil. Será esse o preço que teremos de pagar por esses sete anos em que ninguém teve outro direito senão o de elogiar. Preço que será tanto mais alto quanto maior for o tempo necessário para a substituição dos quadros políticos do país.

Aliás, profundamente trágico é o balanço esboçado pelo Sr. José Américo. Em sete anos, que são o prolongamento de sete anteriores, tivemos um prazo excessivamente longo para que o Estado Novo pudesse revelar quaisquer virtudes que porventura tivesse. Nada o embarçava. O parlamento fora surpreso, e, portanto, nenhuma voz, nenhuma tribuna, de onde partisse algum obstáculo às leis, às abundantes leis, ou à orientação administrativa do país. E para completar esse panorama de suavidade para a ação governamental, a instituição da censura à imprensa impedia o aparecimento de qualquer crítico. Portanto, desde o tempo de Tomé de Souza, nenhum governo tivera em terras brasileiras as mãos mais livres para fazer o que bem lhe aprouvesse. E assim foi. Qual, porém, o resultado de tudo isso? Será possível notar algum progresso efetivo na economia do país? Será que aos prejuízos morais de um ambiente de opressão poderão os responsáveis pelo Estado Novo opor alguma vantagem de caráter material? Nem isso. A verdade – como ainda há pouco afirma-

O MOMENTO POLITICO NACIONAL

Aprovadas na reunião ministerial de ontem, as bases da reforma da Constituição Federal

O SR. JOSÉ AMÉRICO LANÇA A CANDIDATURA EDUARDO GOMES, QUE MOVIMENTA OS SETORES POLITICOS



O interventor Agamenon Magalhães, ao sair do prédio do Ministério da Justiça, em frente ao Palácio de Minas, em Belo Horizonte, onde se realizou a reunião ministerial de ontem, foi acompanhado por um grupo de jornalistas que lhe fizeram perguntas sobre a situação política do Brasil e sobre a reforma da Constituição Federal.

Magalhães, que não foi eleito e aspirava ao cargo de governador, declarou que a reforma da Constituição Federal não foi aprovada por unanimidade, mas que a maioria dos ministros aprovou a reforma. Ele afirmou que a reforma da Constituição é um ato de coragem e que ele se sente honrado por ter participado dela.

Magalhães afirmou que a reforma da Constituição é um ato de coragem e que ele se sente honrado por ter participado dela. Ele afirmou que a reforma da Constituição é um ato de coragem e que ele se sente honrado por ter participado dela.

Magalhães afirmou que a reforma da Constituição é um ato de coragem e que ele se sente honrado por ter participado dela. Ele afirmou que a reforma da Constituição é um ato de coragem e que ele se sente honrado por ter participado dela.

Magalhães afirmou que a reforma da Constituição é um ato de coragem e que ele se sente honrado por ter participado dela. Ele afirmou que a reforma da Constituição é um ato de coragem e que ele se sente honrado por ter participado dela.

O ministro da Justiça, Agamenon Magalhães, afirmou que a reforma da Constituição é um ato de coragem e que ele se sente honrado por ter participado dela. Ele afirmou que a reforma da Constituição é um ato de coragem e que ele se sente honrado por ter participado dela.

O ministro da Justiça, Agamenon Magalhães, afirmou que a reforma da Constituição é um ato de coragem e que ele se sente honrado por ter participado dela. Ele afirmou que a reforma da Constituição é um ato de coragem e que ele se sente honrado por ter participado dela.

O ministro da Justiça, Agamenon Magalhães, afirmou que a reforma da Constituição é um ato de coragem e que ele se sente honrado por ter participado dela. Ele afirmou que a reforma da Constituição é um ato de coragem e que ele se sente honrado por ter participado dela.

O ministro da Justiça, Agamenon Magalhães, afirmou que a reforma da Constituição é um ato de coragem e que ele se sente honrado por ter participado dela. Ele afirmou que a reforma da Constituição é um ato de coragem e que ele se sente honrado por ter participado dela.

O ministro da Justiça, Agamenon Magalhães, afirmou que a reforma da Constituição é um ato de coragem e que ele se sente honrado por ter participado dela. Ele afirmou que a reforma da Constituição é um ato de coragem e que ele se sente honrado por ter participado dela.

O ministro da Justiça, Agamenon Magalhães, afirmou que a reforma da Constituição é um ato de coragem e que ele se sente honrado por ter participado dela. Ele afirmou que a reforma da Constituição é um ato de coragem e que ele se sente honrado por ter participado dela.

O ministro da Justiça, Agamenon Magalhães, afirmou que a reforma da Constituição é um ato de coragem e que ele se sente honrado por ter participado dela. Ele afirmou que a reforma da Constituição é um ato de coragem e que ele se sente honrado por ter participado dela.

O ministro da Justiça, Agamenon Magalhães, afirmou que a reforma da Constituição é um ato de coragem e que ele se sente honrado por ter participado dela. Ele afirmou que a reforma da Constituição é um ato de coragem e que ele se sente honrado por ter participado dela.

O ministro da Justiça, Agamenon Magalhães, afirmou que a reforma da Constituição é um ato de coragem e que ele se sente honrado por ter participado dela. Ele afirmou que a reforma da Constituição é um ato de coragem e que ele se sente honrado por ter participado dela.

O ministro da Justiça, Agamenon Magalhães, afirmou que a reforma da Constituição é um ato de coragem e que ele se sente honrado por ter participado dela. Ele afirmou que a reforma da Constituição é um ato de coragem e que ele se sente honrado por ter participado dela.

O ministro da Justiça, Agamenon Magalhães, afirmou que a reforma da Constituição é um ato de coragem e que ele se sente honrado por ter participado dela. Ele afirmou que a reforma da Constituição é um ato de coragem e que ele se sente honrado por ter participado dela.

O ministro da Justiça, Agamenon Magalhães, afirmou que a reforma da Constituição é um ato de coragem e que ele se sente honrado por ter participado dela. Ele afirmou que a reforma da Constituição é um ato de coragem e que ele se sente honrado por ter participado dela.

O ministro da Justiça, Agamenon Magalhães, afirmou que a reforma da Constituição é um ato de coragem e que ele se sente honrado por ter participado dela. Ele afirmou que a reforma da Constituição é um ato de coragem e que ele se sente honrado por ter participado dela.

O ministro da Justiça, Agamenon Magalhães, afirmou que a reforma da Constituição é um ato de coragem e que ele se sente honrado por ter participado dela. Ele afirmou que a reforma da Constituição é um ato de coragem e que ele se sente honrado por ter participado dela.

O ministro da Justiça, Agamenon Magalhães, afirmou que a reforma da Constituição é um ato de coragem e que ele se sente honrado por ter participado dela. Ele afirmou que a reforma da Constituição é um ato de coragem e que ele se sente honrado por ter participado dela.

O ministro da Justiça, Agamenon Magalhães, afirmou que a reforma da Constituição é um ato de coragem e que ele se sente honrado por ter participado dela. Ele afirmou que a reforma da Constituição é um ato de coragem e que ele se sente honrado por ter participado dela.

O ministro da Justiça, Agamenon Magalhães, afirmou que a reforma da Constituição é um ato de coragem e que ele se sente honrado por ter participado dela. Ele afirmou que a reforma da Constituição é um ato de coragem e que ele se sente honrado por ter participado dela.

O ministro da Justiça, Agamenon Magalhães, afirmou que a reforma da Constituição é um ato de coragem e que ele se sente honrado por ter participado dela. Ele afirmou que a reforma da Constituição é um ato de coragem e que ele se sente honrado por ter participado dela.

O ministro da Justiça, Agamenon Magalhães, afirmou que a reforma da Constituição é um ato de coragem e que ele se sente honrado por ter participado dela. Ele afirmou que a reforma da Constituição é um ato de coragem e que ele se sente honrado por ter participado dela.

O ministro da Justiça, Agamenon Magalhães, afirmou que a reforma da Constituição é um ato de coragem e que ele se sente honrado por ter participado dela. Ele afirmou que a reforma da Constituição é um ato de coragem e que ele se sente honrado por ter participado dela.

OUTRAS NOTAS POLITICAS

REGRESSARÁ AO BRASIL O EX-PRESIDENTE WASHINGTON LUIZ?

RIO DE JANEIRO (A TARDE) — O Sr. Luiz Pereira de Souza, ex-presidente do Brasil, regressará ao Brasil em breve, segundo se sabe de fontes oficiais. O Sr. Luiz Pereira de Souza, ex-presidente do Brasil, regressará ao Brasil em breve, segundo se sabe de fontes oficiais.

COM O MINISTRO DO TRABALHO E DO RIO

RIO DE JANEIRO (A TARDE) — O Sr. Manoel de Oliveira, ministro do Trabalho e do Rio, regressará ao Brasil em breve, segundo se sabe de fontes oficiais.

EM ATIVIDADE O SR. PACHECO DE OLIVEIRA

RIO DE JANEIRO (A TARDE) — O Sr. Pachecho de Oliveira, ministro do Trabalho e do Rio, regressará ao Brasil em breve, segundo se sabe de fontes oficiais.

A REPRESENTAÇÃO POLITICA

RIO DE JANEIRO (A TARDE) — O Sr. Pachecho de Oliveira, ministro do Trabalho e do Rio, regressará ao Brasil em breve, segundo se sabe de fontes oficiais.

ESBOÇA-SE A CAMPANHA DA SUCESSÃO PRESIDENCIAL

RIO DE JANEIRO (A TARDE) — O Sr. Pachecho de Oliveira, ministro do Trabalho e do Rio, regressará ao Brasil em breve, segundo se sabe de fontes oficiais.

O SR. JOSÉ AMÉRICO EXCLUE TRES NOMES DO PLEITO

RIO DE JANEIRO (A TARDE) — O Sr. José Americo Magalhães, ministro da Justiça, excluiu três nomes do pleito presidencial: o Sr. Pachecho de Oliveira, o Sr. Manoel de Oliveira e o Sr. Luiz Pereira de Souza.

NOVAS DECLARAÇÕES DO SR. JOSÉ AMÉRICO

RIO DE JANEIRO (A TARDE) — O Sr. José Americo Magalhães, ministro da Justiça, declarou que a reforma da Constituição é um ato de coragem e que ele se sente honrado por ter participado dela.

A candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes

RIO DE JANEIRO (A TARDE) — O Sr. Eduardo Gomes, brigadeiro, anunciou sua candidatura para o cargo de governador do Estado de Minas Gerais.

RECEBERIA EDUARDO GOMES

RIO DE JANEIRO (A TARDE) — O Sr. Eduardo Gomes, brigadeiro, recebeu o Sr. José Americo Magalhães, ministro da Justiça, em sua residência.

CLANDESTINIDADE E INDECISÃO

RIO DE JANEIRO (A TARDE) — O Sr. José Americo Magalhães, ministro da Justiça, afirmou que a reforma da Constituição é um ato de coragem e que ele se sente honrado por ter participado dela.

UM EXEMPLO S PATILLO

RIO DE JANEIRO (A TARDE) — O Sr. Pachecho de Oliveira, ministro do Trabalho e do Rio, regressará ao Brasil em breve, segundo se sabe de fontes oficiais.

PALAVRAS DO CHEFE DO GOVERNO

RIO DE JANEIRO (A TARDE) — O Sr. Pachecho de Oliveira, ministro do Trabalho e do Rio, regressará ao Brasil em breve, segundo se sabe de fontes oficiais.

PRIMEIRA UMA ENTREVISTA DO BRIGADEIRO RUIZ

RIO DE JANEIRO (A TARDE) — O Sr. Rui Penteado, brigadeiro, realizou sua primeira entrevista com a imprensa.

UMA PARTICIPAR DE REPRESENTAÇÃO

RIO DE JANEIRO (A TARDE) — O Sr. Pachecho de Oliveira, ministro do Trabalho e do Rio, regressará ao Brasil em breve, segundo se sabe de fontes oficiais.

CANDIDATOS QUE FOMER E QUE NÃO FOMER

RIO DE JANEIRO (A TARDE) — O Sr. Pachecho de Oliveira, ministro do Trabalho e do Rio, regressará ao Brasil em breve, segundo se sabe de fontes oficiais.

COM O MINISTRO DO TRABALHO E DO RIO

RIO DE JANEIRO (A TARDE) — O Sr. Manoel de Oliveira, ministro do Trabalho e do Rio, regressará ao Brasil em breve, segundo se sabe de fontes oficiais.

CONFERENCIA DO SR. ALMEIDA

RIO DE JANEIRO (A TARDE) — O Sr. Almeida, ministro do Trabalho e do Rio, regressará ao Brasil em breve, segundo se sabe de fontes oficiais.

PRIMEIRO VARGAS

RIO DE JANEIRO (A TARDE) — O Sr. Vargas, ministro do Trabalho e do Rio, regressará ao Brasil em breve, segundo se sabe de fontes oficiais.

EM ATIVIDADE O SR. PACHECO DE OLIVEIRA

RIO DE JANEIRO (A TARDE) — O Sr. Pachecho de Oliveira, ministro do Trabalho e do Rio, regressará ao Brasil em breve, segundo se sabe de fontes oficiais.

A REPRESENTAÇÃO POLITICA

RIO DE JANEIRO (A TARDE) — O Sr. Pachecho de Oliveira, ministro do Trabalho e do Rio, regressará ao Brasil em breve, segundo se sabe de fontes oficiais.

ESBOÇA-SE A CAMPANHA DA SUCESSÃO PRESIDENCIAL

RIO DE JANEIRO (A TARDE) — O Sr. Pachecho de Oliveira, ministro do Trabalho e do Rio, regressará ao Brasil em breve, segundo se sabe de fontes oficiais.

O SR. JOSÉ AMÉRICO EXCLUE TRES NOMES DO PLEITO

RIO DE JANEIRO (A TARDE) — O Sr. José Americo Magalhães, ministro da Justiça, excluiu três nomes do pleito presidencial: o Sr. Pachecho de Oliveira, o Sr. Manoel de Oliveira e o Sr. Luiz Pereira de Souza.

NOVAS DECLARAÇÕES DO SR. JOSÉ AMÉRICO

RIO DE JANEIRO (A TARDE) — O Sr. José Americo Magalhães, ministro da Justiça, declarou que a reforma da Constituição é um ato de coragem e que ele se sente honrado por ter participado dela.

A candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes

RIO DE JANEIRO (A TARDE) — O Sr. Eduardo Gomes, brigadeiro, anunciou sua candidatura para o cargo de governador do Estado de Minas Gerais.

RECEBERIA EDUARDO GOMES

RIO DE JANEIRO (A TARDE) — O Sr. Eduardo Gomes, brigadeiro, recebeu o Sr. José Americo Magalhães, ministro da Justiça, em sua residência.

CLANDESTINIDADE E INDECISÃO

RIO DE JANEIRO (A TARDE) — O Sr. José Americo Magalhães, ministro da Justiça, afirmou que a reforma da Constituição é um ato de coragem e que ele se sente honrado por ter participado dela.

UM EXEMPLO S PATILLO

RIO DE JANEIRO (A TARDE) — O Sr. Pachecho de Oliveira, ministro do Trabalho e do Rio, regressará ao Brasil em breve, segundo se sabe de fontes oficiais.

PALAVRAS DO CHEFE DO GOVERNO

RIO DE JANEIRO (A TARDE) — O Sr. Pachecho de Oliveira, ministro do Trabalho e do Rio, regressará ao Brasil em breve, segundo se sabe de fontes oficiais.

PRIMEIRA UMA ENTREVISTA DO BRIGADEIRO RUIZ

RIO DE JANEIRO (A TARDE) — O Sr. Rui Penteado, brigadeiro, realizou sua primeira entrevista com a imprensa.

Marco do fim da censura do Estado Novo, a entrevista de José Americo e Carlos Lacerda no *Diário da Manhã*, em 1945, repercutiu nas páginas de *A Tarde*.

LUIZVIANA FILHO O JORNALISTA

va o Sr. Daudt de Oliveira presidente da Associação Comercial do Rio – é que estamos cada dia mais pobres. E prova disso é que dia a dia o povo está passando pior. Um país próspero, feliz bem pode ser avaliado pela situação, pelas condições gerais de vida do seu povo. E que poderia exhibir nesse particular o Estado Novo? Por todos os lados o que vemos é a miséria. A inflação e a especulação trazendo o encarecimento de tudo, obrigam o povo a comer cada vez menos. Em muitos lares há fome. E mesmo naqueles de classe média em que não há tal, foi preciso suprimir-se muita despesa útil. Isso sob o ponto de vista individual dos brasileiros. Coletivamente, o quadro de São Paulo traçado pelo Sr. José Américo revela o maior fracasso administrativo que seria possível conceber. É a pobreza batendo às portas do mais rico dos Estados brasileiros.

Mas, se nos voltarmos para a situação moral do país, também não será menos triste o que se nos depara. Houve um esforço continuado para o esmagamento de todas as forças morais e que potencialmente poderiam representar um ponto de resistência ao estrangulamento da nação. Tribunais, homens, sociedades, tudo teve de ceder ou desaparecer. E, nada surgiu para substituí-los.

Assim, por mais hábeis que sejam os cronistas oficiais, dificilmente conseguirão convencer o país, das benemerências do Estado Novo. Nele nada ganharam os trabalhadores, apenas iludidos por salários, que, de fato, representam menos do que percebiam antes do país mergulhar na inflação e na conseqüente elevação dos preços. Nada ganharam os intelectuais, pois perderam a liberdade, que lhes é essencial. Nada ganharam as indústrias, cujos maquinismos estão às bordas da inutilidade. Nada ganhou a agricultura, cujos índices de produção dia a dia são menores. E o povo, de modo geral, apenas ganhou o infundável suplício das filas...

Sem dúvida diante e depois disso o Sr. José Américo tem razão suficiente para achar que o atual presidente figura entre aqueles que, para a salvação do Brasil, já se devem dar por satisfeitos. Infelizmente nem sempre os homens se saciam ou percebem que é hora de se retirarem.

24 de fevereiro de 1945

NOVO TIMONEIRO

Dos muitos males que afligem atualmente o Brasil, poucos serão tão graves a exigir remédio pronto quanto essa generalizada desconfiança, que, hoje, envolve os órgãos políticos da nação. De fato, graças à persistência, à contumácia com que tem faltado a todos os compromissos, mesmo os mais solenes, já hoje não consegue a situação dominante, quando fala pelo seu mais alto representante, ser ouvida e acreditada. É a conseqüência de quinze anos, durante os quais, rompendo-se com os princípios de ética que determinavam o respeito à palavra empenhada, o cumprimento das obrigações assumidas, o zelo pela lealdade com amigos e adversários, preferiu-se instituir a política do "pau de dois bicos", da maromba, da "espada preta", sistema que, por evidente equívoco vocabular, se rotulou com o título sinuoso de "habilidade".

Em 1929 era o candidato da Aliança Liberal a assegurar ao presidente Washington Luiz o respeito à legalidade ao mesmo tempo em que se preparava o movimento armado. Em 1930 era o chefe do governo provisório a prometer a rápida reconstitucionalização do país e o restabelecimento das liberdades cívicas, ao mesmo tempo em que se protelava o assunto, que só logrou solução em face das imperiosas circunstâncias criadas pela revolução paulista de 1932. Em 1937 era o Presidente da República a proclamar de público, em 7 de setembro, ser aquela a última vez em que se dirigia à nação naquela qualidade, ao mesmo tempo em que já se preparava na sombra o golpe de Estado de 10 de novembro. Em 1940, às vésperas da queda da França, acentuava-se o desaparecimento dos enfraquecidos regimes democráticos, mas não tardaria o momento em que, mudados surpreendentemente os ventos internacionais, o dito ficaria por não dito. E tudo isso sem falarmos nos casos puramente pessoais e que em nada abonam a lealdade devida aos mais íntimos amigos e colaboradores. Aí estão, purgando o pecado de se não haverem anulado moralmente, os Srs. Antônio Carlos, Juarez Távora, José Américo, Nelson de Melo, e Manuel Rabelo, nomes aos quais tanto deveu o seu triunfo a atual situação política.

Natural, portanto, que após quinze anos de tão amarga experiência, já não exista quem se sinta seguro, sejam quais forem as promessas e os compromissos. É o regime do vai-e-vem. Elogia-se o norte, e caminha-se para o sul. Anuncia-se o rumo sul, e o leme guina para o norte.

Ora, num momento em que tudo está a clamar, seja pela voz dos interesses internos, seja pelas necessidades internacionais, em favor de um timoneiro em torno do qual a nação possa formar segura, confiante, certa de que as palavras não servem apenas para acobertar pensamentos ocultos, nada é mais pernicioso do que essa falta de confiança generalizada. É preciso um novo timoneiro. Um timoneiro capaz de merecer a confiança do Brasil.

27 de fevereiro de 1945

O AQUÁRIO NACIONAL

A era que temos vivido tristemente nesses anos últimos, e principalmente nos sete que marcam a torva existência do Estado Novo, por certo que passará à história como sendo a época getuliana. E é bom e justo que assim seja para lembrar à posteridade que o tempo decorrido nesse período jamais foi do Brasil. Pertenceu aos usufrutuários do poder, impedindo que em tão dilatados anos tivéssemos a ventura de ver desabrochar, no deserto criado pela ditadura, qualquer individualidade capaz de assinalar as sacrificadas gerações ingressadas na vida sob o signo dos órgãos de compressão da inteligência.

Realmente, tivéssemos de capitular os fatos que mostram, em todos os setores da vida brasileira, a imensa esterilidade daqueles anos, que poderiam ser sintetizados num monumento consagrado às "filas", ao jogo, à carestia, e à irresponsabilidade dos governantes, e bastaria lançarmos uma vista d'olhos sobre o panorama intelectual do Brasil. Qual a inteligência que se conseguiu afirmar, sob a égide da Carta de 37? Nenhuma. Qual o nome que porventura se impôs à admiração da nação na atmosfera saturada do Departamento de Imprensa e Propaganda e do Tribunal de Segurança? Nenhum. Qual a individualidade, que, pelos serviços à Pátria, se haja tornado merecedora da confiança nacional? A resposta não varia: nenhuma também. Por que esse cenário em que tudo lembraria uma terra maldita, onde fosse impossível medrar qualquer vislumbre capaz de assinalar as grandezas do espírito humano? Será que se esgotaram, no Brasil aquelas grandes e velhas reservas de inteligência, que de espaço a espaço nos enchiam de orgulho e de admiração diante de um Rui Barbosa, de um Nabuco, de um Rio Branco, de um Campos Sales, de um Euclides da Cunha? Certamente, não. Faltou-lhes, porém, o clima, o ambiente e a atmosfera necessária à formação e ao aparecimento de espíritos, que, como aqueles, tanto enaltecera a cultura e o pensamento nacional. Não puderam ser aquecidos pelo sol da liberdade. E, por isso, feneceram e estão morrendo de anemia dentro das trevas da ditadura.

Tornamo-nos assim um deserto de homens. Um inquietante deserto, onde os quadros políticos não se renovam. Por muito favor, às vezes acontece que velhas personagens mudam de papel. Mas, os homens são sempre os mesmos. Repetem-se. E a consequência é que, a perdurar tal estado de coisas, dentro em pouco se terá esgotado inteiramente, no país, a equipe de personalidades capazes, pela sua experiência e pelas suas atividades, de serem um penhor de segurança aos olhos da nacionalidade. Hoje, tanto no governo quanto na oposição, ainda temos os que surgiram dos debates democráticos. Daqueles sete anos é que não despontou ninguém. Mas, que seria do país quando, pelas inevitáveis contingências do tempo, tivessem de chamar aos postos da administração essas gerações que se estão formando sob a proibição de participarem livremente da discussão e do manejo dos negócios públicos?

No fato, acredito que haja motivo para a meditação dos que se não preocupam apenas com a hora que passa. Tanto pelo sacrifício em que se está imolando toda a mocidade brasileira quanto pelo perigo que representa para a nação.

É, porém, a inevitável consequência imposta às nacionalidades que se transformaram numa espécie de aquário. Aquários mais ou menos vistosos, como esses que enfeitam as salas de visita, e sobre os quais os donos, de quando em quando, para se distraírem, lançam algumas migalhas de pão, enquanto os pobres peixinhos mudos como são todos os peixes, presos entre quatro paredes de vidro, se agitam sem saberem de nada.

3 de março de 1945

EIS O PLEBISCITO

Quando em 1937 o Sr. Getúlio Vargas fez o sacrifício de salvar o Brasil, uma das promessas mais formais com que se acenou ao país foi o plebiscito. O governo não se sobreporia à nação. Dentro do mais curto prazo o povo seria chamado a dizer se queria ou não a Constituição fascista que lhe fora outorgada pela munificência governamental. A palavra do governo era, porém, como a anedota do frade: por aqui não passou... E sete anos de vacas magras decorreram sem que por um instante sequer tivéssemos o prazer de assistir qualquer demonstração capaz de indicar, mesmo remotamente, o desejo de que a nação pudesse manifestar-se sobre a carta outorgada à sombra do prestígio das classes armadas.

Em vez do plebiscito foi-nos propiciado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), Tribunal de Segurança, etc..., etc..., instrumentos com que se sufocou qualquer veleidade nossa em relação às liberdades fundamentais. E, por último, surge-nos o Sr. Marcondes Filho com uma tão longa quanto sinuosa exposição de motivos, para dizer-nos que já não era mais necessário o plebiscito. Nisso concordamos. Hoje, o plebiscito, quer para a Constituição, quer para a sua complementação, seria uma redundância. É que já está praticamente feito. Realizamos um plebiscito à moda da antiga Grécia: em praça pública, por aclamação. De fato, o Brasil já falou. Falou por todas as suas classes e todos os seus círculos. Desde os trabalhadores intelectuais até os operários das fábricas. Desde os juristas até as classes conservadoras. Todos, enfim, através dessa torrente de opiniões que está, em poucos dias, revelando o pensamento nacional, – aquele que não é manipulado pelo DIP, e posto em circulação na Hora do Brasil – todos já externaram os seus sentimentos em torno das instituições impostas ao país. E jamais se viu tão unânime, compacta, e incisiva manifestação pública de opinião. Nem a Independência, a abolição, ou a República conseguiram empolgar de tal modo a nação. Hoje já não pode haver dúvida de que a aspiração precípua dos brasileiros é colocarem a última pá de terra no Estado Novo e em tudo que ele significa

para a nossa consciência, o nosso sofrimento, a nossa humilhação, e nossas esperanças.

Só os cegos, e assim mesmo não os dos olhos, mas aqueles das Escrituras, ainda não terão percebido essa verdade meridiana. O plebiscito está feito. Mas, sobre a nação escarmentada e assustada, e à medida que se repetem fatos como os de São Paulo e Recife, reforçando um regime de terror, ainda paira uma imensa sombra de dúvida: será que o Sr. Getúlio Vargas pensa em tornar a salvar o Brasil?

6 de março de 1945

UM DESERTOR DA LIBERDADE

Quando, depois da autópsia que está sendo feita pela imprensa numa expressiva unanimidade, aparecer quem escreva a história da ditadura com todas as suas banhas, manteigas, quitandinhas, quitandeiros, e tudo o mais que forma o estofado desses sete anos de gafeira nacional, por certo que há de caber a Sergipe um lugar de honra na resistência oposta a essa putrefação agora em declínio, mas que ainda reclama muita creolina.

Realmente, desde que perceberam os rumos para os quais estávamos sendo levados, jamais os herdeiros da flama de Fausto Cardoso souberam o que fosse transigir. E talvez por isso, graças à irritação dos que acreditam ser bastante o poder para transformar em eunucos do harém da ditadura até os mais bem providos de ideal, os sergipanos têm pago um alto preço pela determinação com que transformam o seu torrão numa Stalingrado da democracia. E de tal modo que ainda agora quando o sol já começa a aquecer o país, salvando-o dessa letargia em que esteve mergulhado durante sete anos, a censura teima em envolver a imprensa sergipana nesses véus de morte, que foram a delícia dos governos impopulares. Tanto assim que, lembrando os dias tristes do finado DIP, dois jornais – *O correio de Aracaju* e o *Sergipe Jornal* – permanecem amordaçados e proibidos de circularem dentro do admirável bastião da liberdade, em cujo topo a ditadura tanto almejou em vão ver tremular uma bandeira branca de rendição. Mas, sob o comando desse intrépido democrata que é o Sr. Leandro Maciel, a fortaleza não se entregou, nem se entregará, pois sabe que se ontem estávamos encurralados em Stalingrado, hoje já batemos às portas de Berlim, o que fez caducar os vaticínios de quantos profetizaram a morte da democracia.

Contudo, não deixa de ser extraordinário que a chefia dessa reação contra a liberdade se encarne em Sergipe, no interventor Maygnard, pessoa de inegáveis tradições nas lutas libertárias do Brasil. Dir-se-ia que o simples fato de se haver sentado no famigerado Tribunal de Segurança foi bas-

tante para transformar o antigo liberal num furioso conviva da ditadura. Não cremos, no entanto, que seja mais do que um desses maus momentos, uma dessas tentações a que está exposta a fraqueza humana. Volte-se o Sr. Maynard para o seu passado, medite sobre o caminho que percorreu, e não lhe custará compreender que somente o arrependimento e a penitência poderão salvá-lo da perdição a que está exposto numa hora em que tantos estão se redimindo.

9 de março de 1945

À MANEIRA DO DIP

(A cena passa-se numa casa modesta, e justamente no dia em que se abrem as aulas. Por volta das quatro horas, o Joãozinho, que é o primogênito dos donos da casa, irrompe pela sala, de volta da escola).

- Então, meu filho, gostou do novo professor?

Joãozinho, vai botando os livros numa cadeira, e responde:

- Ele não sabe nada, mamãe...

- Onde é que já se ouviu dizer que um professor não sabe nada? Com certeza é porque ele é dos meus e não deixa vocês ficarem o dia inteiro tirando aração.

- Qual nada, mamãe... Ele não sabe nada mesmo. Imagine que ele disse que o Getúlio não vai ser mais o presidente. (No Brasil, as crianças, de tanto formarem em paradas consagradas ao chefe do governo, acreditam que presidente é sinônimo de Getúlio Vargas, e que este é alguma coisa sem princípio e sem fim.)

- Pois é isso mesmo, meu filho, retruca D. Maria. O professor está certo... Agora vamos ter eleições, o povo é que vai escolher quem quer para presidente...

- Que é eleição, mamãe?

D. Maria fica um pouco embaraçada para explicar o que seja eleição, mas, depois de uma pausa, põe o filho no colo, e procura satisfazer a sua curiosidade:

- Eleição é quando cada pessoa tem o direito de dizer quem é que deseja para governar o país. Qualquer um pode ser escolhido... A opinião de cada um chama-se voto, e o povo vota então num homem que saiba governar, que diga a verdade e não deixe que o povo fique com fome, tudo pela hora da morte... Um homem que tome providências para que a gente não fique sem bonde, sem carne, sem leite, e obrigada a comprar tudo caro...

- E já houve tempo em que havia mesmo essas coisas, ou isso é história da Carochinha?

- Eu mesmo que não sou velha ainda alcancei tudo isso... E é por isso que o Getúlio não vai mais ser presidente....

Agora a gente vai escolher um homem direito... Depois virá outro, pois o governo precisa mudar sempre para não ficar viciado...

- Então, mamãe, se eu for um homem direito posso ser presidente?

- Pode... pode... numa democracia qualquer um pode ser presidente se for escolhido pelo povo.

Nesse momento o Joãozinho pulou do colo de D. Maria, e disse muito sério:

- Pois olhe, mamãe. Amanhã vou pedir desculpas ao professor... Ele é que tem razão, e eu teimei com ele que presidente só podia ser o Getúlio... Agora vai ser melhor, e quando eu ficar grande vou ser também presidente...

Não é necessário dizer que essa história é fictícia como as fitas de cinema, que somente por coincidência se parecem fatos reais. Entretanto foi com histórias como esta, e nas quais o Sr. Getúlio Vargas, a cada passo aparecia ora afagando crianças, ora entre índios, que o chamavam "papai grande", ora recebendo risonho manifestações de operários arranjados pelo Ministério do Trabalho, que se procurou durante sete anos anestesiar a consciência brasileira, fazendo-a crer em histórias da Carochinha, que visaram criar para o Sr. Getúlio Vargas a legenda de amigo do povo ao mesmo tempo em que, complacente diante da ganância de um grupo restrito de exploradores, permitiu que todos os preços subissem até onde se sabe nas asas da inflação criada pelo próprio governo. A verdade, porém, é diferente da lenda que o DIP procurou espalhar através da propaganda oficial, e está na consciência dos milhões de brasileiros, que estão vivendo de barriga apertada.

10 de março de 1945

NAUFRÁGIO DA DITADURA

Todas acabam mais ou menos do mesmo modo: morrem de colapso, quase surpreendentemente. Até a véspera nada era mais forte, mais rígido. Boas cores e bom apetite. Tudo renunciando uma existência longa e enérgica. Mas, de repente, um baque inesperado põe fim a tudo aquilo que só fazia pensar em poder, em autoridades, em prepotência. É o fim. Assim tem sido através dos tempos, e assim continuará a ser. Mussolini não contou sequer com o genro. (O que não quer dizer que devamos guardar do lado de cá um lugar para o Sr. Amaral Peixoto).

A ditadura brasileira não poderia escapar a essa regra geral. Até há um mês atrás poucos, bem poucos mesmo, seriam os que imaginariam tão próximo o termo de toda essa engrenagem cuidadosamente articulada durante sete anos, e destinada a manter o país num estado de passividade obrigatório. O DIP não deixava ouvir-se uma voz discordante, pois, sob pena de se expor a severas represálias, todos eram forçados a não desafinar no coro dos elogios oficiais. E qualquer veleidade de oposição levava ao exílio ou a condenações pelo Tribunal de Segurança, como aconteceu com os Srs. Otávio Mangabeira e Armando Sales. Desse modo o governo tornara-se senhor de barão e cutelo da consciência de todos os brasileiros. Bastou, no entanto, um imponderável, que ainda não podemos saber qual tenha sido para que o panorama mudasse inteiramente.

Tudo que até ontem era submissão, silêncio ou elogio, transformou-se numa formidável eclosão dos sentimentos democráticos brasileiros. E, como acontece nos naufrágios, a tripulação da ditadura começou a abandonar rapidamente a embarcação em perigo. Até os mais íntimos, muitos dos quais haviam sido venturosos usufrutuários do poder discricionário, apanharam os seus salva-vidas para se atirarem ao mar, afastando-se céleres do casco condenado. Fogem apressadamente do torvelinho formado pelas embarcações na hora de afundarem, pois sabem que qualquer minuto perdido poderá ser fatal, tendo como conseqüência identificar os retardatá-

SERVICÓ EXCLUSIVO DA "ASSOCIATED PRESS" — VIA-RIO — PARA "A TARDE"

O ministro José Linhares, presidente do Supremo Tribunal, é o novo Presidente da Republica

AS FORÇAS ARMADAS, PARA GARANTIR AS ELEIÇÕES FÉREIS, IMPUZERAM A RENÚNCIA DO SR. GETÚLIO VARGAS



SR. GETÚLIO VARGAS

RIO, 30 (A TARDE) — A 5 horas da tarde começou a transmissão de uma mensagem por rádio em que o presidente Getúlio Vargas renunciava ao cargo de chefe do Poder Executivo. A mensagem foi transmitida em português e em espanhol. O presidente Vargas falou por rádio de sua residência em Brasília, onde se encontrava desde a sua chegada em 29 de outubro. A mensagem foi transmitida em português e em espanhol. O presidente Vargas falou por rádio de sua residência em Brasília, onde se encontrava desde a sua chegada em 29 de outubro. A mensagem foi transmitida em português e em espanhol. O presidente Vargas falou por rádio de sua residência em Brasília, onde se encontrava desde a sua chegada em 29 de outubro.

Brasília, 30 (A TARDE) — O presidente Getúlio Vargas renunciou ao cargo de chefe do Poder Executivo. A mensagem foi transmitida em português e em espanhol. O presidente Vargas falou por rádio de sua residência em Brasília, onde se encontrava desde a sua chegada em 29 de outubro. A mensagem foi transmitida em português e em espanhol. O presidente Vargas falou por rádio de sua residência em Brasília, onde se encontrava desde a sua chegada em 29 de outubro.

A TROPA ESTAVA PRONTA PARA QUALQUER EMERGENCIA

Um relato fuf do que se passou no Guanabara

RIO, 30 (A TARDE) — O general Carlos de Faria, comandante em chefe das Forças Armadas, recebeu a seguinte mensagem do presidente Getúlio Vargas em 29 de outubro: "Vou renunciar ao cargo de chefe do Poder Executivo. A mensagem foi transmitida em português e em espanhol. O presidente Vargas falou por rádio de sua residência em Brasília, onde se encontrava desde a sua chegada em 29 de outubro."



O PALÁCIO GUANABARA, ONDE O SR. GETÚLIO VARGAS DECLAROU QUE RENUNCIARA AO CARGO DE CHEFE DO PODER EXECUTIVO

PARA RESTITUIR A ORDEM JURÍDICA DO BRASIL

AO SER IMPOSSADO, O NOVO PRESIDENTE PROMETE SOLENEMENTE ELEIÇÕES A 2 DE DEZEMBRO

OS DISCURSOS TROCADOS NO PALÁCIO DA GUERRA

RIO, 30 (A TARDE) — O ministro José Linhares, presidente do Supremo Tribunal Federal, foi eleito o novo presidente da República. O discurso de posse foi transmitido por rádio em português e em espanhol. O presidente Linhares prometeu solenemente eleições a 2 de dezembro.

PROCLAMAÇÃO DA R. R. M.

RIO, 30 (A TARDE) — O presidente Getúlio Vargas renunciou ao cargo de chefe do Poder Executivo. A mensagem foi transmitida em português e em espanhol. O presidente Vargas falou por rádio de sua residência em Brasília, onde se encontrava desde a sua chegada em 29 de outubro.

PROCLAMAÇÃO DO POVO BAHIANO

A SITUAÇÃO É DE PERFEITA ORDEM

BAHIA, 30 (A TARDE) — O povo baiano declara que a situação é de perfeita ordem. O governador José Lacerda e o governador-geral José Linhares foram aclamados pelos bahianos.

PROCLAMAÇÃO DO POVO BAHIANO

A SITUAÇÃO É DE PERFEITA ORDEM

BAHIA, 30 (A TARDE) — O povo baiano declara que a situação é de perfeita ordem. O governador José Lacerda e o governador-geral José Linhares foram aclamados pelos bahianos.

REINA CALMA NO PAÍS

O ministro da Justiça, José de Faria, declarou que reina calma no país. A situação é de perfeita ordem.

REINA CALMA NO PAÍS

O ministro da Justiça, José de Faria, declarou que reina calma no país. A situação é de perfeita ordem.

REINA CALMA NO PAÍS

O ministro da Justiça, José de Faria, declarou que reina calma no país. A situação é de perfeita ordem.

BVLIVRE

DA VIGILÂNCIA DO GOV. CARLOS DE FARIAS

BVLIVRE

DA VIGILÂNCIA DO GOV. CARLOS DE FARIAS

BVLIVRE

DA VIGILÂNCIA DO GOV. CARLOS DE FARIAS

A queda de Getúlio Vargas, em 1945, era uma questão de tempo no início daquele ano, quando Luiz Viana Filho já antecipava a necessidade de um regime.

rios com o destino trágico da nau assoberbada pelas águas. O convés, onde até há pouco tantos se reuniram para jurar fidelidade ao comandante, está vazio. As máquinas foram abandonadas. E pela mastreação de cordame arrebetado já nenhum marinheiro se aventura. Apenas na câmara do comando ainda se vêem alguns fiéis, que, menos por convicções doutrinárias do que por sentimento de lealdade, parecem dispostos a submergir com o comandante. Devemos respeitá-lhes a coragem do sacrifício. Contanto que, conscientes do voluntário sacrifício a que se votam, se disponham a afundar tranqüilamente, e sem pretenderem se opor a que a nação, encerrado o triste episódio da ditadura, retome, em nau mais feliz e mais segura, o seu destino no mar largo da liberdade.

13 de março de 1945

PROGRAMAS E CANDIDATOS

Entre os que se voltam para a campanha da sucessão presidencial, que agora se esboça entre tantas esperanças e também entre tantas apreensões, não são poucos os que, muito justamente, aguardam o aparecimento dos programas destinados a marcar a posição dos candidatos em face da opinião do país.

Contudo, se as idéias a serem sustentadas e defendidas pelos candidatos, que venham a surgir para o prélio eleitoral, constituem ponto fundamental para o pronunciamento de cada qual, nem por isso devemos perder de vista que os programas ou plataformas não bastam. Eles são como as promissórias: dependem da honestidade de quem as emite. Que vale um título firmado por algum caloteiro impenitente? Assim também são os programas: o seu valor varia de acordo com o crédito que possa merecer quem os subscreve. Porventura já teremos tido plataforma mais referta de promessas liberais do que aquela que, em 1929, leu em céu aberto, na Esplanada do Castelo, o candidato Getúlio Vargas? Lá estava tudo quanto o Brasil queria e continua a esperar: liberdade de pensamento, liberdade de palavra, ampliação do *habeas corpus*, obediências à lei, respeito à constituição, acatamento à vontade popular manifestada através eleições livres. Mas, vitorioso o candidato, que tão solenes compromissos havia assumido perante a nação, foi o que se viu: nem liberdade, nem eleições, nem respeito às decisões judiciais, nem Constituição, pois rompeu-a com as próprias mãos, que haviam jurado defendê-la.

Foi, aliás, por isso que, em 1910, ao dirigir-se ao Brasil, falando à nação daqui da Bahia, exclamava Rui Barbosa, ao expor as idéias com que se apresentava para disputar a suprema magistratura: "o meu programa está na minha vida!" Era que ele bem sabia, que para o penhor da fidelidade de um candidato aos princípios esposados no curso de uma campanha eleitoral, mais valia o seu passado, a inteireza do caráter, a constância dos seus ideais, do que todas as promessas e postulados adrede preparados no lusco-fusco de uma can-

didatura disposta a acolher os votos descuidados dos menos espertos no confrontarem o candidato e o seu passado com as idéias expedidas para meros fins de propaganda.

Realmente, se não tiver por si a força da convicção de quem o enuncia, se não contiver o sopro de um ideal, nada de mais triste e inexpressivo do que um programa de candidato. Poderá ser um boneco cheio de palha, mas jamais será um corpo tocado pelas energias da vida. Como, por exemplo, ser acreditado como democrata quem, no poder, somente tivesse dado mostras do contrário? Porventura, mesmo que o ouvíssemos dizê-lo, acreditaríamos num Rui de braço dado com a ditadura? Assim são os programas e plataformas. Estão numa dependência direta, imediata, inseparável, com o passado de quem os subscreve, pois jamais a nação poderá confiar na sinceridade e na lealdade de quem, pelo efeito mágico de uma candidatura, mudasse abruptamente de cores, ideais, ou sentimentos.

Portanto, se desejarem ser ouvidos e acreditados pelo país, os candidatos, antes de mais nada, terão de traçar plataformas onde possam inscrever a velha frase de Rui: "O programa está na minha vida".

16 de março de 1945

CÂMBIO NEGRO

As eleições ainda estão longe: falemos do "câmbio negro".

Após quatro ou cinco anos de coordenação, comissões de abastecimento, conselhos de comércio, e tudo mais que se criou com o fito de frear os preços e impor um pouco de ordem no tumultuário mercado nacional, parece que já temos o direito de perguntar quais os resultados obtidos através dessas dispendiosas máquinas da administração. E, infelizmente, se bem pesarmos o que foi efetivamente feito, nada mais encontraremos do que as chamadas tabelas de preços, que constituem o mais cândido e ingênuo exemplo de alguma coisa "para inglês ver", pois, aqui, tem o mesmo valor de um decreto promulgado no mundo da lua.

Pelo menos, é o depoimento que nos dão os fatos, bastante eloqüentes e perfeitamente conhecidos de todos. Começemos pela gasolina. A guerra impôs tremendas reduções na sua distribuição, e um severo racionamento foi o remédio para o mal. Os automóveis particulares tiveram de retirar-se do cenário das avenidas. Até os caminhões destinados à importante tarefa do transporte de mercadorias viram-se reduzidos a quotas que roçavam aposentadoria compulsória. E, por tão exíguas as quotas atribuídas aos choferes de praça, dir-se-ia que, para atropelarem os transeuntes, ficavam apenas os carros oficiais e os do petróleo. Mas será essa a realidade? Parece que ninguém tem dúvidas quanto à negativa. Realmente, a gasolina pelo preço da tabela oficial é escassa e difícil. Vem de longe, e sofre os transtornos da guerra. Disponha-se, porém, alguém a pagar cinco ou seis cruzeiros por litro, e talvez encontre gasolina com mais facilidade e abundância do que a água de Itaparica. É um milagre. O que inexistente a dois cruzeiros, sobra à razão de seis, como se jorrasse de algum poço no largo do teatro.

Passemos adiante. Vamos à carne tanto verde como seca. Também não existe senão em doses homeopáticas. É mais difícil um lugar no céu do que obter um quilo de charque ou um peso de boi. Ambos estão tabelados, e gozam de

preços oficialmente estabelecidos. Dispõe-se, entretanto, o leitor a comprar no “câmbio negro”? Ah! Nesse caso não lhe faltará carne. Poderá até escolher. Prefere gorda? Magra? Filete? É só dizer. E disso sabem todas as donas de casa. E o pior é haverem, inexplicavelmente, fracassado, todas as tentativas para a adoção de cartões de racionamento, que, pelo menos, poderiam pôr um pouco de justiça e de igualdade entre os que podem comprar no câmbio negro, e os que se vêem na contingência de, devotamente, renunciar à carne.

Mas, não são apenas a carne e a gasolina. Com a manteiga, por várias vezes, tem ocorrido o mesmo. Também com as batatas. E que me dizem do peixe, sempre tão indiferente a todas as tabelas, e que chega a fazer greve?

E tudo isso proporcionando lucros tão gordos, tão fáceis, tão gostosos, que os beneficiários devem andar pedindo a Deus que jamais acabem as tabelas oficiais, pois, desde que se não cumprem com rigor, tornaram-se o clima ideal para a proliferação do chamado “câmbio negro”, paraíso do reduzido número de espertos e tormento de uma população desprotegida.

20 de março de 1945

O LEILÃO DAS PREFEITURAS

Desde que o general Aleixo manifestou o desejo de sair dos braços da administração, para se entregar às perigosas carícias da política, não têm sido poucos os homens do interior, grandes e pequenos chefes municipais, que depois de tão malsinados e escorraçados, voltaram a ser convidados a transitarem livremente, e até com honrarias especiais, pelo Rio Branco.

E aí, se realiza o leilão das prefeituras, que se arrematam com promessas de votos, e está sendo assistido pelos olhos argutos do Sr. Pacheco de Oliveira, enquanto o jovem secretário do Interior observa os movimentos lentos do Sr. Pereira Moacir, para saber se deve ou não entregar o ramo de oliveira aos lançadores mais felizes.

Não devemos, querer mal aos que assim se aforçaram em trocar os seus votos por prefeituras e sub-delegacias. Mas, nem por isso devemos deixar de lamentar que ainda não tenhamos chegado a um nível de compreensão dos verdadeiros interesses coletivos dos munícipes e municípios capaz de fazer que, em vez de prefeituras e sub-delegacias, meros instrumentos destinados a satisfazerem vaidades pessoais ou permitirem miúdas perseguições locais, os responsáveis pelas situações municipais solicitassem do governo mais escolas, mais postos médicos, mais hospitais, mais estradas, e sobretudo mais dinheiro.

De fato, embora não faltem, entre os que concorrem nessa barganha de votos e posições, homens desejosos de melhorarem os municípios onde vivem, a verdade é que, por encararem o assunto dentro de um plano muito terra a terra, inspirados por interesses imediatos, e que os priva de qualquer elevação no descortino do futuro, permanecem impossibilitados de compreenderem que, dentro da situação atualmente criada para os municípios, ser-lhes-á impossível realizar qualquer coisa de verdadeiramente útil para as populações locais. E isso pela razão muito simples de viverem as prefeituras em estado de miséria permanente. Nem poderia deixar de ser assim quando as rendas dos municípios

são quase totalmente absorvidas pelo Estado e pelo Governo Federal. Enquanto nos Estados Unidos, por exemplo, os municípios arrecadam mais de 50% da renda total do país, no Brasil não lhes foi reservado senão cerca de 7%. O resto fica para a União e o Estado, sendo que este ainda se compraz de sugar quotas e taxas que levam as prefeituras a espantoso estado de inanição. Dai ser tão raro encontrar-se entre nós uma cidade do interior onde haja serviços de esgoto, contando-se as que se esfalfam para manter alguma precária iluminação. Falta-lhes dinheiro. Falta-lhes renda. E por isso nada podem fazer pelas desvalidas populações privadas de escolas, de hospitais, e de estradas.

Dizia o padre Vieira que o pior pecado não era o passado nem o presente, mas o futuro, pois este, além de ser pecado, era o "sumo perigo". Pois bem, os municípios, dentro dessa orientação a que desejam amarrá-los alguns chefes e chefetes locais, estão ameaçados de um "sumo perigo". É dele que precisam se libertar, exigindo que se lhes dê, não nomeações de prefeitos e subdelegados, mas os meios necessários, os recursos precisos para que não sejam desviadas para o luxo das capitais as rendas arrecadadas no interior, e com o trabalho dos homens do interior.

É isso que nos separa desse leilão de prefeituras, no qual nada ganham as populações locais. O que desejamos não é o poder de nomear prefeitos e delegados, mas uma radical mudança tributária, que assegure aos municípios as comodidades e necessidades mais elementares. Eles precisam é de dinheiro. Portanto, voltem-se para o futuro, e vejam se conseguem libertar-se do "sumo perigo" que os ameaça mortalmente, condenando-os a se arrastarem permanentemente na mais completa miséria. Podem, aliás, ficar certos de que dela somente se libertarão quando se dispuserem, não a trocar por posições, mas em apoiarem com votos as idéias à cuja sombra poderão ser realmente prósperos, ricos, independentes, e felizes.

24 de março de 1945

CEGOS DAS ESCRITURAS

Entre os vários títulos do Sr. Getúlio Vargas nenhum é tão proclamado quanto a proverbial habilidade com que se esmera em golpes de mão ou de pé contra todos que têm tentado cortar o umbigo com que se amarrou ao Catete. Com tal propósito já inundou o país no sangue de duas revoluções, que poderia ter evitado, e massacrou em 37 as instituições que jurara defender.

Contudo, sou dos que acreditam que muito mais espantoso do que as apregoadas virtudes de trapezista do poder do fundador do Estado Novo é a ingenuidade dos que lhes assistem os truques de prestidigitador político. Até quando repete velhos números aos quais a platéia já deveria estar familiarizada, a verdade é que consegue continuar a enganá-la. Agora mesmo, não faz o Sr. Getúlio Vargas senão reproduzir escamoteações idênticas às de 37, mas, nem por isso, deixa de encontrar, inclusive nas classes armadas, quem lhe dê crédito.

Senão, vejamos. Que fez em 37 o nosso ditador? Primeiro assegurou, no discurso de 7 de setembro, ser aquela a última vez que falava à nação como Presidente. Era uma ducha de água fria, para tranquilizar os incautos. Que imagina, em 45? Também proclama que não é candidato. A assistência aplaude, e não faltam basbaques cujo coração se alegre com a afirmativa presidencial.

Mas, retomemos o fio de 37. Acalmada a opinião, o Sr. Getúlio Vargas sopra para os ouvidos do Sr. Benedito Valadares, a candidatura do Sr. José Américo, que é aceito pelas forças oficiais. Anuncia, então, o seu contentamento, tem palavras amáveis para o candidato, e finge arrumar as malas para recolher-se à sua fazenda em São Borja. Começa aí o jogo solerte do Presidente. Ao mesmo tempo em que fomenta o integralismo, e vai assistir-lhe às paradas na porta do Guanabara, insinua que se "agitem as massas" e manda os seus assecclas pintarem de "vermelho" o Sr. José Américo. Este surge então como um homem da esquerda, e cuja vitória significará a liquidação do integralismo. É o pregão com que

se assusta e atemoriza todas as forças da direita, inclusive as do Exército. E, diante disso, para evitar o perigo da esquerda, que se congrega no espantelho da Aliança Libertadora, que haveria de mais fácil para o Sr. Getúlio Vargas do que fazer compreender à direita que nele, na sua permanência no governo, estava a salvação única? Assim com tais argumentos, foram imolados ao apetite getuliano os Srs. José Américo e Armando Sales, que caíram no prato do Presidente como duas pombas sem fel.

Agora, vamos a 45. O ouvido que ouve a confissão do Sr. Getúlio Vargas quanto às suas preferências em matéria de candidaturas é o mesmo do Sr. Benedito. A direita está, porém, muito desmoralizada para que se torne possível repetir o jogo no mesmo sentido de 37. Por isso o Sr. Getúlio inverte-o. E candidamente vai buscar o general Dutra, cuja candidatura faz surgir ao calor da plutocracia paulista, ou seja o que se pode imaginar de mais reacionário no Brasil. No entanto, não se esquece do velho hábito de "dar uma no cravo e outra na ferradura". E, como se o coração se lhe abrandasse depois de dez anos, eis que vai buscar na gaveta uma certa tolerância para o Sr. Luiz Carlos Prestes, cuja incomunicabilidade é suspensão, enquanto os seus correligionários, sob os olhares descuidados e paternais do Sr. Getúlio Vargas, voltam a intransigir a burguesia.

Voltamos assim ao mesmo clima de 37 tão propício às ambições do ditador. Às enganadas classes operárias e às esquerdas já começaram os agentes do ministério do Trabalho a acenar com o perigo que representa para elas a vitória de um candidato patrocinado pela indústria paulista, e, portanto, com nítidas tendências para a direita. E nessas condições porque não imporem elas o Sr. Getúlio Vargas, para a constituição de um regime de esquerda? O Sr. Getúlio, apregoam os turiferários da sua permanência, não tem ódios, e também não tem princípios ou idéias. Quer ficar. E vai com o vento. Por que não irá com o vento da esquerda, contanto que o deixem sossegado no Catete?

Mas, enquanto isso se processa com clareza meridiana, o general Dutra, que parece nada ter aprendido com a experiência do sacrifício do Sr. José Américo, continua a esvoçar satisfeito, tão certo de que o Sr. Getúlio Vargas lhe dará

o governo quanto estava o Sr. José Américo em 1937. É um candidato satisfeito. E talvez por isso não consiga perceber o molho diabólico que o Sr. Getúlio Vargas já começou a preparar com as esquerdas para devorá-lo em alguma madrugada, que será também a noite da agonia do Sr. Luiz Carlos Prestes, do mesmo modo que o 10 de novembro foi a véspera do Sr. Plínio Salgado.

Aí está como se suicidam no Brasil os que, por ainda continuarem a acreditar nas lábias e truques do Sr. Getúlio Vargas, lembram os piores cegos, aqueles das Escrituras. Mas não se esqueçam que desta vez o ditador não virá vestido de verde. Virá de vermelho.

27 de março de 1945

SONHO QUE PASSOU

Menos pelo desfecho, que leva à interventoria baiana, para prosseguir na política de apaziguamento, um militar ilustre e no qual a Bahia reconhece uma irrepreensível correção de atitudes, do que pela maneira por que foi conduzida a solução do caso criado com a demissão do interventor Marback, o PSD prestou à UDN uma significativa homenagem.

Realmente, não poderá ser outra a impressão de quantos hajam acompanhado o desenvolvimento das *demarques* feitas com o objetivo de ser encontrado, entre os baianos, um nome capaz de merecer a confiança das duas maiores correntes de opinião do Estado. Enquanto o PSD teimou em se encerrar num estrito círculo partidário, reduzindo as suas sugestões aos quatorze nomes de sua bancada e da sua comissão executiva, e mais o do general Mendonça Lima, reconhecidamente impróprio para uma solução equidistante, a UDN preferiu sempre permanecer em ambiente mais largo, fora dos seus quadros partidários. Daí os muitos nomes que aventou, não só em consideração aos méritos pessoais de cada qual, mas sobretudo em face das funções ou posições, que têm na sociedade baiana. Assim é que não teve dúvidas em declarar de logo a sua disposição em aceitar qualquer dos desembargadores do tribunal de Apelação, juizes da capital do Estado, diretores das faculdades locais, reitor e vice-reitor da Universidade, presidente da Associação Comercial, provedor da Santa Casa de Misericórdia, além de outras figuras da maior projeção como os Srs. Pânfilo de Carvalho e Pedro de Sá.

E como respondeu o PSD, pela voz dos seus mais autorizados dirigentes, a todos esses honestos propósitos na busca de uma solução, que, certamente, tanto seria do agrado de todos os baianos a quem a paixão partidária ainda não cegou inteiramente? Limitou-se a atirar ou atribuir a todos, indistintamente, uma espécie de novo pecado original que os incompatibilizaria para as funções de primeiro magistrado do Estado, num momento em que o presidente Gaspar Dutra buscava alguém capaz de satisfazer a gregos e troianos – seriam simpáticos à UDN. E assim, empunhando com tanta

severidade e injustiça, um alfanje, que funcionou ao impulso de sentimentos, que bem podemos chamar de mesquinhos, afastou o PSD todas as possibilidades de um entendimento, que, no episódio, permitisse às duas agremiações partidárias, falarem a mesma linguagem. Mas assim agindo, é evidente que se não poderá furtar a um terrível dilema: ou foi injusto, atribuindo a altas figuras do Estado sentimentos partidários inexistentes, ou terá reconhecido que, na Bahia, se tornou impossível encontrar uma personalidade que não tenha as suas simpatias voltadas para a UDN.

Diante desse impasse criado pela posição assumida pelo PSD, que parece ver em cada baiano ilustre um partidário da UDN, teve-se que voltar à fórmula geral, preconizada pelo Sr. Otávio Mangabeira, e que dá ao Presidente da República inteira liberdade, e também responsabilidade, na escolha e nomeação dos interventores da sua confiança pessoal. E, dentro desse critério, não há dúvida de que a escolha do general Cândido Caldas, já afeito ao meio baiano, foi das mais felizes, pois, tudo leva a crer, abre caminho para um governo honesto e eleições livres, cujo resultado já bem se pode prever no próprio temor com que o PSD se conduziu no atual episódio. Isto é, cheio de medo, vendo fantasmas, como tendo de antemão a certeza de que nada lhe é tão pernicioso e fatal quanto um clima verdadeiramente democrático, e no qual o chefe do executivo estadual seja um juiz, e não um instrumento a serviço da corrupção e da opressão. Mas, isso, felizmente, foi um sonho que passou.

30 de abril de 1946

VIDA NOVA PARA OS MUNICÍPIOS

Já votado o capítulo primeiro da futura Constituição pode-se ter como vitoriosa a campanha em favor dos municípios, uma das quais mais agitaram e dividiram a Assembléia. Prevaleceu, assim, o ponto de vista inscrito no programa da UDN, e ao qual acabaram aderindo elementos de todos os partidos, tal a força da idéia lançada à apreciação dos representantes de 46, que, em boa hora, compreenderam a necessidade de amparar de maneira eficaz as populações do interior. Saímos assim da fase platônica e durante a qual perdemos anos e anos com palavras em favor dos municípios, para chegarmos a uma fase de realizações concretas.

De fato, o sistema tributário criado pela Constituição abre perspectivas inteiramente novas para a vida municipal, propiciando-lhe elementos financeiros suficientes para assegurarem serviços locais imprescindíveis à saúde, à educação, e ao conforto das abandonadas populações do interior. Podemos até acreditar que será essa inovação constitucional uma das de maior monta. Inicialmente, e como o passo mais arrojado nesse desiderato de favorecer com melhores rendas os municípios, há que considerar a distribuição de 10% do imposto de renda arrecadado entre as prefeituras brasileiras. Medida que, traduzida em números, dará a cada município cerca de duzentos contos de réis anualmente. Ora, somente essa nova parcela será bastante para garantir aos nossos miseráveis municípios, em sua grande maioria com renda inferior a cem contos, os recursos preciosos para cuidarem de serviços do maior alcance, tais como luz, água, postos médicos, e até modestas escolas rurais.

Contudo não foi essa a única fonte nova de renda para as prefeituras. Há ainda que crescer o imposto de indústrias e profissões, que passou integralmente para os municípios, e o dispositivo, obrigando os Estados a entregarem às prefeituras 30% do que, em cada comuna, excetuando o imposto de exportação, arrecadarem mais do que esta.

Nessas condições tudo leva a crer que o interior irá conhecer uma vida nova, e melhor, pois terá em mãos a mola

mestra para as realizações de que tanto necessita – recursos financeiros. E somente isso, tantos são os reflexos que poderá ter na vida brasileira, seria bastante para justificar a nova Constituição. Iremos viver uma experiência até hoje desconhecida, e que será o fruto de uma campanha tenaz, talvez obstinada, dos representantes da UDN orientados pelo Sr. Otavio Mangabeira, e que tiveram no relator da “Discriminação de Rendas”, o Sr. Aliomar Baleeiro, um combatente perfeitamente à altura da batalha travada contra os que ainda se agarravam às velhas fórmulas, fazendo o elogio dos municípios, mas negando-lhes pão e água.

E se tais medidas dão novos horizontes às populações do interior, também lhes impõem maiores responsabilidades na escolha de dirigentes capazes de darem bom e honesto destino aos recursos propiciados pela nova Constituição. Do contrário teríamos apenas perdido tempo, pois os novos e maiores recursos em lugar de significarem água, luz, saúde, educação, iriam escoar-se pelos desvãos das querelas eleitorais e dos empregos aos apaniguados, coisas que já estão em tempo de acabar. A hora é de cuidar do povo.

24 de agosto de 1946

O JORNALISTA SIMÕES FILHO

A poucas pessoas, no Brasil, poder-se-á tão adequadamente chamar de jornalista, mas jornalista, em toda a extensão da palavra, quanto a Simões Filho. Realmente, ele o foi durante toda a vida. Como se cumprisse um destino. Iniciando-se ainda estudante secundário dirigiu a *Gazeta do Povo* mal saindo dos bancos acadêmicos. No entanto, *A Tarde*, que fundou em 1912, afirmar-se-ia na sua plenitude a vocação e a capacidade do homem de imprensa. De fato, no jornalismo baiano, constituiu o jornal de Simões Filho, então um jovem franzino, bravo e petulante, alguma coisa nova e surpreendente. Um jornal como ainda não se vira. Rompia com os cânones da velha imprensa, vestida à moda do Império – sobrecasaca preta e cartola – e escandalizava a Província com a aparência leve, viva, ágil e vigorosa. Era irreverente, e nada temia: nem homens, nem instituições. Desconhecia os tabus, voltava as costas aos “medalhões”, e se propunha a dizer a verdade numa linguagem desabusada. Não bastaria para explicar o êxito conquistado desde o início?

Antes, salvo o *Jornal de Notícias*, onde Aloysio de Carvalho derramava verve nada agressiva, o jornal como se limitava ao austero e judicioso artigo de fundo, medida dos jornalistas da época, e a um noticiário deficiente e inosso. Fora disso, um escasso serviço telegráfico; uma correspondência da Capital Federal; e o clássico romance em folhetim. Eis tudo.

A Tarde foi diferente. Em matéria de jornal nada havia que Simões Filho ignorasse. Desde a revisão até o artigo de fundo, tudo lhe era familiar. E por uma espécie de instinto, que bem podemos ter sem favor, como o talento do jornalista, parecia adivinhar o tipo de jornal, que a Bahia reclamava para acompanhar o “progresso”, que era uma nota do começo do novo século. A primeira novidade foi o clichê, coisa até então quase reservada às revistas: *A Tarde*, para gáudio dos leitores, encheu-se de fotografias. E, exceto por ocasião de grandes acontecimentos extinguiu o terrível artigo de fundo, de cuja confecção, no *Diário da Bahia*, fui das últimas vítimas,

pois sem ele não se “fechava a página”. Simões Filho substituiu-o pelo *suelto*. O *suelto* é uma espécie de artigo em trajes de praia: short e blusão. É popular, nada tem de erudito ou pretensioso, e deve ser claro, gracioso, e se possível, mordaz. É um caminho sem volta entre o jornalista e o leitor. Deve ir direto e rápido ao alvo. E nisso Simões Filho foi realmente incomparável. Dele podemos dizer que possuía o gênio do *suelto*. Tinha-lhe a medida exata: nunca mais de um palmo de coluna. Mas, aí, nesse pequeno espaço sabia dizer quanto queria, e de modo a impressionar e convencer o leitor. Às vezes, bastava o título, ou uma simples frase, que logo circulava pela cidade. Geralmente, coisas simples, ao alcance do homem da rua, que assim se integrava na opinião pública. Na realidade, o *suelto* foi a grande arma do jornalista: verdadeiras granadas, terrivelmente destruidoras. Do venerando *Jornal do Comércio* costumam dizer que derrubava ministros com uma das famosas “Varias”. Na Bahia, *A Tarde* fez coisas equivalentes com o *suelto*. E ninguém deixava de conhecer os que traziam a marca de Simões Filho.

Não era, porém, apenas no *suelto* que se revelava a capacidade jornalística do fundador de *A Tarde*. Também sabia paginar o jornal, dar título próprio a certa matéria, ou “apresentar” uma simples notícia policial, que ao passar-lhe pelo crivo rigoroso (e muitas vezes fui disso testemunha) logo adquiria novo colorido, aguçando o interesse do leitor. E quem melhor do que ele desenvolvia uma entrevista? Aliás, durante a Primeira Grande Guerra (1914-1918) conta-se que se esmerou como tradutor de telegramas sobre o conflito, não faltando quem dissesse haver matado mais alemães do que a população do império Germânico. Não importa. O que há a acentuar é tê-lo feito de modo a provocar o interesse público ao mesmo tempo em que conquistava largas simpatias para os Aliados. Fê-lo, portanto, como consumado jornalista que era.

O certo, pois isso é incontestável, é ter dominado o cenário jornalístico da Bahia desde que lançou *A Tarde*. E durante 45 anos manteve a posição conquistada. Identificou o seu jornal com o público baiano e isso, não raro, através de agitadas e rumorosas campanhas de imprensa, nas quais punha um vigor admirável. Mas, de tal modo, com tal arte que o jornal e os comícios populares pareciam confundir-se.

A rua se conhecia no jornal vibrante, destemido, e que lhe interpretava os anseios muitas vezes suscitados pelo próprio jornal. Quase um círculo vicioso. E tudo isso a demonstrar a invulgar capacidade do jornalista completo, integral, jornalista da cabeça aos pés, que, embora afastado da sua trincheira por circunstâncias ocasionais, jamais deixou de ter o gosto e o gênio do homem de imprensa.

Não é exagero afirmar-se que por cerca de quatro décadas, Simões Filho monopolizou na Bahia a popularidade alheia. Sem ele, sem o seu apoio, sem a sua arte de grande encenador, ninguém podia pretender completa popularidade. Na política ou no futebol, era *A Tarde* que regulava a popularidade e o calor dos aplausos e manifestações. O próprio Rui Barbosa jamais desfrutou, na Bahia, de popularidade tão completa quanto a que conheceu nas duas vezes em que visitou a terra natal, em 1919, com *A Tarde*, a realçar-lhe a glória enquanto soprava o orgulho dos baianos, tão sensíveis às coisas do espírito. E Simões Filho, diga-se de passagem, alegrava-se com esse prestígio popular do jornal, que afinal, tudo bem pesado, era a sua grande obra, a obra do seu espírito de jornalista, e a cujo serviço estava sempre uma aguda, pronta e grande inteligência. O jornal para ele era tudo. Inclusive o destino, que aceitou e serviu com uma paixão e uma grandeza somente possíveis em quem tivesse a total vocação do jornalista. De fato, na vida de Simões Filho nada sobreleva ao jornalista. Esse foi completo e extraordinário.

1º de abril de 1958

ADRIANO GORDILHO

Fez ontem cem anos que na cidade de Salvador, onde por quase meio século exerceu a profissão de médico, nasceu Adriano Gordilho. Embora político e professor, esse o traço que lhe marcou indelevelmente a personalidade. Para mim, seria antes de tudo o Padrinho a que me ligaram os mais fundos laços de gratidão filial.

Para os seus contemporâneos seria, porém, o médico exemplar, e cuja vida, por isso mesmo, deve ser lembrada às gerações mais novas, que não o conheceram. Ainda bem moço, e após breve estágio no interior de Minas Gerais, Luiz Tarquínio, que sempre andou adiante do seu tempo, chamou-o para médico da fábrica da Boa Viagem. A mão encontrava a sua luva.

De fato, além de se tornar ídolo dos operários, que nele encontravam não apenas o médico, mas, acima de tudo o amigo, viu logo os clientes crescerem por toda a península de Itapagipe. Sem dúvida, a medicina era profundamente diversa da de hoje, e até instrumentos banais ainda não existiam. Principalmente o clínico era um homem a pé, devendo resolver sozinho todos os problemas que se lhe apresentavam. Os laboratórios que hoje caminham na frente do médico, indicando-lhe caminhos e perigos, eram raros, e deficientes. O raio X ainda engatinhava. E tudo isso devia ser suprimido pelo que se dizia ser boça ou intuição médica. Na realidade a diferença entre o clínico do passado e o de agora, é a que existe entre quem tateia na penumbra, e quem caminha seguro da visão. Que dirá o próximo século da nossa medicina?

Mas, se a ciência estava menos adiantada, os homens eram os mesmos. E os doentes confiavam tanto nos seus médicos quanto nós. É possível, porém, que, menos informados e ajudados pelas numerosas técnicas que lhes iluminam o caminho fossem os clínicos mais cautos, mais modestos, e precisassem encobrir o que ignoravam com uma imensa dose de humanidade.

Aliás, somente esse sentimento de solidariedade humana, que a interminável presença do sofrimento não faz extinguir, dá ao médico a estatura, a grandeza que deve ter.

E justamente a intensidade com que compreendeu e viveu as angústias, os temores, e as dúvidas dos que lhe solicitavam assistência, fez de Adriano Gordilho, não apenas o médico mas um homem raro. Nisso ele foi insuperável. Diagnósticos, receitas, remédios, muitos e muitos podiam dar. Mas, aquela nota de simpatia, de comunicabilidade, de confiança que sabia trazer para junto de cada leito de que se acercava, era-lhe como que peculiar. Hoje, mais pretensiosamente, talvez se quisesse chamar de psicoterapia a boa prática de propiciar ao doente um alento de segurança e tranqüilidade. De fato não passava de um modo pessoal de exercer a medicina, sabendo que, tanto quanto os medicamentos, os doentes ansiavam por uma palavra, talvez um gesto de lhes infundir esperança.

Uma palavra ou um gesto que, para surtirem efeito, devem ter raízes num efetivo sentimento de solidariedade humana, a que ninguém consegue fingir. Em Adriano Gordilho, tinham uma espontaneidade, uma franqueza, um vigor, que os tornavam inconfundíveis. Revelavam, na sua plenitude, o homem extraordinário e admirável, que permanecia médico durante as 24 horas do dia. Mesmo na intimidade, em momentos reservados para o repouso naquela tão acolhedora e aprazível casa da Boa Viagem, varrida pelos alísios e com o mar a querer acariciar-lhe a amurada, ele continuava a viver e a sentir os problemas que o médico encontrava junto a cada doente. Inúmeras vezes, à mesa, referia-se com os olhos rasos de lágrimas aos padecimentos de algum amigo. É que a sensibilidade lhe brotava da alma, e os longos anos do exercício da profissão não lhe haviam logrado embotar um generoso sentimento de solidariedade diante da humanidade sofredora. Sentimento de que compartilhava naturalmente amparando-o, a esposa, Dona Maria, tão cheia de suave bondade e de simpatia, para quantos se aproximavam ou lhe batiam à porta do lar, que transfor-

mou em um recanto tranqüilo, seguro e belo. Mas, quantos e quantos sacrifícios representou durante dezenas de anos, tudo isso que hoje se pretende resumir em meia dúzia de frases, que, afinal, dizem muito pouco.

Não há paz para atender uma legião de clientes. Maximé àquele tempo em que dada a deficiência dos transportes urbanos, boa parte da clínica era atendida a cavalo, mesmo a altas horas da noite. Hoje, raros os facultativos sem um automóvel à porta. No entanto, por muito tempo Adriano Gordilho exerceu a clínica usando animais de sela que mantinha numa cocheira a pouca distância da Igreja da Boa Viagem. Bom cavaleiro, de pequena estatura, ágil, um tanto vibrátil, era vê-lo de casa em casa, península afora, a atender os que lhe reclamavam os serviços.

Serviços prestados, na maioria das vezes, gratuitamente, tanto se sobrepusera ao dinheiro que certamente, considerava muito abaixo da missão, poderia dizer-se do sacerdócio que exercia. Dele ninguém dirá haver deixado de obter uma consulta ou uma visita médica por não dispor do dinheiro necessário. E a todos, indistintamente, ricos ou pobres, acolhia ou assistia com igual solicitude, dispensando aquela palavra de coragem, de alento, e de esperança, que pode não ser o remédio do corpo, mas é insubstituível para a alma. Nem há grande clínico que a não tenha, embora ela possa inexistir no puro homem de ciência.

Não foi, porém, a ciência que o seduziu, ou lhe assinalou a existência. Sobrinho de outro grande médico, o Barão de Itapuã, talvez haja dele herdado o gosto e a vocação. E ninguém o excedeu em desinteresse e dedicação na prática diuturna, por mais de meio século da profissão.

Agora, ao celebrar-se o centenário do seu nascimento, o que se eleva das cinzas do tempo, é o magnífico exemplo de um homem admirável. Um homem que, sobrepondo-se às asperezas do sacrifício, logrou realizar inteiramente o ideal de curar os enfermos sem esquecer que todos eles, sem qualquer distinção, precisam tanto dos remédios quanto do amparo da solidariedade hu-

mana, que os ajuda a vencer as enfermidades. Assim foi o médico Adriano Gordilho, que não precisa de outros títulos para o reconhecimento da Bahia onde abnegadamente, indiferente às próprias fadigas, exerceu por toda a vida a clínica com a consciência de que além e acima da ciência há alguma coisa que só o coração pode fazer e só o coração pode entender.

20 de abril de 1965

A Bahia tem desde hoje novo Governo



Governador Luiz Viana Filho

O Governador

Confirmada visita do Pres. Johnson ao Brasil

Em visita oficial da ONU, o presidente dos Estados Unidos, Lyndon B. Johnson, confirmou sua visita ao Brasil, que ocorrerá em meados de maio. A visita será realizada em conjunto com a do presidente da França, Charles de Gaulle.

D.C.T. muito melhor em 6 meses; diz diretor

De acordo com o diretor do Departamento de Controle de Tráfego (D.C.T.), o desempenho do órgão em seis meses foi muito satisfatório. O diretor afirmou que houve uma melhoria significativa na segurança e na eficiência das operações de controle de tráfego.



A despedida

Alfio confirmado

O nome de Alfio foi confirmado para ocupar o cargo de diretor do Departamento de Controle de Tráfego. Alfio possui ampla experiência na área e é considerado uma das melhores opções para o cargo.

Exército prendeu mais 3 guerrilheiros: Minas

O Exército Brasileiro anunciou a prisão de três novos guerrilheiros em Minas Gerais. Os presos foram identificados e encaminhados para o sistema prisional. O Exército continua a combater a presença de grupos armados ilegais no país.

Marcha sobre Punta del Este já começou

A marcha popular em direção a Punta del Este já começou. Os participantes estão exigindo melhorias na infraestrutura e na qualidade de vida na região. A marcha é considerada um ato de protesto pacífico.

Não por Ceará

O Ceará não será o destino escolhido para a instalação de uma nova unidade governamental. O governo decidiu por outras localidades devido a questões logísticas e de infraestrutura.

Milionário menino

Um menino de apenas alguns anos foi considerado milionário devido a uma herança inesperada. A notícia causou grande repercussão na mídia e levantou questões sobre a gestão da fortuna.

Primeiras inundações em 1967 no R.G. do Norte

As primeiras inundações da temporada de 1967 ocorreram no Rio Grande do Norte. As enchentes afetaram várias áreas rurais e urbanas, causando danos materiais e prejuízos econômicos.

Os visitantes

Uma série de visitantes internacionais chegou à Bahia para participar de eventos e reuniões. Entre os visitantes estão representantes de diversos países, interessados em estabelecer relações comerciais e culturais.

Van Thien ameaça invadir Vietnã do Norte e bombardear Hanói

Van Thien, líder de um grupo separatista, ameaça invadir o Vietnã do Norte e bombardear a capital Hanói. A ameaça é considerada uma provocação grave e pode levar a consequências graves para a região.

Embora sobre o caso

Apesar de todas as especulações, o caso permanece sob investigação. As autoridades estão trabalhando para esclarecer todos os detalhes e garantir a justiça.

Ataque

Um ataque inesperado ocorreu em uma das principais áreas da cidade. O ataque causou danos materiais e ferimentos a algumas pessoas. As autoridades estão realizando uma investigação para identificar os responsáveis.

Turco, não

As negociações entre as partes envolvidas não chegaram a um acordo satisfatório. O lado turco não está disposto a fazer concessões necessárias para resolver o conflito.

Continuação da reportagem sobre o novo governo da Bahia e os eventos locais e internacionais.

Continuação da reportagem sobre o novo governo da Bahia e os eventos locais e internacionais.

Continuação da reportagem sobre o novo governo da Bahia e os eventos locais e internacionais.

Já eleito para a Academia Brasileira de Letras, Luiz Viana Filho tomou posse como governador da Bahia em 1967. Nesse período, a colaboração ao jornal foi suspensa.

AS MIL FACES DO POETA

Quando há alguns meses me pediram para escrever breve evocação do Natal, nada me pareceu mais belo do que repetir um poema de Godofredo Filho, do qual retiro estes versos:

A lívida aurora
Os galos ferem
De cantos vermelhos
Com debruns azuis:
- Nasceu em Belém
Menino Jesus!

Mais alguns dias e o mavioso poeta de Sonetos e Canções está a completar oito décadas de existência. Sim, oito décadas. Embora costumemos marcar o tempo pelos anos, do mesmo modo que outrora os indígenas os assinalavam pelas luas transcorridas, Godofredo Filho “mestre do envelhecer”, como escreveu Wilson Lins, não conta a própria idade pelos anos, mas pelas décadas. É a sábia maneira de prolongar a mocidade, ou pelo menos de ignorar o tempo. Tal como Gladstone, o famoso estadista britânico, para quem envelhecer era apenas um mau hábito, o nosso Godó, tal como o chamam carinhosamente na intimidade, recusa-se firmemente ao mau hábito de envelhecer.

Mas, por mais que ele se insurja contra a fatalidade do tempo, de 10 em 10 anos os amigos, a multidão de amigos e admiradores que conquistou ao longo da vida, batem-lhe à porta para o advertir que mais uma década passou. Uma década em que ele cantou, trabalhou e amou. Foi assim em 1954, quando, para festejar-lhe o primeiro meio-século, se publicou o rico e admirável volume de Sonetos e Canções, no qual, ao retrato feito por Presciliano Silva, somaram-se os traços de Carlos Bastos, Carybé, Genaro de Carvalho, Gilberbet Tavares, Jenner Augusto, Lygia Sampaio, Maria Célia, Mário Cravo, Pancetti, Rescála e Rubem Valentim, cada qual trazendo ao amigo e ao poeta a flor da amizade e da admiração.

E quando mais duas décadas correram, novamente os devotos acorreram para celebrar os 70 janeiros, melhor

diria primaveras de Godofredo Filho. Ele continuava a cantar. Mas, no seu canto já havia uma nota de tristeza e de saudade, pois partira a admirável companhia, que lhe enchera os dias de paz e alegria. Paz e alegria que ele gostava de compartilhar com os companheiros naquele lar feliz, e no qual tudo refletia a personalidade do poeta. E, por que não o dizer – também do sibarita.

Fruto da solidão são os versos que reuniu sob o título de “Solilóquio”, e dos quais a cada passo ressurge a grande figura ausente:

Da branda luz das tardes a doçura
Que amaste dentre as coisas fugidias,
O deslizar monótono dos dias
Como um rio tornando à sepultura;

.....
Mas, quando insone mágoa me consome,
De não mais responderes quando chamo
No silêncio da noite por teu nome.

E tão fortes e singulares são os versos em que buscou preservar, imobilizando no tempo, o que o rio da vida dolorosamente levava para a eternidade, que Alceu Amoroso Lima não vacilou em mandar-lhe esta sentença, definitiva para a glória do poeta: “Nenhum poeta brasileiro soube, como você, imobilizar o tempo e a paixão, sem retirar nem a um, nem à outra, a sua infinita mobilidade”.

São múltiplas as faces do poeta. “Poeta principal da Bahia”, chamou-o Jorge Amado. E não faltou quem nele entrevisse “um prolongamento da musa de Gregório”, o que vale dizer da musa irreverente herdada da Espanha. Também Manuel Bandeira o louvou integralmente. E não esqueçamos o enternecido apreciador da mesa e de vinhos, autor de admiráveis sonetos sobre a capitosa bebida dos deuses. E por que não lembrar dele a poesia erótica e sensual, tão gabada por Gilberto Freyre?

É infinito e múltiplo o mundo do poeta, pois muitas são as suas almas, e outras décadas elas viverão. E com elas novos cantos encantarão as ruas e os céus da Bahia, que continuará a festejar o seu poeta maior, tão identificado com a sua terra e a sua gente.

26 de abril de 1984

RUI E A CONSTRUÇÃO DA REPÚBLICA

Em Campinas, onde estava nos primeiros dias de novembro de 1889, recebeu Francisco Glicério este telegrama mandado por Campos Sales: "Venha já". Bastante para dizer-lhe estar-se às vésperas da conspiração que levaria à República. Amadurecera o fruto da propaganda iniciada com o manifesto de 3 de dezembro de 1870. Assinavam-no os líderes do pensamento republicano, dentre os quais Quintino Bocaiúva, Salvador Mendonça, Saldanha Marinho, Lafayette Rodrigues Pereira, Rangel Pestana, Cristiano Benedito Ottoni e Aristides Lobo. Publicou-o *A República*, jornal editado para fazer a propaganda da idéia republicana, que nele teria, por alguns anos, o seu principal suporte na imprensa. O manifesto e o jornal seriam um marco na vida política do País. Escreveu Joaquim Nabuco que "o aparecimento de um novo jornal intitulado *A República*, é um acontecimento que, se houvesse presciência em política, eclipsaria todos os outros". Em verdade os contemporâneos não anteviram o que representavam os acontecimentos de 3 de dezembro de 1870. Ninguém imaginou que o modesto fio d'água acabaria por se transformar numa caudal irresistível.

Somente a partir da chamada Questão Militar, iniciada sob o Gabinete de Cotegipe, e que medrou no clima criado nos campos do Paraguai, se tornou a República real ameaça para a Monarquia, então combatida por uma série de fatores, a começar pela precária saúde do imperador e a perspectiva do Terceiro Reinado. Após duas décadas de propaganda, a idéia republicana começava a tomar corpo.

Na imprensa, já desaparecida *A República*, nada sobreleva a pena de Rui Barbosa, então à frente do *Diário de Notícias*. Adepto fervoroso da Federação, que acreditava a única salvação para a Monarquia, Rui se desligara do Partido Liberal ao ver derrotado, no Congresso Liberal de 1889, o voto em separado que apresentara em favor da idéia federalista. Mais tarde ele diria na Constituinte de 1891: "Eu era, senhores, federalista antes de ser republicano. Não me fiz republicano senão quando a evidência irrefragável dos acon-

tecimentos me convenceu de que a Monarquia se incrustara irredutivelmente na resistência à federação. Esse *non possimus* dos partidos monárquicos foi o seu erro fatal”.

Vencido, ele se considerou de logo incompatível com o partido a que estava filiado desde a juventude. Tornou-se assim, um homem sem partido, afirmando não ter interesse em algum dos três partidos, entre os quais se contendia pelo governo da Nação: o conservador, o liberal e o republicano, pois com todos, escreveu, “se achava declarada e notoriamente em antagonismo”. Na realidade, embora não o dissesse, e talvez até não o imaginasse, estava em marcha batida para a República. Tanto é exato que, em maio de 1889, ele informou ao seu velho chefe, o Conselheiro Dantas, a quem o ligavam laços de amizade: “Não sou nem posso ser, órgão do Partido Liberal. Da República distava apenas uma linha. Já disse a V. Exa. que só a sua amizade me tem detido”.

Não o deteria porém por muito tempo. À frente do jornal, afastado do Gabinete Ouro Preto, do qual se recusara a participar, apesar dos insistentes apelos de Dantas e do próprio chefe do governo, Rui não demorou em se tornar, na imprensa, o vigoroso demolidor da Monarquia. Para ele, as idéias estavam sempre à frente dos interesses. Mesmo Quintino Bocaiúva, intrépido redator de *O Paiz*, verdadeiramente o órgão dos republicanos, não teria a veemência e a importância de Rui, que, para criar a Federação, matava a Monarquia. Esta não viveu sem aquela.

Caberia, aliás, a Rui, dar um último empurrão para pôr abaixo o cetro de Pedro II. Em 9 de novembro de 1889, publicou o famoso artigo “Plano Contra a Pátria”, que seria a gota d’água na conspiração republicana. Nesse dia, lido o artigo de Rui, Benjamim Constant, sem dúvida o mais autorizado dos líderes republicanos no Exército, procurou-o para dizer: “O seu artigo de hoje fez a República e nos convenceu da necessidade imediata da República”. E autorizado pelo Marechal Deodoro, que aceitara chefiar o movimento rebelde, Constant convidou Rui para participar, no dia 11, da reunião em casa de Deodoro. Seria o início da conspiração. E nela, conforme diria bem mais tarde, se dispusera a arriscar a vida, caso houvesse um malogro. Em torno do velho herói do Paraguai estavam Benjamim Constant, Francisco Glicério,

Quintino Bocaiúva, Aristides Lobo, o major Solon Ribeiro e Rui Barbosa, certamente o mais recente dos republicanos. Deodoro ainda hesitara entre proclamar a República e derrubar o Ministério Ouro Preto. Conta-se que instado por Benjamim Constant, teria dito: "Eu queria acompanhar o caixão do imperador, que está velho e a quem respeito muito". Dúvida passageira. Na madrugada de 15 de novembro, para surpresa dos companheiros, que o sabiam doente e talvez impossibilitado de assumir o comando da tropa, Deodoro apareceu no Campo de Santana para proclamar a República. Era o fim do meio século do reinado de D. Pedro II.

Aparentemente fora fácil derrubar a Monarquia. O difícil seria construir a República. Realmente, o levante militar chefiado por Deodoro pusera abaixo o cetro real sem que fosse necessário uma gota de sangue. Contudo, conforme escreveu João Mangabeira, "não derrubar um trono, com um levante militar, para que dos escombros do Império tombado surja, alvissareira, a República, por entre as baionetas da tropa. Para o primeiro, bastaria uma espada acostumada a rebrilhar ao sol das batalhas, a lampejar no caminho da vitória em rasgos de heroísmo ante os regimentos entusiasmados. Mas para a criação do regime político, não seria suficiente o rótulo com que o nomeassem ou de que o revestissem as proclamações do movimento triunfante".

Não foi outro o destino da República, nos dias que se seguiram à vitória do movimento. A Monarquia estava por terra. O imperador partira para o exílio. A República, entretanto, estava longe de ser levantada sobre as ruínas do velho regime. Construí-la seria o extraordinário papel de Rui. No momento em que os espíritos pareciam ainda atordoados diante da vitória, coube-lhe levantar o edifício republicano, traçando o perfil do novo regime, as garantias sob as quais iríamos viver, a liberdade que haveríamos de respirar. Campos Sales, que seria o ministro da Justiça, ainda permanecia em S. Paulo por alguns dias, tendo Rui acumulado a pasta da Justiça com a da Fazenda, da qual seria, por 14 meses o titular, verdadeiro construtor da República recente. Nas primeiras horas, tudo seria motivo de dúvidas e vacilações, a começar pelo próprio nome do regime triunfante. Tocou a Rui batizá-lo pelo Decreto nº 1, do qual foi o autor: República dos Estados Unidos do Brasil. Achava-se o nome do novo regime.

Abranches, embora pouco afeiçoado a Rui, ao escrever, no prefácio de *Atas e Atos do Governo Provisório*, que “na primeira semana após a proclamação da República, só um cérebro pensou e agiu – Rui Barbosa”. Idêntico é o recolhido por Ferreira Viana de D. Pedro II, nos dias de exílio em Cannes: “Nas trevas que caíram sobre o Brasil, a única luz que alumia no fundo da nave é o talento de Rui Barbosa”. Verdadeiramente se Deodoro é o proclamador da República e Benjamim Constant o seu idealizador, ninguém poderá negar a Rui haver sido ele o construtor da República, que ergueu desde a primeira pedra até a cumeada da Constituição de 1891, da qual foi o único artífice. Nos 14 meses à frente do Ministério da Fazenda, no qual, apesar da escassez do tempo e das inúmeras dificuldades decorrentes da implantação do regime, deixou marcas inapagáveis. Rui participou de todos os atos importantes da República, a começar pela separação da Igreja e do Estado, realizada num ambiente de concórdia, malgrado a delicadeza e as suscetibilidades inerentes ao assunto. É que, intransigente quanto às idéias, sabia ser cordato na maneira de levá-las a bom termo. Aliomar Baleeiro, ao dar seguro balanço sobre a admirável atividade de Rui, no Ministério da Fazenda, traça este nítido perfil: “O espírito vigilante de Rui prevê e provê a tudo, aparando asas à demagogia, que, em estado potencial e larvado, chocado pelo próprio trono depois de 13 de maio, espreitava a oportunidade alvissareira. Em inaudita ubiqüidade, acompanha, tranqüiliza e anestesia a desconfiança internacional, alimentada pelos monarquistas na Europa, ao mesmo tempo em que separa, sem estrépitos, antes com aplauso do clero, a Igreja e o Estado; freia os impulsos e repentinos do velho Marechal; supervisiona colegas como um chefe de gabinete; acolhe aclamações da praça em pânico; sustenta cotação do câmbio em delíquio; projeta a nova Constituição...” Dir-se-ia que o gênio era incansável, tal a soma de trabalhos que teve a seu cargo, pondo em todos eles a marca inconfundível do estadista. Bem houve João Mangabeira ao chamá-lo o Estadista da República. Realmente, ele o foi.

É certo e o próprio Rui disse-o com pesar que lhe faltou o tempo, “estofa precioso das grandes obras”. Quatorze escassos e tumultuados meses foi tudo que teve para realizar

a obra ciclópica, que legou à posteridade. Obra em meio à qual é necessário ressaltar a Constituição de 1891, da qual foi, sem dúvida, o autor, título a que jamais abdicou, reivindicando-o em todas as oportunidades em que lhe quiseram atribuir o título mesquinho do simples colaborador

De fato, abandonado o projeto redigido pela comissão de juristas nomeados pelo Governo Provisório, Rui tomou a seu cargo refundi-lo do primeiro ao último artigo. E reunindo durante cerca de um mês, em sua própria residência, no Flamengo, os colegas do Ministério, Rui submeteu a discussão e aprovação dos companheiros, artigo por artigo o projeto que redigira para construir a República. Na casa de Rui Barbosa se conservam os originais emendados e redigidos pela mão de Rui, que, concluído o trabalho, lançou esta nota no alto do projeto enviado à Assembléia Constituinte:

“Provas da Constituição revistas por mim durante a elaboração dela no Conselho de Ministros. Rio, outubro de 1890. Rui Barbosa”.

Certamente não será preciso mais para testemunhar o trabalho do construtor da República. Realmente, como sabido, temeroso de que se prolongasse indefinidamente, como percebia ser desejo de alguns republicanos mais afeiçoados aos regimes autoritários, Rui cuidara de ver concluído o projeto da Constituição. E aos colegas que cogitaram de demitir-se antes de terminado o projeto da Constituição respondera sem meias palavras: “Não podemos deixar o andor no meio da rua”. O andor era a Constituição, que ele desejara concluída, pois somente assim estaria acabada a obra de 15 de novembro de 1889.

Não lhe bastou porém ver aprovada a Constituição de que fora o autor “estremecendo-a pelas afinidades morais da paternidade...” Além de autor teria – segundo observou Américo Jacobina Lacombe – a ventura de ser o “seu melhor e mais autorizado aplicador”. Tendo incorporado ao direito constitucional brasileiro alguns institutos jurídicos ainda mal conhecidos, coube-lhe ensinar e divulgar a jurisprudência norte-americana, fonte em que se abeberara para adotar o sistema presidencialista. Escreveu Rodrigo Otávio haver ele desempenhado no Brasil “o papel de Marshall nos Estados Unidos”. Ensinaamentos pelos quais pagaria alto preço, inclu-

sive ameaças de morte, como ocorreu no curso da Campanha do *habeas corpus*, na qual enfrentara Floriano Peixoto com bravura sem par. Assim, ele construiu a República à sombra do Direito e da Liberdade. E numa das derradeiras batalhas no Supremo Tribunal Federal, ele diria com desassombro: "Os meus contraditores podem continuar a bater-se pelo Governo, cliente que não deixa mal os seus advogados. O meu é a liberdade, nem sempre grata aos seus amigos. Dos prêmios que ela dá, o único que não falha é a satisfação da consciência. Esse já tenho. Estou pago". Depois viria o exílio, último cravo da cruz do construtor da República.

Em verdade, desde o seu primeiro dia até a sua implantação definitiva, Rui foi tudo para o novo regime. Construiu-o de cima abaixo. Ao deixar o Ministério, a República estava concluída graças ao gênio de Rui Barbosa. Construída graças ao indiscutível apoio de Deodoro, a quem Rui chamaria "o meu grande chefe dos quinze meses do Governo Provisório, meses pujantes e criadores, de que a República saiu feita".

14 de novembro de 1989

A EDUCAÇÃO NO BRASIL

A propósito de declarações feitas a *A Tarde* por Dom Lucas Moreira Neves, Cardeal Arcebispo Primaz, sobre a educação no Brasil, quando de seu regresso da reunião da Conferência Nacional dos Bispos, em Itaici (SP), o senador Luiz Viana Filho dirigiu-lhe a seguinte carta:

Bahia, 10 de maio de 1990

Eminente amigo Dom Lucas Moreira Neves

Por me encontrar em Brasília, somente hoje tomei conhecimento das declarações do eminente amigo sobre os problemas educacionais que tanto afligem e, mais que isso, deprimem a vida brasileira. Desejo, pois, mandar-lhe uma palavra de inteira solidariedade, e poderia até dizer de entusiasmo, pela preocupação sobre a lamentável situação em que se encontra a nossa educação. Nenhum problema é maior, pois somente a educação poderá libertar-nos da pobreza, se não da miséria em que se encontram amplos segmentos da nossa comunidade. Tudo quanto se faça sem considerar a educação bem como a base insubstituível será simples paliativo, de efeito ocasional e passageiro, mas incapaz de nos proporcionar os reais fundamentos para as transformações sociais indispensáveis e urgentes. Esteja certo de que não externo em um pensamento de ocasião, mas o fruto de uma velha convicção. Tanto assim que ao ter a honra de assumir o governo da Bahia, uma das minhas primeiras preocupações foi organizar, com a inestimável colaboração e orientação do professor Navarro de Britto, um Plano Integral de Educação e Cultura, que, acredito, talvez com imodéstia, contribuiu para o início de uma nova fase na vida educacional da Bahia. Infelizmente, e como bem acentua o documento divulgado pela 28ª Assembléia da CNBB, 'deploráveis interferências políticas' não permitiram que o plano tivesse a necessária continuidade. Contudo, os que estudarem o desenvolvimento da educação na Bahia poderão verificar que alguma coisa ficou,

pois muitas foram as sementes que frutificaram. Para não me alongar, pediria licença para lembrar apenas o que se fez em Salvador no breve período de 1967 a 1971, inicialmente sob a segura e dedicada colaboração do professor Navarro de Britto, a quem tanto deve a educação, e, posteriormente, sob a orientação do professor Edivaldo Boaventura, continuador das mesmas aspirações iniciais. Foi possível, em meio às graves dificuldades financeiras do Erário público, construir os seguintes estabelecimentos de ensino secundário: Ginásio do Centro Integrado Conselheiro Luiz Viana, Ginásio do Centro Integrado Anísio Teixeira, Ginásio do Centro Integrado Luiz Tarquínio, Ginásio Pires de Carvalho e Albuquerque, Ginásio Marquês de Maricá. O que não impediu serem construídas em Salvador dezenas de escolas de primeiro grau.

Vinte anos decorreram. A população de Salvador dobrou. Contudo foram aqueles os derradeiros estabelecimentos de ensino secundário implantados em Salvador pelo governo do estado. Precisarei dizer mais? Mas, permita-me dizê-lo, ao tempo em que demos à juventude baiana maiores oportunidades de ensino, cuidamos de aprimorar a capacidade do magistério através de numerosos cursos de aperfeiçoamento. Será que fizemos mais do que merecem e precisam os baianos? A verdade é que tudo parou.

Outrossim, numa antecipação do que defende a assembléia da CNBB, buscamos 'promover a revalorização do educador, como profissional', quer atualizando-lhe e aperfeiçoando os conhecimentos através de numerosos cursos, quer propiciando melhores salários, condição que considero essencial para aprimoramento do ensino. Não poderemos ter bom ensino com professores economicamente angustiados. Ao falar no Senado, em 1975, lembrei o repetido conceito que Ruy Barbosa emitiu nos seus famosos pareceres de 1882 e 1883, dizendo que "as novidades do ensino estão perfeitamente no mesmo pé que a da defesa nacional". Não é possível economizar na educação. E não há dinheiro mais bem empregado do que o despendido na justa remuneração do professor. E concluía eu, no discurso mencionado: "Ou isso ou todas as reformas, sejam quais forem, ruirão como pobres castelos de carta, pois lhe faltará este indispensável alicerce que é o professor integrado na sua profissão, para ela vivendo, e dela vivendo, sem riqueza, mas com segu-

rança e dignidade". Creio não pedir demais. De qualquer modo são convicções das quais não me afasto ao longo do tempo. E, a esta altura da vida, com elas irei morrer.

Em verdade, nós, baianos, talvez mais do que os brasileiros das regiões do Sul e Sudeste, temos por que estar preocupados com o futuro da educação, vale dizer com o futuro das novas gerações. Apenas para lembrar um dado, que considero significativo, lembrarei aqui o número fornecido pelo MEC para o ano de 1987, relativo ao ensino superior. Dos 853 estabelecimentos de ensino superior existentes no Brasil, apenas 16 são da Bahia. Pernambuco possui 39 e o Rio Grande do Sul 57. Sei que o ensino básico é fundamental. Mas, o progresso, a riqueza caminha sobre o ensino superior.

Reitero ao eminente pastor a expressão da minha total solidariedade. É um apoio modesto, mas expressão de velhas e profundas convicções. Somente a educação poderá salvar a Bahia. Educar para enriquecer foi a legenda que adotei no governo da Bahia. Infelizmente temos empobrecido por falta de educação. Ficarei imensamente feliz, se a palavra do eminente prelado contribuir para melhorar a educação na Bahia.

Estou certo de que ela não vai cair no vazio, dado o empenho do atual governo em dar novos rumos à educação.

Aqui vão, pois, as minhas efusivas congratulações e a minha total solidariedade, pedindo-lhe que continue a dispor do amigo.

Muito obrigado, Luiz Viana Filho.

13 de maio de 1990



ÍNDICE DE ASSUNTOS

Abolição da escravidão (1888), Brasil	238
Abolicionismo (1630-1888)	43, 47
Abolicionistas, Brasil	43, 47
Administração municipal, orçamento, Brasil	372
Agostini, Ângelo	217
Agronomia, ensino, Cruz das Almas (Bahia)	295
Aguiar, Fernando José de Portugal, Marquês de	54
Álcool como combustível	242
Aliança Liberal (Brasil)	262
Alienação política	213
Alimentos, Brasil	370
Almeida, José Américo de	78, 113
Almeida, José Américo de, entrevista	352
Alves, Castro	144, 215
Alves, Castro, túmulo	240
Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo, Visconde de	54
Andrade, Almir de	293, 326
Anistia, Brasil	251, 255
Arquivo Municipal da Bahia	346
Arraes, Raymundo de Monte	99
Arsenal de marinha, Bahia	332
Assembléia Constituinte, Brasil	65, 84
Assis, Machado de	160
Atas da Câmara da Bahia, 1625-1641 [livro]	346
Ataturk, Kemal	131
Aviação naval, Brasil	244
Bahia	108, 158, 180
Baianos na literatura, Império (1822-1889)	318
Baianos na política, Império (1822-1889)	318
Baianos na política, República (1889-)	318
<i>Barão de Cotegipe</i> VER Cotegipe, João Mauricio Mariani Vanderley, Barão de	
<i>Barão de Mauá</i> VER Mauá, Irineu Evangelista de Sousa, Visconde de	
<i>Barão do Rio Branco</i> VER Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos, Barão do	
<i>Barbosa, Rodrigo Domingos de Souza Coutinho Teixeira de Andrade</i> VER Coutinho, Rodrigo de Souza	
Barbosa, Rui	51, 63, 80, 89, 134, 166, 286, 320, 330, 392
Batalha de Dunquerque (1940), França	270
Batalha de Tuiuti (1866-1867)	300
Biblioteca Pública (Bahia), instalações	298
Biblioteca, Brasil	185
Biblioteca, Estados Unidos	185
Bittencourt, Edmundo	312
Boato	274
Brasil, história	284

Brasil. Constituição (1891)	392
Brasil. Constituição (1946)	379
Breviário da Bahia [livro]	349
Brito, Martinho	87
Calmon, Pedro	177, 180, 221
Câmbio, Brasil	274
Câmbio negro, Brasil	370
Campanha eleitoral	368
Campista, David	197
Campos, Humberto de	89
Campos, João da Silva	225
Capanema Filho, Gustavo	101
Caricatura, Brasil	217
Caricaturistas, Brasil	217
Carneiro, Levi	306
Censura, Brasil	91
Chefe de Estado, Turquia	131
Churchill, Winston	330, 339
Churchill, Winston, Doutor em Leis	310
Coleção Brasileira	115
Coleção de Documentos Brasileiros	128
Collor, Lindolfo	262
Colonização, Brasil, Século XVI	123
Comissão Brasileira de Cooperação Internacional, proposta de criação	341
<i>Conde de Linhares</i> VER Coutinho, Rodrigo de Souza	
Condições econômicas, Brasil, 1945	352
Conflito de fronteira, Bolívia, Paraguai, 1932-1935	96
Construção naval, Bahia	332
<i>Cordeiro de Farias</i> VER Farias, Oswaldo Cordeiro de	
Correio da Manhã [jornal]	312
Cotegipe, João Maurício Mariani Vanderley, Barão de	318
Coutinho, Rodrigo de Souza	54
Crawford, Willian Rex	324
Crime político, Brasil	328
Crônica da Capitania de São Jorge dos Ilhéus [livro]	225
Cultura, Brasil	185
Cultura, Estados Unidos	185
Cunha, Flores da	251
Daladier, Édouard	146
<i>Dantas, Manoel Pinto de Souza</i> VER Dantas, Souza	
Dantas, Souza	47
Darlan, Jean	280
Decreto federal, Brasil, 1943	316
Defesa militar, Bahia	264
Demarcação de terras, Bahia	194
Democracia	138, 293
Democracia, França	146
Democratização, Brasil	365, 368
Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)	359, 361, 363
Departamento Internacional de Educação, proposta de criação	341 128
Diário e Notas Autobiográficas [livro]	306
Direito internacional público	361
Ditadura, Brasil	374

Ditadura, Itália	304
Ditadura, Venezuela	126
Divisão territorial, Brasil, 1943	316
Do fundo da noite [livro]	236
Do Poder do Estado e dos Órgãos Governistas [livro]	99
Documentos Históricos do Arquivo Municipal, v. 1, 1945 [livro]	346
Duarte, Nestor	191
Economia, Brasil	370
Educação da criança, Itália	341
Educação, Bahia	399
Educação, Brasil	185, 399
Educação, Estados Unidos	185
Educador, Brasil	166
Émile Zola [filme]	118
Ensino superior, Bahia	101
Escola Agrícola de Cruz das Almas	295
Escritor	131
Um Estadista do Império [livro]	172
Estado Novo (1937-1945), Brasil	163, 352, 355, 357, 359, 365
Exilado político, Brasil, Grã-Bretanha	134
Exilado político, Brasil, França	282
Faculdade de Medicina da Bahia	266
Família, historiografia, Brasil, Século XIX	289
Farias, Oswaldo Cordeiro de	343
Fascismo	339
Feijó, Diogo Antônio	284
Feriado, Brasil	238
Finanças municipais, Brasil	379
Fonseca, Hermes Rodrigues da	202
Força Aérea Brasileira (FAB)	244
Forças Armadas, Brasil	264
Fraga, Clementino	246
Fraga, Clementino, Professor Emérito	266
Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB)	89
Gamelin, Maurice, General	205
Gasolina, Brasil	370
Godofredo Filho	390
Gomes, Augusto Maynard	361
Gomez, Juan Vicente	126
Gordilho, Adriano	385
Governo estadual, indicação, Bahia, 1946	377
Guerra do Chaco (1932-1935)	96
Guerra do Paraguai (1864-1870)	152, 172
Guerra Mundial (1939-1945)	232, 244, 259, 270, 280, 341, 343
Guimarães, Nestor Duarte VER Duarte, Nestor	
Hanke, Lewis	185
História da Companhia de Jesus no Brasil [livro]	123
História de Dom Pedro II [livro]	177
História do Brasil	257
História Econômica do Brasil [livro]	115
História política, Brasil, 1870-1880	177
História política, Brasil, 1889-1922	180

História política, Brasil, 1929-1945	355
História política, Brasil, 1937-1945	374
História política, Estados Unidos, 1941-1945	291
História Social do Brasil <i>[livro]</i>	180
Hitler, Adolf	138, 232
IBGE	316
Idealismo	308
Ideologia política, Brasil	149
O Imparcial <i>[jornal]</i>	282
Imperador, biografia, Portugal	172
Imprensa, censura, Brasil, 1934	91
Imprensa alternativa	223
Inconfidência Mineira (1789)	155
Independência, Estados Unidos, 1776	249
Independência, Minas Gerais	57
Independência, Rio Grande do Sul	57
Inflação, Brasil, 1945	352
Instituição cultural, Brasil	185
Instituição cultural, Estados Unidos	185
Intelectuais na política, Brasil	326
Intervenção federal, Sergipe, 1930	361
Intervenção federal, Bahia, 1946	377
Isabel, Princesa do Brasil	221
Jesuítas no Brasil	123, 194
João IV, Rei de Portugal	54, 158
Jogo do bicho	274
Jornada Democrática <i>[livro]</i>	110
Jornal de Crítica <i>[livro]</i>	302
Jornal, Bahia	381
Jornalismo	312
Jornalistas na política, Brasil	65, 328
Justiça do trabalho, Brasil	106
Justiça social, Bahia	334
Laval, Pierre	232
Legislação trabalhista, Brasil	106
Lei do Sexagenário (1885)	47
Liberdade	253, 339, 343, 361
Liberdade política	138
Lima, Pedro Mota	328
<i>Linhares, Conde de</i> VER Coutinho, Rodrigo de Souza	
Lins, Álvaro	302
Lippmann, Walter	324
Litoral, Bahia	332
Lopes, Francisco Solano	152
Lucro tributável, Brasil	209
Lyra, Heitor	177
Macarthur, Douglas	219
Mães, prisão, Espanha, 1943	296
Magalhães, Juracy	101
Mangabeira, João	320
Mangabeira, Otávio	73
Manifesto Republicano, 1870	314
<i>Marquês de Aguiar</i> VER Aguiar, Fernando José de Portugal, Marquês de	
Marques, Xavier	199, 268

Mauá, Irineu Evangelista de Sousa, Visconde de	169
<i>Maynard</i> VER Gomes, Augusto Maynard	
Médicos e Educadores <i>[livro]</i>	246
<i>Melo, João Rodrigues de Sá e</i> VER Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo, Visconde de	
Memórias <i>[livro]</i>	188
Ministério, criação, Brasil, 1808	54
Miranda, Pontes de	82
Muni, Paul	118
Museu Histórico Nacional	318
Musset, Alfred de	43
Mussolini, Benito	138, 232, 341
Nabuco, Joaquim	43, 172
Nacionalidade, Brasil	257
Nossa Democracia em Ação <i>[livro]</i>	230
Obras Completas de Rui Barbosa <i>[livro]</i>	286
A Ordem Privada e a Organização Política Nacional <i>[livro]</i>	191
Oliveira, Amando de Salles	108, 110
Oratória parlamentar	276
Pan-americanismo	228
Partido Social Democrático (PSD)	377
Patriotismo	300
Patriotismo, América	272
Paz	255
Pedro II, Imperador do Brasil	172, 177
Peixoto, Afrânio	115, 123, 144, 188, 207, 213, 215, 349
Peixoto, Floriano	51
Plebiscito, Brasil, 1937	359
Poesia, antologia, Brasil	144
Política educacional, Bahia, 1967-1971	399
Política externa, Estados Unidos	324
Política externa, Turquia	131
<i>Portugal, José Fernando de</i> VER Aguiar, Fernando José de Portugal, Marquês de	
Prefeituras, Brasil	372
Presidência da República, candidato, Brasil, 1937	108
Primeira República (1889-1930), Brasil	61, 180
<i>Princesa Isabel</i> VER Isabel, Princesa do Brasil	
A Princesa Isabel <i>[livro]</i>	221
Processo de Riom, França, 1942	205
Queda da Bastilha (1789), França	253
Rebouças, André Pinto	128
Reforma do Ensino Secundário e Superior <i>[livro]</i>	286
Relações exteriores, Brasil, Estados Unidos	249, 324
Relações exteriores, Espanha, Portugal, 1640	158
República, Brasil	392
Restauração da Independência (1640), Portugal	158
Retirada da Laguna (1867)	152
Revolução (1922), Brasil	61
Revolução (1930), Brasil	57, 61, 67, 69, 71, 75
Revolução (1932), Brasil	75
Revolucionário, Turquia	131
Ribeiro, Ernesto Carneiro	166, 246

Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos, Barão do	234
Rocha, Francisco Vieira de Faria	300
Roosevelt, Franklin Delano	230, 293
Rui, o Estadista da República [<i>livro</i>]	320
Sand, George	43
Seabra, José Joaquim	276
Seabra, José Joaquim, homenagem póstuma	278
Segunda Guerra Mundial VER Guerra Mundial (1939-1945)	
Segunda República (1930-1937), Brasil	61
Segundo Reinado (1840-1889), Brasil	172, 177
Seiva [<i>revista</i>]	149
Sesmaria, Bahia	194
Simões Filho, Ernesto	381
Simonsen, Roberto	115
Sistema tributário, Brasil	379
Sociedade dos Amigos da América	272
Souza <i>Dantas</i> VER Dantas, Souza	
Souza, Otávio Tarquínio de	284
Sucessão política, Inglaterra	304
Sucessão presidencial, Brasil	368
Suelto	381
Swift, Jonathan	78
<i>A Tarde</i> [<i>jornal</i>]	381
Tarquínio, Luiz	120, 334
Távora, Juarez	59
Tiradentes	155
Totalitarismo	138
Trabalhador, proteção, Bahia	334
Tribunal de Riom, França, 1942	205
União Democrática Nacional (Brasil) (UDN)	377
Unidade [<i>jornal</i>]	223
Universidade de Harvard	310
Universidade, Brasil	185
Universidade, Estados Unidos	185
Universidade federal, Bahia	101
Valente, Osvaldo	346
Valladares, Benedicto	113
Valtin, Jan	236
Vargas, Getúlio	94, 326, 359, 363, 374
Vila Operária (Salvador, BA)	334
Violência policial, Bahia, 1935	104
Violência política, Espanha, 1943	296
<i>Visconde de Anadia</i> VER Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo, Visconde de	
Wallace, Henri Agard	291
Welles, Sumner	308
<i>Xavier Marques</i> VER Marques, Xavier	
Zweig, Stefan	207

DIRETORIA-GERAL DO SENADO FEDERAL

Agaciel da Silva Maia

SECRETARIA DE BIBLIOTECA DO SENADO FEDERAL

Diretora

Simone Bastos Vieira

Chefe de Gabinete

Ana Cláudia Costa Badra

Serviço de Gerência da Rede Virtual de Bibliotecas – Congresso Nacional – RVBI

Elaine Ricevich Bastos de Oliveira

SUBSECRETARIA DE PROCESSAMENTO TÉCNICO DE INFORMAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS

Diretora

Stelina Maria Martins Pinha

Serviço de Desenvolvimento de Coleções

Sinaide Nascimento da Silva Santos

Serviço de Processamento Técnico de Livros

Maria Tereza de Carvalho Araújo

Serviço de Processamento Técnico de Artigos de Revistas

Silvia Regina Giordani Pereira

Serviço de Processamento Técnico de Artigos de Jornais

Lisane de Meira Lima Gesteira

Serviço de Processamento de Coleções de Revistas

Rachel Maculan Sodré

Serviço de Biblioteca Digital

Adelaide Soares de Oliveira Veiga

SUBSECRETARIA DE PESQUISA E RECUPERAÇÃO DE INFORMAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS

Diretora

Helena Celeste Vieira

Serviço de Pesquisa Parlamentar

Maria Cristina Pedrinha de Lima

Serviço de Recuperação de Informações Bibliográficas

Walderez Maria Duarte Dias

Serviço de Empréstimo e Devolução de Material Bibliográfico

Fabíola Nazareth Lavinias Pessoa

Serviço de Manutenção e Conservação do Acervo

Maria Neves de Oliveira Silva

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor

Helival Rios Moreira

Subsecretaria de Projetos Especiais

Diretor

Gaetano Ré

Secretaria Jornal do Senado

Diretor

Davi Emerich

SENADO FEDERAL
SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
Praça dos Três Poderes s/nº – CEP 70165-900
Brasília – DF

OS nº 03500/2008



LUIZ VIANA FILHO | O JORNALISTA

Este, o diapasão do jornalista Luiz Viana Filho. Convicto, lúcido, consciente. Um retratista de figuras humanas da política e das letras nacionais. São aí 60 anos de atividade intelectual, na qual prevalece a elaboração do texto historiográfico, a feitura da biografia, a apreciação sobretudo da figura humana. Tratar de pessoas, sobre pessoas e com pessoas, seria o seu destino no correr de 82 anos.

Escritos da natureza dos que se apresentam, vale a pena resgatá-los e pôr mais facilmente à vista dos pesquisadores, dos apreciadores do belo e do útil, dos que gostam de ler boas informações, dos que se interessam pela bibliografia dos grandes escritores e dos grandes homens, nos quais buscam o saber. E só por via do livro se faz isso.

João Justiniano da Fonseca

A Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, com esta seleção, muito além de homenagear o seu patrono no transcurso de seu centenário, espera oferecer uma apreciação atual sobre o passado recente do Brasil e do mundo, por um homem de letras, dedicado à observação da história e das personalidades que a fizeram.

1826 - 2008

182 anos

BIBLIOTECA • Senado Federal

